

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Daniel Godoy

**GEOGRAFIAS DAS ESTATÍSTICAS E INDICADORES SOCIAIS:
TÉCNICA, POLÍTICA, CONHECIMENTO E ÉTICA**

Porto Alegre

2019

Daniel Godoy

**GEOGRAFIAS DAS ESTATÍSTICAS E INDICADORES SOCIAIS:
TÉCNICA, POLÍTICA, CONHECIMENTO E ÉTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Geografia.

Orientador:

Prof. Dr. Paulo Roberto Soares
Rodrigues

Porto Alegre

2019

GODOY, DANIEL GEOGRAFIAS DAS ESTATÍSTICAS E INDICADORES SOCIAIS: TÉCNICA, POLÍTICA, CONHECIMENTO E ÉTICA / DANIEL GODOY. -- 2019. 230 f. Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2019. 1. indicadores sociais. 2. Geografia das Estatísticas. 3. construção simbólica. 4. ordenamento territorial. 5. Geografia. I. Rodrigues Soares, Paulo Roberto, orient. II. Título. Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor

FOLHA DE APROVAÇÃO**Daniel Godoy****GEOGRAFIAS DAS ESTATÍSTICAS E INDICADORES SOCIAIS:
TÉCNICA, POLÍTICA, CONHECIMENTO E ÉTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Geografia.

Aprovada em 19 de agosto de 2019

A professora Jussara de Souza Godoy

Gostaria de registrar aqui brevemente meus agradecimentos e gratidão:

Aos professores pelos ensinamentos e trabalho dedicado

Ao orientador desta tese pelas aprendizagens, convivência, liberdade e apoio

Aos colegas e amigos pelo amparo, ajuda e multiplicação de ideias

Aos pesquisadores que por meio de opiniões, perguntas e pareceres deram suas considerações a pesquisa ao longo das das atividades acadêmicas as quais pude participar

A direção e coordenação do Centro de Convivência Meninos do Mar (CCMAR/FURG) pela colaboração e consideração

A todos interlocutores que colaboraram com essa pesquisa pela atenção e contribuições vitais para as aprendizagens alcançadas

A secretaria e coordenação do PÓSGEA/UFRGS pela atenção com os estudantes, pelo zelo e os cuidados com as demandas burocráticas

A UFRGS pelos seus serviços públicos prestados ao Brasil

A CAPES pelo fomento e por sua atuação no país

Registro aqui um agradecimento especial aos pesquisadores da Fundação de Economia e Estatística (FEE) por suas contribuições históricas ao tema e pela ajuda e inspiração a esta pesquisa

Os papéis dominantes, legitimados pela ideologia e pela prática da competitividade, são a mentira, com o nome de segredo da marca; o engodo, com o nome de marketing; a dissimulação e o cinismo, com os nomes de tática e estratégia. É uma situação na qual se produz a glorificação da esperteza, negando a sinceridade, e a glorificação da avareza, negando a generosidade. Desse modo, o caminho fica aberto ao abandono das solidariedades e ao fim da ética, mas, também, da política.

Milton Santos

RESUMO

Geografias das Estatísticas e Indicadores Sociais: técnica, política, conhecimento e ética

A presente pesquisa estudou a partir de uma perspectiva epistemológica da Geografia a produção de estatísticas e indicadores sociais através do estudo do caso de três indicadores: o IDEB, o IBEU e o IDH. A pesquisa aborda a importância das relações entre dados públicos e a produção social do espaço devido a seus usos e apropriações na construção simbólica do espaço geográfico e dos sentidos de realidade. A partir de problematizações feitas sobre a relação histórica da Geografia e o Movimento dos Indicadores Sociais, trabalhamos com quatro hipóteses: **A)** os indicadores sociais são objetos técnicos produzidos e territorializados como tecnologias políticas e tecnologias de políticas; **B)** a operacionalidade espacial da produção, o uso e a apropriação das estatísticas e dos indicadores sociais ocorre por sua mediação na construção simbólica da produção do espaço geográfico; **C)** a produção, o uso e a apropriação dos indicadores sociais, tende a produzir espaços de representação que inscrevem sentidos e significados nos objetos de representação para a ação política no território; **D)** os indicadores sociais são usados e apropriados por distintas hegemonias e contra hegemonias técnicas, ideologias e lógicas políticas que influenciam a produção e a construção simbólica do espaço. Como dados foram utilizados textos de publicações científicas, questionário com pesquisadores, leis, projetos de leis, fontes secundárias e notícias da imprensa, analisados via metodologias de análise de conteúdos, discursos e de textos. Constatou-se que a produção de estatísticas e indicadores sociais geram: **1)** sistemas de práticas de produções, de usos e apropriações dos indicadores sociais que constroem discursos os quais materializam um sistema de mediação no espaço geográfico. Este se dá pela configuração de circuitos técnicos compostos por um sistema de objetos que articulam textos, relatórios, sites, vídeos, eventos, conteúdos culturais, etc. configurando sistemas de representações do espaço e de espaços de representação. Este sistema de mediação foi compreendido por Milton Santos como a “psicoesfera” do espaço geográfico; **2)** circuitos técnicos da ação mediada por indicadores no espaço social recebem a propriedade de actância espacial ganhando função híbrida e artificial de atores de significação do espaço e de agenciamento territorial; **3)** a actância espacial e territorial dos indicadores sociais transforma simbolicamente a realidade construída.

Palavras chaves: indicadores sociais, ordenamento territorial, meio técnico-científico informacional, psicoesfera, representações

ABSTRACT

Geographies of Statistics and Social Indicators: technique, politics, knowledge and ethics

In this research I studied from an epistemological perspective of Geography to the production of statistics and social indicators through the study of three indicators: IDEB, or IBEU or IDH. The research addresses the importance of relations between public numbers and the social production of space due to its uses and appropriations in the symbolic construction of geographic space and the sense of reality. Based on the analysis of the historical relationship between Geography and the Movement of Social Indicators, we work with four hypotheses: A) social indicators are technical objects produced and territorialized as political technologies and policy technologies; B) the spatial operationality of production, use and appropriation of statistics and social indicators occurs through their mediation in the symbolic construction of the production of the geographical space; C) the production, use and appropriation of social indicators tends to produce spaces of representation that inscribe senses and meanings in the objects of representation for political action in the territory; D) social indicators are used and appropriated by distinct hegemonies and against technical hegemonies, ideologies and political logics that influence the production and symbolic construction of space. As data were used texts of scientific publications, surveys with researchers, laws, draft laws, secondary sources and news from the media, analyzed through methodologies of analysis of contents, speeches and texts. It was verified that the production of social statistics and indicators generate: 1) systems of practices of productions, uses and appropriations of social indicators that construct speeches. Its materialize a system of mediation in the geographical space by the configuration of technical circuits composed of a system of technical objects that articulate texts, reports, websites, videos, events, cultural contents, etc. Its to configure systems of representation of space and representation spaces. This system of mediation was understood as what Milton Santos called the "psycosphere" of geographical space; 2) technical circuits of action mediated by indicators in the social space receive the property of space action achieving hybrid and artificial function of agents of space significance and territorial agency; 3) the spatial and territorial action of social indicators symbolically transforms the constructed reality.

Key words: social indicators, spatial planning, technical-scientific and informational means, psycho-sphere, representations

RESUMEN

Geografía de las estadísticas y de los indicadores sociales: técnica, política, conocimiento y ética

Se trata de una investigación sobre temas relacionados con la geografía y la producción de estadísticas e indicadores sociales y el estado de los casos de indicadores: IDEB, IBEU e IDH. La investigación trata de la importancia de las relaciones entre los datos públicos y la producción social del espacio en razón de sus usos y apropiaciones en la construcción simbólica del espacio geográfico y de los sentidos de realidad. A partir de las problematizaciones realizadas sobre la relación histórica de la Geografía y el Movimiento de los Indicadores Sociales, trabajamos con cuatro hipótesis: A) los indicadores sociales son objetos técnicos producidos y territorializados como tecnologías políticas y tecnologías de políticas; B) la operacionalidad espacial de la producción, uso y apropiación de las estadísticas y de los indicadores sociales, se produce por su mediación en la construcción simbólica de la producción del espacio geográfico; C) la producción, uso y apropiación de los indicadores sociales engendra espacios de representación para la acción política del territorio; D) los indicadores sociales son usados y apropiados por distintas hegemonías y contra hegemonías técnicas, ideologías y lógicas políticas que influyen la producción y construcción simbólica del espacio. Como datos han sido utilizados textos de publicaciones científicas, cuestionario con investigadores, leyes, proyectos de ley, fuentes secundarias y noticias de la prensa, analizados por metodologías de análisis de contenido, discursos y de textos. Se ha constatado que la producción de estadísticas e indicadores sociales generan: 1) sistemas de prácticas de producciones, usos y apropiaciones de los indicadores sociales que construyen discursos los cuales materializan un sistema de mediación en el espacio geográfico por la configuración de circuitos técnicos compuestos por un sistema de objetos que articulan textos, informes, sitios, videos, eventos, contenidos culturales, etc. Dicho sistema de mediación fue interpretado por Milton Santos y denominado la "psicoesfera" del espacio geográfico; 2) circuitos técnicos de la acción mediada por indicadores en el espacio social reciben la propiedad de actancia espacial ganando la función híbrida y artificial de actores de significación del espacio y de agenciamiento territorial; 3) la actancia espacial y territorial de los indicadores sociales transforma simbólicamente la realidad construida.

Palabras clave: indicadores sociales; construcción simbólica, espacio social, ordenamiento territorial, Geografía.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Relação espaço, ação e objeto técnico em Milton Santos (2006).....	28
Figura 2. Sistematização de Subcategorias do Objeto Técnico.....	29
Figura 3. O Ciclo de Políticas e Programas Públicos e a demanda por Indicadores.....	48
Figura 5. Distribuição de frequência e classificação dos textos de artigos científicos em nuvens de palavras sobre o IDEB (2017-218).....	112
Figura 6. Gráficos de dispersão do léxico dos artigos científicos sobre o IDEB (2017-218).....	112
Figura 7. Grafo de similitude em árvore de seleção de sub-categorias do conjunto de artigos sobre o IDEB (2017-2018).....	114
Figura 8. Gráficos de dispersão do léxico dos textos de notícias sobre o IDEB (2018).....	116
Figura 9. Grafo de Relação entre Palavras do Discurso dos Autores do IBEU.....	129
Figura 10. Espacialização do IBEU para Região Metropolitana de Porto Alegre.....	131
Figura 11. Grafo de similitude entre palavras do discurso sobre o IBEU no Campo Científico.....	132
Figura 12. Grafo de Similitude entre Palavras do Discurso de Trabalho de Validação Estatísticas.....	134
Figura 13. IBEU na Imprensa.....	142
Figura 14. Grafo de Similitude de Palavras no Discurso de Divulgação.....	143
Figura 15 - Grafos de similitude da publicação O Índice de Desenvolvimento Humano Brasileiro – Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.....	160
Figura 16 - Grafo de similitude de textos de publicações científicas sobre o IDH no Brasil.....	162
Figura 17 - Grafo com Nuvem de Palavras para a Classificação Automática.....	165
Figura 18 - Gráfico de distribuição por quadrante das notícias analisadas.....	167
Figura 19 - Infográfico para o IDHM de Salvador.....	169
Figura 20. Gráfico de distribuição do léxico das vídeo aulas de Geografia sobre o IDH.....	178
Figura 21. Dendrograma de classificação do <i>corpus</i> textual pelo Método Renert.....	179
Figura 22. Grafo de Similitude das Aulas de Geografia sobre o IDH.....	181
Figura 23. Universalização Técnica do Governo das Necessidades e Demandas Sociais.....	198

SIGLAS

BM - Banco Mundial

CEPAL - Comissão Econômica Para Países da América Latina e Caribe

CLACSO - Centro Acadêmico Livre de Ciências Sociais

FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FURG - Universidade do Rio Grande

MEC - Ministério da Educação

MIS - Movimento dos Indicadores Sociais

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU - Organizações das Nações Unidas

MEC - Ministério da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEP - Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

OM - Observatório das Metrôpoles

SUMÁRIO

Resmo 8

Abstract 9

Resumen 10

LISTA DE FIGURAS 11

SIGLAS 12

INTRODUÇÃO 16

**1. A PESQUISA: ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR DO TEMA,
PROBLEMATIZAÇÃO E HIPÓTESES DE TESE 20**

1.1 QUAIS AS RELAÇÕES ENTRE A PRODUÇÃO, O USO E A APROPRIAÇÃO
SOCIAL DAS ESTATÍSTICAS E INDICADORES SOCIAIS PARA COM O ESPAÇO
GEOGRÁFICO 20

1.2 MÉTODO E METODOLOGIA 39

1.2.1 Estudos de casos 39

1.2.2 Dados e desenho do modelo de análise 39

1.3 A PROBLEMATIZAÇÃO DE PESQUISA 40

1.4 HIPÓTESES 51

1.5 ABORDAGEM DO PROBLEMA 53

1.5.1 Produção, uso e apropriação de indicadores sociais 54

1.5.2 Espaço e técnica 55

1.5.3 Representação social, objetivação, ancoragem e ideologia 56

1.5.4 Atores, agentes e actantes 59

1.5.5 Discursos, narrativas, enunciação e significantes 60

1.5.6 Globalização, hegemonia, matriz de significação e política do signo 61

1.6 SÍNTESE DO MARCO TEÓRICO E CATEGORIAS PRINCIPAIS DE ANÁLISE 64

1.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 67

1.7.1 Análise de conteúdos e análise textual direta 67

- 1.7.2 Procedimentos técnicos de análise 69
- 1.7.3 Palavras e textos como dados 70
- 1.7.4 Mapeamento de conteúdos: notícias, vídeos, leis e textos científicos 71
- 1.7.5 Análise de dados fornecidos pelos interlocutores 72
- 1.7.6 Análise utilizando o software livre Iramuteq 72
- 1.7.8 Organização de um *corpus* textual para análises 74

2. GEOGRAFIAS DOS INDICADORES 76

- 2.1 A GEOGRAFIA, A ECONOMIA E A CATEGORIA POPULAÇÃO 78
- 2.2 DAS NECESSIDADES E DAS DEMANDAS: DILEMAS DA CATEGORIA POPULAÇÃO 81
- 2.3 ESTATÍSTICAS E INDICADORES SOCIAIS DIANTE DO MODELO HEGEMÔNICO DE DESENVOLVIMENTO 84
- 2.4 APROXIMAÇÕES E CLIVAGENS HISTÓRICAS ENTRE GEOGRAFIA E INDICADORES SOCIAIS 85
- 2.5 APROXIMAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA E OS INDICADORES SOCIAIS 90
- 2.6 TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS INDICADORES SOCIAIS NO BRASIL 95
- 2.7 DISCUSSÃO DO CAPÍTULO 2 100

3. ORDENAMENTO TERRITORIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: UM ESTUDO DO CASO IDEB 102

- 3.1 TERRITORIALIZAÇÃO: VERTICALIDADE E HORIZONTALIDADE DA AÇÃO POLÍTICA 107
- 3.2 NARRATIVAS, DISCURSOS, IDEOLOGIAS E ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO EM TORNO DO IDEB 110
- 3.3 O IDEB NO DISCURSO CIENTÍFICO 111
- 3.4 O IDEB NOS DISCURSOS DA IMPRENSA 115
- 3.5 O IDEB EM TEXTOS DE PROJETOS DE LEI 118
- 3.6 DISCUSSÃO DO CAPÍTULO 3 121

4. PRODUÇÃO, USO E APROPRIAÇÃO DO IBEU: UMA ANÁLISE DE ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E DA PSICOESFERA DO ESPAÇO 123

4.1 LUGAR DE PRODUÇÃO E LUGAR DE ENUNCIÇÃO 126

4.2 DISCURSOS ENUNCIADOS NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO DO IBEU 128

4.3 O IBEU NO DISCURSO CIENTÍFICO 130

4.4 APROPRIAÇÃO DO IBEU EM ANÁLISE DE VALIDAÇÃO ESTATÍSTICA COM O IDH 133

4.5 O IBEU NO DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA 135

4.6 IBEU NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍTICAS 145

4.7 DISCUSSÕES DO CAPÍTULO 4 149

5. ORDENAMENTO TERRITORIAL E INDICADORES SOCIAIS: O CASO DO IDH 153

5.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH NO BRASIL 154

5.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO, COMUNIDADES EPISTÊMICAS E AGENDAS POLÍTICAS 159

5.3 O IDH NO DISCURSO CIENTÍFICO BRASILEIRO 161

5.4 O IDHM NO DISCURSO DAS NOTÍCIAS 164

5.5 DISCUSSÕES DO CAPÍTULO 5 170

6. O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) EM AULAS DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DE VÍDEOS EDUCATIVOS NA INTERNET 174

6.1 SOBRE O QUE SE FALA NAS VIDEOAULAS SOBRE O IDH 177

6.3 REFLEXÕES SOBRE OS USOS E APROPRIAÇÕES DO IDH NAS AULAS DE GEOGRAFIA 186

6.4 PSICOESFERA, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ESPAÇO E O COTIDIANO EM VÍDEO AULAS DE GEOGRAFIA SOBRE O IDH 189

6.5 LINGUAGEM ESPACIAL E TECNOLOGIAS DE POLÍTICAS 192

6.6 DISCUSSÃO DO CAPÍTULO 194

7. DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS 196

7.1 TECNOLOGIAS DE POLÍTICAS E TECNOLOGIAS POLÍTICAS 196

7.2 UM RECONHECIMENTO DAS ETAPAS TÉCNICAS E HISTÓRICAS DOS
INDICADORES SOCIAIS E UM CONVITE PARA PENSARMOS SUBVERSÕES 200

7.3 A TESE, AS HIPÓTESES E A GUIA DE ENTENDIMENTO 203

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 211

APÊNDICE 221

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO /
QUESTIONÁRIO PARA PESQUISADORES 221

APÊNDICE B – NOTAS SOBRE CONVERSA COM GRUPO DE ESTUDANTES 225

APÊNDICE B – NOTAS TÉCNICAS SOBRE A COMPOSIÇÃO DO IDH, IDEB E IBEU

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada tem sua origem no trabalho cotidiano de análise e produção de indicadores sociais para estudo das desigualdades sociais e da segregação urbana entre 2002 e 2006, junto ao Núcleo de Análises Urbanas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, na oportunidade de trabalho como bolsista de iniciação científica do CNPq vinculado ao Grupo de Análises Urbanas (NAU). Atuando como bolsista de iniciação científica construímos um indicador sintético para analisar a escala da segregação urbana nas cidades de Rio Grande e Pelotas, RS utilizando os dados do Censo de 2000 e o software STATCART (IBGE) analisando os resultados com base nos modelos de urbanização para as cidades médias na América Latina e no estudo conjuntural a partir da noção de formação econômica e social (FES) de Milton Santos. No mesmo período atuando como bolsista de iniciação científica da FAPERGS demos início a estudos sobre História das Cidades e Antropologia.

Para avançar no entendimento da importância do trabalho de produção de indicadores sociais passamos a estudar os usos dos indicadores sociais para fins de governo dos territórios. Foram feitos então, estudos em curso de mestrado em Educação com apoio da CAPES enquanto bolsista de mestrado sobre a gestão da Educação no Brasil. Estudando a territorialização do IDEB via sua recepção e análise da estratégia de promoção da intersetorialidades de políticas e do ordenamento territorial da Educação Básica.

Nesta pesquisa para fins de conclusão do curso de doutorado em Geografia, em seu início tivemos por base um anteprojeto que visava analisar as desigualdades sociais urbanas na Aglomeração Urbana do Sul a partir dos dados do censo 2010 e desenvolver indicadores sintéticos para análises territoriais. Diante da oportunidade

de bolsa através do fomento da Capes, foi possível a dedicação exclusiva à pesquisa e propor a orientação, a possibilidade de buscarmos aprofundar estudos por uma outra perspectiva sem desconsiderar nossas experiências e aprendizagens anteriores. Nesse contexto, esta pesquisa materializa um produto de reflexão sobre práticas de produção de indicadores sociais e práticas de pesquisa territorial. Projetada a partir de uma vivência cotidiana e da reflexão sobre uma prática de trabalho.

Ao trilhar um caminho de construção pessoal e profissional ao longo de quatro anos, tive a oportunidade de conversar, observar e participar de algumas reuniões e eventos com pesquisadores do Observatório das Metrópoles. Estas oportunidades possibilitaram construir um melhor entendimento sobre o trabalho de produção de estatísticas e indicadores sociais e sua importância no passado, no presente e no futuro. De modo, que foram as vivências, as observações e anotações sobre estes momentos o pano de fundo desta investigação.

Para a investigação empírica, seleção e organização dos dados de análise escolhemos três distintos indicadores sociais amplamente divulgados no Brasil: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Bem Estar Urbano (IBEU). Cada um com uma construção teórica e modelo matemático distinto. Todavia, todos tem em seu escopo de representabilidade as desigualdades sociais e representações espaciais e territoriais do Brasil. Gerando discussões públicas, percepções e consciências geográficas e territoriais sobre a complexidade e os atravessamentos das dimensões da vida social que se materializam no espaço geográfico e que são abstraídos pelas estatísticas sociais. No Apêndice trazemos uma nota técnica sobre cada um dos indicadores.

Entretanto, perguntas do tipo o que de fato se verifica com o uso de indicadores sociais? São questões que atravessam cada caso de estudo, nos levando a refletir sobre as desigualdades sociais evidenciadas nas estatísticas. Sem deixar de analisar os jogos de forças que acontecem na construção simbólica do espaço feita a partir da dialética: trabalho de produção, usos e apropriação social das estatísticas e indicadores.

Na presente pesquisa buscamos um melhor entendimento sobre a importância da ação política e como ela flui no tempo e no espaço pela relação entre conhecimento

geográfico e a produção de números públicos que representam fenômenos sociais e resultados de práticas políticas sobre os territórios. Refletimos nos estudos realizados sobre qual a importância de estudarmos o meio técnico-científico informacional para a Geografia e para as sociedades, povos e comunidades. Por isto trabalhamos a dimensão simbólica como uma dimensão fundamental desta investigação que se dedicou a estudar e analisar sistemas de mediações. Buscando compreender as relações do trabalho de produção do conhecimento geográfico da realidade com as forças do ordenamento territorial.

No primeiro capítulo apresentamos a construção da pesquisa e seus referenciais teóricos e metodológicos. O segundo capítulo trazemos um estudo sobre a Geografia dos Indicadores Sociais, o terceiro capítulo apresentamos um estudo de caso sobre a territorialização do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Brasil com enfoque na horizontalidade e da verticalidade da produção do espaço como mecanismos do ordenamento territorial da educação no Brasil. No quarto capítulo desenvolvemos uma análise do caso do Índice de Bem Estar Urbano (IBEU) para trazer ao debate atual sobre os indicadores sociais na Geografia uma discussão feita que considera uma perceptiva em paralaxe a partir da crítica da ideologia e do paradigma hegemônico no campo da economia e da produção de conhecimentos e representações enquanto epistemes da realidade.

No quinto capítulo trazemos um estudo sobre a inscrição e territorialização da produção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil analisando a força de sua comunidade epistêmica e sua influência política no ordenamento territorial brasileiro. No capítulo sexto apresentamos uma análise feita sobre o uso e a apropriação do IDH em vídeo aulas de Geografia estudando os processos de construção simbólica do espaço e a dimensão ideologia. No sétimo capítulo então, trazemos nossas considerações finais.

Apontamos ao leitor desta tese, que é relevante considerar como pontos de partida para a leitura e análise, a importância de dimensões teóricas e filosóficas referentes ao pensamento social contemporâneo que nutre as discussões, abordagens de problematização e reflexões suscitadas. Com destaque para abordagens de George

Simmel sobre o espaço social, as de Berger e Luckman sobre os processos de construção social da realidade, as teorias sociológicas de Pierre Bourdieu sobre a dimensão e importância do simbólico, as abordagens pós-estruturalistas decorrentes das contribuições de Michel Foucault em especial a partir da Arqueologia do Saber e de *As Palavras e as Coisas*, onde é evidenciado a importância da ordem dos discursos e dos conteúdos dos enunciados para compreensão das práticas sociais. Também, as contribuições de Jean Pierre Lytoard sobre a crítica da relação entre Capitalismo, Conhecimento, trabalho, ensino, aprendizagem, ética e cultura, abordando como estas dimensões estão atreladas a uma banalização do Conhecimento e a uma cultura típica e em universalização que tem como elementos éticos fundantes uma ethos voltado ao culto do melhor desempenho e a excelência via uma lógica ética e política que marca, evidencia e condena os piores desempenhos, reproduzindo uma cultura competitiva, esvaziadora dos sentidos e significados. Também, se fez de fundamental valia a pesquisa e as discussões levantadas, a importância do debate entorno da avaliação externa das escolas na Inglaterra onde a questão do fetichismo

Por adotar um referencial teórico eclético, para síntese e construção do texto da tese, foi dado um enfoque maior às discussões sobre as evidências e achados ao longo das etapas de pesquisa. De maneira, que ficou de forma breve os apontamentos de importantes referências teóricas e filosóficas desta pesquisa como exemplos de contribuições de escolas e correntes de pensamento que nutriram a construção desta pesquisa.

1. A PESQUISA: ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR DO TEMA, A PROBLEMATIZAÇÃO, AS HIPÓTESES DE TRABALHO E TESE

O poder da Geografia¹ é dado pela sua capacidade de entender a realidade em que vivemos
Milton Santos.

1.1 QUAIS AS RELAÇÕES ENTRE A PRODUÇÃO, O USO E A APROPRIAÇÃO SOCIAL DAS ESTATÍSTICAS E INDICADORES SOCIAIS PARA COM O ESPAÇO GEOGRÁFICO

A literatura sobre o tema das estatísticas e dos indicadores sociais é vasta bem como a discussão ganha repercussão em diversas áreas do conhecimento no Brasil a partir da década de 1970. Como marco da ampliação do debate a década de 70 marca o início de discussões que focaram no uso de informações sociais para promover e avaliar o desenvolvimento social e econômico do país (TABAK, 1971). Como grandes forças de agenciamento desta discussão, partido da escala transnacional, foram criados programas específicos junto a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) entre outros espaços de agenciamento multilateral com influência política e técnica sobre a América Latina que passaram a incentivar a produção de estatísticas e indicadores sociais de forma sistemática e como agenda pública.

No Brasil na década de 1970 o Instituto Brasileiro de Estatísticas (IBGE) foi modernizado tecnologicamente com aquisição de computadores e treinamento de

1 Nesta pesquisa grafamos geografia com a letra g minúscula como expressão do conhecimento geográfico independente e autônomo em relação às referências epistemológicas da ciência Geografia, grafada com a letra g maiúscula.

equipes para a produção de informações e indicadores sociais para a avaliação do desenvolvimento e dos impactos das agendas de políticas econômicas adotadas pelo Estado. Instituições como o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e instituições estatísticas estaduais que constituíram o sistema nacional de estatísticas passaram também a dedicar esforços para promover mais estudos e debates sobre o tema.

Entre as temáticas que derivaram da questão do desenvolvimento estão a planificação (RETTNER, 1977), a qualidade de vida e desenvolvimento social (SCHWARTZMAN; 1974; HAMBURGER, 1975), a implantação de sistemas de indicadores sociais (CONSELHO, DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 1975), suas relações com a eficiência e tomadas de decisão na gestão pública (TYLER, 1970), a construção de um sistema de indicadores para as políticas sociais (BRACOS; LOPEZ, 1980) e os estudos sobre tendências de futuro e antecipação de cenários (EHRlich, 1979). Neste processo, fatos como a criação de programas de políticas de desenvolvimento econômico e interesses de pesquisas que incluíram as agendas contra a fome e a pobreza na pesquisa econômica e social brasileira, territorializam no país na década de 1970 o Movimento dos Indicadores Sociais (MIS). Na Tabela 1 podemos observar uma sistematização feita por Simões e Alckmin (2017 p. 22) sobre os temas abordados pelo IBGE a partir da agenda de trabalho que emerge neste período. Esta síntese demonstra a relação entre problemas e interesses de pesquisa, as agendas políticas e de produção de conhecimento e a inclusão na pauta do trabalho de produção de conhecimento social dos indicadores sociais.

A inscrição dos indicadores sociais na agenda da pesquisa social brasileira foi ganhando capilaridade no território nacional pela promoção de eventos juntos as principais instituições estatísticas, pela circulação de textos para discussão e táticas de apoio à criação de um amplo debate técnico e político sobre a adoção de metodologias quantitativas que poderiam apresentar a discussão pública novos parâmetros e quadros de análise. Envolvendo um debate com atores e agentes produtores de políticas, governos e sociedade sobre as medidas de avaliação da eficácia das políticas e dos investimentos públicos, apresentando um quadro das condições de vida.

[...] qualidade de vida, quando visto além dos problemas de carência, implica uma noção clara e explícita de uma política de desenvolvimento social, em que opções são explicitadas e assumidas, e as conseqüências das diversas políticas governamentais que a elas se referem são continuamente avaliadas. Daí o chamado "movimento de indicadores sociais", um esforço já hoje internacional de desenvolver medidas que possam aferir e acompanhar a qualidade de vidas das populações. Os esforços de estabelecer estes indicadores padecem, usualmente, de duas dificuldades básicas. A primeira tem a ver com o próprio fato da dificuldade de um conceito positivo de bem-estar; os indicadores sociais tendem a se limitar a mensurações conceitualmente triviais de carências de vários tipos, com poucas tentativas de ir mais adiante (SCHWARTZMAN, 1974 p.42)

Tabela 1. Temas Abordados na Síntese de Indicadores Sociais

Temas	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2012	2013	2014	2015	2016
Aspectos Demográficos	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saúde	X	X	X	X	X							X		X			
Educação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Trabalho e Rendimento	X	X	X	X	X	X	X	X					X	X	X	X	X
Domicílios	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Família		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Crianças, adolescentes e jovens		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					
Idosos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					
Desigualdades raciais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					
Mulheres				X	X	X	X	X	X	X	X	X					
Casamentos, separações e divórcios				X	X	X	X	X	X	X	X	X					
Trabalho de crianças e adolescentes				X	X	X											
Distribuição de renda													X	X	X	X	X
Direitos Humanos													X				
Grupos sociodemográficos	X															X	X
Participação político-eleitoral	X																

Fonte: Simões e Alckmin (2017 p.22)

Na Tabela 1 podemos acompanhar a amplitude de temas que se tornaram objetos de representação dos indicadores sociais no Brasil na produção promovida pelo IBGE. É possível evidenciar que os mais diversos campos da vida social passam a ser objetos de representação dos indicadores. Importante lembrar também, a relevância da produção de estatísticas sociais com enfoques e recortes específicos enquanto grupos sociais, para a dimensão gênero e sua crescente relevância social e política.

Para buscar compreender como as pesquisas em Geografia se relacionam a este fenômeno de produção técnica de estatísticas sociais, buscamos mapear na literatura científica estudos que se dedicaram especificamente sobre a relação entre a ciência geográfica e os indicadores sociais. No bojo do estudo e do pensar as relações entre indicadores sociais e a Geografia na literatura internacional encontramos os textos de D. Simth (1972; 1973) abordando motivos de afastamentos e potências de proximidade entre a Geografia e o MIS. E, Herin (1982) que no que lhe concerne, considerou haver uma “Geografia dos Indicadores Sociais” cujo objeto de estudo seria analisar os diferentes desenvolvimentos sociais dos lugares. Recentemente Oliveira (2018) avança na discussão sobre a relação entre Geografia Social e os indicadores levantada por Henri (1982), trazendo elementos de debate como a importância dos indicadores sintéticos e a posição da Geografia em relação a produção, uso, apropriação destes diante da emergência e influência da Agenda 2030 da ONU. Uma vez que a autora observa que a Geografia tem tomado uma posição de uso e apropriação de indicadores sintéticos produzidos em outras áreas do conhecimento em destaque para a Economia.

Es preciso traer del destierro a los indicadores. Son retos inminentes, que debe asumir la Geografía Social, el conocer todos los indicadores existentes (tanto sociales como microeconómicos o sanitarios), el recurrir a los indicadores de sustitución cuando los directos no fueran posibles, realizar su análisis crítico, perfeccionar algunos de ellos si fuera factible, crear nuevos indicadores sintéticos socioespaciales y no limitarse a utilizar los propuestos por economistas y sociólogos. Por ejemplo, los geógrafos deberían intentar aportar algo a la demanda de indicadores en relación con las Agendas Locales XXI que tienen como objetivo lograr ciudades sostenibles y saludables (OLIVEIRA, 2018 p. 705).

As questões colocadas sobre os indicadores sociais e a Geografia por Oliveira (2018) chama a atenção para a dimensão socioespacial contudo, colocando para a discussão a necessidade de considerarmos os elementos teóricos e metodológicos necessários a um aprofundamento da questão basilar que se refere a produção, uso e apropriação dos indicadores sociais através de epistemologias geográficas. Cabe salientar aqui a importância da discussão suscitada pela autora e a relevância de atentarmos para a universalização do uso de indicadores sintéticos promovidos pelas agendas internacionais sem deixar de fazer o questionamento de como está e como tende a se posicionar cientificamente a Geografia diante deste processo global de produção de políticas. Ensaando considerações nessa linha de discussão, Sultana (2018) levanta a questão do engajamento político e o *advocacy* por parte da Geografia em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, a semelhante modo como feito por D. Smith na década de 1970 levanta a relevância da dimensão ética diante do tema dos indicadores sociais e das agendas políticas atuais.

No Brasil as discussões sobre a agenda de trabalho de produção de indicadores sociais têm como principal referência o IBGE que desde a década de 1970 é um ator o qual tem concentrado esforços para a promoção não somente da produção de informações de discussões, avaliação histórica e reflexão sobre o tema.

A história dos indicadores sociais no IBGE está ligada às transformações que, de tempos em tempos, abalam as estruturas políticas, econômicas e sociais dos países, pois são mudanças paradigmáticas, que envolvem a construção de novos olhares sobre o mundo (KUHN, 2010). Foi assim no Movimento dos Indicadores Sociais, que representou o momento em que a problemática que envolvia a relação causal entre desenvolvimento e crescimento econômico foi colocada no centro dos debates políticos e acadêmicos. Da mesma forma, as transformações estruturais ao longo dos anos de 1980 e 1990 trouxeram mudanças no formato e no escopo dos indicadores sociais, estando os mesmos respaldados por um paradigma que concebia o desenvolvimento a partir do aprofundamento das relações mercantis. [...] Esta dinâmica está por trás do surgimento e tem pautado a evolução da área de indicadores sociais no IBGE, conferindo sentido ao seu processo de trabalho, que está voltado à análise das condições de vida da população brasileira. Nesses mais de 40 anos a GEISO — através do IBGE — tem fornecido informações sociais para que os formuladores de políticas públicas possam traçar os rumos do desenvolvimento brasileiro. As perspectivas futuras apontam para o aprofundamento deste processo, impulsionado pelas agendas internacionais de desenvolvimento que têm demandado aos países uma participação que envolve não apenas a produção de um número cada vez maior de indicadores como também a participação em fóruns de discussão, onde questões conceituais são frequentemente abordadas. (SIMÕES; ALCKMIN, 2017 p.24).

Na área da Geografia no Brasil no que lhe concerne, reconhecemos a tese de Milléo (2005) com orientação de Ruy Moreira como a única pesquisa que aprofundou o tema problematizando dimensões como ideologia, as heranças históricas e filosóficas do MIS e os afastamentos da Geografia com o Movimento. Buscando também, pensar elementos de aproximação, e reconhecer a potência política dos indicadores sociais e a necessidade de se refletir mais sobre o tema. Milléo (2005) contribui com um enquadramento epistemológico dos indicadores sociais pela viés da teoria geográfica de Milton Santos, os enquadrando teoricamente como “objetos técnicos” (SANTOS, 2006). É partir destas contribuições que a presente pesquisa busca avançar mais alguns passos para compreendermos os indicadores a partir da Geografia.

Na literatura especializada de outras áreas científicas que se dedicam ao tema dos indicadores sociais a Sociologia das Estatísticas (DE PAIVA; RIO CAMARGO, 2009) vem destacando estudos da construção simbólica das sociedades considerando a dimensão da demanda e as estatísticas do social como “tecnologias de governo” dos Estados nacionais e do domínio político. Na atualidade no Brasil as discussões em torno dos indicadores sociais têm levantado questões históricas e aprofundando o debate crítico e metodológico.

As pesquisas de Jannuzzi (2001; 2002; 2004; 2012) são um exemplo de proposições e de discussão sobre o tema, que apresentam uma atualização da dimensão técnica abordando desde a demanda crescente por indicadores sociais como sua conceituação. Diferenciando indicadores sociais das estatísticas sociais simples e dos dados brutos ou microdados. Por serem os indicadores, medidas atreladas a uma construção teórica e a formulações de problemas e hipóteses verificáveis, envolvem sistemas de valores, objetivos e também subjetividades e racionalidades políticas. Logo, possuem um sistema de valor hegemônico por um grupo social, uma dimensão epistêmica própria atrelada a teoria de embasamento conceitual e metodológico, diferenciando-se em relação às concepções para pesquisas acadêmicas e para pesquisas pragmáticas de avaliação de efeitos de políticas. Nesta dimensão é importante reconhecer e avaliar os limites, as dimensões políticas, ideológicas e éticas da produção, uso e apropriação das informações sociais.

A demanda acelerada por estatísticas e indicadores sociais está diretamente atrelada às reformas administrativas e de gestão pública do Estado, como também é influenciada pela emergência de um paradigma gerencialista na Administração Pública e seu impacto técnico, político e ético. Podemos citar como parte das reformas administrativas e de gestão a forte influência da institucionalização do controle social e das controladorias por parte dos Tribunais de Contas e os efeitos da responsabilidade fiscal nos sistemas de práticas de governo e de produção de políticas.

A crescente demanda por estatísticas e indicadores sociais pode ser também relacionada no Brasil as demandas da descentralização tributária, a institucionalização do planejamento urbano pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Cidade (2001), o aumento de comunidades epistêmicas em torno das agendas sociais, a crescente escassez de recursos, as demandas do planejamento municipal, a crescente criação de agendas sociais locais, as demandas das elaborações de Planos Plurianuais e demandas das agendas globais pactuadas pelo país. Portanto, trata-se de uma dimensão da evolução técnica política dos modelos organizacionais do Estado.

As discussões atuais sobre a produção de indicadores sociais vão ao encontro do debate histórico sobre os paradigmas do desenvolvimento e a hegemonia. Problematizam-se tanto os modelos de desenvolvimento, como as estatísticas e os indicadores utilizados para sua avaliação e monitoramento. Como são questionadas as hegemonias técnicas, políticas e econômicas, problematizando as legitimidades e as narrativas que construímos a partir das informações sociais. De modo, que são construídas como parte de pautas contras hegemônicas, pesquisas que trabalham com estatísticas via um paradigma emergente e via a problematização política do significado dos números públicos e os sentidos éticos de suas apropriações para a construção e desenho de políticas. Nessa linha de trabalho, destaca-se a produção de estatísticas sociais, indicadores ambientais e socioambientais quando produzidos para problematizar o modelo de desenvolvimento hegemônico (VAN BELLEN, 2005; SICHE, 2007; VEIGA, 2009; 2010; CARVALHO, 2018)

A revisão da literatura sobre os indicadores sociais nos permite identificar que como questão central temos as discussões sobre as teorias do desenvolvimento e o que

tem sido possível demonstrar a partir dos dados e indicadores produzidos pela promoção da agenda de trabalho de produção que emerge dos anos 1960 e se consolida nos anos 1970. Se fazendo a relação entre a pesquisa empírica, a reflexão sobre os conceitos que orientam a produção de política e os fatos sociais analisados e comparados via os indicadores. De modo que, se debate sobre as lutas sobre os direitos civis, a produção de políticas que impactem positivamente as condições de vida e em especial das pessoas mais pobres.

O surgimento, seja na academia ou junto à esfera política (como no relatório Sarkozy), de novas abordagens sobre o desenvolvimento, sinalizou uma ampliação crescente na robustez conceitual das agendas dos organismos internacionais. Desde início dos anos 2000 estas passaram a contar com novos fundamentos conceituais, responsáveis pela consolidação de um novo paradigma de desenvolvimento, em gestação desde meados dos anos de 1990, e que tem como principal característica a adequação entre o estímulo a ações voltadas ao aprofundamento das relações mercantis e a proposição de políticas para correção de falhas neste processo. . Em outras palavras, a relação causal entre desenvolvimento e crescimento econômico foi substituída por uma relação onde o primeiro se encontra conceitualmente fundamentado na expansão das relações de mercado, que abrange não apenas o crescimento econômico, como também inclui seus efeitos adversos sobre as condições de vida das populações. É a partir dessas contradições sistêmicas ou simplesmente falhas de mercado que surgem as modernas agendas internacionais de desenvolvimento (SIMÕES; ALCKMIN et al 2017, 23).

Logo, ao se relevar a importância das “modernas agendas internacionais de desenvolvimento” (SIMÕES; ALCKMIN, 2017 p.23) também precisamos buscar melhor compreender a dimensão técnica e política dos indicadores buscando analisar este contexto avaliando hegemonias e contra hegemonias no processo de produção deste tipo de informação, com um enfoque na simbolização dos conceitos e da realidade social decorrente. Como abordagem estudamos a produção, o uso e as apropriações dos indicadores sociais os considerando um produto técnico do trabalho de pesquisadores que realizam a construção teórica e técnica materializada em ‘objetos técnicos’, os quais são inseridos no espaço geográfico via “sistemas de ações” e por relações com outros objetos técnicos configurando circuitos de mediação para a ação política no espaço-tempo. Está lógica do trabalho de produção de estatísticas e indicadores sociais, configuram circuitos técnicos da “psicoesfera” do espaço (SANTOS, 2006), inscrevendo

nos objetos técnicos produzidos, determinadas funções simbólicas e de significação do espaço geográfico.

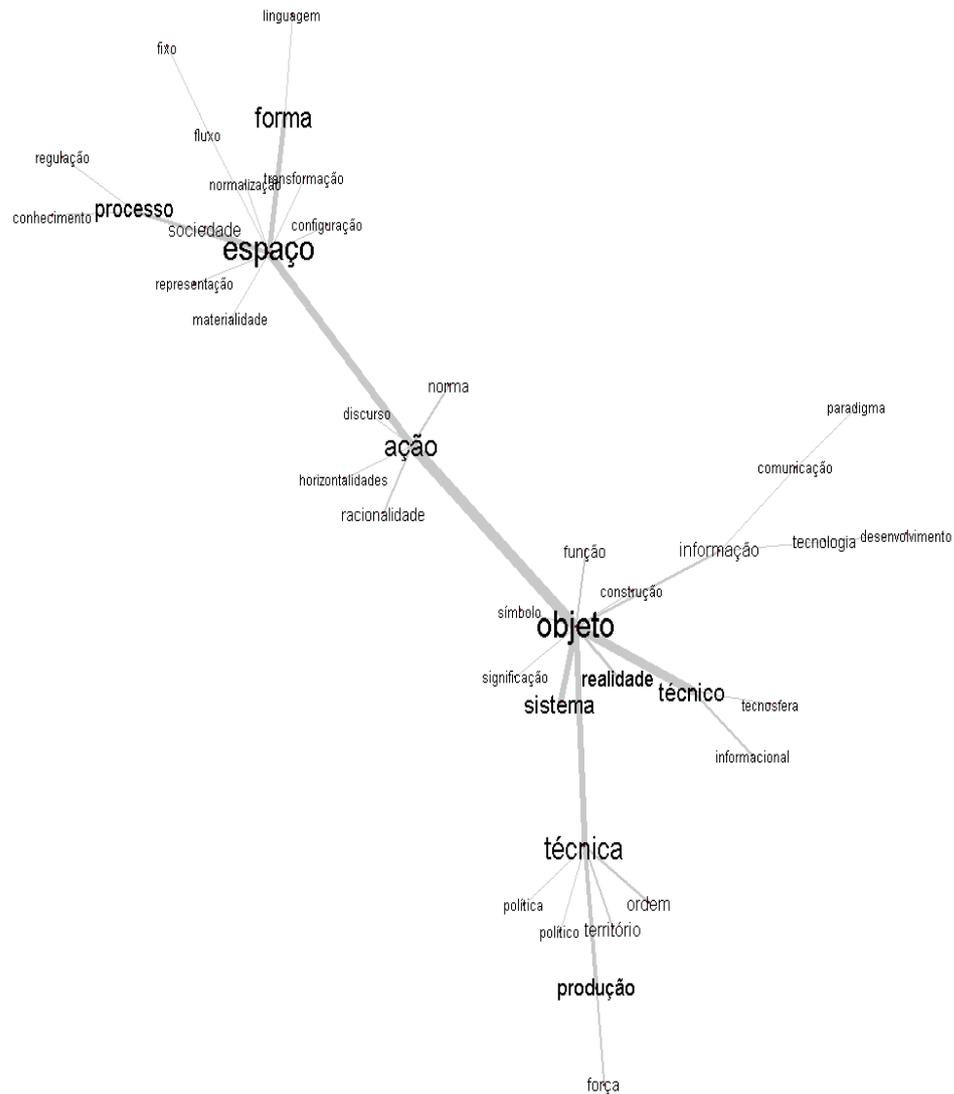
Na Figura 1 a seguir montamos um grafo em árvore para expor a partir de Santos (2006) uma síntese de categorias e subcategorias que ocupam um papel importante no marco teórico adotado para esta pesquisa. Os estudos sobre os usos das estatísticas evidenciam sua função na construção simbólica pela influência na construção de categorias de percepção da realidade, orientação das práticas espaciais e da ação no espaço-tempo (BESSON, 1995). Estas racionalidades e artificialidades do uso das estatísticas, da informação e do conhecimento, pelo que compreendemos dos estudos realizados, em tese possibilita a transformação do espaço geográfico em “meio técnico-científico informacional” para a ação política no território materializando seu ordenamento (SANTOS, 2006).

Quando refletimos sobre os afastamentos e proximidades da Geografia com as estatísticas e indicadores sociais, evidenciamos que há a necessidade de buscarmos compreender melhor a importância da Geografia Quantitativa no Brasil e seu engajamento político e as estratégias para a transformação social. De modo, que identificamos que a Geografia vem desde os anos 1960 tendo diferentes aproximações e clivagens com a produção de estatísticas e indicadores sociais, bem como com o Movimento dos Indicadores Sociais (MIS). Estas proximidades e distanciamentos evidenciam uma grande potência de confluências de forças de produção da transformação social e territorial. Potência materializada em objetos técnicos para a ação e transformação do espaço.

Tomamos três categorias conceituais da teoria geográfica de Santos (2006) como principais, o espaço, a ação e os objetos para identificar qual a relevância da construção simbólica do espaço geográfico quando o tema é os indicadores sociais e a Geografia. Notamos que no gráfico da Figura 1, em torno da tríade espaço, ação e técnica há subcategorias as quais a partir de Santos (2006) podemos reconhecer as relações de sentido e significado para as forças de produção da transformação do espaço geográfico. No nosso caso de pesquisa, considerando os usos e a apropriação da informação social

para o conhecimento geográfico e projeção da ação política via o ordenamento territorial.

Figura 1. Relação espaço, ação e objeto técnico em Milton Santos (2006)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de exploração do texto Natureza do Espaço (SANTOS, 2006) utilizando o software IRAMUTEQ

Figura 2. Sistematização de Subcategorias do Objeto Técnico



Fonte: do autor gerado com Iramuteq Alpha 2 a partir de Santos (2006)

Este exercício de construção teórica do objeto de pesquisa, envolve uma exploração do significado do conceito de espaço geográfico e da sua relação com técnica e a política em Santos (2006). Este enquadramento teórico nos auxilia na construção da abordagem do problema de pesquisa que se focou na dimensão simbólica analisando significados e sentidos. Esta abstração nos ajuda a reconhecer com mais clareza o vocabulário e o conjunto de categorias que constituíram os fundamentos da construção teórica da investigação. Servindo de referências para os fundamentos metodológicos adotados.

Na Figura 2 podemos observar que em Santos (2006) encontramos uma relação forte entre os objetos, os sistemas técnicos e a realidade, configurando um sistema simbólico cuja função é a significação informacional e simbólica. Bem como, observamos que é a partir do objeto que podemos reconhecer as relações da ação com o espaço e

com a informação por conseguinte com a comunicação e os paradigmas, com a tecnologia e com o desenvolvimento.

Ao verificarmos como Milton Santos (2006) abordou as relações entre espaço, objetos, ação, técnica e a produção material e imaterial das sociedades, evidenciamos que estas relações na teoria geográfica do pesquisador expressam um movimento de totalização materializada no espaço geográfico. Evidenciamos então, que os objetos são compreendidos como inanimados, ou seja, não tem ação ou vida própria. Todavia, possuem funções fundamentais no movimento de totalização do espaço geográfico e na construção da realidade no modo de produção Capitalista e nas configurações territoriais por estabelecerem sistemas de mediação. Por conseguinte, elementos como signo, símbolo, a técnica, o tempo, a hegemonia, a ideologia e a norma tem funções estruturantes dos sistemas de ações e dos sistemas de objetos que configuram a materialidade do espaço geográfico e a sua complexidade. A partir da “referência aos símbolos que encarnam” de J. Baudrillard trabalha a ideia de que “os objetos não têm existência fora das atividades simbólicas da sociedade” (SANTOS, 2006 p.66). Explicando que as relações que temos com os objetos técnicos, são produtos de um trabalho simbólico, que conectam sentido para o suprir das necessidades e desse modo, geram ações simbólicas que ganham existência e movimento no espaço-tempo, fluindo pelos sistemas de objetos que configuram o meio técnico-científico informacional. Está lógica simbólica é imbuída da racionalidade que cria as funções para os objetos e a eles imbuem significado e o poder de significação do espaço.

Os estudos sobre a produção das estatísticas têm abordado enfoques na dimensão institucional, política e do poder imanente no espaço geográfico (SENRA, 2009). Camargo (2009) coloca que estes estudos focaram a importância da organização do trabalho ao longo do tempo. É nessa linha de investigação que Bruno Latour (2000) vem chamando a atenção para as escolhas e as controvérsias entre os pesquisadores no processo de definição de critérios, conceitos e categorias que vão determinar os resultados das pesquisas. Pois, muitas vezes a dimensão política e interesses externos às instituições de pesquisas direcionam as forças de produção que definem o produto e os resultados do trabalho dessas instituições, direcionando o impacto social das pesquisas de instituições as quais Latour chama de “centros de cálculo”.

Na abordagem de Herin (1982) os indicadores foram considerados como instrumentos de representação do social de suma importância. Herin (1982) nos falou de uma “Geografia dos Indicadores Sociais” cujo objeto de investigação seria o desenvolvimento dos lugares chamando a atenção de um compromisso ético da Geografia para com a análise das diferenças entre os lugares. Contudo, quando enquadrados os indicadores, geograficamente como “objetos técnicos” (MILLÉO, 2005), mudamos a perspectiva sem desconsiderar a dimensão pragmática das estatísticas e indicadores sociais. Porque, os indicadores não são mais observados cientificamente como meras representações do social e do espaço. Mas, como objetos que fazem parte de uma complexa rede técnica configurada em um sistema de fluxos de ações mediadas por objetos técnicos, produzidos para capturar simbolicamente o social e o espaço para sua transformação, criando um meio técnico-científico informacional configurado por sistemas de “espaços de representações” (LEFEBVRE, 2013).

A partir desta perspectiva abrimos então um diálogo com a Sociologia das Estatísticas e com a Sociologia do Conhecimento (SCHWARTZMAN, 1997; H. SANTOS, 2006, 2012; SENRA, 2005, 2008, 2009) indo ao encontro de temas que são comuns aos nossos interesses de trabalho de investigação, como a produção e os usos dos indicadores. Evidenciando que há uma relevância simbólica que se remete a produção do objeto técnico e também ao fluxo de ações que envolve a construção da realidade, seus usos como informação, como dispositivo de comunicação e como elementos de paradigmas do desenvolvimento e da tecnologia de políticas.

Por isto, acrescentamos em nossa pesquisa, a apropriação como uma subcategoria pois, buscamos entender como ocorrem a construção simbólica em torno dos indicadores sociais nos campos científicos e na esfera institucional dos centros de pesquisa, ou junto a governos. Compreendendo como tais estatísticas sociais influenciam as construções simbólicas do espaço, por isto estudamos as dimensões da “tecnoesfera”, “psicoesfera” e do cotidiano (SANTOS, 2006). Sem desconsiderar as forças sociais que propulsionam o trabalho de produção das estatísticas e dos indicadores sociais nas instâncias institucionais do trabalho técnico científico e político transformador.

Buscamos compreender também, como as informações sociais tendem a ser usadas em um cotidiano da vida fora dos escritórios e laboratórios, nos interessa como dados e produtos de uma construção teórica e técnica são apropriados para fins de localização de características do social, conhecimento sobre processos sociais para a construção de mapeamentos e diagnósticos do social que vão orientar o conhecimento geográfico, sistemas de práticas e de ações. Por que também nos interessa como este fenômeno técnico e político se territorializa no dia a dia das pessoas e atua na totalização do espaço geográfico e na sua transformação em meio técnico-científico informacional.

As estatísticas e os indicadores sociais fazem parte de um conhecimento geográfico em construção no tempo e realizado por uma pluralidade de projetos e ações. Por isto sentimos a necessidade de melhor compreender este fenômeno técnico pela dimensão simbólica e política buscando compreender seus efeitos para a transformação dos espaços sociais e geográficos.

No que trata o uso no trabalho científico em Geografia seja qual for a tendência ou corrente em análises geográficas (pragmáticas, críticas, neo-positivistas, pós-críticas, culturalistas, construtivistas, movimento ético, etc.) estes objetos são presentes no cotidiano de trabalho. E, tais usos se diferenciam pela abordagem de pesquisa e linhas de investigação de cada agenda de pesquisa na qual o trabalho de conhecimento está inscrito e a forma de atuação da comunidade epistêmica no “campo simbólico” (BOURDIEU, Et Al, 1989). No dia a dia das pessoas os indicadores sociais estão nos noticiários, estão presente em uma gama muito grande de discursos e estão presentes no ordenamento jurídico através de presença em textos de leis e na cultura através de presença na imprensa, nos discursos cotidianos, nas aulas e no currículo educacional.

Nas pesquisas em Geografia que fazem o uso das estatísticas e dos indicadores sociais, apesar das contribuições de Milléo (2005) ainda é desconsiderado as dimensões de objetos técnicos dos indicadores sociais e os efeitos geográficos, políticos, ideológicos e mesmo epistemológicos decorrentes de seus usos. Bem como, parece ser ainda, incipiente a reflexão sobre a importância atual das estatísticas e dos indicadores sociais para a Geografia diante do debate sobre a produção de consciências geográficas

enquanto conjuntos de imaginários geográficos e percepções do espaço pela dimensão do simbólico. De semelhante maneira, observamos que vem sendo pouco observado uma relação entre indicadores sociais e teoria geográfica, com a história do pensamento geográfico, e com as relações com as escolas e tradições de pesquisa em Geografia. Por isto, sem a intenção de esgotar o tema e diante de sua complexidade, evidenciamos sua importância.

Quando observamos quais temas os indicadores sociais estão relacionados em pesquisas dentro da área da Geografia, a presença do tema das desigualdades sociais se destaca seja em campos como Geografia Urbana, Geografia da População, Geografia Agrária, Geografia da Saúde, Geografia de Gênero, Geografia Cultural entre outras linhas de pesquisas. Em perspectivas muito próximas a que Henri (1982) chamou de “Geografia dos Indicadores Sociais”. Com abordagens que na grande maioria são de usos para descrever e ou explicar as desigualdades sociais e entre áreas e territórios. Quando utilizados, os indicadores sociais ganham funções de descrever contextualidades de áreas e lugares de pesquisa e processos do social. De tal modo, que são apropriados em diversas narrativas geográficas sobre o espaço.

No que se refere aos usos dos indicadores como dispositivos de gestão, estas práticas se diferenciam pela sua relação com o gerencialismo e com matrizes utilitaristas do controle social do Estado sobre os recursos e o território. Como também é presente a oposição política e ideológica, por viés de matrizes sociológicas da gestão e do controle social, voltados à democratização das sociedades e do Estado.

As primeiras décadas do século XXI, entre os usos mais recorrentes na Geografia, ocorrem os que se direcionaram a produção de sistemas de indicadores e os que os utilizam como base de análise e argumentação sobre a lógica de produção de injustiças sociais e desigualdades, se destacando as abordagens que invocam um conceito de exclusão social, os estudos de segregação urbana, problematizações em relação ao direito à cidade, as geografias das desigualdades de oportunidades e da precarização social. São destaques deste período, projetos desenvolvidos junto a UNESP Rio Claro com pesquisas que trabalharam com a construção de sistemas de indicadores sociais para análises territoriais com abordagens semelhantes a do Mapa da Exclusão Social da

cidade de São Paulo coordenado por Eloísa Sposat (1996; 2001) e estudos de análise espacial coordenados por Geraldo Câmara junto ao INPE. Desde os anos de 1990 se observou também, a emergência do foco na relação territorial e os indicadores sociais sendo muito associada ao trabalho de produção de indicadores sintéticos multidimensionais e a produção de representações espaciais das desigualdades sociais.

Ao retornarmos as origens do advento dos indicadores sociais na década de 1970 investigando a literatura especializada, evidenciamos ser época de um momento histórico de profundas transformações da Geografia e a emergência de uma Geografia Social Ativista (com influências da hermenêutica anarquista, (re)interpretações do marxismo e surgimento da fenomenologia) e uma Geografia Radical (sob influência do materialismo histórico), correntes de pensamento e práticas de pesquisas geográficas que não se articularam ou não aderiram ao Movimento dos Indicadores Sociais. Contudo, fizeram usos das estatísticas sociais para suas argumentações e estudos, se articulando também as agendas sociais da época.

No país, a relação com a produção de indicadores sociais e a Geografia no Brasil passou a ter linhas de pesquisas envolvidas a partir do século XXI com destaque para pesquisas realizadas junto ao IBGE, IPEA, INEP, UNESP, FGV, INPE entre outras instituições de pesquisa com linhas de trabalhos de construção na área de sistemas de indicadores sociais para mapeamento das desigualdades sociais e territoriais. Também, podemos observar a relação da “Geografia Teorética” (MORAES, 2003) com a agenda política do Movimento dos Indicadores Sociais (MIS) materializada em comum na agenda de trabalho e pesquisa do IBGE e nas publicações da Revista Brasileira de Geografia do IBGE nos anos 1970 e 1980.

GRUPO PROJETO DE INDICADORES SOCIAIS

Programa de trabalho para 1975

O crescimento e a complexidade de projetos e programas de desenvolvimento nacional vêm ampliando consideravelmente, em diferentes áreas de atuação, a demanda de estatísticas. Para atender a essa procura o Grupo de Indicadores Sociais da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento, da Diretoria Técnica do IBGE, segue agenda de estudos e pesquisas especialmente elaborada. Para o ano de 1975 estão previstas, em resumo, as seguintes atividades principais: 1 - Estudo do trabalho feminino no Brasil a partir de tabulações especiais do Censo Demográfico de 1970, nas quais fecundidade é relacionada à característica da mãe, tais como: idade, condição de atividade, ocupação, educação, renda própria, tipo de união e renda familiar. 2 - Implantação de um

sistema de informações para os centros urbanos atendendo, numa primeira etapa, às áreas metropolitanas e, posteriormente, a outros centros de alta hierarquia no sistema de cidades brasileiro. Este sistema pretende, dentre outros objetivos, servir de apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. 3 - Levantamento de indicadores de saúde, avaliação dos já existentes e estudos comparativos dos indicadores calculados por diversos países, bem como uma crítica ao elevado sub-registro de nascimentos e óbitos. 4 - Estudo do padrão de vida dos assalariados e trabalhadores por conta própria, urbana, através de análise do processo de determinação do salário com base nos dados coletados pela ENDEF sobre famílias assalariadas. 5 - Estudo da viabilidade de execução de análise projetiva do crescimento demográfico e matrícula escolar, suas vinculações com o comportamento do sistema educacional como um todo e implicações na estrutura econômica e social do País. 6 - Estudo de Mobilidade Social com base nos dados do Suplemento PNAD-73 elaborado pelo GPIS. Tratar-se-á, especialmente, de estudar a estratificação social sob o aspecto distributivo, isto é, a maneira pela qual os diferentes fatores se distribuem por uma população dada. Tais fatores são, por exemplo, renda, ocupação, cor e outros. Pretende-se determinar, a partir destes dados, as taxas de mobilidade ocupacional de uma geração para outra, assim como, a partir destas taxas, estudar as políticas pertinentes à mobilidade social como políticas de distribuição de renda, emprego, educação etc. (IBGE, 1975 p.196-197)

No excerto citado podemos ver a agenda de trabalho do IBGE já institucionalizada em 1975. De modo, que a agenda vai desenhando as linhas de interesses e a construção dos bancos de dados e dos sistemas de indicadores. Nota-se também, que além da produção sistematizada de informações e estatísticas sociais o IBGE também atuou nas análises desses dados. Na publicação “Indicadores Sociais: passado, presente e futuro” organizada por Simões e Alckmin (2017) podemos encontrar um importante registro sobre a história dos indicadores sociais no Brasil.

As origens da área de indicadores sociais no IBGE remontam ao início dos anos de 1970, mais especificamente a 1973, quando o então presidente do Instituto, o economista Isaac Kerstenetzky, criou o Grupo Projeto de Indicadores Sociais — GPS. Esta iniciativa, que fazia parte da estratégia brasileira de subsidiar o país com informações sociais necessárias ao planejamento estatal, deve ser entendida em um contexto relacionado às transformações ocorridas ao longo dos anos de 1960 nos Estados Unidos, originárias do chamado movimento de indicadores sociais. O marco inicial do referido movimento foi o seminário Social Indicator, organizado pela American Academy of Arts and Science, sob a coordenação da Agência Espacial Americana (NASA), algo aparentemente inusitado que fazia parte do conjunto de projetos que integravam o programa espacial americano. O objetivo, neste caso, era avaliar os impactos do referido programa sobre as condições de vida da população dos Estados Unidos. Seu coordenador, o professor e pesquisador Raymond Bauer, também foi responsável pela edição do livro que forneceu as bases conceituais para que o movimento ganhasse densidade e se espalhasse por outros países: *Social Indicators*, publicado em 1966 foi além de apenas compilar as principais conclusões do seminário trouxe para o campo da pesquisa científica questões políticas e sociais nas quais os Estados Unidos vinham passando naquele momento (NOLL, 2002). Como principal questão, a ampliação das

reivindicações por direitos civis, que foi conduzida principalmente pelo movimento negro que ganhou adeptos entre outras minorias, como os latinos, deu origem à lei dos Direitos Civis (Civil Rights Act) de 1964, produzindo reações dos setores mais conservadores da sociedade americana. (SIMÕES, ALCKMIN, SANTOS, 2017 p. 22)

Na Revista Brasileira de Estatística do IBGE observamos em uma grande gama de artigos publicados o vínculo da Geografia com a agenda política da fome, da pobreza e da análise do desenvolvimento social que era uma agenda comum do MIS. Nesse bojo de linhas de estudos, podemos citar Galvão e Faisal (1970) e Faisal (1989) que abordam a questão da análise fatorial com dados e estatísticas sociais. Nessa dimensão, observamos fatos que nos permitem que nas décadas de 1970 e 1980 já ocorrerá certas aproximações entre a Geografia e o MIS mediante uma agenda comum e estratégias de produção e usos das informações estatísticas e dos indicadores sociais para provocar e promover discussões que viessem a contribuir e impactar as agendas políticas do país. A Geografia Quantitativa pode também ser reconhecida como uma linha de ação política e epistêmica em Geografia que se aproximou e muito do Movimento dos Indicadores Sociais (MIS) em suas versões estadunidense e inglesa fazendo parte de sua territorialização no Brasil.

“... entre 1967 e 1969, o IBGE recebeu três visitas muito importantes. Os geógrafos John P. Cole, Brian Berry e John Friedman chegaram com uma valiosa bagagem: livros, manuais, programas de computador para tratamento de dados e a ambição para difundir seus conhecimentos em relação a nova geografia praticada nos mundos de língua inglesa. É interessante notar que essas três visitas propiciaram um envolvimento extenso com a geografia quantitativa, do ponto de vista teórico, metodológico e prático. John Peter Cole contribuiu para o aprendizado das técnicas geografia quantitativas. O geógrafo era já uma grande referência por conta do livro *Quantitative Geography* (Cole e King, 1966) – verdadeira bíblia da geografia quantitativa entre os geógrafos brasileiros; Brian Berry que conectava desenvolvimento, planejamento, teoria e técnicas – em inúmeros artigos que havia publicado até aquele período sobre sistemas urbanos e planejamento; e Friedmann que se destacava como um dos grandes teóricos do desenvolvimento com a teoria centro-periferia (LAMEGO, 2014 p.3)

A análise de Lamego (2014 p.5) sobre a Geografia Quantitativa ou Geografia Teorética (MORAES, 2003) compreende que a “reação à matemática é uma questão crucial se quisermos entender o processo de difusão da geografia quantitativa no Brasil e entender boa parte de suas críticas”. O argumento da análise está na relevância do domínio técnico das técnicas quantitativas que estavam sendo utilizadas em pesquisas nas áreas humanas no cenário internacional. Para Lamego (2014 p.5) o “adotar a

geografia quantitativa incluía entender e dominar suas técnicas. Entendimento e domínio, no que lhe concerne, dependiam de tomar lições naquela nova linguagem”. Inclui também a relevância de “posse de certa habilidade” que não se tinha no país.

Na interpretação de Lamego (2014) para que o domínio técnico e a apropriação de teorias e metodologias que estavam sendo utilizadas no âmbito internacional se efetivasse no Brasil e ganhassem confluência com as demandas do projeto de sistema estatístico nacional. Foi necessário uma certa influência sobre a comunidade científica de geógrafos e não geógrafos. Senra (2008) ao estudar a história do sistema estatístico brasileiro, identifica uma grande influência da comunidade da Geografia do IBGE junto às presidências da instituição no que tange na construção de estratégias de modernização, informatização e alinhamentos com perspectivas de análise que dessem conta das agendas de pesquisas demandadas.

“... para que tal ambiente se realizasse realmente era preciso pôr em operação um importante instrumento constitutivo do universo sociológico do fazer ciência: a persuasão. O poder de convencer e de arregimentar um crescente número de signatários, sendo esta a estratégia que garantiria o avanço da geografia quantitativa. No entanto, em um espaço de coexistência de muitas visões distintas sobre a disciplina, tal estratégia encontrava alguns obstáculos que precisavam ser superados estreitamente conectados ao jogo das relações e conflitos profissionais. Sobre isto, diz Latour que quando nos dirigimos da vida ‘cotidiana’ para a atividade científica, do homem comum para o da ciência, dos políticos para os especialistas, não nos dirigimos do barulho para o silêncio, da paixão para a razão, do calor para o frio. Vamos de controvérsias para mais controvérsias. (...) Na verdade, o barulho é maior, e não menor (Latour, 2000, p. 53). Naquele IBGE de fins da década de 60, o ‘barulho’ envolvia duas importantes figuras, cujas histórias na instituição são merecedoras de atenção: Lysia Bernardes e Speridião Faissol. Lysia Bernardes e Faissol podem ser considerados líderes de círculos de afinidade dentro do IBGE, seriam, também, herdeiros de um ‘barulho’ pretérito, envolvendo o ‘grupo’ do Macedo e o ‘grupo’ do Zarur. Lysia e Faissol alternaram-se nos postos de alto poder do IBGE, numa gangorra que segundo Almeida (2000, p. 144) perdurou de 1956 a 1968 (LAMEGO, 2014 p.7).

Por conseguinte, o tema de pesquisa aqui trabalhado visa melhor compreender as relações entre a Geografia, as estatísticas e os indicadores sociais, partindo de uma interpretação histórica e geográfica para poder realizar uma análise de como ocorre a influência da produção, dos usos e das apropriações dos indicadores sociais na construção simbólica do espaço. Observando as configurações dos sistemas de mediações, que se remetem a circuitos da ação via “espaços de representação” os quais

tratou Henri Lefebvre (2013) e da relação entre a “tecnoesfera” e a “psicoesfera” do espaço geográfico e que Milton Santos abordou quando demonstrou em Santos (2002) uma abordagem do processo de totalização do espaço geográfico e sua transformação em meio técnico-científico informacional. Por isto, cremos ser relevante recuperar a importância do domínio técnico das estatísticas e dos indicadores sociais na Geografia brasileira para podermos melhor avaliar os processos contemporâneos e reavaliar quais são as clivagens e as aproximações desta com o Movimento dos Indicadores Sociais e com a construção das agendas de pesquisa e das agendas políticas no país.

O uso disseminado de estatísticas, expostas em forma de tabelas extensas ou gráficos – que figurou como uma das marcas das pesquisas de geografia feitas no IBGE a partir da década de 50, resultado de um grande empenho em sistematização da produção do instituto – acabou contribuindo para gerar certa confusão. Ou seja, não bastava que o artigo estivesse recheado de tabelas com índices e gráficos para classificá-lo como um exemplar da geografia quantitativa. Até mesmo porque, diversos economistas e estatísticos expuseram suas pesquisas nas páginas da RBG e seguiam tendências outras que aquelas adotadas pelos geógrafos quantitativos que realmente qualifica um trabalho como filiado à geografia quantitativa são as referências bibliográficas utilizadas, bem como os conceitos postos em uso. [...] O uso freqüente de técnicas quantitativas sem a devida adoção da metodologia e das bases teóricas revelou-se mais comum que o esperado. O que permitiu inferir que, a partir de determinado ponto houve gradações no que tange à adoção da geografia quantitativa pelos geógrafos do IBGE, especialmente entre aqueles que poderiam ser considerados pertencentes a uma segunda geração (em sua grande maioria discípulos de Faissol). Cabe ressaltar que, a partir de meados da década de 70, alguns geógrafos de fora do IBGE também começaram usar as técnicas quantitativas. Tal fato, ao mesmo tempo, em que indica o papel do IBGE como disseminador das técnicas quantitativas, por outro lado aponta que essa disseminação se deu de forma híbrida, alguns geógrafos assumiram o projeto como um todo, já outros adotaram a geografia quantitativa de forma bastante superficial. (LAMEGO, 2017 p. 9).

Portanto, a importância do tema das estatísticas e dos indicadores sociais para a Geografia se remete a considerar historicamente como temos lidado com os nexos entre números públicos, espaço, território e as agendas políticas. E, como vem sendo a atuação da comunidade geográfica junto ao Movimento dos Indicadores Sociais e comunidades epistêmicas que vem influenciando a produção de políticas e reformas do Estado.

1.2 MÉTODO E METODOLOGIA

1.2.1 Estudos de casos

O desenho metodológico adotado realizou estudos de casos, estudando indicadores sociais sintéticos que expressam a relevância do fenômeno técnico analisado e que nos permitem compreender melhor a relação entre as estatísticas sociais, a construção simbólica do espaço e suas relações com a captura do espaço geográfico e sua transformação em meio técnico-científico informacional. Organizamos uma metodologia comum para os estudos de caso, com coerência de base teórica, categorias e técnicas de análise para se diferenciar de um estudo exploratório e garantir os devidos aprofundamentos.

1.2.2 Dados e desenho do modelo de análise

Os dados para as análises de verificação das hipóteses de trabalho foram classificadas em fontes primárias e secundárias. Sendo as primárias:

- a) documentos de políticas como textos de leis, projetos de leis e relatórios técnicos os quais receberam leitura e análise de conteúdo com auxílio de técnicas de análise do discurso direto com uso da plataforma Iramuteq (LOUBÈRE; RATINAUD, 2014);
- b) textos de publicações científicas de apresentação de indicadores sociais produzidos, textos de estudos científicos utilizando estatísticas e indicadores sociais. Os quais foram lidos e de seus textos composto um *corpus* de dados textuais para exploração por técnicas de análise de discurso;
- c) notícias e conteúdos de mídias de divulgação e comunicação de indicadores sociais. Que foram lidas, categorizadas por região e analisadas por técnicas de análise direta do discurso;
- d) além dos dados textuais foram acompanhados palestras, debates e exposições de discussão feitas em eventos sobre o tema dos indicadores sociais utilizados em *corpus* de dados complementares para verificação dos mapeamentos de discursos e enunciados;

e) questionário aplicado junto a pesquisador do Observatório das Metrópoles que atuou na produção do IBEU e junto a pesquisador do IPEA que atua na adequação dos indicadores sociais brasileiros as demandas da Agenda 2030.

Os dados primários foram utilizados para a construção de *corpus textuais* para análises léxicas e de discurso direto as quais auxiliaram no estudo exploratório da produção, dos usos e das apropriações dos indicadores sociais e ao operacionalizar as categorias principais de análise para a pesquisa. Como fontes secundárias utilizamos estudos sobre a história das estatísticas no Brasil e no mundo. Além de publicações e estudos sobre a história dos indicadores sociais e estudos de análise de territorialização e avaliação de políticas, organizando um conjunto de fontes de dados secundários e complementares.

1.3 A PROBLEMATIZAÇÃO DE PESQUISA

O trabalho de produção de estatísticas e indicadores sociais se constituiu no Brasil e no mundo em algo muito próximo ao trabalho em Geografia e das Ciências Humanas, por mais que pareça ser um trabalho híbrido que mistura Matemática, Estatística e Ciências Humanas atravessado por uma forte dimensão temporal e espacial que se refere a construção de cartografias via mapas com a espacialização de tabelas e de dados para análise sobre diferenças entre propriedades sociais das áreas. Trata-se de um trabalho de produção de conhecimento transdisciplinar relacionado ao espaço, ao tempo e ao conhecimento sobre os territórios. Mais do que meros dados, as estatísticas e os indicadores sociais são objetos técnicos que mediam as ações, que criam as redes de significado pela qual construímos a realidade e a transformamos.

Estes objetos técnicos além de usados para a espacialização da informação a partir de dados fornecidos pelos birôs estatísticos, têm como fundamento técnico o representar espacialmente as sociedades, suas necessidades e demandas. Como também é um trabalho ontologicamente atrelado a essência da vida social, sendo produtos de uma essência filosófica e política de um ou de distintos *ethos* e *logos* do trabalho em ciências e em governo de territórios. Logo, envolve um fazer e um agir político na modernidade. Fato, que infere em uma construção histórica da *práxis* onde se destaca a

influência de diferentes tradições do saber, “comunidades científicas ampliadas” (SCHWARTZ, 2000), “comunidades epistêmicas” (MACHON ET AL, 2018) e distintas ideologias e ideários.

A investigação das redes de profissionais inspirou-se em estudos publicados por Foucault (1970; 1980). De acordo com os mesmos, o conhecimento baseia-se na relação entre as regras sociais de “episteme” assentes na história e na cultura (Foucault, 1970: 285-287). A função epistêmica é determinar recursos e métodos adequados para organizar o conhecimento. Ruggie (1975: 567-570) desenvolveu ainda mais o conceito epistêmico de Foucault ao generalizar a atividade das comunidades epistêmicas. Segundo ele (1975: 569-570), as comunidades epistêmicas participam na institucionalização das políticas adotadas nas arenas políticas internacionais, pois formam a realidade social explicando a relação entre causas e consequências. Recorrendo a autores anteriores, Haas (1992: 3-5) definiu a comunidade epistêmica como uma rede ou como um conjunto de relações entre profissionais com um grau reconhecido de especialização e competência numa área temática específica (Carayannis et al., 2011: 132). Dentro dessa rede, **(1)** um conjunto de convicções normativas, de valores e **(2)** causais, **(3)** o conceito de validade e **(4)** de crença política são partilhados. O reconhecido grau de especialização e competência permite que essa rede de profissionais possa reclamar com autoridade a avaliação do estado do conhecimento em uma dada área (Haas, 1992: 7-14).(MACHON, 2018 p.3)

A categoria social comunidade epistêmica é nesta pesquisa apropriada da Sociologia Política para dar conta da organização social e de laços de interesses e identidade comum que se dão em torno a temas de produção de conhecimento para fins de produção de políticas diretamente vinculadas e articuladas a projetos e estratégias de produção de conhecimento. Machon (2018) analisando como as comunidades epistêmicas influenciam a regulação internacional, reconhece que se destacam quatro mecanismos: **1)** a produção de indicadores estatísticos; **2)** a promoção de eventos para difusão de debates; **3)** a apresentação de análises a partir dos indicadores trabalhados; **4)** e a construção de narrativas.

Esta relação entre comunidades epistêmicas e o uso das estatísticas e dos indicadores expressam a potência da força simbólica e as ideias principais desta categoria da ação política como sendo uma abordagem “para dar conta da complexidade do processo de implementação de políticas”. A comunidade epistêmica não é composta exclusivamente de cientistas, o que a diferencia da comunidade científica propriamente dita com seu consenso paradigmático intersubjetivo a modo da linha abordada por Thomas Khun (CAVALHEIRO, 1999 p.10).

As comunidades epistêmicas na atualidade têm significativa importância para esta pesquisa e para a Geografia. Pois, estudos têm apontado como estas redes que articulam agentes e atores em torno de um foco de conhecimento e de uma agenda política comum influenciam a produção de políticas em um amplo espectro de áreas e escalas, que vão das relacionadas aos Direitos Humanos, Direito à Cidade, a defesa do direito das crianças, segurança alimentar, ordenamento territorial, revisão da governança global, transferência de renda entre/outros campos de ação (MARTINS, 2006; SPOSATI, 2007; LEITA; PERES, 2015; OLIVEIRA, 2012; BICHIR, 2016).

Por serem compostas por redes de pesquisadores e profissionais de áreas diversas, além de grupos e redes de cientistas também se articulam juntos, atores como políticos, empresários, banqueiros, administradores, etc e atores como ONGs, sindicatos, associações, movimentos sociais, inclusive fazendo parte também, espaços sociais como fóruns, conselhos públicos entre outros, que trabalham com um bem fundamental e com uma estratégia basilar, o conhecimento como instrumento de implementação de políticas e a simbolização do social como meio de promover discussões públicas.

Os membros de uma comunidade epistêmica compartilham valores e têm um projeto político comum fundado nesses valores, mesmo que não exista um acordo formal ou um pacto institucionalizado. Compartilham, maneiras de conhecer, padrões de raciocínio e compromissos com a produção e aplicação do conhecimento (CAVALHEIRO, 1999). Ao estudar a influência das comunidades epistêmicas nas estratégias globais da União Europeia Heitor (2018 p.83) identifica que:

Os métodos de trabalho das Comunidades Epistêmicas funcionam a nível nacional e internacional. A influência na realidade social, o papel da língua, a organização de conferências e seminários são métodos utilizados pelas Comunidades Epistêmicas; no entanto, é necessário também uma caracterização da problemática em questão, a definição dos interesses do Estado e a criação do enquadramento político para auxiliar na resolução do problema. Todos estes métodos utilizados pelas Comunidades Epistêmicas permitem uma maior influência nos processos de decisão política e é importante o entendimento da problemática por parte das Comunidades para decidirem qual o método mais adequado para ser utilizado. No início, as Comunidades Epistêmicas eram participativas apenas nos processos decisivos nas áreas das ciências e pouco visíveis na área de *high politics*. Nessa altura, era apenas na política de concorrência e em problemas relacionados com as reformas na política que se pode observar a influência das Comunidades Epistêmicas.

O estudo de Heitor (2018) analisa a esfera da segurança e as estratégias globais da UE. A pesquisa observou um “aumento crescente das influências das comunidades epistêmicas ao longo dos anos”, com uma maior contribuição efetiva destas comunidades. A autora também destaca que, “existem Comunidades Epistêmicas que podem ser consideradas fortes e outras que podem ser consideradas fracas, e que as últimas podem não ter tanto destaque que também exercem o seu contributo (HEITOR, 2018 p.84).

[...] uma comunidade epistêmica para que seja uma influenciadora necessita não só de um grande reconhecimento também de uma coesão interna muito forte. As suas relações internas, os seus processos e socialização são características que definem se a comunidade epistêmica é forte ou fraca, ou seja, se tem capacidade para influenciar os processos políticos ou não. A coesão interna pode ser demonstrada através de quatro fatores: **(1)** a seleção e preparação que proporcionam conhecimento sobre os membros da comunidade; **(2)** a qualidade e frequência das reuniões aumentam a ligação entre os seus membros; **(3)** as normas partilhadas de exercício profissional geram protocolos, procedimentos e padrões de construção de consenso; **(4)** uma cultura comum que compreende o propósito, a identidade, o simbolismo e a herança dentro da comunidade (Cross 2013). No que toca à influência e ao envolvimento das comunidades epistêmicas nos processos de decisão política, estas podem ter um envolvimento direto ou indireto. No primeiro, os membros destas comunidades participam no processo político como membros ou representantes dos governos ou de organizações internacionais, ou mesmo como decisores. Tal significa que a comunidade que possui membros com cargos decisivos tem uma grande probabilidade de ver as suas ideias plasmadas no processo político. O envolvimento indireto é feito através de consultores, jornalistas ou qualquer posição que permita às comunidades influenciar o processo político. Este envolvimento é um pouco mais complexo pois é composto por várias dimensões: **(A)** as comunidades epistêmicas ao atuarem como conselheiros ou fontes de informação influenciam os interesses dos atores políticos; **(B)** as comunidades epistêmicas influenciam a agenda ao adicionarem mais problemas ou ao alterarem a forma como os problemas existentes são tratados; **(C)** os membros das comunidades epistêmicas são chamados para contribuir sobre os detalhes de uma determinada política, o que permite a sua influência (HEITOR, 2018 p. 84)

A problematização principal que propomos, parte da busca de verificar como ocorre a construção simbólica que fazemos do espaço geográfico a partir do trabalho da produção de indicadores sociais, quando consideramos a atuação de comunidades epistêmicas (multi)localizadas que atuam na transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional para operacionalizar espacial e temporalmente a projeção da potência de sua ação política no território. Mais que o movimento da

imanência do poder no espaço, buscamos compreender como que estamos produzindo políticas e transformando o espaço geográfico em meio para a ação política no território.

Nosso recorte de investigação, é pela análise do processo de produção, uso e apropriação dos indicadores sociais, por estes objetos técnicos terem uma importância técnica, informacional e política que cria nexos entre espaço, tempo, sentidos e significados para a ação. Ao analisar a gestão integrada de recursos hídricos Vila (2015) destaca que cada setor de interesse se autodefine como portador de soluções, amparados por conhecimentos científicos e por uma comunidade epistêmica de apoio. Vila (2015 p.35) ao estudar “a mediação da comunidade epistêmica que constrói e legitima o pagamento pela política de serviços ambientais na Colômbia”, identificou que atores específicos promovem padrões de sucesso em maior conexão com modelos internacionais do que com realidades locais.

O estudo de Vila (2015 p. 36) nos coloca que as comunidades epistêmicas usam pontos de confluência convergindo para um ponto de intervenção política, como estratégia de reforçar seus status como “autoridade de referência” em campos específicos e de se articular também de forma (multi)localizada com redes de agentes e atores em suas multiterritorialidades. De modo, que diferentes comunidades epistêmicas articulam-se por pontos de interesses comuns nas mais diversas escalas institucionais e territoriais. Para tanto, utilizam um circuito de confluência de narrativas, configurado por periódicos acadêmicos, textos científicos, publicação de livros, promoção de eventos específicos para debates, criação de projetos de pesquisas conjuntos e promoção de grupos de estudos e debates para articulação e cooperação em prol de objetivos comuns e convergentes com uma agenda política comum e pactuada.

A categoria política de comunidade epistêmica é importante para o desenho da metodologia desta pesquisa, por que são compostas de agentes e atores, operando como actantes espaciais pelo uso que fazem dos indicadores para a territorialização e projeção de suas ações políticas nos territórios. Por conseguinte, o trabalho de produção de indicadores sociais, se torna potência política, a partir da atuação de comunidades epistêmicas, que promovem a articulação de sentido entre representações numéricas, cartogramas, ideias e discursos. Inscrevendo narrativas e um discurso próprio da

comunidade epistêmica em uma “ordem do discurso” público (FOUCAULT, 1996), que gera ao social, determinados sentidos e significados de tempo, de história e de geografias, logo produzindo “representações sociais” do espaço (MOSCOVICI, 2001; 2003) que acabam por orientar e determinar práticas espaciais. Contudo, como que tais sistemas de representações do espaço são apropriadas na dimensão do conhecimento espacial cotidiano e da prática espacial influenciam transformações ou a manutenção do *status quo*?

Sobre esta questão, realizamos estudos que analisam como sentidos e significados, imagens e imaginários espaciais são estabelecidos. Observando como é construído um novo regime de verdade via mecanismos de ancoragem e de objetivação de sentidos e significados sobre a realidade, a partir da produção, usos e apropriação dos indicadores. Buscamos, portanto problematizar um processo de alquimias dos significados, porque nos deparamos com a dimensão simbólica da produção social do espaço e da projeção da ação política no espaço e no tempo e com as forças de captura do espaço geográfico e de sua transformação em meio técnico-científico informacional.

Quando evidenciamos as conexões e articulações entre produção de indicadores sociais e a produção da realidade social, a linguagem espacial construída no âmbito da Geografia e a tese da transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional de Milton Santos, nos ajuda a compreender melhor as complexidades envolvidas e analisar os fenômenos a partir de uma epistemologia geográfica aberta as paralaxes possíveis entre atores e agentes. Pois, verificamos que os mesmos indicadores sociais observados podem ser utilizados tanto para criticar e promover a construção de uma agenda política social eticamente comprometida e promotora de transformações e mudanças sociais como, para legitimar as ideologias geográficas do utilitarismo, da cultura do desempenho e do neoliberalismo que influenciam a manutenção de relações de poder historicamente constituídas por assimetrias de poder e saber. Mantendo a hegemonia cultural e a hegemonia local do *status quo* para a manutenção de uma ordem econômica globalizante. Evidenciamos que é da natureza técnica e social da produção, do uso e da apropriação dos indicadores sociais, uma ambiguidade política, decorrente de sua natureza técnica.

Acreditamos que uma contínua e melhor compreensão da produção de estatísticas e indicadores sociais, pode possibilitar outras perspectivas de construção das realidades sociais possíveis com “diálogos mais profícuos” entre “Geografia e Indicadores Sociais” como coloca Milléo (2007). Bem como, pode vir a contribuir com a transformação histórica e qualitativa das representações produzidas e uma subversão destas a partir do ordinário cotidiano das práticas e dos empoderamentos epistemológicos e técnicos da “multidão” (HARDT, NEGRI, 2001;) via uma virada epistemológica para a “Geografia dos Indicadores Sociais” (HENRI, 1982).

Para se compreender que nas contradições internas dos processos sociais, existem possibilidades em devir e potência, ao mesmo tempo, que o enfrentamento da alienação do trabalho e da reificação gerada pela reprodução do Capitalismo nas relações cotidianas de trabalho e aprendizagem, exige maior atenção e discussão sobre o tema. Pois, adentra centros de cálculo, atravessa salas de aulas de escolas, universidades e as narrativas nos meios de comunicação. Por necessidade ontológica e ética também, a questão da técnica e sua relação com a política não pode deixar de ser (re)pensada historicamente para além desta investigação. Tais questões se deparam com uma dimensão central da pesquisa, a técnica e a sua natureza política na transformação do espaço geográfico.

Temos, como marco da relação entre estatísticas e indicadores sociais, a construção de poder de transformação do espaço no território do Estado. Neste processo histórico e geográfico, as atuações das comunidades epistêmicas têm papel fundamental na transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico. Elas atuam neste processo, com grande força desde a segunda metade do século do XIX quando uma ampla demanda de trabalho técnico e científico foi demandada, ocorrendo a compra e venda de projetos com ideias envolvendo técnicas de soluções dos grandes problemas sociais urbanos da época, que se tornaram as bases da agenda sanitária e de reformas urbanas que adentram o século XX impactando inclusive as morfologias urbanas pós-modernas e permitindo o surgimento de cidades e manchas urbanas gigantes. Estas necessidades e demandas de sanear as cidades do século XIX, emergiram do conflito Capital e trabalho, decorrentes da grande miséria e precarização social nas Cidades e das pressões do regime de acumulação.

A classe social que vendeu seus serviços intelectuais e o trabalho de projetar soluções, usou como fundamento de seus argumentos e subjetivações aos governantes, uma certa contabilidade social, construída com mensurações sociais, que demonstravam que as intervenções a serem feitas nas estruturas urbanas das cidades, trariam benefícios aos governantes, ao social e para a acumulação de capital. Assegurando a governabilidade das cidades e a continuidade dos negócios e do crescimento econômico projetado pelas elites.

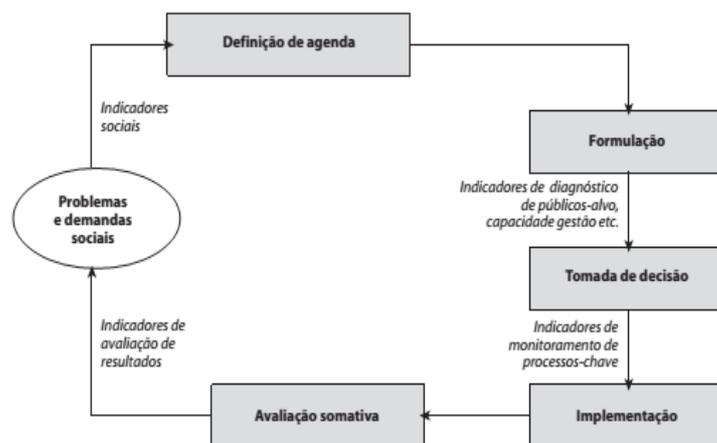
Sob a luz do utilitarismo do século XIX, um novo mercado ou quase-mercado passa então a fazer parte das relações entre Sociedade e Estado-nação, mais especificamente, um campo de força social é organizado, entre Estado e classes intelectuais, com especial atuação de profissionais da Medicina, da Arquitetura e da Engenharia numa época que foi modificada suas formas de atuação na construção de novas narrativas sobre o urbano e a vida nas cidades. Uma nova mercadoria foi então criada, serviços de higienização urbana passam a circular enquanto saberes negociados. Técnicas e conhecimentos para fins de saneamento das cidades são demandados e vendidos por contratos com o Estado. Crescem em volume e complexidade os serviços vendidos aos Estados-nações, popularizando ideias e argumentos acompanhados de tabelas com dados e estatísticas sociais para fins de orientação do governo dos males do povo, legitimação das necessidades em demandas e do custo racional do investimento público. Estabelecendo-se uma hegemonia técnica na produção de políticas e no direcionamento das reformas do Estado e estabelecendo uma nova *tecnoesfera* e *psicoesfera* do espaço geográfico.

Este novo campo de força e área de serviço de planejamento para intervenção nas cidades que emerge no século XIX, impulsiona estratégias de ação política e também de negócios, onde bons números legitimam a ação do governo público em economias liberais. Sendo que, os bons números, vão ganhando caráter de panaceia universal. Porque, apontavam ao poder de governo onde estão os maiores males do povo, por consequência facilitando a venda e a compra da cura, para sanear e normalizar as cidades. Por resultado histórico, há aumento do prestígio da classe intelectual, novas formas de governar são adotadas e ocorre também, uma melhora das condições de

acumulação de capital e da subsunção do Capital as condições sociais de produção dos regimes de acumulação.

Compreender melhor, por exemplo como as relações entre a Geografia e o Movimento dos Indicadores Sociais aconteceram e acontecem é fundamentalmente um exercício de análise sobre uma ação no espaço-tempo que leva dos laboratórios, dos gabinetes, das universidades e dos escritórios técnicos, conhecimentos cognoscíveis sobre o social para espaços de vida cotidiana. Logo, estamos diante de processos os quais se espacializam e se territorializam no cotidiano da vida moderna via discursos de divulgação científica e produção de políticas.

Figura 3. O Ciclo de Políticas e Programas Públicos e a demanda por Indicadores



Fonte: Jannuzzi (2017) em Simões e Alckmin (2017 p. 29)

Quando observamos as relações históricas e geográficas entre as ciências humanas e os Indicadores Sociais é possível perceber a existência de lógicas de controle social atrelado ao paradigma gerencialista na Administração Pública e ao utilitarismo econômico. Apresenta-se então, como contra a hegemonia deste paradigma, um modelo de controle social com matriz sociológica atrelado a um movimento ético. Como evidenciamos a reificação, a regulação, a transformação cultural e a normalização geográfica submetida a um processo de universalização técnica como mecanismos de hegemônias territoriais que buscam influenciar a produção de políticas

Na Figura 3 foi esquematizado a racionalidade do uso dos indicadores sociais no ciclo de políticas públicas. O enfoque da abordagem de Jannuzzi (2017) aponta a relação da produção de indicadores sociais com o ciclo de políticas públicas. Contudo, como poderemos observar ao longo desta pesquisa, o uso e a apropriação política dos indicadores não se limita a este modelo de produção de políticas fazendo parte também de outras formas com destaque para políticas produzidas a partir de ambientes de arena política, onde se destacam a atuação de comunidades epistêmicas e dos atores que conseguem estabelecer sua hegemonia.

Ao analisar por exemplo como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) vem chegando aos chãos da vida cotidiana e a esfera do ciclo de políticas públicas pode nos esclarecer algumas questões sobre práticas, continuidade e ideologias distintas que são articuladas em função da produção de políticas de bem-estar social e a racionalidade instrumental. O IDH é um caso importante de territorialização da produção de indicadores sociais cujos efeitos concretos foram a captura enquanto dispositivo de poder de Estado das forças de produção de políticas sociais do país. Para tal, ele foi institucionalizado como diretriz da lei de orçamento da união pelo governo Fernando Henrique Cardoso e assim seguiu sendo institucionalizado nos governos, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro.

A interpretação de Souza (2006 p.29) em revisão da literatura sobre as políticas públicas coloca que “vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. O ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Esta abordagem enfatiza sobretudo a definição de agenda e pergunta por que algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas”. Ao longo da pesquisa podemos reconhecer que no Brasil a vertente de maior influência junto a produção de estatísticas e indicadores sociais têm sido a abordagem do ciclo de políticas e destaca-se o interesse de influenciar as decisões dos gestores públicos em suas práticas cotidianas, demonstrando também desejos de influenciar processos que escapam dos limites do ciclo de políticas e revelando diferentes táticas de construção e implementação de uma agenda política.

Inclusive podemos acompanhar a inscrição do IDH na evolução das leis da diretriz orçamentária. O indicador vai sendo apropriado para a distribuição de recursos aos entes federais e sob uma razão que articula desempenho do IDH e financiamento público para o desenvolvimento dos lugares e para uma maior equidade na distribuição regional dos recursos da união.

Nestas dimensões de representações e representabilidades dos indicadores sociais eles se tornam objetos de relações de poder e de ideologias, servindo hegemonicamente então a uma razão utilitarista e reificadora. Todavia, não são produtos, usados e apropriados somente sob a égide de uma única lógica política. Cabe ressaltar sua importância no movimento pelos direitos civis. Isto não quer dizer que os indicadores sociais deixam de contribuir para com o social com transformações efetivas, ou que são objetos técnicos produtos de campos de forças conservadores ou liberais. Analogamente a qualquer objeto técnico, eles têm por efeitos no social, possibilitar o fluxo das ações. Ou seja, eles são mediações de ações de natureza política. Por este motivo, nos remete a entender melhor como dentro de um circuito de relações, tanto se legitima como se (retro)alimenta a reprodução do modo de produção que o possibilita e limita o existir das diferentes ideologias e das lógicas políticas que coexistem e se materializam no espaço geográfico o transformando.

Nossas problematizações se deparam, portanto com um conjunto de regimes de verdades em relação aos usos e apropriações dos indicadores sociais e as formas de hegemonia técnica. Todavia, o que de fato se contextualizou ao longo de cerca de um pouco mais de meio século da emergência do Movimento dos Indicadores Sociais é a hegemonia de uma territorialização e espacialização normativa e burocrática que postulam normatizações e doutrinas utilitaristas para determinados modos de uso que se transformam em cotidianos, escamoteando a sujeição ao paradigma no qual o indicador social foi concebido, materializando uma hegemonia técnica e política que muitas vezes modifica o significado dos indicadores construídos em seus contextos de produção.

O estudo de casos de diferentes indicadores sociais realizados nesta pesquisa se torna importante, por que ao observarmos sistematicamente as produções, os usos e as

apropriações, poderemos avaliar melhor a gama de diferenças e divergências na lógica política nas escalas de territorialização. De tal maneira, que podemos avançar no entendimento sobre o tema considerando sua complexidade.

1.4 HIPÓTESES

Nossa pesquisa em Geografia considerou estudar a lógica técnica e política da construção simbólica do espaço geográfico e das configurações dos circuitos da ação territorializada pela produção, uso e apropriação dos indicadores sociais. Trabalhamos com cinco hipóteses de pesquisas sendo elas:

I) os indicadores sociais são objetos técnicos produzidos e territorializados como tecnologias de políticas para a transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional para fins de ordenamento territorial das desigualdades sociais, promoção do desenvolvimento econômico e social. Decorre dessa hipótese principal como propriedades dos indicadores os princípios: **a)** da operacionalidade espacial ocorre por mediação na construção simbólica do espaço geográfico; **b)** da produção, uso e apropriação dos indicadores sociais produz uma psicosfera configurada de espaços de representação que inscrevem sentidos e significados nos objetos de representação para a ação política no território; **c)** dos usos e apropriações por distintas hegemonias, ideologias e lógicas políticas que influenciam a transformação dos espaços sociais e geográficos;

II) os sistemas de práticas de produções, de usos e de apropriações dos indicadores sociais geram discursos que materializam em distintas narrativas um sistema de mediação no espaço geográfico pela configuração de circuitos técnicos compostos por um sistema de objetos técnicos que articulam textos, relatórios, sites, vídeos, eventos, etc. Configurando sistemas de representações utilizados por comunidades epistêmicas para influenciar a produção de políticas e projetar ação política no território;

III) nos circuitos técnicos da ação mediada pelos indicadores sociais no espaço social os indicadores recebem a propriedade técnica de actância

espacial ganhando função híbrida e artificial de atores e agentes de significação do espaço;

IV) a actância espacial dos indicadores sociais transforma simbolicamente a realidade construída pelo fluxo do poder de significação do social e do espaço, articulando a norma, ordem jurídica e a ordem técnica para produzir um meio técnico-científico informacional para a ação sobre o objeto de representação produzindo condições de agenciamento territorial.

V) é inscrito nos indicadores sociais a propriedade de actantes territoriais que permitem a partir de seus usos o agenciamento territorial e o ordenamento territorial de espaços sociais. Quando os indicadores sociais são transformados em actantes territoriais estes também se tornam tecnologias políticas, ganhando complexidade e potência de territorialização da ação política projetada para o território, se diferenciando de tecnologias de políticas, quando estes são utilizados somente como actantes espaciais da produção de políticas.

1.5 ABORDAGEM DO PROBLEMA

Ao analisar a dimensão simbólica da produção de indicadores sociais evidenciamos diferentes correntes de pensamento ou sistemas de ideias coexistindo. MILÉO (2005) identifica uma forte influência do utilitarismo e heranças da Escola de Chicago em relação as doutrinas de medida e métrica social e uma relação estreita com teorias liberais-utilitaristas. Com base nesse referencial situamos os indicadores sociais na dimensão da “psicoesfera” e da “tecnoesfera” do espaço (SANTOS, 1996)², composta tanto pelas ideias das teorias científicas como pelos objetos técnicos de sua

2 “considerando a natureza do espaço geográfico como um conjunto de sistemas de objetos indissociável dos sistemas de ações” e tomando o conceito de território como dimensão política do espaço geográfico poderíamos definir “psicoesfera” muito mais como um fator em um duplo sentido: ela não é isolável e acha-se entretecida à esfera técnica do território e, portanto, a um momento nodal histórico e, sem nenhum romantismo de nossa parte, poderíamos dizer, – é o espírito de uma época (Zeitgeist). “Psicoesfera” é paráfrase virtuosa de Milton Santos para o conjunto de crenças, desejos, hábitos, linguagem, sistemas de trabalho, associados ao espírito de uma época. (SANTOS, 1988b, p.313)” KAHIL, 2010)

comunicação no espaço geográfico junto aos sistemas de mediação e informação. Além de diferentes sistemas de pensamento e de posicionamentos teóricos, há a presença e a força das ideologias. Vamos trabalhar nesta pesquisa, com um entendimento de ideologia que toma as contribuições de Theodor W. Adorno, o qual evidenciou que a ideologia é um conceito filosófico que se refere historicamente as representações que distorcem a realidade em função dos interesses de um grupo social ou classe diretamente relacionado a hegemonias e a contra hegemonias, sem deixar de considerar a característica de distorção da realidade e sua força de produzir realidades.

Portanto, distinguimos o uso feito nesta pesquisa, do uso comum que vem sendo creditado ao conceito, que buscam tratá-lo como um sistema de ideias de um grupo ou classe. O que observamos nos estudos realizados para a construção do problema de pesquisa, que ocorrem processos de distorções das representações nos usos e apropriações dos indicadores. Distorções e mudanças de sentido e significado nas representações do conhecimento cotidiano foram estudadas por Denise Jodelet (1999; 2001) utilizando a Teoria das Representações Sociais (TRS) de Serge Moscovici. As contribuições desta teoria, nos permitem considerar então uma lógica política que tece o significado entre as distorções, as suplementações e complementações de sentido em uma representação a transformando em ideologia.

Para melhor analisar essa esfera da produção do espaço, utilizamos a linguagem de análise espacial de Henri Lefebvre sistematizada por Schmid (2012) e contribuições de Lefebvre (2006) a guisa de evidenciar as relações dialéticas entre ausência e presença no fluxo das representações que configuram ideologias e representações do espaço que mediam ação, conhecimento, práticas espaciais e discursos na construção de “representações sociais” do espaço de cada grupo e classe social (MOSCOVICI, 2001). O conhecimento sobre as lógicas geográficas simbólicas, técnicas e territoriais dos indicadores sociais pode vir a contribuir para um melhor entendimento das transformações sociais³.

³ Nesta pesquisa fizemos uma adaptação ao esquema lógico utilizado por Lefebvre (2006) quando apresenta a dialética da produção do espaço através da relação entre três elementos: representações do espaço, espaços de representações e práticas espaciais. Ao utilizamos o conceito de representações sociais do espaço para significar as práticas espaciais, por considerar nesta pesquisa as representações sociais do espaço, dimensões que dão a gênese e definem as práticas no espaço geográfico.

1.5.1 Produção, uso e apropriação de indicadores sociais

Com um desenho da metodologia comum de análise definido, realizamos estudos de caso sistemático sobre a produção de indicadores sociais no Brasil. Escolhemos para estudo, indicadores que tiveram grandes impactos na circulação de notícias, nas discussões científicas e na produção de políticas e leis. Observamos nos diferentes casos a presença de uma lógica política que pode ser compreendida pela coexistência de distintos paradigmas de produção dos indicadores sociais, os quais se relacionam de formas diferentes em distintos momentos do circuito de territorialização dos indicadores.

O circuito da territorialização da ação política observada como comum aos casos estudados pode ser esquematizados como um processo de movimento, ou seja, fluxos de ações as quais podem ser reconhecidas em sete etapas principais do processo de produção de estatísticas e indicadores sociais que mobilizam forças de produção:

- 1)** reconhecimento de uma demanda de maior conhecimento social sobre um problema que afeta a vida ou a gestão pública por meio das discussões nos campos científicos e na esfera do Estado;
- 2)** organização de uma agenda de pesquisa e recortes de temas de investigação;
- 3)** construção de indicadores para validar hipóteses e para trabalhar com mapeamentos e análises exploratórias de dados a partir de conceitos e categorias;
- 4)** publicação dos resultados de pesquisas e das metodologias de uso dos indicadores produzidos para a comunidade científica por meio da publicação de artigos e livros que formalizam uma configuração de discursos científicos;
- 5)** publicação e divulgação para a imprensa, gerando e formalizando uma configuração de discurso de divulgação científica configurando um sistema de mediação no qual mídia e indicadores sociais ganham função de actantes em uma psicoesfera do espaço geográfico;

- 6) uso e apropriação dos indicadores na construção de agendas políticas;
- 7) uso e apropriação dos indicadores na formulação e/ou avaliação de políticas com ou sem a institucionalização do indicador em lei que estabelece uma normatização de ordem jurídica com força de normalização geográfica do social e de ordenamento territorial.

1.5.2 Espaço e técnica

A presente pesquisa trabalha o tema da geografia de um fenômeno técnico: a produção, os usos e as apropriações das estatísticas sociais e os indicadores sociais. Como fundamento epistemológico adotado utilizamos a teoria geográfica de Milton Santos (2006), para adentrar na importância da técnica para a Geografia. Santos (2006 p.17) fala sobre como “a sociedade opera no espaço geográfico, através dos sistemas de transporte e comunicação”, ao citar estudo de Pierre George (1974, p. 13) lembra-nos da influência da técnica sobre o espaço, das maneiras como apresentam escalas diferentes, que é o espaço geográfico usado via a ocupação pelas estruturas como fábricas, minas, estradas, cidades, fazendas, etc. E, a escala das transformações geradas pelo uso das máquinas e pela execução dos novos métodos de produção e de existência.

Para explicar e diferenciar universalização técnica de uma noção de cultura, Santos (2006) cita Pierre George (1974, p. 82) também, para escrever sobre uma distinção histórica entre a cidade atual e a cidade anterior a segunda metade do século XIX, que seria um produto cultural. Sendo que, na atualidade, a cidade estaria numa tendência de se tornar um produto técnico. Santos (2006) coloca que Pierre George compendia a cultura como algo do lugar, nacional ou regional limitado a uma área geográfica. Contudo, a técnica como algo universal, daí a expressão universalização técnica para diferenciar cultura e técnica, sem desconsiderar as intrínsecas inter-relações entre uma e outra.

Ao considerarmos a atual revolução técnica a qual aborda Milton Santos ao longo de suas pesquisas, buscamos o conjunto de técnicas envolvidas na produção de indicadores sociais e na sua territorialização nos espaços sociais via os circuitos da ação

sem deixar de considerar os efeitos culturais dos processos de apropriação, típicos da escala dos lugares. Pois, a partir deste reconhecimento, se torna possível observar como ocorre a regulação dos territórios pela universalização técnica da produção dos indicadores sociais e como se dá às relações culturais e técnicas que se remetem a processos de significação no territorializar a ação mediada pelos indicadores.

1.5.3 Representação social, objetivação, ancoragem e ideologia

Como estratégia de estudo das práticas espaciais e das ideologias relacionadas a produção, usos e apropriações dos indicadores sociais, adotamos um trabalho de análise transdisciplinar utilizando a Teoria das Representações Sociais (TRS) para reconhecimento das representações sociais do espaço e estudo dos mecanismos das ideologias. O estudo do conhecimento cotidiano e da psicoesfera exigiu o uso da TRS para reconhecimento dos processos de objetivação e ancoragem de sentidos e significados em relação aos objetos de representação e a construção simbólica das representações espaciais. Esta construção teórica, permite aproximar a pesquisa a uma geografia da informação e do conhecimento geográfico comum e hodierno. No intuito de considerar uma geografia muito influenciada pelos imaginários.

“[...] uma geografia da informação, que enfatiza a situação geográfica das representações sociais. Segundo Moscovici (2003), representar é um processo de produção de conhecimento que funciona como que “rolando” por sobre estruturas sociais e cognitivas locais (e populares), sendo, portanto, sociovariável. Segundo ele, as representações não derivam de uma única sociedade, mas das diversas sociedades que existem no interior da sociedade maior (e que, portanto, não podem ultrapassá-la). Então cabe perguntar que fatores geográficos levam algumas representações a circularem mais que/outras, a ponto de se afirmar de alguns grupos” (GRIMBERG; DORFMAN, . 2016 p. 274)

A partir do reconhecimento das “representações sociais” do espaço geográfico (MOSCOVICI, 2003) e da dimensão “simbólica” no “espaço social” (BOURDIEU, 1996), a produção simbólica do espaço pode ser analisada. Se procedendo o reconhecimento do “espaço de representação”, das “representações do espaço” (LEFEBVRE, 2013) e das ideologias possíveis de serem percebidas nos processos de ancoragem e de objetivação. Salientamos o caráter de materialidade e de realidade das ideologias, Santos (2002 p.

87) nos elucida sobre a importância do simbólico e da ideologia para compreendermos os processos de produção do espaço geográfico e do meio técnico-científico informacional chamando a atenção que a ideologia é constitutiva da realidade.

Assim como propôs J. Anderson (1973, p. 2), a ideologia não pode apenas ser vista em termos puramente subjetivos, como estando "toda apenas na cabeça" dos outros, mas também a partir de sua realidade concreta, fatural. A ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos. A ideologia é, ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência, neste fim do século XX. Ela está na estrutura do mundo e também nas coisas. Ela é um fator constitutivo da história do presente. A realidade inclui a ideologia e a ideologia é também real. A ideologia, outrora considerada como falsa, portanto não-real, de fato não é algo estranho à realidade, nem é aparência apenas. Ela é mais do que aparência, porque é real. [...] A ideologia é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, como cria o real. Sendo, na origem, um real abstrato, cada vez mais se manifesta como real concreto [...] Mas, a ideologia toma o lugar do referido, na representação, mas não pode fazê-lo no movimento real (movimento do real e da ideologia conjuntamente) (SANTOS, 2006 p.87)

A TRS no que lhe concerne, nos elucida que duas categorias são centrais para compreender uma representação social e a ideologia em suas dinâmicas. Uma é a categoria objetivação que Chamon (2006 pp. 21-33) explica: como "o processo que torna concreto o que é abstrato, que materializa a palavra, que transforma o conceito em objeto e os torna intercambiáveis". Na realidade, "ela substitui o conceito pelo que é percebido", o "objeto pela sua imagem", a imagem torna-se o objeto. A objetivação é sempre uma simplificação, necessariamente deformada, do conceito que lhe deu origem. A objetivação gera a opacidade da representação social (CHAMON Et al, 2018).

Para Chamon (2007) uma representação social "é opaca a si mesma", isto é, ela não se coloca no discurso como representação pois, consistem de formas de distorções, ora suplementa-se, ora se complementam ou se distorce os sentidos como demonstrou os estudos de Denise Jodelet. Ela é vista como "forma de verdade". "A maior parte do tempo, cada um está convencido de que fala da realidade das coisas, quando apenas exprime sua própria compreensão daquilo que percebe" (ROUQUETTE, 1994, p. 172). Uma das funções da objetivação é de facilitar a comunicação, embora isso se faça pela dissociação do objeto ou do conceito do quadro científico ou ideológico que lhe dá sentido. Uma outra função da objetivação, está ligada ao caracterizar uma inscrição psicossocial (ROUQUETTE, 1994, p. 183). O objeto apropriado pelo grupo não se

distingue da representação deste objeto. Não existe o sentimento de arbitrário ou relativo com respeito à representação do objeto. E, o imaginário torna-se o objeto.

Sobre a categoria objetivação da TRS Chamon (2006; 2007; 2018) explica que a objetivação se remete a um processo que torna concreto o que é abstrato, ou seja, que materializa as palavras e ideias. De tal maneira, que transforma um conceito em objeto de representação. Neste processo de construção da realidade, a objetivação substitui o conceito pelo que é percebido. Trocando o objeto pela sua imagem, de forma que a imagem torna-se o objeto deixando de ser sua mera representação. A imagem no que lhe concerne, se torna uma simplificação, uma síntese, uma distorção do conceito que lhe deu origem.

Por isto, a objetivação gera a opacidade da representação social e sua diferença com outros tipos de representação, como as presentes no campo científico. Mesmo se tratando de uma distorção, a representação social é vista como forma de verdade pelo grupo. Sendo que cada grupo está convencido de que fala e representa a realidade das coisas, desconsiderando que apenas exprime a compreensão de um grupo social ou grupos sociais sobre aquilo que percebe.

A outra categoria fundamental da TRS é a ancoragem, explicando esta categoria Chamon (2006 p. 46) elucida que a ancoragem é um processo, o qual se refere ao “enraizamento social da representação”. De modo que, “sua função é de realizar a integração cognitiva do objeto representado num sistema de pensamento preexistente”. Pois, desta maneira “os novos elementos de conhecimento são colocados numa rede de categorias mais familiares”. Os estudos de Jodelet (2001; 2006; 2011) demonstraram que um sistema de classificação supõe uma base de representação compartilhada coletivamente. Logo envolve categorias socialmente estabelecidas, de maneira que o “grupo exprime sua identidade a partir do sentido que ele dá à representação” exemplifica Chamon (2006). A ancoragem se remete as significações diferentes das que são internas ao conteúdo de uma representação. “São as significações que intervêm nas relações simbólicas existentes no grupo social que representa o objeto” (CHAMON, 2006). Quando analisamos as ancoragens também, podemos então as ideologias, como

um campo de força de significação forjando sentidos no significado do objeto de representação.

1.5.4 Atores, agentes e actantes

As considerações de Lindón (2008) revisa as recentes transformações epistemológicas e as tradições de pesquisa em Geografia. Em sua discussão, cita Di Meo e Buleon (2005) que trabalham em suas pesquisas a ideia de agente como não sendo uma pessoa, em geral, mas uma pessoa que age, considerando que os significados são sempre significativos para a ação. O estudo dos quadros de significados, consideram a relação com os lugares e às práticas que as pessoas implantam em cada espaço social. Essa perspectiva nos aponta que o significado é um constructo que une o espaço social com as práticas realizadas nele, fazendo nexos com o ator, as entidades institucionais e os agentes que produzem o sentido da ação. Para Di Meo e Buleon (2005) é relevante a ação em movimento e os significados pois, a isso acrescenta-se, as formas espaciais geradas por essas ações para compreendermos o espaço geográfico. Nessa linha de abordagem é adotado também, o conceito de actante para enfatizar o agir e a ambivalência, o hibridismo e a imanência da ação de entes como instituições e objetos técnicos, entes não humanos como coloca Bruno Latour.

1.5.5 Discursos, narrativas, enunciação e significantes

Sobre os procedimentos metodológicos para análise de processos de construção simbólica na Geografia, Grimberg e Dorfman (2016) colocam que podemos nos “valer do exame das figuras de retórica” e das “metáforas”, como das “valorações que podem ser reveladoras de relações de hierarquia ou exclusão”. Por exemplo, as autoras falam que na análise cartográfica, é importante “observar a que recortes se aplicam às informações, o que há de generalização de comportamentos, quanta reificação de territorializações hegemônicas está implícita nos mapas veiculados” (GRIMBERG; DORFMAN, .2016 p. 274).

As autoras também, colocam que podemos tomar três dimensões estratégicas de análise uma pela viés da dimensão político-cultural, a segunda pela representação do espaço e a terceira pelo processo de produção de valor sobre os lugares. Salientam também, a importância de se considerar observações sobre o “papel pedagógico que muitos textos jornalísticos assumem ao abordarem fatos ocorridos” em lugares distantes do receptor da informação.

Nesse ponto, cabe lembrar que as geografias imaginativas dialogam com a política e com a economia, com os influxos culturais, econômicos e de muitas outras escalas que, incidindo sobre o lugar, influem na representação social do espaço, seja ela oral ou escrita. Uma primeira informação pode ser obtida a partir da caracterização de diferentes veículos jornalísticos em termos de abrangência espacial: veículos locais, regionais, nacionais ou globais. 1. Pelo exame político e cultural do lugar em que se encontra o emissor (o chamado lugar da enunciação): a que esse território se subordina cultural e politicamente? Quais territórios se subordinam a ele? Com que comunidade de interpretação (tradições/senso comum/representações sociais) dialoga o emissor? Quais são seus pressupostos espaciais, sua geografia imaginativa? 2. Dando ênfase ao objeto geográfico representado: de que espaço se trata? O que ele simboliza? Como ele é representado verbal e cartograficamente? Que generalizações são feitas? 3. Valorizando o lugar da recepção: qual a distância cultural entre a experiência do emissor e a do receptor? O que é necessário explicar a essa comunidade de interpretação? O que chama sua atenção e é noticiável? A respeito do primeiro ponto, cabe esclarecer o que são lugares de enunciação. Ducrot e Todorov (2001, p. 289) conceituam enunciação como “os elementos pertencentes ao código da língua e cujos sentidos, no entanto, variam de uma enunciação para outra; por exemplo, eu, tu, aqui, agora etc.”. Por lugar de enunciação entende-se o aqui/agora do autor, jornalista ou pesquisador e de seus interlocutores, nas províncias e redes de poder e representação que o contextualizam. As notícias representam uma cultura espacialmente situada. O lugar da enunciação influi na representação do espaço formulada por cada agente: o agente é situado e a cultura em circulação no lugar condiciona-o, circunscrevendo as representações que ele cria (GRIMBERG; DORFMAN, 2016 p. 276).

Na citação que fazemos de Grimberg e Dorfman (2016) é trazido um conjunto de categorias comuns aos estudos da linguagem e do discurso, recontextualizadas a partir de seu trabalho de pesquisas em Geografia. Com este tipo de abordagem, podemos analisar como os indicadores sociais vão sendo utilizados e apropriados em fluxos de ações que estão construindo tanto sistemas de mediações como territorializando sistemas de práticas no cotidiano. O reconhecimento dos lugares da enunciação e das dimensões da construção simbólica do espaço possibilita identificar os circuitos da ação e as distintas lógicas políticas territorializadas.

1.5.6 Globalização, hegemonia, matriz de significação e política do signo

Tomamos o conjunto de categorias filosóficas e políticas: **a)** globalização (IANNI, 1994; 1998; 2000; SANTOS, 2000); **b)** hegemonia cultural (GRAMSCI, 1975); **c)** matriz de significação e política do signo (GUELMAN, 2007). Adotamos estas sub categorias de análise que nos auxiliaram a fazer uma distinção das lógicas políticas relacionadas a universalização técnica dos indicadores sociais, a cultura e a política que influenciam a produção de indicadores sociais, suas relações com a Geografia e com a produção social do espaço.

O conceito de globalização é amplamente discutido na década de 1990 no Brasil. Em Santo (2000) a discussão sobre o tema ganha outra perspectiva, a partir da relativização das escalas, com a exposição das relações de desigualdades que a globalização impõe e pelas assimetrias de poder, reproduz antigas lógicas de poder e interpela novas, impondo também, uma nova temporalidade e uma nova consciência de realidade forjada por espacialidades globalizadas. Nota-se também uma imperiosa racionalidade mantida pela hegemonia da técnica.

A globalização vem sendo abordada criticamente como uma matriz de significação de uma hegemonia cultural, a qual articula a ideologia do neoliberalismo para influenciar a política e o econômico. Impactando a distribuição e a apropriação dos recursos, dos meios de produção, da tecnologia e a força de produção. Isto, exige que para sua crítica e entendimento, consideremos uma “política do signo” (GUELMAN, 2007) e a construção de estratégias contra hegemônicas e as de manutenção das hegemônias. Isto implica tomar a construção simbólica do espaço e do tempo como elementos fundamentais, considerando novas possibilidades de geografias imaginativas para além das construídas na hegemonia cultural da manutenção das hierarquias simbólicas do Estado-nação.

As noções de interdependência, dependência e imperialismo também estão postas em causa, se admitimos que o estado-nação está em crise, enfrenta uma fase de declínio, busca reformular-se. As grandes e pequenas nações, centrais e periféricas, dominantes e subordinadas, ocidentais e orientais, ao sul e ao norte, todas se deparam com o dilema da reformulação das condições de soberania e

hegemonia. É claro que há blocos, geopolíticas, imperialismos, dependências e interdependências nesse mesmo cenário. Há vínculos antigos e novos que atrelam nações umas às outras, não só em condições de igualdade mas principalmente de desigualdades. Também as organizações internacionais, compreendendo a ONU, FMI, BIRD, GATT e/outras exercem as suas atividades priorizando interesses de nações com maior poder econômico, político, militar, cultural. Essa continua a ser uma dimensão importante do cenário mundial. Simultaneamente, no entanto, declinam e reformulam-se as condições de soberania e hegemonia, em todos os quadrantes. Mesmo porque já há centros de poder, em escala global, que sobrepõem soberanias e hegemonias. As empresas, corporações e conglomerados transnacionais, em suas redes e alianças, em seus planejamentos sofisticados, operando em escala regional, continental e global, dispõem de condições para impor-se aos diferentes regimes políticos, às diversas estruturas estatais, aos distintos projetos nacionais (IANNI, 1994 p. 152).

A globalização ao longo de sua dimensão empírica vem se apresentando como uma racionalidade e produto de uma artificialidade atrelada a projetos de construção e controle de mercados. Massey (2007 p. 142) coloca que:

“... como sabemos muitas maneiras de se imaginar a globalização. Estas podem variar em termos de seu conteúdo empírico, das estruturas de suas conceitualizações, das periodizações implícitas ou explícitas que consideram como possibilidade futura e assim por diante. É impossível, e provavelmente indesejável, legislar em favor de uma ou de/outra interpretação. Neste debate sobre significado e interpretação, há, no entanto, certos aspectos que valem a pena serem discutidos [...] Porque me parece que há certas maneiras correntes de conceitualizar a globalização – seja nos discursos acadêmicos ou populares – que precisam ser criticadas politicamente e intelectualmente. Estas conceitualizações não somente são descuidadas em relação à certas coisas as quais em outras circunstâncias seríamos escrupulosos, como também possuem uma inocência inadvertida sobre posicionalidade. Além disso, emprestam credibilidade à um certo tipo de política (neste caso uma forma específica de globalização), não por serem explícitos sobre isto, mas por aceitarem a globalização como inevitável.

Ao colocar a importância do posicionamento e da perspectiva não fatídica para os projetos de globalização em curso Massey (2007) chama a atenção para uma característica da ação política que nos ajuda a reconhecer os agenciamentos e a hegemonia cultural. Trata-se de duas matrizes de significação distintas. Uma representa o movimento de acontecimento e projetos em cursos como inevitáveis e a outra possibilidade é questionar essas lógicas que impõe um futuro determinado. Futuro que mantém a reprodução estrutural da hegemonia cultural e do *status quo*, via um jogo de construção e controle de mercados pautados na previsibilidade, normalização e

padronização do espaço geográfico e das relações sociais. Mesmo que tal custe, destruição e reconstrução de lugares para fins estratégicos dos projetos políticos e econômicos.

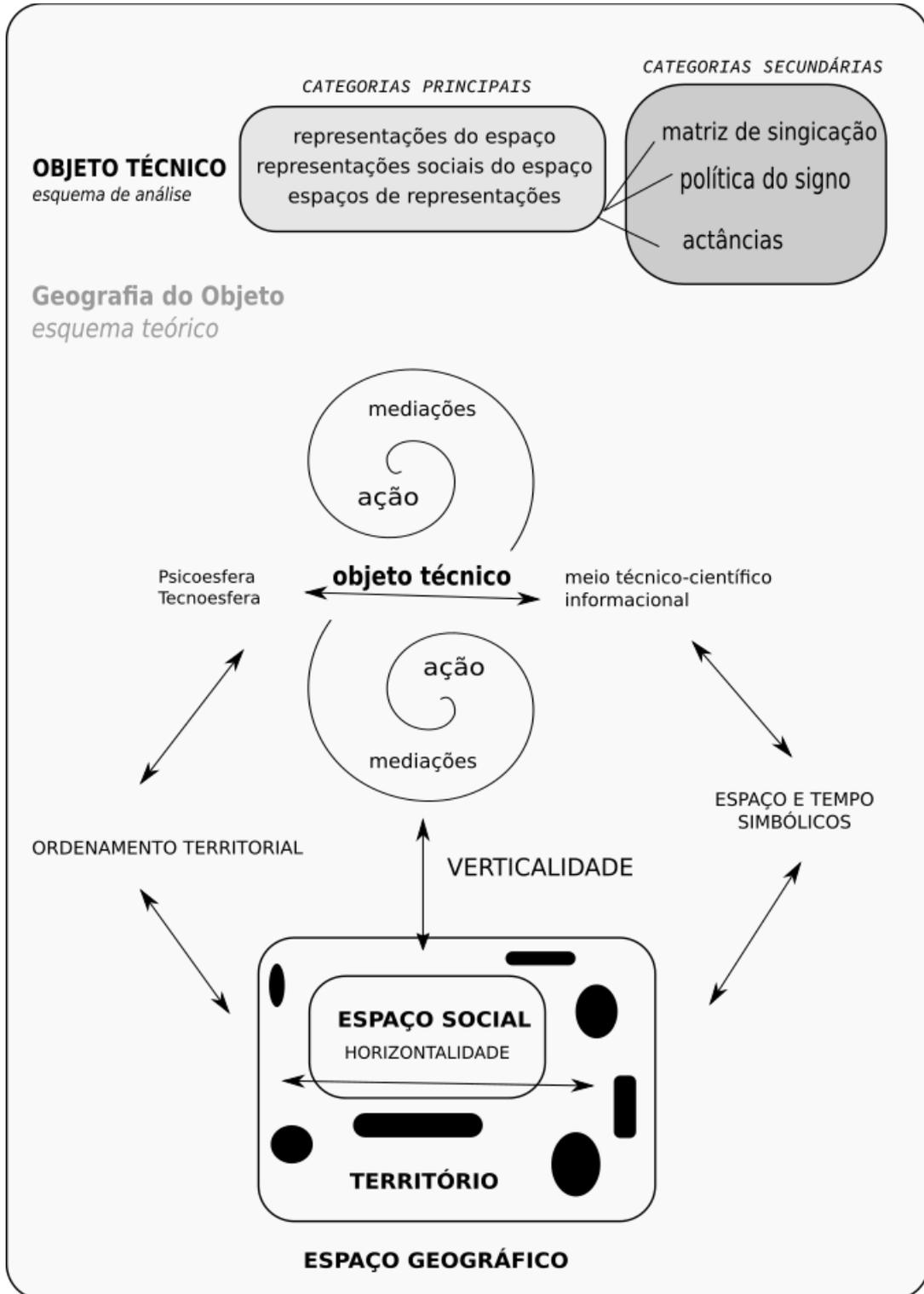
Como estratégia central da hegemonia cultural na globalização o signo do futuro determinado, como uma tendência consolidada dos projetos em cursos e da reprodução da própria hegemonia apontado por Massey (2007 p. 154) é um exemplo de “política do signo” (GULEMAN, 2007) mostrando como uma questão central tanto para se entender a complexidade da globalização como seus limites. Considerando a abertura a outras possibilidades de narrativas de relações de poder no espaço e no tempo.

1.6 SÍNTESE DO MARCO TEÓRICO E CATEGORIAS PRINCIPAIS DE ANÁLISE

Nesta secção apresentamos um quadro geral do marco teórico utilizado destacando as categorias analíticas chaves representações do espaço, representações sociais do espaço e espaços de representações como elementos importantes para analisarmos os indicadores sociais enquanto um fenômeno técnico e geográfico. Na Figura 4 a seguir, apresentamos um esquema que mostra as relações sistematizadas. As categorias *psicoesferas* e *tecnoesfera* (SANTOS, 2006) sintetizam a dimensão trabalho e as forças de produção. No nosso caso de estudo, interessa-nos os resultados destas forças e trabalhos, logo nos interessa além de considerar a dimensão trabalho em si, observar as ações dos agentes e atores envolvidos neste processo, buscando compreender como se configuram os ordenamentos territoriais promovidos.

Com o referencial teórico adotado consideramos o processo de produção de estatísticas e indicadores sociais como expressão de um fenômeno técnico e em universalização. Por conseguinte, a técnica e a política se tornam categorias que se atravessam para direcionar a ação. Para o nosso estudo, a ação que buscamos observar é uma ação política em sua verticalidade e horizontalidade que gera processos de construção de significado, influência espaços sociais via as representações sociais do espaço e promove ordenamentos territoriais por meio de agendas políticas. Por isto, para fins de análise a tratamos enquanto uma ação política que ganha sentido e significado pela sua projeção no espaço-tempo.

Figura 4. Esquema do Marco Teórico



Fonte: elaboração própria a partir de estudos junto ao POSGEA/UFRGS

Para a observação do fluxo da ação e do seu sentido político que gera materialidades estudamos, portanto um espaço simbólico construído e configurado pela tecnoesfera em uma psicoesfera do espaço. Tal psicoesfera é configurada por um processo de construção de significados sobre a realidade social e sobre o espaço geográfico, materializando representações sobre o espaço e sobre o tempo. Essa materialidade presente nos objetos técnicos produzidos como artefatos culturais pode ser observada nas representações do espaço, nas representações sociais do espaço e nos espaços de representação gerados pelo movimento dessa ação. Este movimento pode ser observado pelo seu fluxo em processos de territorialização da ação política projetada no espaço-tempo. A exemplo da construção de programas de políticas, projetos e a implementação de agendas. Como também em suas verticalidades e horizontalidades junto ao espaço social e aos territórios vividos.

As racionalidades e artificialidades do uso e apropriação dos indicadores sociais para a construção simbólica do espaço envolve, portanto também, além de uma dimensão política, uma dimensão cultural e simbólica, onde sistemas de valores configuram éticas e ideologias as quais se materializam em “matrizes de significação” (GUELMAN, 2007), tecendo os sentidos e os significados. Por isto para o estudo da lógica política do movimento de territorialização da ação cultural, adotou-se o conceito de hegemonia cultural e a análise política do signo e para análise das narrativas construídas.

As categorias de análise expostas no esquema da Figura 4, foram articuladas a partir de nosso estudo das contribuições teóricas de Milton Santos para a epistemologia da Geografia. Buscando nesta construção teórica, reconhecer nos dados trabalhados, quais são os elementos que nos permitem encontrar, observar e analisar os fluxos das ações mediadas pelos indicadores sociais. Reconhecendo os significados e as construções de sentido que tecem os nexos entre ações, mediações e sistemas de práticas. Compreendendo como estes mecanismos de construção de sentidos e significados influenciam a produção do espaço geográfico e o ordenamento territorial ao interferir na construção social do espaço e do tempo simbólico.

Para demonstrar como a técnica e a política que se remete a produção dos indicadores sociais é territorializada, influenciando a construção simbólica do espaço geográfico. Analisamos a linguagem espacial circulante no processo de produção, uso e apropriação social, para compreender e explicar como ocorrem distintas produções de significado, diferentes usos e apropriações dos indicadores sociais. Que apresentam no que lhe concernem, distintas lógicas políticas, éticas e ideologias.

As categorias utilizadas na Figura 4 nos permitem inferir análises sobre como ocorrem o movimento de produção e fluxo da ação mediada pelos indicadores evidenciando sua influência não somente numa dimensão simbólica referente às representações do espaço e do tempo. Mas também, se remetendo a sistemas de práticas espaciais, ao tomar como categoria as representações sociais do espaço porque, estas representações nos permitem evidenciar as influências sobre as práticas espaciais cotidianas que são consequentes de um conhecimento geográfico ordinário e não científico, mas direcionador de ações no tempo.

Esta abordagem trata de um conhecimento social compartilhado pela construção de matrizes de significação para com sistemas de práticas sociais e diretamente relacionado ao fazer e agir cotidiano, ou seja, se remete a representação social e esta se torna uma categoria para análise geográfica que evidencia a potência da ação e devires. Nos possibilitando inferir sobre suas tendências e possibilidades cotidianas. Ao mesmo tempo, que se torna uma subcategoria para estudar e explicar os mecanismos de como se formam as ideologias e como atuam na política do signo da construção do imaginário geográfico e do meio técnico-científico informacional nos diferentes grupos sociais.

1.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.7.1 Análise de conteúdos e análise textual direta

A “análise de conteúdos” realizada considera como metodologia de estudo a segmentação de textos em enunciados e discursos (BARDIN, 2009). Para operacionalizar procedimentos de análises com auxílio de um programa computacional (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006), considerando alguns elementos

limitantes apontados por Marcondes (2013 p.16), quando avalia ferramentas e abordagens de estudos sobre redes de sociabilidades virtuais, blogs e outras formas de comunicação via internet como os vídeos, áudios, os diários, os registros manuscritos entre outros documentos e materiais comumente analisados pelos pesquisadores em Ciências Humanas que compõem grandes quantidades de conteúdos textuais. A autora analisa que tanto a incorporação dessas novas formas documentais como as ferramentas de computador que auxiliam no armazenamento, organização e análise desses materiais colocam para o pesquisador, ferramentas de análise de conteúdo que podem alterar “não apenas a maneira de trabalho” mas, o desenvolver de outros olhares críticos sobre técnicas e métodos de análise, “independente da adoção de uma perspectiva quantitativa ou qualitativa”.

Adotamos para apoio para as análises de conteúdos nos estudos de caso o software livre IRAMUTEQ, com o objetivo de nos possibilitar explorar e dar conta de sistematizar uma grande quantidade de material discursivo e explorá-lo. Partimos do que Ramos et al (2018) identificam como importantes contribuições do IRAMUTEQ para o método da Análise Textual Discursiva – ATD. Pois, apontam que entre as principais contribuições estão na agilidade para o pesquisador qualitativo, “que, via de regra, necessita despender energia por incontáveis horas/dias com grandes volumes de informações para extrair dados passíveis de interpretação”. Destacam também, que as classes que emergem no IRAMUTEQ, em poucos cliques e segundos, podem ser consideradas categorias intermediárias”, “oferecendo novas possibilidades de interpretações e relações, que poderiam passar despercebidas no trabalho artesanal na construção das categorias finais”. Braga et al (2018) colocam que “o cabedal de informações referentes às gerações das categorias intermediárias configura-se em alternativa viável”, pois “ilumina a caixa-preta” que “geralmente são as construções de dados” decorrentes de instrumentos como questionários, entrevistas e análise de livros e notícias.

Contudo, Ramos et al (2018 p.21) não deixam de salientar que “o software” “é limitado a gerar informações voltadas às confirmações de categorias intermediárias”. Por que, “as categorias finais exigem textos descritos num diálogo gradativo entre os conhecimentos tácitos do pesquisador, com a teoria e com os dados empíricos”. De

Avelino e Goulin (2018) publicaram junto ao IPEA um texto para discussão que apresente um exemplo de análise textual direta com o uso do IRAMUET explorando um amplo *corpus* de textos das conferências nacionais. Os autores detalham a abordagem e procedimentos metodológicos e enfatizam as potencialidades das ferramentas e suas limitações, que se remetem a estudos exploratórios e ao apoio à formulação de hipóteses e problematizações. Nesta pesquisa portanto, utilizamos o IRAMUTEQ para ajudar no mapeamento textual de campos de significação e identificar as relações de sentido e significado presente e ausentes em diferentes campos simbólicos e em diferentes contextos de enunciação, ou seja, de diferentes tipos de discursos.

1.7.2 Procedimentos técnicos de análise

A metodologia consistiu em leituras dos textos, mapeamentos de notícias, organização de um *corpus* textual para análises léxicas, explorações da classificação automática de palavras pelo Método Reinert (classificação léxica por segmentação de texto), análise fatorial de correspondência, leitura exploratória, lematização (substituição de palavras por termos de análise) e análise de similitude de palavras com montagens de grafos (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006; FERNANDES, 2016). As leituras dos textos possibilitaram compreender o contexto e as discussões que permeiam a produção dos indicadores sociais, reconhecer autores, agentes, linhas de pesquisa e as comunidades epistêmicas. Portanto, é a leitura dos conteúdos que possibilitou as interpretações e a busca de evidências relevantes a pesquisa.

O mapeamento de notícias permitiu observar o alcance e os efeitos dos indicadores nas representações do espaço e nos espaços de representações postos em circulação na comunicação de massa e na informação pública. Ao mesmo tempo, que permite identificar sobre o que se fala quando falamos sobre os indicadores sociais.

Para as análises dos estudos de casos foram portanto montados diferentes *corpus* de análise cujo os resultados permitiram basicamente confirmar o reconhecimento dos diferentes discursos e principalmente das forças dos signos presentes nos léxicos investigados. Para então analisar a contextualização dos signos utilizando uma base teórica que adotou categorias como política do signo, matriz de significação e

configuração do espaço de representação como formas de interpretação analítica das observações e hipóteses trabalhadas ao longo da investigação.

1.7.3 Palavras e textos como dados

A análise textual foi um instrumento de confirmação dos principais tipos de discursos e das discussões presentes no contexto de produção, de uso e de apropriação dos indicadores. Foram reconhecidas três classes distintas de enunciação, **A)** uma na qual se enuncia sobre as desigualdades sociais no espaço geográfico; **B)** uma outra que apresenta comparações estatísticas entre as diferentes condições sociais nas cidades, educação, regiões, espaço rural, etc.; **C)** e uma terceira que se centra em representar territórios de forma comparativa e enfoca-se o ordenamento territorial.

O uso de notícias como fonte de informação para pesquisas acadêmicas é prática comum a muitas áreas do conhecimento. A análise desse tipo de unidade informativa em pesquisas fora do campo epistemológico da Comunicação tem diversas finalidades. Ela pode auxiliar na contextualização de determinado fenômeno ou acontecimento da vida pública, bem como informar sobre sua evolução e repercussão, além de ampliar o contato com processos cujas informações ou atores envolvidos são pouco acessíveis, como fatos do passado. Além disso, as notícias podem, inclusive por sua estrutura ou posicionamento, revelar discursos, tendências e estereótipos. É por isso que o uso das mensagens divulgadas por veículos jornalísticos deve ser realizado levando-se em conta tanto fatores ligados às representações sociais quanto aos procedimentos que permeiam a prática jornalística e influenciam, ainda que indiretamente, na informação levantada (GRIMBERG; DORFMAN, .2016 p. 271)

O reconhecimento destes campos de diferentes falas e narrativas, no que lhe concerne, configuram discursos sobre os indicadores sociais, que permitem reconhecer a existência de “geografias imaginativas” as quais demonstrou Said (2007), que são de fundamental importância por expressarem uma imaginação geográfica evidente, demarcada por sentimentos de alteridade e subjetividades explícitas (GRIMBERG; DORFMAN, 2016 p. 271). Na discussão sobre os indicadores sociais é possível a presença de geografias imaginativas, construindo simbolicamente o país, as regiões e as cidades, materializando influências no modo de agir, ou seja, influenciam os sistemas de práticas cotidianas sobre estes espaços enquanto lugares da ação. Nessa abordagem de análise tantos textos científicos, de políticas e de notícias se tornam dados para a

pesquisa em Geografia a modo como colocam Grimberg e Dorfman (2016) sobre o uso de textos como dados de análises.

1.7.4 Mapeamento de conteúdos: notícias, vídeos, leis e textos científicos

Os textos de livros, artigos científicos e notícias selecionados foram formatados como *corpus* textual para o trabalho de análise utilizando o IRAMUTEQ enquanto uma plataforma de análise. Para análise dos conteúdos de vídeos, capturamos as legendas e as formatamos em como *corpus* textuais compondo o banco de dados textuais da pesquisa. As orientações técnicas utilizadas foram as publicadas em vídeos tutoriais pelo Laboratório de Políticas Públicas Participativas da Universidade Federal de Goiás (UFG) disponíveis em seu canal de vídeos no YouTube e a documentação técnica de apoio do software. Algumas das técnicas utilizadas são demonstradas em De Avelino e Goilin (2018).

Podemos colocar, a guisa de experiência de análise, que a lematização é um dos processos de pesquisa mais importantes. Pois, a partir da transformação de palavras em categorias dentro do corpo de texto é possível achar outros tipos de classificação e de relações de construção de sentido que abrem novas possibilidades de percepção de questões relevantes. A exemplo, a força da categoria tempo que para ser observada nos *corpus* textuais exige o reconhecimento de signos e termos com significados temporais, os substituindo pela palavra tempo de modo que o signo tempo possa ser utilizado, nas análises das estatísticas textuais e ser evidenciadas nos gráficos e grafos.

1.7.5 Análise de dados fornecidos pelos interlocutores

Foram realizadas duas atividades de pesquisa para coleta de dados e informações qualitativas com interlocutores. A primeira atividade consistiu em uso de um questionário com perguntas fechadas e abertas junto a pesquisadores com vivências e atuação diretamente relacionada aos casos de estudos analisados na investigação. De modo, que tivemos um interlocutor junto ao IPEA e um interlocutor junto ao

Observatório das Metr6poles. A segunda atividade de pesquisa de coleta de dados e de informa76es qualitativas com interlocutores, foram conversas junto a um grupo de jovens estudantes com finalidade de dialogar sobre como os indicadores sociais est6o fazendo parte de seus cotidianos e o que eles sentem e evidenciam em rela76o a estes n6meros p6blicos.

As conclus6es, as reflex6es e questionamentos advindos destas atividades s6o incorporadas 6s discuss6es feitas ao longo desta pesquisa. De modo, que buscamos trazer as vozes de nossos interlocutores sempre em sua integralidade de registro. Por isto, as inserimos aqui, no formato de cita76o de excerto junto ao corpo do texto desta estudo em momentos espec6ficos da apresenta76o da pesquisa. Nos ap6ndices por sua vez, disponibilizamos o question6rio utilizado e deixamos um registro das notas das atividades realizadas com os jovens interlocutores que nos ajudaram a focar aten76o para a import6ncia dos indicadores sociais nas aulas de Geografia e no cotidiano.

1.7.6 An6lise utilizando o software livre Iramuteq

As an6lises na plataforma IRAMUTEQ nos permitiram distinguir diferen76as sobre o que se fala quando o objeto de representa76o s6o os indicadores. As an6lises de classifica76o fatorial e de correla76o nos permitiram visualizar gr6ficos para distinguir distintas configura76es dos campos discursivos que ora se afastam, ora se aproximam a significantes e a signos comuns. Nestes campos discursivos os indicadores s6o utilizados e apropriados de diferentes formas. Sendo que, esta abordagem nos permitiu em um primeiro momento reconhecer as diferen76as entre como os indicadores sociais s6o enunciados nos campos cient6ficos, nos discursos de divulga76o cient6fica e nos textos de pol6ticas, observando diferen76as quantitativas no que se refere a frequ4ncia de palavras e diferen76as qualitativas, observamos as diferen76as nos usos, linguagem e configura76o do l6xico.

Outra explora76o importante que foi poss6vel atrav4s da plataforma IRAMUTEQ 4 a an6lise de similitude que permite visualizar grafos de rela76es de proximidades entre as palavras. Estes grafos puderam ser interpretados pelo reconhecimento de categorias complementares como as que se referem a l6gica da for76a pol6tica materializada na

presença e nas relações entre determinados significantes e os objetos de representação das narrativas que usam os indicadores sociais para valorizar o espaço.

Os grafos de similitude também auxiliaram na confirmação das hipóteses de trabalho ao revelar a rede de significação e as forças dos signos centrais. Este tipo de representabilidade permite observar quando em diferentes textos sobre o mesmo assunto temos enfoques em signos diferentes.

Por exemplo, podemos identificar nos grafos textos que se discutem a questão urbana com referência no signo cidade e textos que se referem a categoria urbano. Revelando uma lógica de diferenças e uma lógica política do signo a ser melhor investigada. Os grafos podem expressar a representação central e o vocabulário utilizado. Levando-nos ao contexto de enunciação para interpretá-lo no seu contexto e totalidade.

A partir do reconhecimento de dinâmicas dos signos nos léxicos dos textos, foi possível então reformular hipóteses iniciais e inferir análises mais complexas utilizando as categorias principais e os conceitos chaves que nos orientaram a investigação. As possibilidades de aprofundamento que o uso da plataforma IRAMUTEQ apresenta quando utilizamos em conjunto, a técnica de lemantização, com a exploração de diferentes formas de segmentação de texto, a observação das estatísticas do *corpus* de textos e a análise comparada entre uma grande gama de conteúdos textuais potencializa muito a pesquisa qualitativa e a reflexão sobre os dados e a busca de formas complementares de análise.

1.7.8 Organização de um *corpus* textual para análises

O *corpus* textual de análise foi categorizado em: **a)** textos de publicação de comunicação científica dos indicadores; **b)** textos de discussão científica sobre os indicadores sociais analisados; **c)** textos de divulgação científica dos indicadores estudados; **d)** textos de políticas que se utilizam de indicadores em estudo. As análises exploratórias foram feitas então por blocos de *corpus* textuais para serem comparadas, exploradas em seus enunciados e interpretadas. O banco de dados textuais permitiu portanto trabalhar as hipóteses de tese para suas verificações.

“o agir simbólico se confunde com as formas culturais de apropriação e utilização da técnica. Existiriam, pois, paralelamente essas três ordens: a ordem da forma técnica, a ordem da forma jurídica e a ordem do simbólico. O cotidiano se dá mediante essas três ordens. Mas se, por um lado, a ordem técnica e a ordem da norma impõem-se como dados, por outro lado, a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos **modelos de significação e representação**. A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma. A ação é o próprio do humano.[...] As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições (SANTOS, 2006, p. 53).

Compreendemos como algo da natureza social do espaço geográfico que estudamos, que os fluxos de ações se “instalam nos fixos”, podendo modificar a sua “significação e o seu valor, ao mesmo tempo, em que, também, se modificam” (SANTOS, 2006 pp. 37). Esta lógica de transformação do instalar ação nos objetos, parece-nos o fluxo da energia de os animar, do permitir que objetos técnicos possam atuar automática e ativamente de modo que, daí vem a propriedade dos objetos técnicos de serem actantes, atores e agentes espaciais. Isto não quer dizer que estes desempenhem a ação. Pelo contrário, quando um objeto técnico atua como actante e agente, o consideramos então como um operador espacial mediador de ações, tecendo redes de sentido e significado do espaço simbólico construído.

A actância é uma propriedade dos objetos técnicos que expressa uma ambiguidade de mediação via a produção de um espaço actancial simbólico onde ocorrem as significações dos objetos de representação e este espaço ganha a materialidade nos discursos e enunciados. A categoria actante vem sendo utilizada na Geografia Social de tradição francesa e também, nos estudos antropológicos e semiológicos de outras áreas do Conhecimento como Teatro, Cinema e a Semiologia.

Logo, temos por entendimento que o espaço geográfico é um produto, uma construção de relações de fluxos de ações, ou seja, um resultado de movimentos de objetos técnicos e da imanência da ação que se territorializam nos espaços sociais através de configurações de mediações. De tal modo, que neste processo de construção de sistemas de fixos e fluxos para ação, sentidos e significados são transformados, transformando-se os espaços, as próprias ações e também os objetos.

2. GEOGRAFIAS DOS INDICADORES

“as técnicas podem ter outros usos que apenas a
reprodução de uma suposta
ordem universal pré-determinada”.
Milton Santos

O presente capítulo aborda o tema dos indicadores sociais apresentando um estudo sobre a Geografia dos Indicadores Sociais, trazendo elementos do debate atual que convergem sobre a crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento em universalização. A metodologia utilizada se fundamentou na pesquisa bibliográfica e na análise de conteúdo. Como dados foram utilizados artigos, entrevistas e publicações diversas. Foi possível reconhecer afastamentos e proximidades entre a produção, uso e apropriação dos indicadores sociais e as pesquisas geográficas desde as origens do Movimento dos Indicadores Sociais na década de 1960. Como também, compreendemos que há a necessidade de melhor compreendermos para fins de avaliação os impactos dos indicadores na produção social do espaço e como dispositivos de ordenamento territorial. O estudo revela que há uma dimensão ideológica que deve ser considerada como elemento importante das relações entre a Geografia e os indicadores sociais, mas é a ética que vem sendo apresentada como elemento histórico com potência de influenciar transformações na produção, uso e apropriação dos indicadores sociais.

Este capítulo traz as questões de afastamentos e proximidades entre a Geografia e o Movimento dos Indicadores Sociais (MIS), trabalhando uma análise que reconhece a produção de estatísticas e indicadores sociais como um processo de produção diretamente relacionado a constituição do meio técnico-científico informacional. Identificamos três momentos históricos de grande importância: **1)** um referente ao movimento higienista do século XIX que cria as bases do meio técnico-científico informacional sob influência hegemônica do utilitarismo liberal; **2)** um segundo momento relacionado às pós-guerras mundiais com a emergência da hegemonia neoliberal; **3)** e um terceiro momento onde se passa produzir uma “psicoesfera” do espaço geográfico (SANTOS, 1996) enquanto um produto das agendas globais que integram agendas sociais, econômicas e de sustentabilidade ambiental em múltiplas escalas de regulação por meio da construção de agendas locais comuns. Marcando uma fase de hegemonia corporativa da racionalidade instrumental transnacional que pauta um novo modelo emergente de transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional para a regulação política e econômica da vida e do espaço.

Como ponto de problematização trazemos um relato histórico sobre a territorialização do MIS no Brasil na década de 1970 via uma nova fase de orientação de trabalho e modernização técnica do IBGE e do domínio técnico da comunidade da Geografia ibgeana irradiando no país um domínio técnico para o trabalho de pesquisa e análise com grandes quantidades de dados, metodologias quantitativas e referenciais teóricos comuns ao Movimento dos Indicadores Sociais (MIS) que adentram as práticas de trabalho em Geografia. Este arcabouço técnico e metodológico era presente e hegemônico no trabalho de pesquisa nos EUA e Europa pelo uso do conceito de desenvolvimento e discussões derivadas do debate em torno.

Neste capítulo também, apresentamos as reflexões de Smith (1972) e Henri (1982) sobre as aproximações entre a Geografia e os indicadores sociais. A abordagem feita, a partir da revisão de bibliografia, busca mostrar que ocorreu um complexo processo de relações de proximidade e de controvérsias entre a Geografia e os indicadores sociais. Essas relações, foram interpretadas como diferentes formas de alinhamentos políticos e ideológicos com diferentes tendências do Movimento dos

Indicadores Sociais e as agendas de pesquisa na Geografia. Configurando um complexo sistema de práticas que transformaram o espaço geográfico em meio técnico-científico informacional para o fluxo das ações e projeção de políticas sociais no território.

2.1 A GEOGRAFIA, A ECONOMIA E A CATEGORIA POPULAÇÃO

Observamos que o geógrafar fenômenos sociais através de estatísticas e indicadores sociais possibilita os nexos entre medida e espaço. Pelas cartografias de diagnóstico social é possível criar geografias imaginárias e metáforas geográficas com o conhecimento dos fenômenos sociais. Contudo, essa racionalidade representacional é imbuída de uma natureza política onde se tensionam as forças da gestão econômica de um humano estatístico sobre a natureza de um humano real. Gerando metáforas geográficas e econômicas como condições políticas.

A ideia de humano estatístico é aqui utilizada a partir de tese de Ruy Moreira (2009 p. 91) que localiza essa produção ontológica de ser humano “no espaço da economia”. Construída por um sistema de razão de “estoque de recursos” e de “necessidades de consumo”. A abordagem de Moreira (2009) junta numa equação teórica, razão de estoque de recursos e a necessidade de consumo, explicando que essa relação é articulada por teorias do mercado como relação motriz da organização material da sociedade moderna.

A ideia de *humano população* que podemos pensar a partir de teses de Moreira (2009), nos possibilita retornar ao uso histórico da categoria população feito no pensamento malthusiano para melhor compreender a atual produção de indicadores sociais. Para Moreira (2009 p. 82) esse ideário de *humano população*, do humano abstraído em número de contagem e objeto de conhecimento, “tem origem inicialmente em Malthus, com sua teoria da desproporção do crescimento humano em relação ao da produção dos alimentos, em face dos limites de solos agricultáveis na natureza”. As considerações malthusianas foram ampliadas para a generalidade dos recursos da natureza, em um processo ao qual Moreira (2009 p.82) chama de “moderna teoria do equilíbrio”. Que imbuí “cotejar os números e acompanhar seu

desenvolvimento torna-se fundamental”. Porque, o humano população na análise de Moreira (2009) transformando-se no humano estatístico.

Contar o número da quantidade dos homens torna-se uma componente essencial às medidas do balanço das proporções do uso. Assim como o número da quantidade dos recursos. Isto por entender-se que o levantamento constante da quantidade dos recursos da natureza e da quantidade dos homens é o segredo do cotejamento permanente das demandas e de um crescimento populacional equilibrado. Do homem-estatístico à geografia da população. Contar o número de homens significa prever o ritmo possível do seu crescimento. Nasce, assim, o ramo da geografia que reduz a análise do homem aos termos matemáticos de taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de fecundidade, tomadas como os parâmetros da evolução das necessidades, e que no paradigma fragmentário será uma das geografias humanas sistemáticas para materializar a própria geografia humana, substanciando o conceito utilitário de homem — irmão siamês do conceito utilitário da natureza —, que se implantará como um todo na geografia. Uma geografia humana sistemática nascida na fronteira com a economia. É nos anos 1950 que se sedimenta esta noção de homem na geografia, rompendo, mas de certo modo também consolidando, uma tendência que vem dos clássicos da economia, da demografia e da própria geografia.

O humano estatístico é um modelo ideal construído para a gestão da ação econômica no território da racionalidade expressa pela teoria weberiana, este modelo de representação humana permite representar os nexos entre pessoas, espaços e medida, possibilita representar temporalidades e espacialidades, ritmos e velocidades, distâncias e localizações. Representando as demandas das necessidades. Estes nexos no que lhe concerne, possibilitam descrever contexto através de um conjunto de actantes, relatórios, tabelas, gráficos, mapas e artefatos de conhecimentos para a operação das teorias econômicas. Ou seja, uma descrição semiótica é elaborada e organizada na forma de discurso para comunicar e textualizar o humano estatístico para a operação das racionalidades que vão possibilitar o uso articulado das teorias de conhecimento ao social.

Na dimensão da regulação econômica e prática econômica o colocar em prática as teorias, envolve o territorializar o conceito de *homos economicus*, se levando ao chão o encarnar do ideário de humano da teoria econômica. Em estudo de revisão sobre as abordagens do conceito de indivíduo da década de 1980 ao século XXI, Souza (2014) identifica não haver mais uma enunciação de um único *homo economicus* da teoria

econômica contemporânea. Segundo o estudo, estaríamos num momento histórico onde os diferentes modelos metafóricos e idealizados estão sendo contestados.

Se consideramos o uso histórico e político da categoria população e sua relação com as práticas de gestão econômica, podemos compreender que o humano estatístico é uma premissa a eficiência de uma teoria econômica orientada pelo ideário de *homo economicus*. evidencia-se que sem a normalização estatística do humano, o que envolve normalizar seu consumo e necessidades no espaço e no tempo, não se pode aplicar a teoria econômica de modo performativo, de maneira que oriente os desempenhos das relações sociais econômicas nos territórios da ação política. Esta relação entre teoria e prática é mediada pela produção de objetos técnicos de conhecimento e informação, actantes que permitem os meios pelos quais os territórios são modelados a partir da linguagem política. Esta relação entre espaço e discurso, articula consciências geográficas, enunciados de normalização do social para territorializar a ação política performativa no espaço.

As reflexões de Ruy Moreira sobre a transformação de um *humano população* para um humano estatístico, permite-nos a emergência de um *homo economicus* herdeiro do utilitarismo se tornando sujeito do conceito de eficiência e eficácia incorporada a razão de gestão econômica do social. No processo histórico do “homem estatístico” (MOREIRA, 2009), podemos compreender que o uso político da categoria população, possibilita a transformação do humano em número e quantitativos para a gestão econômica do social. Como também possibilita a conexão entre razão de Estado, uma razão de governo e a razão econômica da reprodução social. Bem como, nos permite entender criticamente que tais sistemas de razão se constituem não somente como sistemas de práticas, mas de teorias e produção de conhecimento que trazem heranças ideológicas e tradições de conhecimento.

Por exemplo, a categoria população vai possibilitar que se possa produzir governamentalidades para fins de governo via regimes de poder e no que lhe concerne, permite a crítica ao ideário sintetizado na representação do *homo economicus* e no conceito de racionalidade moderna. Por possibilitar emergir outras propostas de gestão social que tem tido uma maior ênfase, na dimensão do vivido e nas subjetividades, para

problematizar as questões econômicas pela promoção da ressignificação do valor de uso, do valor de troca e das consciências de necessidade, promovendo um *ethos* mais humanista e um movimento ético nas ciências.

A abordagem que fazemos da relação entre Geografia e Indicadores Sociais decorre de duas relações de existência, uma é epistemológica decorrente da sujeição do humano vivo (*homo sapiens*) a categoria população. A outra é a produção de consciências geográficas para a territorialização do homem estatístico. A primeira relação de existência cria um humano para o Estado, a segunda relação posiciona esse humano no espaço-tempo para a ação política. Estas duas relações de existência e produção do *humano estatístico* como produto e sujeito da razão de governo e da governamentalidade, tem por suas contradições as relações de existência do humano vivo. Que busca por meio da sua ação política no cotidiano, provocar a ação do Estado para seus interesses e reprodução de sua vida, bem como subvertê-la para uma ordem da razão prática do vivido.

2.2 DAS NECESSIDADES E DAS DEMANDAS: DILEMAS DA CATEGORIA POPULAÇÃO

A questão ontológica e epistemológica são de grande relevância para o entendimento dos desdobramentos dos indicadores sociais enquanto um fenômeno técnico. Não é possível nesta pesquisa dar conta da profundidade que merece estes dois conceitos da Filosofia. Aqui vamos nos ater a trazer alguns elementos, que evidenciamos como os mais relevantes e que nos ajudam a elucidar melhor a importância da relação entre este fenômeno técnico e a construção simbólica do espaço.

Para nos ajudar a entender melhor a geografia social da produção dos números públicos, localizamos historicamente a gênese da ação racional de produção de indicadores sociais na modernidade no uso político pela razão de Estado da categoria população. MILÉO (2005) localiza a origem histórica da produção de indicadores sociais como algo que emerge do século XVIII e se consolida no século XIX. Notamos que neste período as sociedades industriais estavam passando por intensos processos de crescimento demográfico e de migrações campo cidade. A necessidade da produção

de números para possibilitar a ação de gestão das cidades, passa a expressar uma consequência das relações de conflito de classe e produção, expressando um duplo processo com a necessidade de ação de governo dos problemas sociais e a emergência da busca por influência dos cientistas na política e nas questões sociais. De maneira, que se exigia para a ação a produção de consciências geográficas e construções simbólicas do espaço, legítimas e eficazes para a ação política no território.

Como consequência dos conflitos sociais fundamentalmente de produção e (re)produção social que culminam nas crises urbanas de saúde pública e as reformas higienistas no século XIX. Surge a criação de espaços sociais de conhecimento voltados a produção de dados, informações e conhecimento territorial. Na Europa e EUA os primeiros institutos estatísticos, os birôs de informação são criados, voltados a dimensões como melhorar as representações das quantidades de habitantes nas cidades, obter dados sobre trabalho e saúde, bem como informações consideradas significativas sobre a produção.

A partir de Merriam (1968) discutiu-se amplamente por décadas a relação entre indicadores sociais e seus usos para a avaliação e monitoramento do bem-estar. A proposta de abordagem publicada como um projeto com diretrizes e orientações na coletânea de Sheldon e Moore (1968), junto com a coletânea análoga de Bauer (1966), são as publicações propulsoras do Movimento dos Indicadores Sociais (MIS) reconhecidas em comum na literatura nacional e internacional sobre o tema. Toda essa discussão suscitada tem a categoria população como seu cerne.

É importante frisar que, Merriam (1968) enfatiza na década de 1960 a relação entre indicadores sociais, avaliação e monitoramento do bem-estar, inclusive como um direcionamento estratégico e ético do uso dos indicadores sociais. Se considerarmos essa construção histórica, o bem-estar, a qualidade de vida e indicadores sociais, vão sendo articulados como partes intrínsecas do “paradigma histórico” que reconheceu Abreu (1985), diretamente relacionados com as ondas de reformas de bem-estar na América do Norte e Europa promovidas entre as décadas de 1960 e 1990. Como categoria central desse movimento, portanto temos a categoria população.

A universalização das técnicas de produção de dados e de indicadores sociais foi consolidada como a principal estratégia de legitimidade do discurso científico junto ao campo político. Todavia, nesse processo há a importância crescente dos expertos que atuam como consultores *ad hoc* junto às agências multilaterais, o papel de agências reguladoras, agências financeiras, empresas de consultorias externas, instituições civis e instituições do Estado. Acabaram tendo menor visibilidade do que os lugares de produção de indicadores sociais como “centros de cálculos” (LATOURE, 2004) e as “comunidades epistêmicas” (HAAS, 1992) que na atualidade buscam ganhar mais visibilidade para legitimar suas expertises e influências políticas. Esta esfera da produção de indicadores sociais envolve também os espaços sociais e campos de ação das empresas de consultoria externa, o que envolve um complexo e vasto campo de prestação de serviços técnicos, administrativos e científicos que se configuram também em “comunidades epistêmicas” (MACHOÑ et al, 2018).

Na Europa em regiões como Grã-Bretanha e Países Escandinavos surgem a produção de indicadores socioeconômicos relacionados a construção de um Estado de bem-estar. Na Alemanha da segunda metade do século XX, o enfoque da produção de indicadores se voltam para a avaliação da qualidade de vida e suas dimensões territoriais. Na década de 1970 ocorre um grande interesse e apropriação para fins de promoção da produção por agências multilaterais tanto do setor econômico como a OCDE e Banco Mundial como agências humanitárias das Nações Unidas a exemplo da UNICEF e FAO.

O enfoque atual da produção de indicadores sociais são relacionados aos grandes problemas sociais e as demandas de planejamento territorial. Observamos internacionalmente ênfases na questão da qualidade de vida subjetiva, avaliação do bem-estar, monitoramento da exclusão social, da pobreza, questões de saúde e meio ambiente entre outras como trabalho, educação, etc. Destacando-se os atuais interesses por indicadores de sustentabilidade. Outro enfoque da produção de indicadores sociais, é o atendimento às necessidades de informações e conhecimento para fins de gestão e controle social dos Estados. Como também observamos novas demandas decorrentes da adoção de agendas sociais emergentes e da territorialização de políticas públicas. Logo, evidenciam-se diferentes vetores de interesses que atualmente suscitam a

produção de indicadores sociais. Em comum, todos têm o interesse de gerar conhecimento para a ação e representam geograficamente as pessoas através da categoria população.

2.3 ESTATÍSTICAS E INDICADORES SOCIAIS DIANTE DO MODELO HEGEMÔNICO DE DESENVOLVIMENTO

Ao revisar as discussões acerca do debate sobre a importância contemporânea dos indicadores sociais, e revisando o debate francês sobre o tema, Arregui (2012) percebe que no “debate sobre indicadores sociais alternativos”, vem ocorrendo em torno de “duas grandes questões”: **1)** uma é “a emergência de vozes que questionam o modelo de desenvolvimento, no contexto da crise financeira e ecológica global; **2)** a outra é “as demandas que surgem na sociedade civil organizada, por novas formas de quantificação”. Todavia, é importante enfatizar que os principais atores que invocam às formas de quantização como uma primazia para o conhecimento social, estão relacionados a setores da economia financeira e movimentos relacionados a políticas de controle social gerencialistas e monitoramento de resultados, em sentido de contabilidade social.

Nos presentes estudos, buscamos pensar os indicadores sociais a partir das questões sobre os desafios ao uso e a produção de indicadores sociais colocadas por Arregui (2012 p.531). A pesquisadora argumenta que a partir dos “colapsos de 2007 e 2008”, “a matriz liberal e conservadora é transformada em programa político que vai se difundir pelo mundo e alcançar nível planetário”. Neste contexto, a “aplicação das fórmulas neoliberais de desregulamentação de todos os mercados, aumento da regressividade fiscal, flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas e desmonte dos Estados de Bem-Estar” se consolidou como uma tendência “à concentração do capital no eixo central da nova ordem mundial”. A semelhança modo como explica Harvey (2011, p. 217), sobre a “configuração do poder do capital”, e sobre os efeitos da continuidade da imposição de políticas de austeridade como solução às crises financeiras “levará a economia à direção oposta, pois as dificuldades econômicas serão aprofundadas” (ARREGUI 2012, p.531-532).

Nesse sentido, como coloca Arregui (2012) o “atual debate” sobre os indicadores sociais, “não é apenas sobre a mudança do sistema de medidas e de representação da realidade social, mas, sobretudo, uma indagação profunda do atual modo de produção e da própria noção de desenvolvimento”. Por que, a perspectiva de crescimento econômico imposto como paradigma econômico pelas teorias do Capital Humano e pelo conjunto de políticas econômicas da agenda emergente do Consenso de Washington, é insustentável para a humanidade, para o equilíbrio ecológico e para a sustentabilidade do meio ambiente.

“novas concepções de desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, bem-estar social e/ou qualidade de vida, ora representados em sistemas de indicadores, ora em indicadores sintéticos, com mais ou menos ênfase nas dimensões sociais, humanas e ambientais, ou ainda com mais ou menos incidência dos indicadores monetários; mas todos reafirmam o questionamento da concepção de riqueza erguida pós Segunda Guerra Mundial e pretendem se apresentar como alternativa ao sistema de medidas e de representação da realidade social, profundamente impregnado pelos critérios financeiros” (ARREGUI, 2012 p.552).

Há diferentes interesses e controvérsias presentes e ausentes, há “uma crítica frontal à mercantilização e financeirização da vida e expressa, diferentes vozes que propõem uma nova agenda ambiental, econômica e social para o século XXI” como coloca Arregui (2012). Os debates sobre os indicadores sociais refletem sobre a prática de promover o setor privado, como fonte de um paradigma econômico e ambiental para gestão da crise mundial via o desmonte das construções da cidadania realizadas no processo histórico como produto positivo das lutas sociais ao longo dos séculos XIX e XX. Ocorrendo uma banalização cultural e jurídica dos direitos humanos, submetendo-os aos direitos econômicos de atores privados. Muitas vezes com identidade transnacional e diretamente vinculados a financeirização das economias da vida e da natureza. A partir deste debate sobre as forças atuantes na atual crise mundial, surge a crescente produção da mais variada gama de indicadores sociais alternativos, como destaca Arregui (2012).

2.4 APROXIMAÇÕES E CLIVAGENS HISTÓRICAS ENTRE GEOGRAFIA E INDICADORES SOCIAIS

O estudo trazido para discussão fez uma revisão interpretativa da literatura especializada no tema dos indicadores sociais buscando verificar como o tema é trabalhado na Geografia. O recorte feito focou nas abordagens promovidas na Geografia, colocando-as para a reflexão diante de uma contextualidade geográfica e histórica mundial de processos técnicos e políticos universalizantes. O tema dos indicadores sociais não é algo novo no Brasil nem para a ciência geográfica. O debate mais amplo com discussão técnica e científicas acontece com a organização de comunidades científicas e comunidades epistêmicas com a adesão de centros de cálculo, constituindo discussão que ganham escala mundial na década de 1970 e passa a receber uma ampla gama de estudos dedicados a uma interpretação e crítica do tema na década de 1980.

Nesse espectro de estudos e reflexões, podemos um contínuo histórica da relação entre a produção de indicadores sociais e a construção das agendas políticas vinculadas à construção e manutenção do Estado de bem-estar e a partir da década de 1990 podemos observar os impactos das diretrizes políticas e ações irradiadas a partir do Consenso de Washington e a força de agendas políticas transnacionais.

Ao observarmos a relação entre Geografia e os indicadores sociais, encontramos algumas clivagens entre diferentes linhas e orientações epistemológicas e ideológicas. Os indicadores sociais são enquadrados teoricamente como objetos técnicos por Milléo (2005; 2007) utilizando contribuições da teoria geográfica de Milton Santos trazendo a discussão uma leitura histórica e epistemológica que coloca como crítica o desafio de enfrentar a questão da influência e hegemonia do utilitarismo na produção de indicadores sociais e na construção do meio técnico-científico informacional.

Concomitante ao processo de avanços dos estudos macro e micro social sobre as desigualdades sociais nos campos científicos, houve a partir da década de 1970 uma sucessiva construção de políticas públicas para fins de produção de dados e informações com o objetivo de produzir conhecimentos que melhorem a eficiência dos investimentos do Estado-nação (princípios da eficiência e da economicidade, emergentes na época e

institucionalizados na reforma administrativa na década de 1990 no Brasil. O que inclui por base, a construção de infoestruturas com centros de processamento de dados, aquisição de computadores específicos e capacitação técnica de pessoas, tendo esse processo histórico e geográfico de territorialização no caso brasileiro, marco na informatização do IBGE na década de 1970 e as parcerias com consultores expertos e universidades estrangeiras.

Data deste período e origem do movimento de territorialização dos indicadores sociais no Brasil, a fundação do IPEA em 1964. Em entrevista sobre o momento histórico Roberto Lobato de Corrêa colocou que: “No começo dos anos 70 o IBGE vira uma Fundação e adquire outras funções como a de produzir indicadores sociais e econômicos mensais e anuais” (PRATES, 1991 p. 37).

Neste momento histórico, é possível observar melhor a territorialização e a espacialização do trabalho de produção de indicadores sociais no Brasil identificando movimentos de verticalidades entre o global e o nacional. Ao localizar e lembrar da trajetória da criação e ampliação de programas e projetos os quais passam a disponibilizar uma gama crescente de dados e informações. Podemos também, analisar as heranças, as memórias, os projetos e as inscrições envolvidas, em um processo geográfico de territorialização, no qual os espaços de produção de dados e informações do IBGE foram trunfo, e o resultado de tal territorialização impactou as consciências geográficas no Brasil pelo uso político das representações do espaço. Nas memórias de Roberto Lobato Corrêa podemos compreender também que ocorreram controvérsias bem mais complexas que as tensões entre diferentes campos simbólicos relacionados às áreas de atuação profissional:

“... para os geógrafos a questão não era apenas de haver uma certa má vontade com a pesquisa estrutural, nao-conjuntural. E a de, obter legitimidade para as suas pesquisas, porque, de modo geral a sociedade desconhece e não quer conhecer a sua própria dimensão espacial.... Talvez porque a dimensão espacial seja verdadeiramente, uma das mais importantes entre aquelas que servem para desvendar as máscaras sociais: ao se colocar em evidência a organização espacial a sociedade de classe fica nua. Os seus defensores não podem permitir isto. Em função desta negligência em relação a organização espacial os geógrafos são como que postos à margem. No IBGE houve inúmeras aposentadorias de geógrafos e não houve reposição. Há trabalhos engavetados há alguns anos. É extremamente difícil obter recursos para trabalho de campo (uma parte da culpa cabe aos geógrafos que nos anos 70 valorizaram a quantificação e os modelos abstratos em detrimento do trabalho

de campo” (PRATES, 1991 p. 38)

O geógrafo e professor Roberto Lobato Correia em entrevista (PRATES, et al., 1991), comentou sobre o momento da informatização do IBGE, a partir de suas vivências, ele nos lembra que no IBGE quando os indicadores chegam, a Geografia sai⁴. Por que com o processo de informatização da instituição promovido por e com o início da produção de indicadores sociais, aumentam significativamente ao longo do tempo os números de trabalhadores da área da Economia e da Estatística em relação à Geografia. Neste processo histórico e geográfico da territorialização e espacialização da produção de indicadores sociais no Brasil, na percepção de Corrêa, quando a Geografia não pragmática se afastou do IBGE, os indicadores sociais chegaram ao chão do país.

“No começo dos anos 70 o IBGE vira uma Fundação e adquire outras funções como a de produzir indicadores sociais e econômicos mensais e anuais. Ao mesmo tempo, começa a difusão dos cursos de graduação de geografia por todo o Brasil. Os economistas, que desde então passam a dominar o IBGE, e alguns geógrafos, passam a admitir que estes cursos devem ser extintos, cabendo este papel a Universidade. O choque foi urna perda para os geógrafos do IBGE, como para a Geografia brasileira, através desses cursos transmitia-se um conhecimento geográfico que, ao contrário que se imagina, não era homogêneo, mas profundamente heterogêneo, cunhado em matrizes metodológicas diversas imaginem, lado a lado, Speridião Faissol, Orlando Valverde, Alfredo Porto Domingues, Pedro Geigere e Nilo Bernardes. Neste sentido, os geógrafos do IBGE constituíam um corpo heterogêneo, como ainda é hoje, e como são aqueles dos departamentos de Geografia das universidades brasileiras” (Roberto Lobato Corrêa em PRATES et al., 1991 p. 37).

Podemos então, a existência de um circuito de ação, referente aos Movimentos dos Indicadores Sociais, que estabeleceu um agenciamento da força de produção de indicadores sociais no Brasil ao territorializar institucionalmente metodologias de trabalho e novas estratégias para a projeção da ação política do trabalho com estatísticas sociais. Este agenciamento das forças de produção, teve como espaço de trunfo, um centro de cálculo, no caso em tela, o IBGE. E, como lugar de espacialização e de estratégia tática, se territorializa no espaço social do lugar de produção. Passando a influenciar uma comunidade epistêmica de relevante influência da comunidade técnica, científica e

⁴Esta foi uma das principais pistas da investigação, por permitir uma relação de controvérsia e de territorialização de diferentes comunidades epistêmicas junto aos lugares de produção de indicadores sociais, e uma ação estratégica do MIS junto aos centros de cálculo.

política como a que se articulava em torno do IBGE, influenciando a formulação de políticas nacionais e o imaginário geográfico comunicado e divulgado enquanto discurso de divulgação científica.

O estudo de Senra (2006) analisou a história das estatísticas no Brasil e também investigou a importância dos geógrafos no trabalho do IBGE. O autor coloca que na década de 1970 a instituição passa por uma profunda reforma pois, tem que se adequar a um Brasil com o Governo na economia de mercado. O que força a instituição a modernizar suas metodologias, técnicas e conceitos de trabalho. Nessa linha de ação, ocorre a criação de um sistema integrado de pesquisa e planejamento e um sistema integrado de informações e planejamento. Neste período sob a gestão de Isack kerstenetzky, Senra (2008) menciona que houve relevante influência dos geógrafos do IBGE por seus reconhecidos méritos em pesquisas e vivências na área acadêmica. Senra (2008, p.166) coloca que em relação à importância da Geografia desde a criação do IBGE em 1934:

“Estabelecer um marco temporal que situasse o nascimento de uma comunidade formada por estatísticos e geógrafos era mais relevante do que a precedência histórica do Instituto Nacional de Estatística. O esforço de reinterpretação política do passado não podia escapar da necessidade de justificação. O “enquadramento da memória” pressupunha a credibilidade das mudanças operadas junto aos membros da comunidade. Na medida em que as geociências e os geógrafos eram, pela primeira vez, integrados ao ritual de fundação da entidade, tornava-se mais fácil desvincular as referências centrais do legado dos fundadores. Em contraponto, a estratégia do “novo calendário” ainda reforçava a solidariedade comunitária e arrefecia as tensões históricas entre a geografia e a estatística, ao esvaziar a importância da primazia histórica desta última” (SENRA, 2006 p.166)

A partir dos estudos de Senra (2006) evidencia-se que as reformas institucionais do IBGE que organiza as forças de produção dos indicadores sociais, expressa uma territorialização do MIS que chega no chão do país com um Governo de mercado, sendo territorializado estrategicamente junto a comunidade epistêmica geográfica do IBGE. Pois, esta comunidade de conhecimento era articulada aos espaços sociais dos campos científicos acadêmicos e com importante papel na construção simbólica do espaço e das legitimidades da ação política relacionados à produção de conhecimento para o desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Este conhecimento era direto ou indiretamente vinculado com a produção de estatísticas sociais e ao conhecimento geográfico produzido no país. O IBGE atuava diretamente na construção e promoção de desenhos de políticas junto ao Estado e para um conhecimento sobre tendências do futuro logo, tinha um papel efetivo para promoção de políticas e crítica social a uma realidade marcadamente desigual e injusta.

Na interpretação de Roberto Lobato Corrêa em relação ao chegar ao chão da produção de indicadores sociais, teria acontecido um processo de controvérsia e desinteresse pela Geografia por parte institucional do IBGE porque entre os profissionais da Geografia da época haveria uma certa “má vontade com a pesquisa estrutural, nao-conjuntural” (PRATES, 1991 p.37). Correia colocou que a Geografia tinha por fundamento a dimensão espacial da sociedade e o conhecimento desta dimensão desmascarar máscaras sociais revelando os conflitos entre as classes sociais.

O que evidenciamos historicamente nos parece ter sido um conflito interno a classe intelectual entre tendências de diferentes tradições e heranças de trabalho na produção de conhecimento que se tornam antagônicos na “tecnoesfera” (SANTOS, 2002), esse fenômeno pode ser analisado em um momento territorial no qual uma nova hegemonia estabelece uma nova ideologia afirmando o utilitarismo e um novo *ethos* no trabalho de produção de conhecimento geográfico via indicadores sociais no IBGE e no país. Inscrevendo um pragmatismo instrumentalista. Por conseguinte vem também, estabelecendo um *logos* hegemônico para o trabalho com as estatísticas sociais e com os indicadores.

2.5 APROXIMAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA E OS INDICADORES SOCIAIS

A partir de uma revisão de textos e estudos que registram como tem sido pensado e como tem sido realizado o trabalho em Geografia e o trabalho de produção de indicadores sociais (SMITH, 1972; HENRIN, 1982; MILLÉO, 2005; 2007; DELCOL, 2016; 2018) é possível observar aproximações, diferenças e inter-relações históricas, epistêmicas, políticas e éticas. Em síntese, o advento conceitual dos indicadores sociais ocorre na década de 1960 nos Estados Unidos da América (EUA) através de pesquisas fomentadas pela NASA com objetivo de melhor avaliar resultados e impactos sociais de

programas desta agência de pesquisa. Seus vínculos com o ideário do utilitarismo acontecem via a hegemonia de abordagens que utilizam a medida social para a racionalidade econômica.

No mesmo período da publicação de Bauer (1966) ocorre a de Sheldon e Moore (1968) a qual os artigos também vão ser um marco importante para o Movimento dos Indicadores Sociais – MIS. Os textos organizados por Bauer (1966) enfatizam a necessidade de melhores dados para avaliações geográficas dos resultados de investimentos para que seja possível planejar o futuro e decidir para onde e como se quer chegar aos resultados planejados. Bauer na introdução do livro, enfatiza o uso dos indicadores sociais como instrumentos de orientação geográfica e temporal, e os artigos de outros autores vão então aprofundando essa perspectiva e projeto de conhecimento. No que lhe concerne, Sheldon e Morre (1968) apresentam um conjunto de artigos com enfoque no tempo futuro, na possibilidade de fazer previsões e demonstrar tendências sociais em largas escalas nas mais diversas áreas, com exemplo como sobre as religiões e sobre a mortalidade infantil. Merriam (1968) por exemplo discute a relação entre indicadores sociais e seus usos para a avaliação e monitoramento do bem-estar, demonstrando a relação entre um projeto político de produção de indicadores sociais para a inscrição do bem-estar na produção de políticas e a promoção de reformas.

Ainda na década de 1960, surge em torno do uso político dos indicadores sociais um movimento social tipicamente acadêmico e técnico, o qual passa a usar os indicadores sociais como mediação para crítica e de (des)legitimação de indicadores econômicos como o PIB, problematizando questões como as desigualdades e injustiças sociais no mundo (SANTAGADA, 2007). O Movimento dos Indicadores Sociais (MIS) alcançou escala de ação mundial rapidamente e já na década de 1970 era possível percebê-lo com presença nas verticalidades das linhas estratégicas de ações junto às agências multilaterais, agências da ordem financeira mundial e na construção de agendas políticas em diversas escalas.

Na década de 1970 D. Smith (1972) já escrevia sobre as relações entre o MIS e a Geografia nos EUA. Observava que havia um enfoque em medidas regionais, que caracterizavam um acompanhamento das mudanças ao longo do tempo nos estados

federados, mas que deixavam de analisar as diferenças entre as nações e entre os diferentes territórios.

A interpretação de Smith (1972) era de que na escala regional, a Geografia tinha feito uma conexão mais fácil com o MIS. Porque, as pesquisas geográficas usando indicadores urbanos possibilitaram comparações entre relações de diferenças territoriais em especial na escala urbana. Ao que tinham sido feitos estudos pioneiros, no caso dos EUA, para análise da qualidade de vida em áreas urbanas e regiões metropolitanas a partir de indicadores sociais. S. Smith (1972) entendia que ocorrera um marco do início de uma fase de uso e produção de indicadores sociais territoriais promovendo epistemologias geográficas que influenciaram o MIS.

No entendimento de Smith (1972 p.45) ocorreu uma identificação da Geografia com os indicadores sociais todavia, as contribuições da ciência geográfica para com o MIS até então, tinham sido ausentes. Smith (1972) acreditava que havia uma potência transformadora possível em uma relação entre a Geografia Social Ativista postulada por David Harvey e o MIS pela perspectiva da análise territorial.

Alguns anos mais tarde Robert Herin (1982) em uma análise sobre as perspectivas da Geografia Social na França, evidencia a existência de uma Geografia dos Indicadores Sociais como um domínio da Geografia Social praticada na época, evidenciando que na década de 1980 já era nítida uma tradição da geografia humana a qual fazia uso de indicadores sociais para estudos geográficos do espaço social. Neste sentido, Herin (1982) evidencia a existência de uma Geografia dos Indicadores Sociais que analisa o “nível de desenvolvimento das sociedades” e suas relações geográficas com o espaço. Nesta abordagem de R. Herin (1982) se entendia que o campo da Geografia Social poderia ser dividido em quatro domínios principais: a geografia dos indicadores sociais, as questões sociais, os grupos sociais e as combinações sócio-espaciais.

Na interpretação da Geografia dos Indicadores Sociais de Herin (1982) o trabalho de produzir e usar dados sociais possíveis de serem cartografados seria um domínio ou área de trabalho da Geografia Social, tratando do cartografar a distribuição de fatos sociais com o objetivo principal de compreendê-los a partir de mapeamentos e relacioná-los por semelhanças e diferenças. Interpretando as dinâmicas de classe social,

comportamentos políticos, religiosos, a demografia entre outras dimensões da vida social. De modo, a conhecer a homogeneidade, as fronteiras, as diferenciações entre áreas e as zonas de transições.

Para melhor compreender as relações entre a Geografia e a produção de estatísticas e indicadores sociais no Brasil, a presente pesquisa busca no que lhe concerne, um caminho diferente, que é entender a geografia e a produção desses objetos técnicos e como estes são postos em uso e influenciam para a transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional. Podemos observar que em Herin (1982) houve uma definição importante. A articulação entre a Geografia, o uso de estatísticas sociais e um conceito de desenvolvimento. Pois, o foco da análise seria estabelecer diferenças espaciais entre níveis de desenvolvimento. Bem como a articulação entre indicadores sociais e a Geografia é feita via uma ideia de avaliação e conhecimento espacial sobre o desenvolvimento dos lugares.

O geógrafo D. Smith (1972) ao analisar a relação entre as transformações na Geografia com a emergência de uma Geografia Social Ativista e o MIS. Entendeu na época, que como a maioria dos movimentos intelectuais, o MIS refletia algo da sociedade em mutação e as contradições do lugar onde foi gerado. Pois, ocorre nessa fase inicial, uma crescente percepção junto às comunidades científicas de que a qualidade de vida não é necessariamente um reflexo direto do PIB, ou seja, da produção de riqueza.

Nos anos de 1970 D. Smith (1972) relata que a maior parte da atenção do MIS foi em medidas nacionais. Sendo que, o foco foi sobre o acompanhamento das mudanças ao longo do tempo, em vez de sobre as diferenças entre as nações ou outros territórios. Processo análogo que podemos reconhecer na Geografia Teórica ou Quantitativa no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. O autor relatou que foi na escala sub-nacional, que a Geografia fez uma conexão mais fácil com o MIS. Pois, os interesses das pesquisas geográficas já estavam demonstrados através dos usos de indicadores urbanos que possibilitam comparações entre relações de diferenças e desigualdades sociais. S. Smith (1972) cita que foram realizados estudos pioneiros no caso dos EUA para análise da qualidade de vida em áreas urbanas e regiões metropolitanas, marcando o início de uma fase de uso e produção de indicadores sócio territoriais pela Geografia.

Na época Smith (1972 p.45) escreveu que na sua compreensão, apesar de haver uma identificação da Geografia com os indicadores sociais, as contribuições geográficas e as relações para com o MIS até então, tinham sido estranhamente ausentes. Para o autor, as pesquisas estavam ficando cada vez mais preocupadas com a incidência espacial dos problemas sociais como, por exemplo as pesquisas sobre a geografia da pobreza, do crime, das doenças, etc. Para Smith (1972) a Geografia tinha uma interpretação relutante em “assumir a ampla visão sinóptica”. A argumentação do autor era em favor da aproximação da Geografia ao MIS, expressando essa posição através da proposição de uma noção de “indicadores sociais territoriais” enquanto uma estratégia de foco e disciplina para a pesquisa em “Geografia Social Ativista” (Geografia Radical) emergente nos anos 1970.

Ao discorrer sobre como entendia que uma Geografia Social Ativista poderia utilizar os indicadores, D. Smith (1972) apontava a possibilidade de estratégias políticas para alocar recursos espaciais articulando os indicadores sociais territoriais com as contribuições dos resultados apresentados por D. Harvey (1971) sobre a produção do espaço urbano. D. Smith entendia que a relação entre o MIS e a Geografia Social Ativista poderia potencializar o uso da noção de injustiça/justiça social então circulante nos debates e discussões de uma nova fase do pensamento e da ação social na Geografia da década de 1970.

A abordagem de Smith (1972) antevia um processo de articulação política que vai se consolidar em escala mundial na década de 1990, que foi a relação entre produção de indicadores e o território. O autor faz em seu artigo sobre o MIS e a Geografia uma problematização ética, acreditava que um juízo sobre os padrões sociais no espaço seria uma parte da forma de legitimidade da investigação geográfica. Sendo, uma extensão óbvia e necessária do papel estabelecido a Geografia, de passar julgamentos sobre a eficiência dos padrões econômicos espaciais. Uma vez que acreditava que por certo a avaliação e o julgamento seria referente a qualidade de vida a qual um sistema econômico proporciona.

A aproximação que compreendemos da Geografia com o Movimento dos Indicadores Sociais pode ser mais profícua como coloca Milléo (2007) desde que

compreendemos que o trabalho de produção e uso de indicadores sociais, envolve uma ação de transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional para a projeção da ação política no espaço-tempo. Esta relação ativa, exige uma paralaxe e alternância de perspectivas pois, deixamos de buscar compreender as configurações do espaço geográfico e do território. Para reformular questionamentos que vão para além de bons e maus indicadores, ou bons e maus usos das estatísticas.

Pois, remete-nos a buscar pensar como que a dimensão política e ética do trabalho de pesquisa influência na construção de agendas políticas, influenciando a construção de “psicoesferas” (SANTOS, 2002) do espaço para sua transformação em meio técnico-científico informacional. Logo, como é possível contribuir para com a construção histórica do conceito de desenvolvimento e como a ética pode nos ajudar nas discussões e na avaliação sobre as condições de vida e a justiça social.

2.6 TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS INDICADORES SOCIAIS NO BRASIL

A agenda de produção de indicadores sociais no IBGE territorializada na década de 1970 gerou a produção de “representações do espaço” e “espaços de representação” para orientação de práticas de produção de políticas (LEFEBVRE, 2013). Passando a articular novas representações do espaço e narrativas que vão configurar uma nova “psicoesfera” do espaço geográfico no Brasil (SANTOS, 2002). Tal “psicoesfera” do espaço geográfico brasileiro passa a ser construída de forma simbólica e operada espacialmente por um grupo de expertos no manejo dos números públicos, caracterizando uma nova “tecnoesfera” (SANTOS, 2006) agenciada pela agenda econômica e social da ONU.

Este processo de agenciamento traz consigo uma herança e tradição epistemológica e ontológica do neopositivismo herdeiro do utilitarismo liberal do século XIX. Passando a contribuir e a influenciar a construção do conhecimento e imaginário geográfico, influenciando a produção de políticas para o desenvolvimento e o governo da economia de mercado no país. Este processo histórico nos ajuda a buscar compreender melhor os motivos e as lógicas de verticalidades as quais caracterizam o conflito ideológico entre agenciamento da comunidade geográfica brasileira pelo MIS e as

agendas de pesquisas.

Pois, fica evidenciado que houve tensões nos lugares de produção dos indicadores e ocorreu um desterritorializar da Geografia dos espaços sociais do IBGE. De modo, que o IBGE se torna território da hegemonia do movimento dos indicadores sociais que se orientava pelo utilitarismo neopositivista na época e pelo paradigma comparativo focado na normatização geográfica para a planificação e na normalização geográfica para o ordenamento territorial.

Esta perspectiva de interpretação sobre a história da Geografia no Brasil, busca melhor entender o afastamento da Geografia brasileira dos indicadores sociais. Pois, observamos também proximidades e agenciamentos. Uma consequência dos antagonismos identificados são as distintas posições e estratégias políticas dentro da comunidade geográfica do IBGE. Nessa interpretação e análise, os afastamentos e a desterritorialização ocorreriam por relações de trabalho e agenciamento das forças de produção que envolve a inscrição de uma ideologia hegemônica e fundamentalmente uma lógica política territorial nos espaços sociais do trabalho de produção de estatísticas sociais e de indicadores sociais. Trata-se do poder de influência sobre os “centros de cálculo” do país (LATOUR, 2000)

Se ocorre então na década de 1970 uma desterritorialização da Geografia e de sua comunidade epistêmica do e no IBGE, como é que tal comunidade se (re)territorializa e dá continuidade a seus projetos de pesquisas e de influência política na produção do espaço geográfico? A resposta a esta pergunta, pode ser dada pela localização, memória, inscrição política e trajetória dessa comunidade epistêmica, que tende a se (re)territorializar junto às Universidades do país, a contribuir com sua ampliação territorial e espacial, passando a promover e organizar outros projetos de trabalho de produção de conhecimento e de intervenção política, ora distintas em *ethos* e *logos*, ora antagônicas e em controvérsia com a hegemonia do paradigma comparativo no agenciamento do MIS territorializado no Brasil.

Portando, uma não relação da Geografia brasileira com Movimento dos Indicadores Sociais (MIS), se mostra como somente impressões e um paradoxo. Não se demonstrando como condição e processo histórico quando analisamos o processo com mais profundidade. Pois, o que se observa são relações de intensas e extrema proximidade, Todavia, são relações de contradição por antagonismos. Tais, relações antagônicas entre o MIS e a Geografia na década de 1970 nos permitem compreender melhor as controvérsias atuais e passados pela hegemonia da produção de conhecimento e de consciências geográficas no Brasil.

Evidenciamos por conseguinte, que ocorrerá na década de 1970 a territorialização da produção dos indicadores sociais no Brasil, enquanto um fenômeno técnico fundamentalmente territorial e socioespacial, que se realizou por relações contínuas no espaço-tempo, mediante sucessivos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização promovidas por uma ação política e projeto, que teve como chão e mentalidade para sua inscrição, os lugares de trabalho e os trabalhadores dos espaços sociais de produção de conhecimento social de instituições como IBGE, IPEA, INEP entre outras instituições de produção de conhecimento e informação do país.

A partir da década de 1970, a comunidade epistêmica geográfica do IBGE acaba por sofrer uma clivagem social e se (des)territorializar e (re)territorializar em outros espaços de produção de conhecimento. O interpretar temporal e espacial desse processo geográfico e histórico, permite uma busca de entendimento sobre o trabalho de produção de indicadores, para melhor compreender o trabalho de produção dos indicadores sociais. Observar as relações entre o Movimento dos Indicadores Sociais e a Geografia no Brasil, permite uma perspectiva de interpretação sobre as diferenças e identidades de comunidades epistêmicas e de um movimento sócio territorial complexo e transnacional via uma multiterritorialidade.

Observamos no Brasil uma tática e a estratégia de territorializar a produção de indicadores sociais no país por acordos políticos e pactos construídos a partir das articulações e relações de trabalho realizados na base do trabalho de produção e legitimados formalmente na esfera da gestão institucional, para então serem sujeitos do

agenciamento institucional multilateral. Neste caso em análise, a parceria foi entre o Brasil e a Inglaterra (LAMEGO, 2014).

Como em outros países (SMITH, 1972; MILLÈO, 2005), observamos uma certa clivagem nas relações de trabalho de produção com a Geografia, que apontam a necessidade de um entendimento geográfico dos processos envolvidos para além de metáforas sociológicas e de interpretações de foquem em controvérsias típicas do campo simbólico por legitimação e busca de hegemonia de determinadas áreas do saber. Porque, ao analisarmos publicações como a Revista Brasileira de Geografia do IBGE (<https://biblioteca.ibge.gov.br/>), nas edições dos anos de 1970 e 1980 é possível reconhecer que não são poucas as conexões e articulações entre o Movimento dos Indicadores Sociais e a Geografia no Brasil.

Podemos reconhecer nesta publicação do IBGE a força de uma Geografia Pragmática (MORAES, 2003) presente no escopo metodológico e técnico do trabalho de pesquisa em Geografia. As publicações não se limitaram a estudos de pesquisadores da comunidade geográfica do IBGE e se estendeu nas décadas de 1970 e 1980 a uma ampla rede de pesquisadores que aderiu ao trabalho com indicadores sociais vinculando-se a uma Geografia Quantitativa e a adoção de metodologias consagradas no “paradigma comparativo” (ABREU, 1985).

Nesse ponto, a Revista de Geografia do IBGE é uma fonte que permite reconhecer que houve sim uma forte proximidade da Geografia com o Movimento dos Indicadores no Brasil desde sua territorialização no país. Contudo, é importante destacar que essa relação se dá pela influência do “paradigma comparativo” (ABREU, 1985) que passa a configurar no trabalho de pesquisa em Geografia o que Moraes (2003) chamou de “Geografia Teorética”. Pelo que compreendermos, essa interpretação é importante para compreensão dos movimentos e fluxos do poder que influenciam ainda na atualidade o trabalho de pesquisa em Geografia e sua relação nos campos do conhecimento e com a produção do meio técnico-científico informacional. As publicações da Revista Brasileira de Geografia permitem-nos reconhecer que a Geografia no Brasil a partir da ação dos agentes a nela publicaram e editoraram, também se tornou um ator da transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional muito relevante ao longo de

décadas no país.

A história do trabalho em Geografia para além de uma história das ideias e do pensamento, nos traz fatos, que demonstram que até a década de 1990 quando a dimensão territorial é tomada como central para uma fase de planejamento econômico e territorial. A “Geografia Crítica” (MORAES, 2003) que emerge dos anos 1980 como hegemônica na Geografia acadêmica e na formação de profissionais e professores de geografia tem bases de influência que pode ser identificada como decorrente da desterritorialização da comunidade geográfica do IBGE na década de 1970. Fato, que demonstra a existência no país e na própria Geografia dos dois paradigmas da produção de indicadores sociais, um paradigma histórico e um comparativo (ABREU, 1985). Essa relação de tensão entre paradigmas de trabalho, criam distintas *psicoesferas* que influenciaram a ação política de governos e do Estado em escala federal e regional no Brasil, constituindo distintas *tecnoesferas* no país as quais estão diretamente relacionadas as influências sobre as forças do Estado para a transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional.

Essa relação de tensão é no que lhe concerne, é redesenhada na década de 1990 diante de novas ondas de técnicas e tecnologias de trabalho (uso dos sistemas de informações geográficas, algoritmos, microdados e modernos programas de modelagem de dados), atreladas a planificação e novos circuitos de objetos técnicos para a ação política são construídos via a democratização e a produção de políticas públicas. São criados novos espaços sociais de democratização e de construção de saberes, como fóruns, conselhos e novas agendas políticas passam a ser construídas a partir da escala local e das necessidades dos lugares e intensa tensão com a abertura da economia para os atores da globalização.

Diante de uma emergente produção de consciências geográficas para fins de planificação e construção de projetos de desenvolvimentos que surgem na década de 1970 no Brasil. As contra hegemonias da construção simbólica do espaço e de consciências espaciais, acompanham um processo de construção do aumento da planificação territorial na década de 1970 e 1980 e na segunda metade da década de 1990, interagindo com uma tendência de informatização e avanço das *infoestruturas* do

Estado que adere ao regime de poder, promovidos pela territorialização do neoliberalismo no Brasil na década de 1990.

Por sua vez, a abordagem histórica de Santagada (2007) reconhece quatro fases distintas de atuação e transformação do MIS: **1)** Década 1960 sendo uma etapa em que surgiu o conceito de indicadores sociais e o MIS; **2)** Década de 1970 quando ocorre uma maior divulgação, adesão acadêmica com aumento do número de pesquisa de produção de indicadores sociais ou que adotam como estratégia de pesquisa, ocorrendo também o começo da elaboração dos indicadores sociais por vários organismos internacionais, o que inclui agências de regulação econômica; **3)** Década de 1980 quando há uma perda de relevância dos indicadores sociais em decorrência do desmonte do Estado de bem-estar Social, apropriação por parte de instituições promotoras do neoliberalismo como OCDE e Banco Mundial e vínculos com a adoção de políticas conservadoras; **4)** Década de 1990 quando inicia uma fase de revitalização do MIS e contestação das apropriações que direcionaram o uso dos indicadores sociais ao aumento de uma cultura de auditoria e de contabilidade social potencializando o controle territorial de atores hegemônicos da ordem internacional (SANTAGADA, 2007 p.112).

Podemos reconhecer uma quinta fase, referente a tendência atual de implantação e promoção de observatórios sociais que passam a se constituir como elementos de configurações de comunidades epistêmicas. Por adotarem linhas gerais de trabalho da agenda do Movimento dos Indicadores Sociais, memórias, técnicas, *ethos* e estratégias como a articulação para construção de agendas de pesquisas articuladas a agenda de produção de políticas.

Contudo, a participação da população e de comunidades locais, seus sistemas de valores e necessidades reais ainda são dimensões pouco aprofundadas e tem pouco espaço na discussão pública. O que cria uma contextualidade de ausências onde deixamos muitas vezes de considerar outras possibilidades de potências de controle social voltado a democratização das sociedades para além dos espaços de poder atualmente instituídos e *locus* do poder das agendas políticas atuais. Talvez, tenhamos que buscar pensar outras formas de controle social e de democratização das sociedades

buscando pensar como poderíamos construir novas tecnologias de políticas e novas tecnologias políticas pela viés da democracia e da democratização radical.

2.7 DISCUSSÃO DO CAPÍTULO 2

O presente capítulo abordou o tema Geografia e os indicadores sociais apresentando um estudo sobre a Geografia dos Indicadores Sociais. Buscamos, trazer elementos do debate atual que convergem sobre a crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento em universalização reconhecendo neste debate um paradigma emergente na produção de indicadores sociais caracterizados pela crítica ideológica e também epistemológica em relação a produção, usos e apropriação dos indicadores sociais.

Fundamentamos este estudo na pesquisa bibliográfica e na análise de conteúdo tendo como ponto de partida as contribuições de Milléo (2005) que enquadra teoricamente os indicadores sociais como objetos técnicos a partir de Santos (2002). A partir da leitura de artigos, entrevistas e publicações diversas que abordam o tema, revisamos a literatura da década de 1960 e 1970 para melhor compreender questões atuais e a importância crescente dos indicadores sociais considerando sua dimensão ideológica e política.

Foi possível reconhecer afastamentos e proximidades entre a produção, uso e apropriação dos indicadores sociais e as pesquisas geográficas desde as origens do Movimento dos Indicadores Sociais na década de 1960 e a presença desta relação na bibliografia da época. Em Smith (1972) encontramos um elemento que nos parece ganhar relevância ao longo do tempo, que é a importância de considerarmos a ética para pensar e avaliar a produção, os usos e as apropriações dos indicadores sociais.

3. ORDENAMENTO TERRITORIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: UM ESTUDO DO CASO IDEB

A clarividência é uma virtude que se adquire
pela intuição, mas sobretudo pelo estudo e tentar ver
a partir do presente o que se projeta no futuro.
Mílton Santos

Este capítulo apresenta uma análise do ordenamento territorial da educação básica no Brasil a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Como dados foram utilizados textos de publicações científicas, leis, projetos de leis, fontes secundárias e notícias da imprensa, analisados via metodologias de análise de conteúdos e de discurso direto. Constatamos que a produção do IDEB gera um sistema de práticas de produções, de usos e de apropriações do indicador educacional que constrói discursos os quais materializam um sistema de mediação no espaço geográfico pela configuração de circuitos técnicos compostos por um sistema de objetos técnicos que articulam textos, relatórios, sites, vídeos, eventos, etc e a produção de leis. Configurando um sistema de representações do espaço e de espaços de representação. Utilizados por comunidades epistêmicas e Estado para influenciar discussões públicas, a construção de representações sociais e a construção da realidade projetando ação política no território a longo prazo.

Neste capítulo portanto, trazemos uma análise sobre o processo de territorialização de um indicador educacional buscando demonstrar a lógica geográfica e territorial da ação política no espaço, analisando a racionalidade instrumental e a artificialidade técnica utilizada para transformar os “espaços sociais” (SIMMEL, 2013; LEFEBVRE, 2013) e o espaço geográfico do sistema de escolas de ensino nacional em um

“meio técnico-científico informacional”, (SANTOS, 2002), para fins de regulação política dos desempenhos institucionais e da cultura. O Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) foi enquadrado epistemologicamente na pesquisa realizada, como um “objeto técnico” tendo referência na teoria geográfica de Milton Santos (2002) e na abordagem feita por Milléo (2005) que inscreve os indicadores sociais em uma perspectiva que os observa como elementos materiais resultantes de forças de produção social que os geram e inscrevem no espaço geográfico como objetos de mediação no fluxo de ações que transformam o espaço.

Com base no enquadramento teórico sobre os indicadores sociais feito por Milléo (2005) a partir de Santos (2002) consideramos o IDEB como um objeto técnico produzido como dispositivo de ordenamento territorial da Educação. Situamos os indicadores educacionais na dimensão da “psicoesfera” e da “tecnoesfera” do espaço (SANTOS, 2002)⁵, composta pelas ideias, teorias científicas e pelos objetos técnicos de sua comunicação no espaço geográfico.

A análise de Schneider e Nardi (2014) avaliam se diante dos objetivos de estabelecer o IDEB como um instrumento de *accountability*, houve algum avanço efetivo no esforço de se criar um instrumento de aferição de qualidade da educação básica. Uma vez que foi produzido um objeto técnico para operar como “dispositivo” (CHIGNOLA, 2014; ALEIKSEIVZ, 2016) de avaliação e monitoramento da educação básica com fins de melhorar sua qualidade.

A tese de Alves, Barros e Corrozza (2018) defende que o IDEB escamoteou uma lógica política de transformação de sentido e significado da educação brasileira que retira qualidade. A semelhante modo apontou Godoy (2012), ao reconhecer nos discursos e representações sobre o IDEB uma “política do signo” e uma “matriz de significação” (GUELMAN, 2007) que tende a (re)configurar sentidos de qualidade da

⁵“considerando a natureza do “espaço geográfico como um conjunto de sistemas de objetos indissociável dos sistemas de ações” e tomando o conceito de território como dimensão política do espaço geográfico poderíamos definir “psicoesfera” muito mais como um fator em um duplo sentido: ela não é isolável e acha-se entretecida à esfera técnica do território e, portanto, a um momento nodal histórico e, sem nenhum romantismo de nossa parte, poderíamos dizer, – é o espírito de uma época (Zeitgeist). “Psicoesfera” é paráfrase virtuosa de Milton Santos para o conjunto de crenças, desejos, hábitos, linguagem, sistemas de trabalho, associados ao espírito de uma época. (SANTOS, 1988b, p.313)” KAHIL, 2010)

educação no uso e apropriação do IDEB na dimensão do cotidiano, inscrevendo valores de mercado, ideologias de competitividade territorial e uma lógica de mercantilização inscrita no significado de Educação, territorializando uma “biopolítica” para este fim (HARDT; NEGRI, 2004.)

A nossa tese é que o discurso circulante na proposição do Ideb promove uma mudança de sentidos sobre a educação pública, alterando o processo de identificação dos sujeitos com a educação, que passa a ser significada como mercadoria; e o direito à educação como moeda mercantil. Nesse processo está empenhado o confronto do político com as políticas públicas, sendo o político a própria divisão e direção de sentidos, e as políticas públicas pensadas como aquilo que direciona os sujeitos individuados em suas relações com o Estado e a sociedade (ALVES, BARROS E CORROZZA, 2018 P. 31) .

O caso do IDEB é um exemplo de configuração entre racionalidade técnica, política, científica e informacional e a confluência política entre “comunidades epistêmicas” (MACHOÑ et al, 2018) e Estado. Esta relação está criando processos de normalização com finalidade de ordenamento territorial.

A investigação das redes de profissionais inspirou-se em estudos publicados por Foucault (1970; 1980). De acordo com os mesmos, o conhecimento baseia-se na relação entre as regras sociais de “episteme” assentes na história e na cultura (Foucault, 1970: 285-287). A função epistêmica é determinar recursos e métodos adequados para organizar o conhecimento. Ruggie (1975: 567-570) desenvolveu ainda mais o conceito epistêmico de Foucault ao generalizar a atividade das comunidades epistêmicas. Segundo ele (1975: 569-570), as comunidades epistêmicas participam na institucionalização das políticas adotadas nas arenas políticas internacionais, pois formam a realidade social explicando a relação entre causas e consequências. Recorrendo a autores anteriores, Haas (1992: 3-5) definiu a comunidade epistêmica como uma rede/ou como um conjunto de relações entre profissionais com um grau reconhecido de especialização e competência numa área temática específica (Carayannis et al., 2011: 132). Dentro dessa rede, **(1)** um conjunto de convicções normativas, de valores e **(2)** causais, **(3)** o conceito de validade e **(4)** de crença política são partilhados. O reconhecido grau de especialização e competência permite que essa rede de profissionais possa reclamar com autoridade a avaliação do estado do conhecimento em uma dada área (HAAS, 1992: 7-14).(MACHON, 2018 p.3)

A produção e territorialização do IDEB enquanto um fenômeno técnico, eminentemente político pode ser melhor compreendido pelos mecanismos os quais atores do ordenamento territorial operam e criam determinadas tecnologias de políticas para transformar o espaço social e geográfico em “meio técnico-científico informacional” para projeção da ação e capilarização da agenda política no território (SANTOS, 2002).

No caso do IDEB é possível reconhecer a influência do campo simbólico gerado em torno de comunidades epistêmicas articuladas junto a OCDE.

A título de exemplificação, e adotando como parâmetro os anos iniciais do ensino fundamental, a meta da nota Ideb Brasil para 2021 é de 6 pontos, nota média dos países desenvolvidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Uma vez estabelecida essa meta, todas as unidades escolares devem atingi-la até esta data, via metas parciais para os anos de 2007, 2009, 2013, 2015 e 2021. Em 2015, a meta Brasil para os anos iniciais do ensino fundamental era de 5,2 e a nota atingida foi de 5,5, superando a projeção inicial em 0,3 pontos ou cerca 6% acima da meta. Essa ideia de metas já põe em funcionamento, via política da qualidade da educação básica, os enunciados circulantes do mercado, pela qual as metas são recursos metodológicos para separar, de certa forma, quem as atinge de quem não as atinge. Esse tipo de arranjo em uma política pública da grandeza da política educacional contribui para o processo de estabilização da sociedade capitalista tal como ela é, e atualiza a memória na constituição dos sujeitos via diferentes materialidades vinculadas ao mercado e seus discursos circulantes (ALVES, BARROS E CORROZZA, 2018 P. 32) .

O IDEB foi instituído pelo decreto presidencial 6.094 de 2007, em um governo progressista, para ser o indicador de verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso Todos Pela Educação e do Plano Nacional de Educação (PNE), que trouxe um plano de metas advindas de uma agenda específica com origem localizada em uma comunidade epistêmica denominada Todos Pela Educação⁶, formada por representantes da elite nacional, com destaque para o setor do aço e do setor financeiro, pessoas públicas e expertos em avaliação educacional que se articulam junto a UNESCO e a OCDE. Todavia, não podemos colocar que a comunidade epistêmica Todos Pela Educação tenha sido a única atuante na institucionalização do IDEB e do PNE. Podemos identificar uma outra comunidade epistêmica muito influente que atua junto ao INEP composta fundamentalmente por pesquisadores expertos em análises estatísticas, em Demografia e Economia da Educação cujo foco é o fluxo escolar e atuam em confluência na construção e institucionalização do PNE, influenciando tanto o âmbito executivo do MEC como do INEP.

6 As pesquisas de Carvalho (2009; 2011) analisam os efeitos de regulação do PISA em Portugal e no mundo observando os mecanismos de mercantilização dos sistemas educacionais operados via a actância do indicador educacional da OCDE. Além deste processo de mercantilização crescente, Carvalho (2018) vem observando a presente de novos atores neste processo, que convergem com a ideologia do PISA mas agem a partir do terceiro setor.

Art. 3º “A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB” (BRASIL, 2007)

A convergência de forças destas duas “comunidades epistêmicas” (MACHOÑ et al, 2018) teve potência para inscrever o IDEB como objeto técnico estratégico da política nacional para a educação básica no país. Projetando sua ação no espaço geográfico pelo poder de regulação territorial do governo federal sobre os espaços escolares dos sistemas e redes da educação no Brasil. Instaurando um paradigma gerencialista e utilizando a “performatividade” como “tecnologia política” e tecnologia de política de ordenamento territorial (BALL, 2004; 2005; 2010) como diretriz de ordenamento territorial. Esta articulação técnica, visou ganhos em resultados do indicador e o gerenciamento do processo de territorialização de uma metodologia de avaliação e monitoramento de desempenhos que agênciava no território tanto, crianças e professores como, escolas, gestores públicos, imprensa, consultores técnicos, pesquisadores e prestadores de serviços especializados para aferir estatisticamente a qualidade da educação básica.

Tomamos o conceito “tecnologia política” de S. Ball para explicar o uso articulado de um conjunto de dispositivos de poder submetidos às racionalidades do mercado e da gestão de empresas corporativas que adentram a gestão pública. Este conceito é central para a presente pesquisa pois expressa uma linguagem política que se fundamenta no uso articulado de instrumentos como prestação de contas, controle da qualidade, metodologias de melhoria e eficiência em processos, culto ao desempenho e ao resultado, marcação dos melhores e dos piores desempenhos entre outros dispositivos de regulação social que materializam-se como espaços de representação. Compondo um conjunto de técnicas que mobilizam subjetividades, culturas, tradições e ideologias direcionando alterações de práticas, atitudes, comportamentos e de sistemas de valores existentes.

Diferenciamos também, do conceito tecnologia política o conceito de tecnologias de políticas, o qual por sua vez, se refere a dispositivos da produção de políticas, como estudos técnicos, mapeamentos, relatório, instrumentos de avaliações, teorias, entre

outros instrumentos que não necessariamente são organizados como um sistema de regulação coeso de um regime de poder e de ordenamento territorial. Portanto, tecnologias políticas se refere a processos de uso de tecnologias de políticas para fins de ordenamento territorial e regulação social.

3.1 TERRITORIALIZAÇÃO: VERTICALIDADE E HORIZONTALIDADE DA AÇÃO POLÍTICA

A análise da “verticalidade” e da “horizontalidade” da ação política mediada pelo IDEB no território em escala nacional (SANTOS, 2002), permite-nos reconhecer mecanismos pelos quais o indicador educacional é produzido e a racionalidade de hegemonia técnica e política. No caso do IDEB, a ação política territorializada foi, projetada de maneira vertical, sem considerar as amplas discussões dos campos científicos da Educação no Brasil e a agenda construída através dos espaços de democratização como fóruns e outros espaços de participação e de controle social da democracia brasileira.

A territorialização observada foi via a verticalidade de uma ação política projetada para agir em escala nacional com finalidade reguladora e que tivesse uma duração de longo prazo, que inscreve no território nacional um modelo de regulação gerencialista dos sistemas de gestão escolar e de práticas pedagógicas. Modelando sistemas de valores e subjetividades ao inserir uma razão, valores e sentimento de competitividade, articulando objetivação e subjetividades a princípios normativos de avaliação em proficiência em português e matemática através de um outro objeto técnico, a Prova Brasil.

O Decreto 6.094 de 2007 articulado com o Plano de Desenvolvimento da Educação lançado também em 2007 potencializa a função de ordenamento territorial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ao projetar para o território uma ação política a ser inscrita nos espaços escolares. Independente de tensões com os campos de discussão e de prática educacional no país, ao chegar no chão, no contexto do trabalho nas escolas, gerou então um conjunto de tensões, desmantelamentos e de inscrição de um novo *ethos* em controvérsia com práticas pedagógicas construídas historicamente no campo educacional brasileiro e no cotidiano das escolas em suas

heterogeneidades. Tensões e controvérsias, que podem ser melhor compreendidos em estudos de caso junto a professores e gestão escolar, como os realizados por Ivo e Hypolito (2015), que identificam a substituição do conceito histórico de Educação por um conjunto de significados de treinamento e resultado.

No texto do Plano Nacional da Educação (2007) o IDEB foi apresentado como um dispositivo de promoção de políticas intersetoriais e que inscreveria uma nova racionalidade de ordenamento territorial da educação básica no Brasil por meio da aplicação de um conjunto de técnicas e metodologias de avaliação educacional em larga escala, para o alcance de um ordenamento territorial que possibilitasse gerar maiores oportunidades educacionais e reduzir as desigualdades. Segundo o PDE (2007) o IDEB foi concebido para ser utilizado como meio de diagnóstico educacional e para promover “enlace” entre espaço escolar, território e gestão educacional em escala nacional.

“O enlace entre educação e ordenação territorial é essencial na medida em que é no território que as clivagens culturais e sociais, dadas pela geografia e pela história, se estabelecem e se reproduzem. Toda discrepância de oportunidades educacionais pode ser territorialmente demarcada: centro e periferia, cidade e campo, capital e interior. Clivagens essas reproduzidas entre bairros de um mesmo município, entre municípios, entre estados e entre regiões do País. A razão de ser do PDE está precisamente na necessidade de enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais. Reduzir desigualdades sociais e regionais...” (HADDAD, 2008 p.21)

As questões de táticas e estratégias imbuídas territorialização do IDEB, permitem uma interpretação política da ação projetada para a Educação Básica no Brasil. Pois revela uma racionalidade instrumental que usa da verticalidade da ação para regular espaços sociais construindo simbolicamente novos controles sociais. Essa lógica política e territorial, demonstra tanto a identidade dos atores da hegemonia, como as linhas de força atuantes na produção de políticas educacionais, que delineiam os caminhos para o trabalho de produção do indicador educacional e seus efeitos, funções e paradigmas. De modo que coloca em fluxo no espaço geográfico e nos espaços sociais das escolas, das gestões municipais, dos órgãos e das instituições de governo como o INEP, um sistema de ações concebidos por “comunidades epistêmicas” (MACHOÑ et al, 2018) entre outros

agentes e atores do campo educacionais, estão atuando no agenciamento e na territorialização de políticas educacionais em larga escala.

A questão social em torno do Ideb mostra o quanto o ator legitimado (política) atua para a estabilização dos conceitos que lhes interessam na sociedade, mas que produz fissuras que podem ser ressignificadas. Observemos que, com o Ideb, a noção de qualidade em educação foi redefinida. A partir disso, o sujeito de direito passa a ser identificado com esse novo paradigma da educação, produzindo sentidos, então, a partir de novas condições de produção. A mudança das condições de produção do processo de assujeitamento, com o advento do Ideb, e os seus discursos circulantes sobre qualidade na educação, vem produzindo uma relação sinonímica entre quantidade e qualidade a partir de seu caráter material na relação com o mundo, efeito também do trabalho da ideologia (ALVES, BARROS E CORAZZA, 2018 P. 37).

De modo, que fica evidente uma racionalidade burocrática, mas também uma política econômica e diretamente relacionada às estratégias promovidas por uma linha de força comum ao agenciamento do Banco Mundial e de um modelo gerencialista para a gestão escolar. Como apontam Alves, Barros e Corrozza (2018), estamos diante de uma razão mercantilizadora. O IBEB apresenta uma baixa eficácia para melhorias na qualidade da educação. Mas, é objeto técnico central na mediação de controle social gerencialista que impõe estrategicamente uma tecnologia política como uma tecnologia de política pública para ordenamento territorial.

O IDEB se torna objeto técnico e dispositivo de poder, utilizado pela hegemonia técnica e política de sua produção, para estabelecer sua agenda política e os nexos de poder e regulação social no espaço do vivido da sala de aula. No caso do IDEB a agenda política é trabalhada continuamente pela comunidade epistêmica Todos Pela Educação via uma articulação com as mídias de massa que populariza “representações sociais do espaço” (MOSCOVICI, 2003; GILL FILHO, 2005; BONFIM, 2012) e territórios escolares com foco em ranking, operados como actantes espaciais e “significantes vazios” (LACLAU, 1996) estabelecendo uma ordem simbólica para um espaço de representação para o culto ao melhor desempenho.

A promoção do IDEB e da hegemonia da comunidade epistêmica do Movimento Todos Pela Educação foi estabelecida por articulações com o campo da publicidade e da comunicação de massa. Veiculando uma matriz de significação tática em canais de televisão, revistas de circulação de bancas, com inserções em televisão e internet

caracterizando um plano de divulgação promovido pelo Pacto Todos Pela Educação e sua política do signo, que estabelece o indicador como um “significante vazio” de sua tática política que está desmantelando o conceito histórico de educação e inscrevendo um significado performativo de treinamento e resultado (LACLAU, 1996).

A institucionalização do IDEB marcou um momento no qual o conceito de qualidade na educação básica no Brasil passa então a ser substituído por uma metáfora de desempenho via a promoção de “ações políticas” que dão o sentido de projeção no tempo aos resultados auferidos. Atuando como forças de contingenciamento das outras epistemologias e sistemas de práticas educativas territorializadas (ARENDR, 1996; ORTEGA, 2001). Esta racionalidade promove relações sociais, epistemologias e valores típicos de uma “cultura do desempenho” na escolarização das crianças e no trabalho dos professores brasileiros (LYOTARD, 2003; BALL, 2004; 2005; 2010).

3.2 NARRATIVAS, DISCURSOS, IDEOLOGIAS E ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO EM TORNO DO IDEB

Nesta seção apresentamos uma análise do campo discursivo atual em torno do IDEB no Brasil. Foram analisados vinte e quatro artigos científicos referente as publicações encontradas para os anos de 2017 e 2018. Também, analisamos uma amostra de 20 notícias e matérias da imprensa referente ao ano de 2018 cujo o foco principal é o indicador.

Buscamos identificar e mapear os lugares de enunciação, os agentes e atores que atuam na territorialização da produção, uso e apropriação do IDEB. Analisamos também, os discursos e narrativas do Movimento Todos Pela Educação a qual reconhecemos como uma comunidade epistêmica hegemônica atuante na produção, uso e apropriação do IDEB. Se territorializando no país como um ator hegemônico com força de influência no ordenamento territorial da educação básica e inscrição do paradigma gerencialista na gestão educacional e das práticas pedagógicas no território nacional.

Os espaços de representação construídos e inscritos na “psicoesfera” do espaço geográfico (SANTOS, 2002), a partir da produção, uso e apropriação do IDEB que

podemos reconhecer nas análises, evidência uma matriz de significação típica da “cultura do desempenho” (LYOTARD, 2003) se aproximando muito a ideia de “tecnologia política” e de controle da “performatividade” apontada por Steffen Ball para o caso das reformas educacionais e políticas de avaliação em larga escala na Inglaterra. Estes espaços de representação inscrevem e configuram um sistema de mediações o qual permite a projeção da ação política no território para longo prazo, ao mesmo tempo, que permite o fluxo da ação nos espaços sociais e no espaço geográfico. Territorializando não somente um indicador educacional e um paradigma de gestão, como uma cultura a qual se inscreve desmantelando outras culturas pré existentes e suas epistemologias cunhadas em sistemas de valores locais.

Por breve, podemos então reconhecer a potência e o poder de um indicador educacional sendo utilizada como actante espacial e territorial a semelhante modo ao PISA , produzir representações do espaço, espaços de representações, modos de regulação e os padrões de normalização, necessários a mercantilização dos sistemas educacionais e a sua negociação em mercados de títulos (BARROSO, DE CARVALHO, 2008; CARVALHO, 2009; 2011, 2016; 2018). Mas, para construir sistemas de espaços de representações articulados por uma narrativa e um sistema de valores racionalizado para gerar no espaço geográfico um ordenamento territorial.

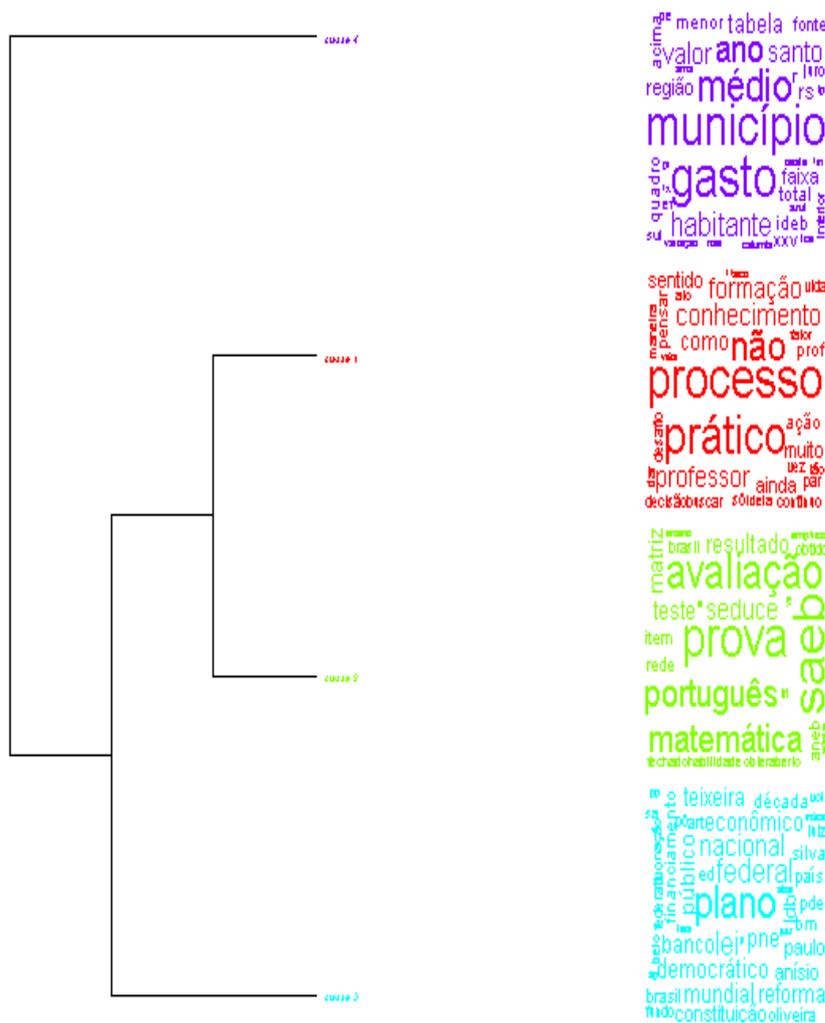
3.3 O IDEB NO DISCURSO CIENTÍFICO

Identificamos nas análises a semelhante modo como aponta a literatura especializada na área da Educação, que há dois grandes campos discursivos distintos nas narrativas científicas diretamente relacionadas a campos teóricos, políticos e ideológico da Gestão da Educação. Estes campos se configuram por discursos inscritos em teorias e referências do gerencialismo, adotando elementos e valores da administração científica empresarial e da linguagem corporativa gerencialista, típicas da esfera da gestão de organizações de setores privados.

O outro campo é inscrito dentro dos grandes campos de discussão e construção de conhecimento da área Educação e tem como referências abordagens e teorias sociológicas e embasamentos filosóficos que problematizam a gestão educacional e a

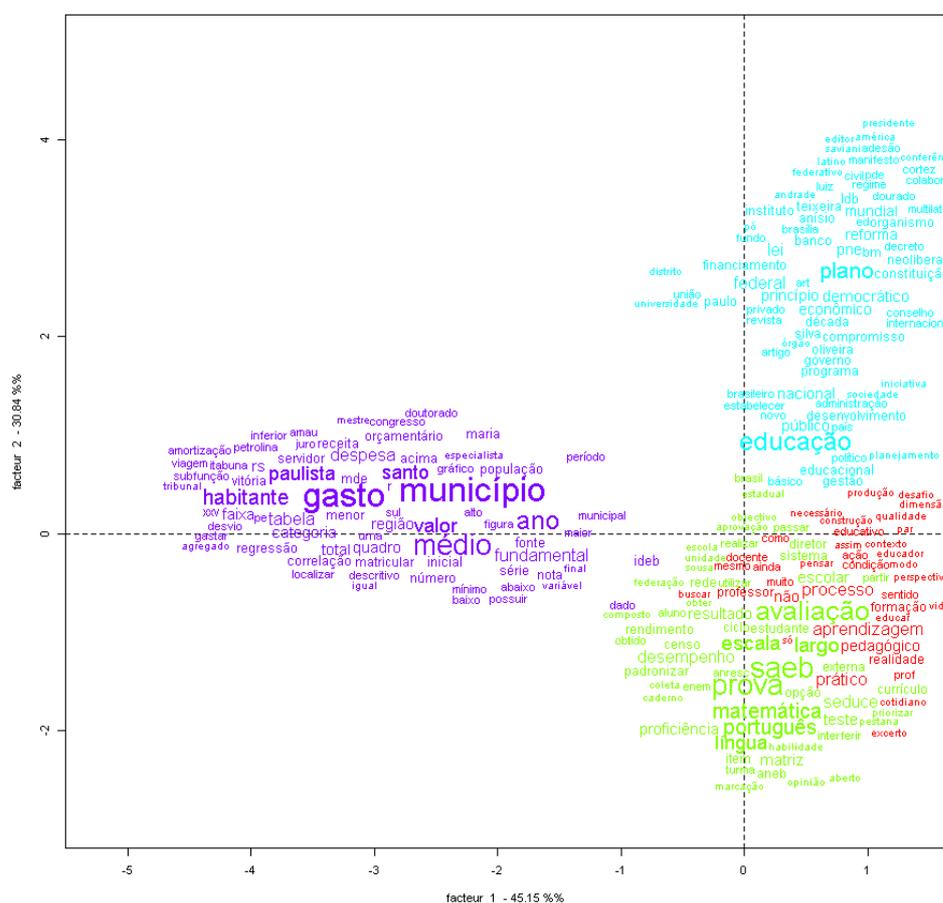
gestão pública a diferenciando das esferas privadas e reconhecendo que a inscrição de elementos da gestão social do setor privado na gestão pública tem por impacto a mercantilização das relações sociais e de produção, impactando processos e modificando valores sociais importantes para a democratização das sociedades. De modo que o campo da gestão mais atrelada a fundamentos sociológicos e filosóficos critica as ideologias do gerencialismo adentrando na gestão escolar denunciando seu caráter de mercantilização da educação e das instituições públicas.

Figura 5. Distribuição de frequência e classificação dos textos de artigos científicos em nuvens de palavras sobre o IDEB (2017-218)



Fonte: elaboração própria utilizando Iramuteq Alpha 2

Figura 6. Gráficos de dispersão do léxico dos artigos científicos sobre o IDEB (2017-218)

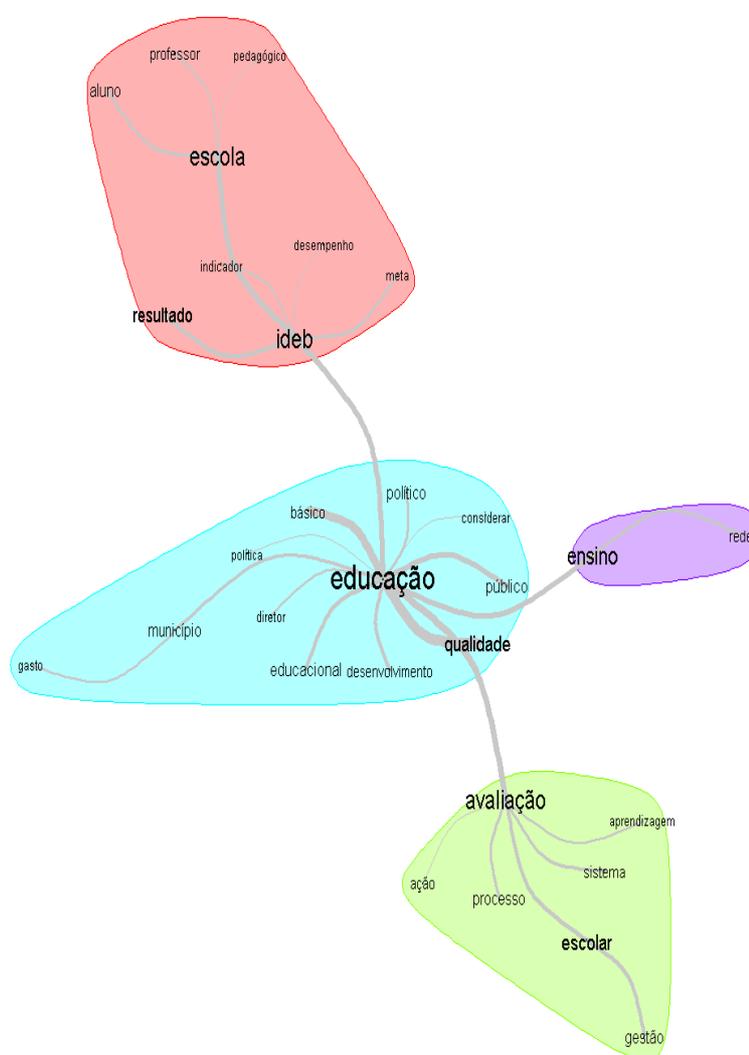


Fonte: elaboração própria

Além destes dois grandes campos de discursos de posicionamentos políticos e ideológicos distintos, podemos reconhecer quatro temas de discussões comuns e que se destacam. Sendo: **1)** que discute o Plano Nacional de Educação (PNE) seus impactos, processos e resultados; **2)** se problematiza a Prova Brasil e o SAEB discutindo a metodologia e questões de desenho da avaliação de larga escala, seus princípios, as discussões na literatura internacional e os resultados que devem dar práticas de gestão e

para as práticas pedagógicas; **3)** debate-se sobre as questões pedagógicas, o processo educativo e os princípios adotados para promoção da aprendizagem; **4)** a questão do gasto público e o desempenho auferido no cotejamento dos dados referentes aos resultados do IDEB. Na Figura 7 a seguir podemos observar um grafo com a classificação por força da presença das palavras no léxico das discussões e nos gráficos da Figura 6 podemos observar a convergência para os diferentes temas entre os artigos analisados.

Figura 7. Grafo de similitude em árvore de seleção de sub-categorias do conjunto de artigos sobre o IDEB (2017-2018)



Fonte: elaboração própria utilizando Iramuteq Alpha

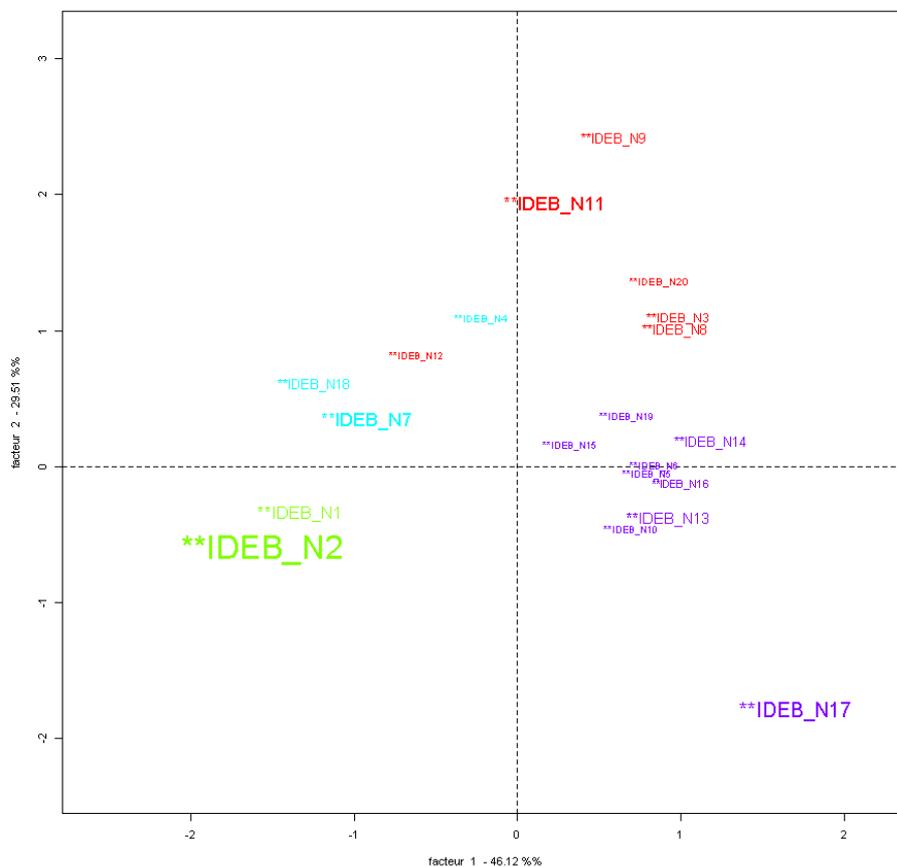
Os gráficos da Figura 5 e Figura 6 nos facilitam visualizar e reconhecer que existem convergências entre as abordagens e temas e também que os artigos que focam na questão de análise sobre correlações entre gasto público e desempenho do IDEB se afastam das outras discussões se centrando no gasto dos municípios e nos resultados no indicador buscando evidências de correlações positivas ou negativas.

Na Figura 7 podemos observar um grafo em árvore referente ao conjunto de artigos científicos analisados, nele podemos observar a amplitude da discussão em torno da qualidade da educação e a relevância dada à avaliação de larga escala e seu impacto na escola, na gestão escolar, na aprendizagem ao mesmo tempo, que o IDEB aparece fortemente relacionado as questões de meta, desempenho e resultado da escola. Como também podemos observar a presença da relação entre o desenho da política, o município e o gasto público. A ideia de ação que aparece nos textos é diretamente ligada a dimensão da avaliação em larga escala e seus efeitos nos espaços sociais da educação e no território.

Por conseguinte, é importante salientar que há discussões que propõem problematizar além das análises contestatórias trazendo importantes questionamentos. Por exemplo, as análises de Figueredo et al (2018) apontam para graves problemas metodológicos e técnicos que geram fortes distorções no indicador, reduzindo muito sua eficiência e inviabilizando para ser de fato um dispositivo balizador de políticas ou de distribuição de recursos públicos.

3.4 O IDEB NOS DISCURSOS DA IMPRENSA

As matérias da imprensa analisadas se caracterizam por serem textos de divulgação dos resultados do IDEB publicados pelo INEP. É possível notar que as narrativas construídas alinham-se pelos significantes ranking, meta e resultados. Nas notícias de 2018 encontramos representações do espaço e narrativas diferentes das analisadas em Autor (2012) que identificou uma forte centralidade nas narrativas da imprensa sobre o significante ranking e a presença de comparações entre escolas e



Elaboração própria com Iramuteq Alpha 2

Nos gráficos da Figura 8 podemos observar que a maioria dos textos dá um enfoque nas questões como desempenho e avaliação, mas é o significativo meta que acaba por receber maior destaque, pois ele é articulado sempre a posição no ranking do município e da escola em relação ao estado e ao país. Enquanto “representações sociais do espaço” (MOSCOVICI, 2003; GILL FILHO, 2003; 2005; BONFIM, 2012) foi possível observar nas notícias uma construção de significado que objetiva sentidos de qualidade do ensino ao alcance da meta e uma ancoragem que cria uma imagem de gestão da educação a qual responsabiliza município e escola pela nota e desempenho maior, destacando os melhores desempenhos e colocando em ausência os demais. Este processo revela uma matriz de significação que vem sendo modificada em sua estratégia

de política do signo. Todavia, mantém seu sistema de valores intensificando o culto ao melhor desempenho.

Esta relação tem impacto inclusive na quantidade de matérias produzidas e inscritas no sistema de mediação da “psicoesfera” do espaço geográfico nacional (SANTOS, 2002), como na abordagem da narrativa, na construção das manchetes das notícias e no foco em marcar os melhores desempenhos. De tal maneira, que é expressiva a quantidade de estados e regiões do país que somente noticiam informações sobre o IDEB mencionando as escolas e ou municípios que tiveram os melhores resultados. Como ainda é frequente o uso da comparação entre os lugares de melhores resultados com os lugares de piores resultados, via uma análise de diferença por performance.

3.5 O IDEB EM TEXTOS DE PROJETOS DE LEI

Ao investigar a institucionalização do IDEB através de projetos de lei promovendo processos de normalização e de ordenamento territorial, encontramos o Projeto de LEI N.º 7.378, DE 2017 que busca estabelecer a obrigatoriedade de as escolas de ensino fundamental e médio exibirem em placa visível os seus resultados no IDEB. Podemos observar no excerto do projeto de lei a seguir, a força da racionalidade de marcar os resultados e os desempenhos das escolas como forma de responsabilização pela qualidade da educação reificada pelo indicador.

O IDEB dentro de suas limitações técnicas e representacionais é um instrumento técnico e metodológico para verificação e cruzamento de informações sobre desigualdades de desempenho interno do sistema educacional. Ao ser representado como uma medida absoluta de qualidade da educação e como mediação inscreve mecanismos de *accountability todavia*, típicos de uma matriz de significação cunhada em valores da cultura do desempenho e da performatividade.

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 5º § 6º As escolas de ensino fundamental e médio exibirão em placa visível os dados referentes a seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e sua respectiva colocação, na forma do regulamento. § 7º A placa, que terá no mínimo meio metro quadrado, será afixada na entrada principal de cada escola e exibirá, além do índice, a classificação da escola em

número ordinal referente à sua posição na ordem de classificação do seu índice do Ideb no município.” Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Justificação O Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O Ideb funciona como um indicador de monitoramento da qualidade da Educação através de dados concretos, com o qual a sociedade pode estabelecer comparações e medir a qualidade do ensino. O cálculo do Ideb é feito a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente, e as médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. A divulgação do Ideb de cada escola na entrada principal de cada uma delas incentivará o comprometimento de cada instituição de ensino em melhorar a qualidade dos seus serviços. Além disso, possibilitará ao público conhecer em que nível se encontra a escola em relação às outras do município, o que fomentará a competição saudável entre as instituições de ensino e possibilitará que a comunidade escolar cobre dos dirigentes um aprimoramento da educação. Sala das Sessões, em 10 de abril de 2017.

Outro projeto de lei que se apropria do IDEB para a construção da normalização do ordenamento político e territorial da gestão pública no Brasil é o PL 430/2017 que através de lei complementar propõe inscrever na lei de responsabilidade fiscal a necessidade de se manter ou aumentar os resultados nos índices de avaliação da qualidade da educação. A argumentação do projeto de lei trabalha a ideia de responsabilização da gestão pública e do governo pelos desempenhos e eficiências representadas pelos resultados do indicador:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei de Responsabilidade Fiscal com o objetivo de incluir na prestação de contas do Poder Executivo mecanismos de fiscalização operacional das políticas educacionais. Art. 2º Insira-se o seguinte art. 58 – A na Seção V do Capítulo IX da Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000: “Art. 58 – A. O último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) publicado pelo Ministério da Educação durante o mandato em curso, ou índice que venha a substituí-lo e que seja destinado a avaliar o desenvolvimento da educação básica, deverá ser incluído na respectiva prestação de contas. § 1º O prefeito e o governador de Estado ou do Distrito Federal deverão incluir na prestação de contas apenas os dados do índice referentes à sua unidade da Federação. § 2º A queda do índice mencionado no caput do art. 58-A, relativamente ao último índice incluído na prestação de contas da gestão anterior, caracteriza retrocesso educacional e poderá dar causa à rejeição das contas pelo órgão competente, bem como a outras medidas judiciais e administrativas cabíveis para corrigir o retrocesso e determinar o cumprimento das obrigações constitucionais e legais do Ente que as esteja violando. § 3º A prestação de contas anual deverá informar sobre o

cumprimento das obrigações constitucionais e legais relativas à educação básica pública, bem como a execução dos convênios, ajustes, termos de cooperação e instrumentos congêneres celebrados entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observado o disposto no art. 211 da Constituição Federal, evidenciando os êxitos e as dificuldades encontradas para sua implementação e serão submetidas anualmente ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas.” PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2017 (Do Sr. Nilson Leitão)

A argumentação no discurso do PL 430/2017 visa institucionalizar o IDEB como um instrumento de controle dos órgãos de fiscalização do poder judiciário. De maneira, a criar uma tática de *accountability* com foco na gestão pública, vinculando desempenho no indicador ao controle via a lei de responsabilidade fiscal.

As políticas educacionais, notadamente as da educação básica, devem ter uma segunda forma de fiscalização, complementar ao controle de legalidade, que foque nos resultados. Além disso, para que esse controle dos resultados não seja uma mera declaração de intenções, ou uma ficção, é necessário que os chefes do poder executivo respondam pelo eventual impacto negativo que suas gestões tiveram sobre a educação. Tendo em vista essas duas finalidades principais, e a necessária harmonização dessas intenções com o sistema jurídico brasileiro e a nossa tradição constitucional, entendemos que a melhor forma de alcançar nosso objetivo é através da criação de um mecanismo de “responsabilidade educacional” no âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal, inserindo o controle dos resultados das políticas educacionais entre as competências dos tribunais de contas e dos poderes legislativos da Federação PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2017 (Do Sr. Nilson Leitão)

Podemos constatar nestes exemplos empíricos, fatos em que os indicadores sociais estão sendo utilizados e apropriados para uma nova fase de estratégias e táticas de *accountability* o que evidencia a universalização técnica destes objetos técnicos e sua apropriação como tecnologias de políticas para o governo das demandas do Estado-nação. Esta tendência técnica, exige que seja avaliada pela sua dimensão política e ética.

Nos parece ser de suma importância, observar com maior atenção estes fatos e as discussões sobre a relação entre indicadores sociais e os modelos de desenvolvimento. Considerando, os efeitos que suas territorializações causam nos contextos dos sistemas de práticas e de valores sociais. Porque, tornam-se cada vez mais relevantes nos processos de transformação social.

3.6 DISCUSSÃO DO CAPÍTULO 3

Buscamos apresentar ao leitor, uma análise da produção do IDEB e de sua função no processo de ordenamento territorial e de regulação da educação. O agenciamento territorial analisado mobiliza estudantes, professores, gestores, expertos do INEP, consultores externos, avaliadores entre uma grande gama de agentes e atores que se envolvem na produção do IDEB. Promovendo um trabalho em prol da medida estatística como signo e significante da qualidade da Educação Básica no Brasil.

Ao analisar o IDEB como um objeto técnico, podemos compreender que existem contradições internas em relação aos usos, que vão bem além de um mau ou bom uso de indicadores sociais porque, os usos que fazemos dos indicadores sociais são produtos de relações de produção e poder com estes objetos técnicos. Trata-se de considerar a dimensão de desenho das políticas públicas e seus instrumentos de avaliação com o cuidado de identificar os mecanismos de construção simbólica e de hegemonização envolvidos, avaliando também sua matriz de significação, seu impacto cultural e as ideologias.

A análise da territorialização do IDEB permite-nos refletir sobre os mecanismos da construção simbólica do espaço que atuam hegemonicamente no agenciamento dos espaços sociais da Educação. Espaços de gestão como o espaço da sala de aula são agenciados por um sistema de valores e por uma “tecnologia política” de regulação social conceituada como “performatividade” por S. Ball (2005; 2011). Reconfigurando simbolicamente espaços sociais, “espaços de representação” (FERNANDES, 1992; BOURDIEU, 1996; SIMMEL, 2013;; LEFEBVRE, 2013) e representações sociais do espaço (MOSCOVICI, 2003; GILL FILHO, 2005; BONFIM, 2012), para promover legitimação e transformação social. Cabe então, refletirmos sobre a natureza dessa transformação e seus resultados para além das estatísticas.

Neste caso de estudo, foi possível refletir sobre uma dimensão territorial e cultural da regulação social da Educação, quando orientada por uma racionalidade de governamentalidade e ordenamento territorial alinhada com uma ideologia de domínio do mercado sobre o social. Evidenciamos um regime de poder e matriz de significação

de uma política do signo que se fundamenta no uso de um indicador educacional como dispositivo de ordenamento territorial submetendo os espaços sociais a uma lógica de normalização e regulação social para a *performance*. Compreendemos que é de extrema importância ampliar a discussão pública multidisciplinar sobre o tema considerando sua complexidade e impactos na vida social e na cultura. Pois, se faz necessário debater sobre as possibilidades da produção de indicadores educacionais por outras paraxes que considerem por exemplo, os indicadores como tecnologias sociais a serem apropriadas na escala do cotidiano promovendo um paradigma emergente, em subversão a tecnocracia, a hiperburocratização e promoção de outras construções de realidades e devires.

4. PRODUÇÃO, USO E APROPRIAÇÃO DO IBEU: UMA ANÁLISE DE ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E DA PSICOESFERA DO ESPAÇO

A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.

Milton Santos

O presente capítulo apresenta um estudo sobre o Índice de Bem Estar Urbano (IBEU) analisando a linguagem espacial gerada no espaço social, as representações sociais do espaço, os espaços de representação e a psicosfera construída a partir de sua produção, usos e apropriações. Como metodologia foi utilizada a análise de conteúdo e a análise direta do discurso. Os dados analisados foram textos de publicações, textos de leis, projetos de leis e notícias. Os resultados revelam diferentes apropriações e uso, permitindo demonstrar os mecanismos ideológicos e políticos do discurso que envolve o processo de produção de indicadores sociais.

O estudo traz a discussão a importância da dimensão da ideologia no processo de apropriação dos indicadores sociais, a relevância de estratégias de promoção de discussões públicas sobre temas da questão urbana e a importância e papel contemporâneo das comunidades epistêmicas como atores que reúnem agentes emergentes os quais ganham força e influência na produção de políticas. Destacando a importância do espaço social para o entendimento da territorialização de um indicador social.

Neste capítulo apresentamos uma análise da produção simbólica do espaço através de um estudo sobre a produção, uso, apropriação e territorialização do Índice de bem-estar Urbano (IBEU) desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles para as regiões metropolitanas brasileiras. Nesta pesquisa o indicador social é enquadrado epistemologicamente como “objeto técnico” a partir de Milléo (2005; 2007) com base na teoria geográfica de Milton Santos (1985; 1996). De maneira que os compreendemos como objetos técnicos produzidos e inseridos em sistemas de ações e sistemas de objetos como mediações e informações, produzindo uma psicosfera composta de “espaços de representações” (LEFEBVRE, 2013) que influencia espaços sociais e as “representações sociais do espaço” (GIL FILHO, 2005) que projetam na “imaginação geográfica” (HARVEY, 1980) sentidos e significados.

No âmbito da Geografia os estudos de Delcol (2016; 2018) tem percebido a produção crescente de indicadores sociais e suas relações com a construção de representações do espaço e de imagens das cidades. A abordagem de Delcol (2018) enfoca sua percepção e crítica na apropriação do IBEU pela imprensa. A autora fala em uma relação entre a produção de indicadores sociais e capitalismo, argumentando que estes por serem sujeitos a esse modo de produção serviriam basicamente para reproduzir a lógica que Harvey (1993; 2005; 2008) têm explicado como mercantilização das cidades pelo fetichismo da imagem das cidades, de modo a transformar o espaço urbano em espaço valorado para o investimento e para a reprodução do Capital e de suas contradições sociais e ambientais.

Na presente pesquisa, buscamos evitar cair em uma tautologia com as questões levantadas por Delcol (2018), focando nossa perspectiva pela viés da compreensão do fenômeno técnico-político considerando suas contradições internas e nos mecanismos que movem o fluxo de universalização técnica e das transformações na produção de políticas. Apesar de termos confirmado nas análises a maioria das observações verificadas por Delcol (2018), evidenciamos que há uma paralaxe política e ideológica relacionada à produção, aos usos e as apropriações dos indicadores sociais a qual diante de sua complexidade, precisa ser melhor compreendida. Pois, observamos que para se produzir melhores indicadores e potencializar os historicamente construídos, devemos avançar no debate que trata de como superar o modelo de desenvolvimento e

gestão social hegemônico que postula e territorializa um paradigma gerencialista e a ideologia neoliberal através de uma hegemonia cultural que se alicerça na “cultura do desempenho” (LYOTARD, 2003).

Ao observarmos a importância histórica e geográfica dos indicadores sociais para a transformação social e em especial, para a transformação dos regimes de saber e dos controles de contextos. A nossa perspectiva de análise, estuda o caso do IBEU enquanto um objeto técnico e utiliza a epistemologia da Geografia para buscar compreender as dimensões técnicas, políticas e ideológicas relacionadas a territorialização deste objeto técnico no espaço geográfico.

Observamos que o IBEU é operado como um actante espacial de (re)produção de representações do espaço urbano de diferentes espaços de representações, de distintas ideologias e imaginações geográficas. De tal maneira, que exige que compreendamos melhor os mecanismos que produzem tais diferenças.

Para tanto, a metodologia utilizada se fundamenta na análise de conteúdos e análise textual do discurso usando a plataforma do software Iramuteq Alpha. Nas análises de conteúdo, foi identificado que o uso e a apropriação do IBEU ocorrem por processos de construção simbólica do espaço no âmbito da psicoesfera do espaço geográfico de modo, que podemos reconhecer o IBEU como um objeto técnico núcleo de um sistema de mediações que possibilitam a territorialização de uma discussão pública e da construção de espaços de representações, representações sociais do espaço e de uma imaginação geográfica de grande importância para a política urbana no país. Fato que envolve considerar além das teorias que dão origem ao indicador, os mecanismos como são estabelecidos e territorializam os sistemas de práticas espaciais por ele mediado, via às objetivações e ancoragens do significado de urbano e cidade nas representações sociais do espaço.

Nesta dimensão de linguagem espacial, para analisar os usos de indicador e compreender sua apropriação se fez necessário considerar os lugares de enunciação e o contexto político e cultural, para podermos reconhecer e avaliar sua função no discurso e as matrizes de significação com suas políticas do signo (GUELMAN, 2007). Logo, com este procedimento foi possível reconhecer que o IBEU recebe diferentes

funções e cria por sua vez, distintos imaginários geográficos, técnicos, científicos e informacionais. Atuando na transformação do espaço geográfico urbano em meio técnico-científico informacional. Nesse sentido compreendemos os indicadores sociais estão para além da interpretação de Decol (2016; 2018) por envolver uma maior complexidade, contradições, campos de forças e lógicas políticas hegemônicas e contra hegemônicas. O que nos exige um exercício de paralaxe para percebermos as contradições e as relações de forças sociais envolvidas na territorialização de um indicador social. Uma vez que a polarização e a normalização polarizadora, o culto a “polarização” que marca melhores e piores desempenhos predominante no uso e apropriação de indicadores sociais revela e esconde tensões sociais e de classe que estão a estruturar os espaços sociais e o espaço geográfico (ŽIŽEK, 2015).

4.1 LUGAR DE PRODUÇÃO E LUGAR DE ENUNCIÇÃO

A construção de indicadores sociais urbanos, têm como as primeiras experiências sistemáticas, o movimento de criação de sistemas de indicadores urbanos na década de 1960 nos EUA e na Europa, movimento muito atrelado a comunidades científicas em articulações com gestões municipais e Sociedade Civil que se ampliou nas décadas seguintes, sendo incorporados na agenda urbana internacional já na década de 1970 em um movimento muito próximo e dependendo da interpretação, como uma faceta do mesmo fenômeno relacionado ao Movimento dos Indicadores Sociais (MIS). A universalização da produção de indicadores urbanos pode ser interpretada como um processo de universalização de técnicas e de tecnologias de governar territórios emergentes do século XIX e diretamente relacionados à história das agendas políticas e da evolução da agenda urbana e dos regimes urbanos.

Dentro desse contexto de universalização técnica da produção de indicadores sociais, apresentamos aqui uma análise do caso da territorialização do Índice de bem-estar Urbano – IBEU, um indicador urbano, construído pelo Observatório das Metrôpoles (OM) e publicado por Ribeiro e Ribeiro (2013; 2016). Este indicador foi territorializado pelo trabalho de uma rede de pesquisa que se estende pelo território nacional sendo apropriado para fins de análise em diferentes casos e escalas

geográficas. Portanto, o IBEU enquanto indicador urbano tem uma grande importância para melhor compreendermos as relações entre conhecimento, prática social, ideologias e ação política no Brasil.

O IBEU foi concebido junto a um dos maiores grupos de pesquisa do país, inscrito numa tradição de trabalho científico que têm início nos anos de 1990 no país com a construção do Índice de Qualidade de Vida de Belo Horizonte – IQVU-BH (NAHAS, 2016) tendo influência da Agenda Habitat I e Habitat II. Originalmente este indicador foi gerado para as regiões metropolitanas e vem sofrendo transformações para uso em outras escalas, inclusive para a intra-urbana de cidades médias e pequenas. De semelhante modo, o IBEU e o IQVU-BH são exemplos de indicadores urbanos brasileiros, inspirados nas agendas da ONU-HABITAT e em uma tendência de agenda urbana mundial, sendo estes territorializados em escala nacional em múltiplas escalas, passaram a permitir a produção de representações espaciais e territoriais das desigualdades sociais nas cidades brasileiras e constroem uma psicosfera do espaço geográfico via um discurso público sobre temas e questões urbanas que até então recebiam muito pouca ou nenhuma visibilidade social no país.

O IBEU foi objeto de uma ampla comunicação na mídia promovida pelo Observatório das Metrôpoles, fato que gerou um processo de apropriação social pela divulgação e um “discurso de divulgação científica” gerando uma dimensão “semiótica” e “retórica” específica do processo de “popularização da ciência” (EPSTEIN, 1988; 2012). O indicador foi também apropriado em diferentes trabalhos de pesquisa e estudos estatísticos.

Diante do amplo processo de apropriação, este indicador se tornou objeto de crítica e discussão, que questiona suas limitações e os efeitos de gerar resultados simbólicos que são apropriados pela lógica da reprodução da cidade como mercadoria, se inserindo num jogo e tensão pela valorização da cidade para a venda desta como uma mercadoria. É esta dimensão que buscamos aprofundar análise. Pois, ao mesmo tempo, que se evidencia a importância do indicador para provocar discussão em torno do tema e gerar diferentes imagens das cidades e das regiões metropolitanas no Brasil o indicador apresenta uma apropriação pela ideologia hegemônica no campo do

discuso da imprensa. Por isto, o presente estudo chama a atenção para a diferença dos significados e sentidos nos discursos científicos quando usam o IBEU e nos discursos de divulgação científica de quando a imprensa fala sobre o indicador. Buscando, também analisar seus efeitos nos discursos da produção de política urbana.

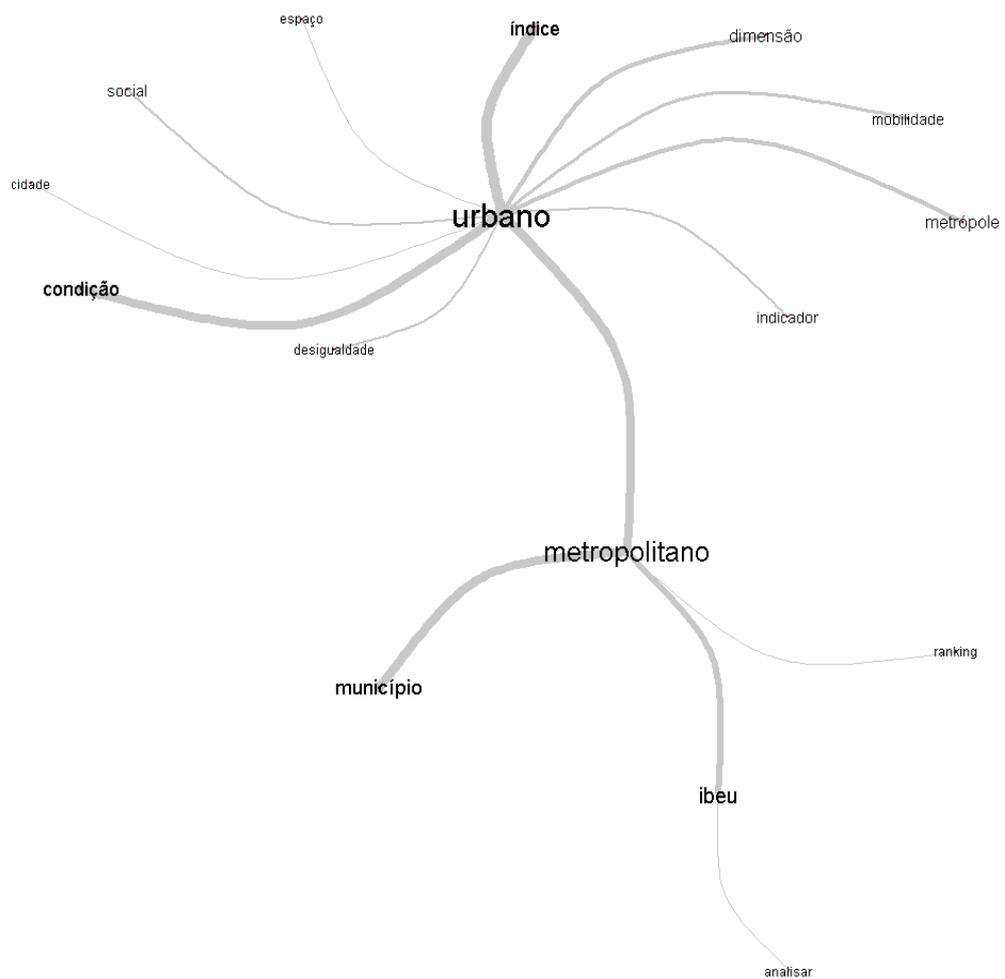
4.2 DISCURSOS ENUNCIADOS NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO DO IBEU

Na publicação de Ribeiro e Ribeiro (2013) encontramos os discursos de contexto do lugar de produção do IBEU. Nele podemos avaliar seu contexto cultural, como atrelado ao trabalho de produção de indicadores sociais urbanos tendo como referência as agendas da Agenda Habitat e a teoria urbana, que utiliza referências conceituais a partir de David Harvey para trabalhar conceitos como renda, por exemplo se inscrevendo no campo da Teoria Crítica. Ribeiro e Ribeiro (2013) com a publicação do IBEU buscam promover uma discussão sobre as desigualdades sociais e de infraestrutura urbana no Brasil, possibilitando ampliar a discussão pública sobre a escala metropolitana no país.

Ao analisarmos a apresentação do IBEU feita em textos dos autores, é possível identificar que o indicador é inscrito dentro de uma narrativa histórica dos estudos sobre o processo de urbanização e da construção de indicadores urbanos. A articulação de signos dentro do contexto dos estudos urbanos para construir o significado do IBEU pode ser observado no grafo da Figura 9, gerado por análise fatorial e de similitude. O indicador é apresentado como um instrumento de análise e a representação ranking é relacionada a comparação entre regiões metropolitanas.

Logo, é o urbano metropolitano que é representado como núcleo central das representações do espaço e do processo de significação promovido, atrelando as variáveis as quais mostram uma condição desse urbano metropolitano a uma narrativa sobre as desigualdades urbanas e a metropolização brasileira. Quando o IBEU é associado a imagem da cidade as tensões são escamoteadas para um jogo semiótico de polarização entre escores.

Figura 9. Grafo de Relação entre Palavras do Discurso dos Autores do IBEU



Fonte: autor organizado a partir de Ribeiro e Ribeiro (2013) utilizando o programa

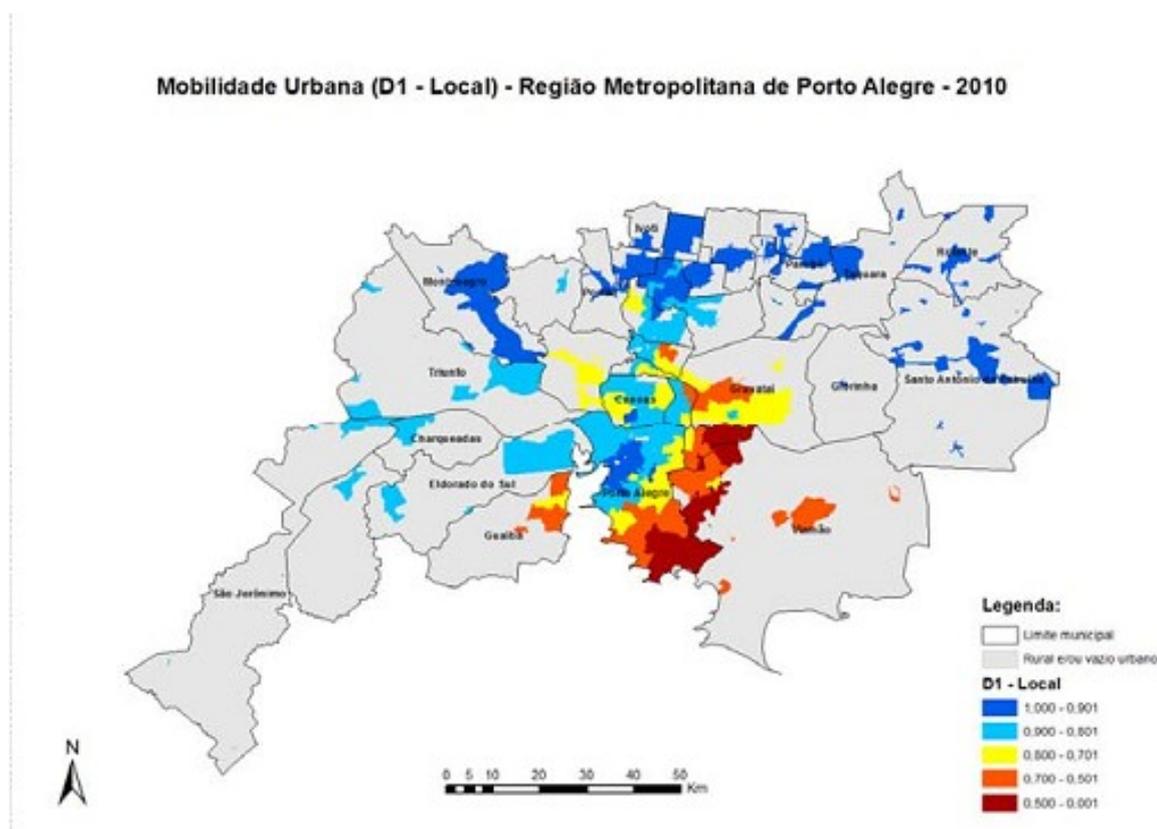
Iramuteq Alpha 2

4.3 O IBEU NO DISCURSO CIENTÍFICO

Nos campos do discurso científico identificamos duas linhas de uso e de enunciação do IBEU. Uma dedicou trabalhos para verificação e análise das desigualdades sociais e seus nexos com as desigualdades territoriais com foco no espaço metropolitano, desenvolvendo estudos em escala intra urbana para compreender as lógicas dos processos de metropolização no Brasil emergindo discussões sobre o tema da mobilidade urbana (WILHEIM, 2013; FERREIRA, 2017) e uma gama variada de estudos de pesquisadores da rede do Observatório das Metrôpoles sobre as regiões metropolitanas do país. Outra tendência de pesquisas, dedicou trabalhos de análises de correlações estatísticas com o IDHM verificando hipóteses de correlação e buscando compreender como os dois indicadores podem ser utilizados de forma integrada para análises territoriais (MENEZES; POSSAMAI, 2015; PINHEIRO et al, 2016).

Os espaços de representações e as representações do espaço no discurso de divulgação do IBEU foram postos em um fluxo sintagmático no discurso científico sobre o espaço, de modo a terem significados inscritos dentro do contexto histórico dos estudos urbanos. Doravante, quando analisamos um caso específico de uso do IBEU em pesquisa científica, podemos citar a pesquisa sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPOA) de Fedozzi e Castello (2015) que enfatiza a importância de percepções sobre a escala intra urbana e os efeitos de determinadas dimensões e características das condições de territorialização como elementos fundamentais para o bem-estar urbano, problematizando as particularidades da escala metropolitana. Bem como o contexto da produção de conhecimento do lugar de trabalho de origem se caracteriza pelo trabalho de produção de conhecimentos voltados a consciência geográfica e territorial das transformações do fenômeno da urbanização no Brasil.

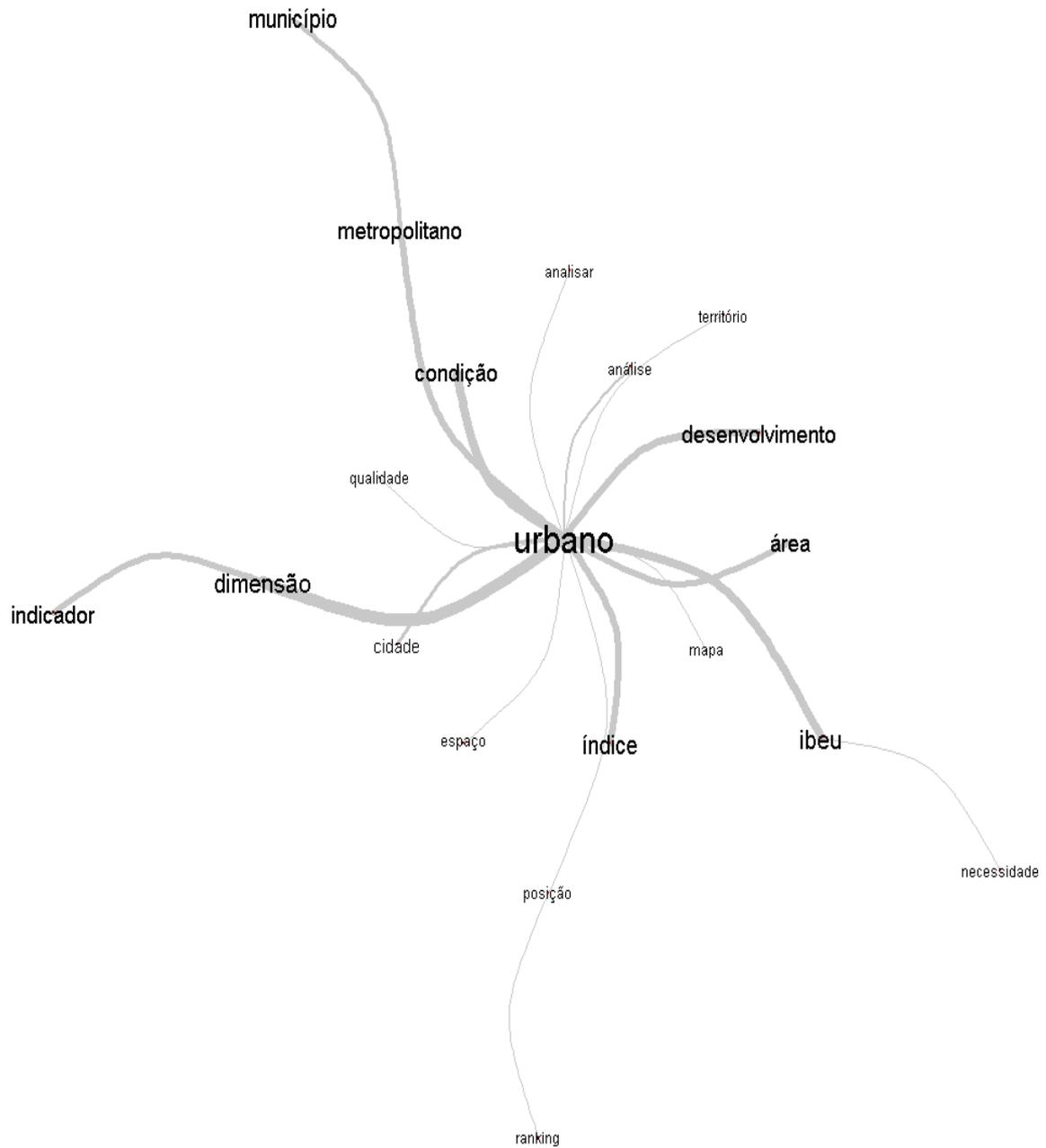
Figura 10. Espacialização do IBEU para Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: Fedozzi e Castello (2015)

As representações do espaço em Fedozzi e Castello (2015) no que lhe concerne, não se centram nas tabelas ou no escore do indicador, mas nos cartogramas. As consciências geográficas e territoriais são geradas a partir do imaginário geográfico possível pelos nexos de sentido entre os cartogramas, enquanto metáforas geográficas derivadas da espacialização dos dados dos indicadores e as narrativas analíticas da constatação das condições de desigualdades entre os diferentes territórios e suas variações ou mudanças no tempo e espaço.

Figura 11. Grafo de similitude entre palavras do discurso sobre o IBEU no Campo Científico



Fonte: autor utilizando o programa Iramuteq

Na Figura 11 geramos um grafo de similitude com um *corpus* textual composto por um conjunto de artigos científicos que trabalharam com o IBEU. Podemos observar que como signo central dos enunciados temos o urbano como representação significativa. Ou seja, no lugar de enunciação dos espaços de produção e apropriação científica do indicador, fala-se sobre as condições do urbano, sobre o espaço urbano metropolitano e sobre os municípios, avaliando então a partir das dimensões representadas pelas variáveis do indicador, as condições do desenvolvimento urbano das cidades nas regiões metropolitanas do país. Como podemos observar no gráfico de similitude da Figura 12 a seguir as palavras e os enunciados se voltaram a fazer comparação e a fazer relações entre cidades e condições do urbano, para fins de verificação das desigualdades urbanas.

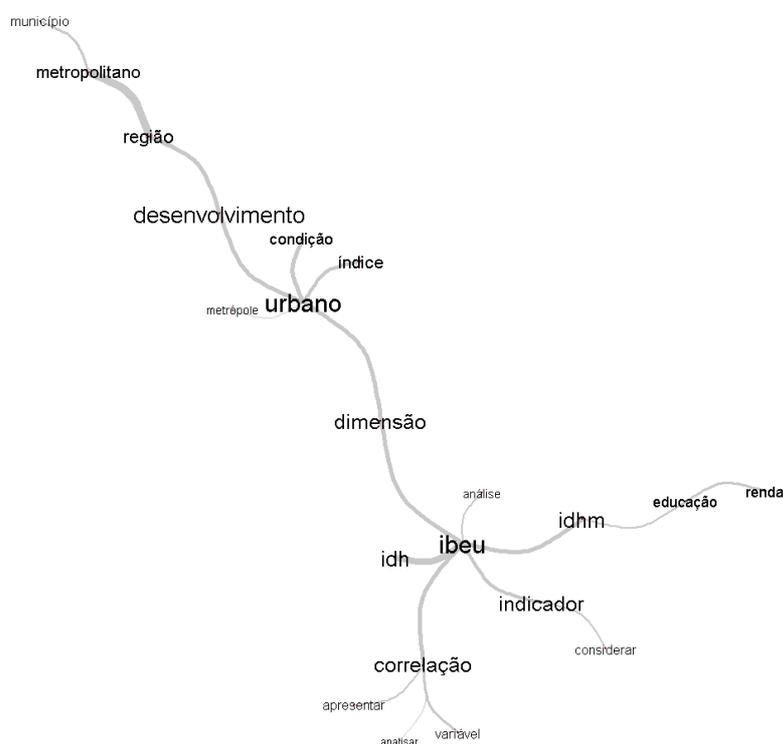
4.4 APROPRIAÇÃO DO IBEU EM ANÁLISE DE VALIDAÇÃO ESTATÍSTICA COM O IDH

Para verificação de diferenças na produção de representações do espaço, de espaços de representações e de representações sociais, analisamos textos de estudos estatísticos que verificaram por testes de correlação, as proximidades com o IDH feitas por Menzes e Possamai (2015) e Pinheiro et al. (2016). Um dos questionamentos era se haveria similaridades nas dimensões de representações do IBEU pois este não tinha utilizado dados de educação e longevidade. Contudo, os estudos demonstram haver forte correlação.

Como podemos observar no gráfico de similitude da Figura 12 que as palavras e os enunciados se voltaram a comparação e a busca de correlações estatísticas, para fins de verificação das possibilidades de estudos conjuntos entre IDH e IBEU para a análise do urbano no Brasil. De forma análoga aos outros trabalhos científicos o objeto de representação dos enunciados centram-se no urbano e não na cidade.

Este processo de produção de representações cria espaços de representações, os quais inscrevem o uso do IBEU no mesmo sistema de espaços de representações do espaço do IDH. Esta lógica de produção de representabilidade permite evidenciar o modo pelo qual o IBEU é inscrito nos fluxos discursivos que representam especialmente as desigualdades sociais, sendo portanto inscrito no campo discursivo do IDH. Contudo, tendo outro lugar de enunciação e de produção de origem, como postulando e utilizando referências teóricas e filosóficas distintas. Confluem a um mesmo campo de produção de imaginários territoriais, em virtude do objeto de representação ser análogo. Ambos os indicadores representam desigualdades sociais.

Figura 12. Grafo de Similitude entre Palavras do Discurso de Trabalho de Validação Estatísticas



Fonte: autor utilizando o programa Iramuteq

4.5 O IBEU NO DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A apropriação do IBEU observada nos enunciados da divulgação científica promovida pela imprensa revela um processo relacionado ao contexto cultural político das agências emissoras da informação e de seus lugares de enunciação. Como demonstram, quais os sistemas de valores gerados sobre o espaço. As representações sociais do espaço permitem compreender que há sentidos e significados “objetivados” e “ancorados” nas “representações sociais” do espaço (PELUZO, 2003), que são articulados por narrativas sobre o espaço, configurando a construção de imaginários e de sentidos geográficos.

Tal processo é relacionado a cognição e a prática espacial em relação a um objeto de representação pelo processo de construção social fragmentada de “representações sociais do espaço” via discursos e sua circulação por artefatos e objetos técnicos como textos, notícias que materializam narrativas midiáticas (QUEIROZ RIBEIRO; ALVES DOS SANTOS; 2003; BOMFIM. 2004). Na notícia que divulga o IBEU de Porto Alegre, foi possível observar um jogo de representabilidade em que se destaca para Porto Alegre, a menor melhora no período entre 2000 e 2010. Todavia, pouco ou nada se fala sobre bem-estar urbano ou sobre o *ethos* que o IBEU deveria mobilizar por ser um indicador social fundamentalmente simbólico e voltado a suscitar discussões sobre a urbanização.

Observemos o discurso de divulgação para Porto Alegre como um exemplo, no excerto a seguir:

Pesquisa da UFRJ aponta Porto Alegre em 5º lugar em ranking de bem-estar urbano entre capitais

Estudo avaliou cinco indicadores de qualidade, entre os quais não está a segurança: mobilidade urbana, condições ambientais, condições habitacionais, serviços coletivos urbanos e infraestrutura. Levantamento inédito do Observatório das Metrôpoles, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), avaliou o Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu) de 5.565 municípios brasileiros. Porto Alegre aparece na quinta posição entre as 27 capitais brasileiras, com um índice de 0,8499 (quanto mais próximo de 1,0, melhor é a condição de bem-estar urbano). No ranking geral, a cidade ocupa a 1.065ª colocação. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Vitória (ES) lidera o ranking das capitais, com 0,9. Considerando todos os municípios do Brasil, as cinco primeiras colocadas estão no Estado de São Paulo. Buritizal é a campeã nacional (0,951). Na 5.565ª posição, o pior índice é de Presidente Sarney (MA), com 0,444.

O estudo Ibeu Municipal avaliou cinco indicadores de qualidade: mobilidade urbana, como o tempo de deslocamento de casa para o trabalho; condições ambientais (arborização, esgoto a céu aberto, lixo acumulado); condições habitacionais (número de pessoas por domicílio e de dormitórios); serviços coletivos urbanos (atendimento adequado de água, esgoto, energia e coleta de lixo); e infraestrutura. Não há um item de avaliação de segurança.

A dimensão que apresenta a pior situação de bem-estar, nacionalmente, é a infraestrutura das cidades: 91,5% dos municípios estão em níveis ruins e muito ruins. Para avaliar a infraestrutura, o Observatório considerou sete indicadores: iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros. Somente um município apresenta condição muito boa de infraestrutura: Balneário Camboriú (SC).

Para Marcelo Ribeiro, professor da UFRJ e pesquisador do Observatório, o Ibeu revela uma desigualdade regional.

— Os municípios que apresentaram as melhores condições estão nas regiões Sudeste e Sul, um pouco no Centro-Oeste. Os piores índices, em geral, estão no Norte e Nordeste, e também no Centro-Oeste, uma zona de transição — disse.

Campeã

Há um ano, a administradora Janete Rodrigues, 40 anos, trocou uma vida agitada em Belo Horizonte, metrópole de 2,5 milhões de habitantes, pelos dias pacatos em Buritizal, de 4.077 moradores, no norte do Estado de São Paulo. Ela gostou tanto do lugar que decidiu fincar raízes: arrendou uma pousada e levou o filho de 16 anos para a cidade paulista.

— Estava em um nível de estresse muito alto. Vim a passeio, ver minha mãe, e decidi ficar. Aqui é tudo organizado, parece que cada coisa está em seu lugar. Já dispensei os remédios para o estresse — disse Janete. Na cidade é planejada. Todas as ruas têm rampas para cadeirantes e não há terrenos vazios na área urbana de Buritizal (ZH, por Estadão Conteúdo, 27/09/2016)⁷

Observamos na matéria do Jornal Zero Hora que apesar de o enfoque dos pesquisadores serem nas evidências sobre as desigualdades sociais e territoriais dos efeitos da mobilidade urbana nas condições de vida no espaço urbano brasileiro e as lógicas de sua urbanização que envolve uma intensa desigualdade interna nas cidades. A apropriação discursiva é feita usando o IBEU como um “significante vazio” (LACLAU, 1996) apropriando-se dos significados do IBEU do contexto de produção, para utilizá-lo no contexto de divulgação via uma ideologia performativa para o bem-estar. Objetivando

7 Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2016/09/pesquisa-da-ufri-aponta-porto-alegre-em-5-lugar-em-ranking-de-bem-estar-urbano-entre-capitais-7591112.html>

o bem-estar por marcas de melhores e piores posições e ancorando uma imagem da cidade sem sua história e estrutura social e de classe.

Os valores sociais sobre o espaço os quais foram encontrados no discurso de divulgação do IBEU são análogos aos de uma “cultura do desempenho” (LYOTARD, 2003), recontextualizados em uma narrativa de *pós* Estado de bem-estar que transforma o indicador em uma “tecnologia política” (BALL, 2004; 2005), que se fundamenta numa “performatividade” que opera e propaga o culto ao melhor desempenho, a marcação dos piores desempenhos e a valorização da competitividade alienada dos processos históricos e territoriais para estabelecer um regime de verdade e um controle de contexto via uma “matriz de significação” da cultura hegemônica (GUELMAN, 2004). Sujeitando a população e o objeto de representação a uma racionalidade econômica, simbólica e política a qual busca promover processos de valorização do espaço pelo viés da mercantilização da imagem da cidade a modo como vem descrevendo Harvey (2005; 2008).

Identificamos no discurso da divulgação científica do IBEU para Porto Alegre um exemplo empírico de discurso de apropriação do IBEU que nos revela os efeitos da hegemonia cultural no processo de uso de um indicador urbano. Uma das marcas da objetivação observada é a anulação dos conceitos de região metropolitana e o de bem-estar, os quais são esvaziados, pela ancoragem na imagem simbólica de Porto Alegre ancorada no ranking. Nesta lógica, é a cidade o objeto de representação evidenciado e não o urbano e a condição urbana, como ocorre no discurso de produção do indicador. Nesta lógica de apropriação, a “matriz de significação” e a “política do signo” (GUELMAN, 20014) a região fica anulada em sua conexão e importância. Mesmo sendo a região metropolitana o objeto central da representação do indicador. Logo, esvazia-se das representações também, os valores e a ética de trabalho do lugar de produção do indicador que nele foi inscrito.

Em nossas análises exploratórios das notícias da imprensa sobre o IBEU, encontramos dois tipos de usos e apropriações em relação à cidade. No exemplo de Porto Alegre estas duas lógicas, foram análogas a casos de outras cidades e regiões metropolitanas. Identificamos no discurso da divulgação científica, representações que

significam a cidade como estando em uma competição na qual o IBEU é uma medida dos resultados finais e não é utilizado para representar processos de urbanização e as condições do urbano ou os processos históricos envolvidos.

O uso do indicador na divulgação científica observada, invoca simbolicamente um imaginário de valores competitivos, produzindo uma geografia imaginária que compara Porto Alegre com outras cidades desconsiderando as dimensões internas das cidades, os processos sociais, históricos e econômicos ou as complexidades que trata o indicador. Observamos que nos usos feitos no discurso da divulgação científica na imprensa, deixa-se de trazer à narrativa os elementos e os valores relacionados à valorização de políticas sociais e seus impactos no cotidiano e nas desigualdades internas das cidades. Nos enunciados podemos um uso reificado do IBEU como se tal fosse de fato uma medida objetiva que marca as cidades e as coloca em uma hierarquia simbólica entre o melhor e a pior bem-estar urbano, utilizando o ranking do bem-estar como um “significante vazio” (LACLAU, 1998). Marcando também as cidades, por um sistema de valor que cria significados sobre os melhores lugares para se viver.

O IBEU é representado pelo discurso de divulgação científica como se fosse uma novidade e uma expressão da qualidade de vida, diferente de seu contexto de produção que o enuncia como um indicador social simbólico que evidencia condições do urbano para as diferentes áreas das cidades e diferentes municípios nas regiões metropolitanas. Quando o discurso de divulgação utiliza o IBEU, o faz como um dispositivo de classificação para nexos entre valores de competitividade comparativa de espaço geográfico, validado retoricamente pela inovação dos especialistas que o produziram. A retórica presente nos textos da divulgação mobiliza na psicoesfera valores e significações de competitividade e desempenho estabelecido pelo significativo ranking.

Esta lógica política do signo retira de cena o trabalho de produção dos indicadores, desconsiderando seu contexto no lugar de produção. Ou seja, é a posição ocupada em comparação com as outras cidades e a expertise dos especialistas que é valorizada como uma forma retórica e ideológica da construção do significado. Ao se retirar o objeto de representação, a cidade, de suas complexidades históricas e concretas do processo de urbanização, o indicador urbano é utilizado para inscrever no imaginário

e na imagem da cidade sentidos e significados contraditórios ao de seu contexto de trabalho de produção e de comunicação científica.

Esta lógica simbólica e política do discurso de divulgação científica, ela não só se diferencia em produção de sentido e significado mas também, pela ideologia. Ao reproduzir ampliadamente um culto ao desempenho através da apropriação do IBEU de seu contexto, o retirando do “paradigma histórico” dos indicadores (ABREU, 1986), no qual o indicador tem sentido de apontar às iniquidades sociais para a ação política, presente em seu lugar de produção, para direcionar um uso como produtor de significado e sentido de normalização geográfica pela égide de um “paradigma comparativo” (ABREU, 1986). Esta lógica, (re)contextualização do indicador no discurso hegemônico da “cultura do desempenho” (LYOTARD, 2003) produz notícias para a “psicoesfera” (SANTOS, 1996) construindo representações sociais do espaço para a escala de massa e atua diretamente na fabricação da realidade e da legitimação do modelo de desenvolvimento hegemônico. Lógica política, completamente contraditória ao contexto de produção do indicador.

É possível notar que a estratégia de representação do espaço metropolitano por meio do indicador na imprensa, foi pautada pelas representabilidades entre cidades, deixando de focar nas representações do espaço metropolitano. Os efeitos destes mecanismos de construção do significado geram uma representabilidade a qual transformam o indicador em metáfora geográfica representada por posições de um ranking através da espacialização simbólica. Está lógica e política do signo, demonstra ter efeitos políticos e de construção do significado na representação social do do espaço e no “espaço de representação” (LEFEBVRE, 2014). Estas diferentes lógicas de representabilidade se diferenciam pelas formas como utilizam as tabelas de ranqueamento para a construção de imaginários geográficos e territoriais e na configuração das narrativas sobre a cidade.

Quando analisamos o campo do discurso científico e o campo do discurso de divulgação científica pela imprensa. Evidencia-se duas estratégias distintas de produção de espaços de representação e de representações do espaço que vão sendo construídas por um jogo de significados e sentidos dados pelas articulações discursivas entre as

representações do espaço e o significado construído. O ranqueamento é utilizado no discurso de divulgação científica, como estratégia de uma apresentação pública do indicador com uma contradição interna e política no seu significado e sentido. Pois, a significação do indicador é reduzida a ancoragem de sentidos de escore de bem-estar entre cidades, esses sentidos são atrelados aos ranqueamentos e objetivados nas representações sociais do espaço como “significantes vazios” (LACLAU, 1996), retirando às complexidades e às relações de controvérsia e de poder, presentes no uso do IBEU do contexto do discurso científico de sua produção. Essa lógica observada coloca em ausência nos enunciados os processos históricos e geográficos, gerando objetivações, imaginários e valores, sobre as percepções e impressões sobre as condições urbanas representadas por um outro sistema de valor, outro *logos* e outro *ethos* mas dentro de uma mesma *praxis* (LEFEVBRE, 2006).

Tal processo e jogo de linguagem feita pelo discurso sobre o espaço, usa os escores para criar um espaço de representação sob a égide da cultura do desempenho, deixando de ter a ação política de origem, que era voltada a criação de consciências geográficas e territoriais via o conhecimento sobre o espaço social e geográfico. A discussão sobre as questões urbanas e a urbanização, cujo intuito é compreender melhor a relação entre mobilidade urbana, bem-estar e qualidade de vida fica ausente. E, o foco torna-se as marcas de desempenho e posições em um escore. Essa lógica de apropriação por “performatividade” também, marca uma forma de “tecnologia política” (BALL, 2004; 2005; 2010) que no processo de construção de espaços de representação da cidade usa da normalização geográfica simbólica para inscrever nas representações sociais das cidades e das regiões ancoragens e objetivações através de comparações de posições binárias de maior bem-estar e as com o pior bem-estar.

Logo, temos imaginações geográficas e territoriais construídas de forma ideológica e contraditória a lógica e representações produzidas nos lugares de produção do indicador social. O objeto técnico IBEU se torna então no discurso de divulgação científica, um dispositivo com uma linha de força antagônica a de seu lugar de produção. O indicador deixa de ser um objeto técnico de avaliação urbana, para se tornar um dispositivo de exame dos desempenhos das cidades e regiões. A nova função de dispositivo de poder criada pelo discurso da imprensa e pela matriz de significação e

política do signo observadas, se manifesta diferente e de modo contraditório entre o lugar de produção e o campo de produção do discurso de divulgação científica.

Nos revelando os mecanismos de operação deste processo de recontextualização que pode ser observado, pelo enfoque na comparação por ranqueamento e por normalização estatística e geográfica, pois está lógica permite a captura de significados do IBEU pelo paradigma comparativo na comunicação do indicador. Demonstrando um processo de apropriação ideológica do indicador que é operado como um significante vazio o qual é utilizado para configurar espaços de representação na psicosfera. Essa função de actância dada ao indicador, nos mostra a força da cultura hegemônica e de sua ideologia.

A explicação e análise de como um indicador social é utilizado como um actante, demonstra uma ambivalência de ator e agente ao objeto técnico. Esta racionalidade, pode ser encontrada em estudos sobre o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) feitas por Carvalho e Costa (2014) e Carvalho (2016) onde a dimensão de agenciamento político e territorial para fins de regulação social e educacional por processos comunicacionais mediados pelo uso do PISA e seus escores são analisadas. Os estudos revelam os mecanismos pelos quais a OCDE e a imprensa de diversos países utilizam o PISA e os scores para inscrever um novo significado para a educação com valores de mercado.

No nosso caso de análise, o nexos feito entre cidade e posição no ranqueamento no discurso da divulgação científica é a tática discursiva dessa ideologia performativa. Esta abordagem, territorializa subjetividades de uma cultura do desempenho no imaginário da cidade mercadoria, que dá ênfase em valores antagônicos aos do contexto de produção do indicador, marcando os melhores desempenhos com significados de competitividade de modo dissociado do processo histórico, geográfico, territorial e político, deixando em ausência toda a complexidade e completudes de análises feitas no contexto de produção e no uso e apropriação da comunidade científica.

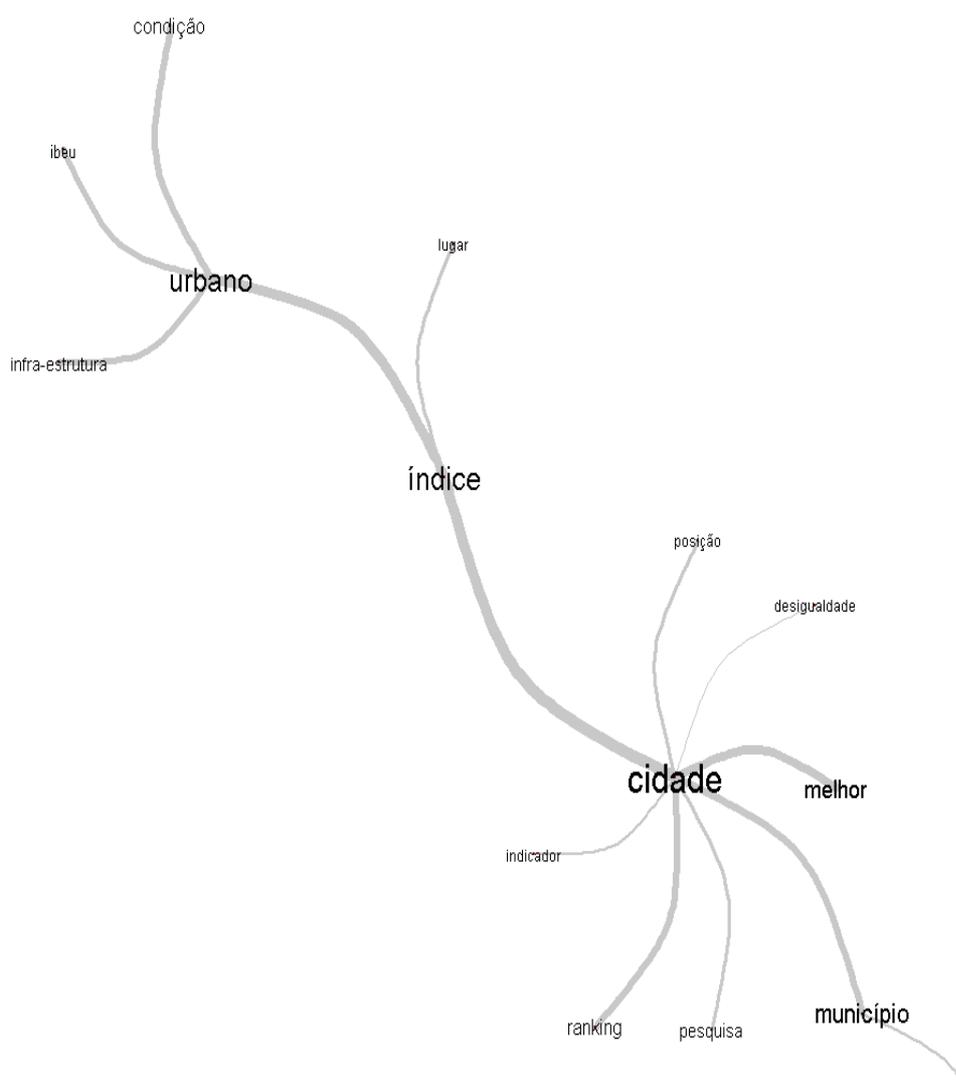
O que se destaca na análise que fazemos não se refere ao efeito do ranqueamento no uso dado na forma pela qual é feita nos lugares de produção, mas os efeitos da apropriação e comunicação do discurso de divulgação científica, enquanto processo de construção de representações sociais sobre o espaço e de um espaço de representação das cidades e das regiões metropolitanas. É na escala da comunicação de massa que a ação política vertical da hegemonia cultural ganha potência para a atuação de uma racionalidade política e ideológica que agencia a construção da representação do urbano e da cidade gerando uma ideologia geográfica para as cidades ao colocar o urbano em ausência, para escamotear os processos históricos e os controvérsias sociais que o produzem.

Figura 13. IBEU na Imprensa



Fonte: disponível em <http://ibeu.observatoriodasmetroles.net.br/imprensa>

Figura 14. Grafo de Similitude de Palavras no Discurso de Divulgação



Fonte: gerado pelo autor a partir de textos de notícias sobre o IBEU utilizando o programa Iramuteq

O IBEU foi apropriado por diferentes atores que utilizaram várias mídias, impressa, internet e televisiva para divulgar o IBEU. O Observatório das Metrôpoles a semelhante modo feito com indicadores sociais publicados por instituições especializadas como agências da ONU, utilizou-se de assessoria de imprensa e buscou criar um discurso sob um certo regime de controle para a publicização do indicador. Sendo, a apropriação feita pela divulgação promovida ocorrendo nas mais diferentes regiões do Brasil e por diferentes atores e agentes da imprensa nacional não se resumindo a grandes veículos e corporações de mídia. No web site do Observatório das Metrôpoles há listado uma série de matérias de divulgação do IBEU. Todavia, em busca em motores de busca por notícias podemos encontrar um número muito maior de notícias e notas de imprensa. Como fator comum, observamos o enfoque no ranking em todas as notícias analisadas de diferentes formas. Na Figura 13 podemos observar em um infográfico, que a forma de representação do espaço muda graficamente, mas se mantêm a construção do significado performativo.

No grafo da Figura 14 podemos observar as diferenças entre as relações de similitude do discurso das notícias, onde a ideia mais forte trabalhada no discurso da divulgação é o signo cidade, e não o signo urbano, no grafo representado como mais periférico ao núcleo central. É esta estratégia discursiva que atua como um mecanismo ideológico com ação sobre os espaços de representação do urbano e da cidade. Pois, muda-se a produção dos sentidos e significados da representação da cidade de como é dada no contexto do discurso científico. O imaginário suscitado pelo discurso da divulgação científica, passa a ser sujeito da ideologia hegemônica do representar a cidade. Gerando uma ideologia geográfica onde tanto região metropolitana como as cidades estão em um jogo de competição por posição em um escore, no qual o centro de interesse e de significação é a cidade em si, excluída das complexidades do urbano e da urbanização, da história e dos conflitos de classe por espaço e recursos urbanos.

Esta forma de construção das representações sociais sobre a cidade a partir da apropriação do IBEU nos permite melhor compreender os nexos e as clivagens que acontecem na psicosfera da produção do espaço. O conhecimento e o espaço de representação sobre o urbano e as cidades construídas historicamente pelo trabalho de

pesquisa ao ser apropriado no campo de significação da notícia e pelo trabalho da divulgação, muda radicalmente sua ação política no processo de construção das representações sociais sobre a cidade e o urbano. Este processo influi diretamente sobre a construção das representações sociais em relação às cidades e regiões metropolitanas hoje no país.

Compreendemos que seja portanto, importante, avaliar que os discursos que noticiam o IBEU fogem do uso dos mapas do IBEU. O cartograma é deixado em ausência, as notícias não os usam, e o signo ranking ocupa seu lugar para a representação do espaço, mesmo ganhando outras formas, como infográficos. O ranking é um elemento articulador de um imaginário para um espaço de representação que constrói ideologias geográficas relacionadas a cidade.

4.6 IBEU NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍTICAS

Buscamos analisar os usos e apropriações do IBEU na dimensão da produção de políticas. Nesse sentido, estudamos textos de projetos de leis que fazem menção ao IBEU. Na esfera regional, no estado do Rio de Janeiro podemos encontrar um exemplo de uso e apropriação do IBEU para sustentar um projeto de lei cujo objetivo foi inserir Nova Friburgo no Programa Bilhete Único. Nota-se que a retórica de apropriação do IBEU não o contextualiza, somente afirma que o índice aponta a Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 12º lugar em um ranking entre o escore de 15 posições.

Deputado LUIZ PAULO

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei ora apresentado pretende inserir Nova Friburgo no anexo da Lei 5628/2009, que trata dos Municípios que são beneficiados pelo programa Bilhete Único. O escopo da presente propositura é propiciar aos milhares de friburguenses que utilizam o transporte coletivo com destino aos Municípios da Região Metropolitana, principalmente à Capital, redução no valor da passagem, além de incentivar o turismo em Nova Friburgo. No mesmo sentido, o benefício poderá estimular que vários indivíduos que utilizam o automóvel entre a Cidade Serrana e os Municípios da Região Metropolitana, como meio de locomoção, passem a se deslocar de ônibus. Segundo pesquisa do Observatório das Metrôpoles da UFRJ, o Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu) revelou que das 15 regiões metropolitanas brasileiras a do Rio de Janeiro está em 12º lugar. Por fim, a lei aqui proposta é uma contribuição aos muitos friburguenses que buscam o seu sustento fora da Cidade e aos que nela sobrevivem do turismo, pois a medida poderá incrementar a economia de Nova Friburgo.

Entrada em 26/09/2013

(disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/1061f759d97a6b24832566ec0018d832/acfda9887155cbbc83257bf2005c8a1a?OpenDocument&Start=1.1.1.4>)

Podemos encontrar também um exemplo de apropriação do IBEU no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados que utiliza o indicador como parte de uma argumentação para incluir o Estudo de Impacto de Vizinhança nas construções de condomínios edilícios com mais de 80 unidades autônomas, para os novos loteamentos habitacionais ou industriais e na construção ou ampliação de shopping centers e mercados com área interna superior a 300 m². Contudo, também o indicador não é contextualizado e ganham uma significação reificada. Mesmo, apesar de não orientar efetivamente a construção do desenho da política proposta, o IBEU demonstra sua potência de influenciar os espaços de representação do urbano e em especial das regiões metropolitanas no país.

O Brasil já é um País essencialmente urbano. Dados do Censo Demográfico 2010 apontam que mais de 84% da população brasileira vive em cidades. Cidades que se formaram através de um processo vertiginoso, com expansão célere de seu perímetro e contingente populacional. Dados do IBGE demonstram que, em apenas 50 anos, o Brasil praticamente dobrou a sua taxa de urbanização 1. Esse crescimento acelerado, no entanto, não se fez acompanhar da infraestrutura e dos serviços necessários para propiciar qualidade de vida adequada à

população. Os problemas gerados nesse processo desordenado de urbanização envolvem violência, desemprego, condições habitacionais precárias, segregação do espaço urbano, ausência de condições adequadas de mobilidade, poluição, entre/outros. Como resultado, não é exagero afirmar que grande parte das cidades brasileiras não está apta a fornecer aos seus cidadãos as condições mínimas para uma existência digna. Essa triste realidade é reiteradamente confirmada por diversos estudos e estatísticas. Cita-se, por exemplo, importante estudo conduzido pelo Observatório das Metrôpoles, em que foi avaliado o bem-estar urbano usufruído pelos cidadãos brasileiros nas quinze principais regiões metropolitanas do País. O estudo desenvolveu o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), composto pela ponderação de indicadores que representam dimensões do bem-estar urbano, tais como mobilidade, condições ambientais urbanas e condições habitacionais. O IBEU e seus indicadores variam entre zero e um, de modo que quanto mais próximo de um, melhor é o bem-estar urbano. O indicador Mobilidade Urbana, por exemplo, que se refere ao tempo de deslocamento casa-trabalho, apresentou valor médio de 0,383 para as regiões metropolitanas estudadas, sendo que São Paulo e Rio de Janeiro, as duas maiores metrôpoles brasileiras, apresentaram os índices alarmantes de 0,032 e 0,025, respectivamente. A situação da mobilidade urbana, como se vê, está, literalmente, de mal a pior (COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO PROJETO DE LEI No 4.235, DE 2015)

Encontramos presença do IBEU também junto às discussões da Comissão Senado do Futuro que utilizou o indicador para fomentar uma discussão via audiência pública sobre a questão da mobilidade urbana no Brasil. A semelhante modo como observamos no discurso da imprensa, o indicador é apresentado como uma medida reificada sem considerar fatores históricos e regionais. Mas, produzindo um espaço de representação sobre as regiões metropolitanas do país posta em debate.

“O problema de mobilidade urbana nas grandes cidades é um dos principais desafios para melhorar a qualidade de vida da população, apontou audiência pública realizada nesta segunda-feira (20) pela Comissão Senado do Futuro (CSF). Moradores de regiões metropolitanas gastam até quatro horas no trajeto entre a casa e o trabalho, afirmaram participantes do debate. Eles defenderam maior integração entre municípios e participação popular na busca por soluções.

[...]

Em 2016, o Observatório das Metrôpoles do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia divulgou estudo, baseado em dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, que analisa as 15 principais regiões metropolitanas brasileiras. O Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu) revela quais regiões oferecem maior bem-estar à população em fatores como tempo de deslocamento casa-trabalho, arborização no entorno dos domicílios, iluminação pública, saneamento e coleta adequada de lixo. O índice varia entre zero e 1: quanto mais próximo de 1 for o resultado, melhor. A média do conjunto das 15 regiões metropolitanas analisadas foi de 0,605. As melhores colocadas foram Campinas, Florianópolis, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre. Entretanto, Campinas foi a única a atingir uma avaliação considerada “boa” ou “excelente” de bem-estar, acima de 0,8. Já o Rio de Janeiro foi o único estado da Região Sudeste a ficar abaixo da média geral, com pontuação de 0,507.” 20/08/2018 Agência Senado Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/08/20/mobilidade-urbana-e-desafio-para-melhorar-qualidade-de-vida-aponta-audiencia>

A análise que fazemos evidência a potência política de um indicador urbano para o Brasil, ao mesmo tempo, avaliamos que para suas devidas contribuições a força da “comunidade epistêmica” (MACHON et al, 2018) deve ser aumentada bem como sua concepção metodológica e teórica pode vir a dar conta das questões das assimetrias de poder, da condição das representacionais da categoria população, do alinhamento a modelos de gestão social e de regimes urbanos. Como pode considerar as contribuições do campo das tecnologias sociais e das tecnologias apropriadas, para pensar os indicadores para além de um objeto técnico que suscite discussões públicas, mas que tenha efeitos políticos incisivos nas representações sociais do espaço potencializando os valores e a ética de bem comum inscrita num indicador de tal natureza. Considerando também, o empoderamento dos sujeitos abstraídos como categoria população como elemento estratégico, tático e simbólico do gestar a ação política para a sua projeção no território.

De maneira a se discutir para além de um controle social gerencialista postulado pelo paradigma hegemônico nos regimes urbanos, podendo se pensar na construção de uma nova democracia via o fortalecimento da esfera das necessidades nos espaços sociais via horizontalidade da ação política no espaço geográfico. Trata-se de buscar pensar a relação entre *accountability*, a construção da agenda urbana e dos indicadores sociais a partir das necessidades e não das demandas de um mercado planejado.

Nesse sentido, constatamos que a semelhante modo como aponta a literatura especializada sobre o tema da produção de políticas públicas, concluímos que a força da produção do uso e das apropriações dos indicadores sociais está diretamente relacionado a uma “comunidade epistêmica” (MACHON et al, 2018). Sendo que, a força de transformação do espaço geográfico em meio científico e informacional tem base na sua legitimação científica e se potencializa pelas articulações e estratégias de influências na produção e nos desenhos das políticas. Neste caso, poderíamos considerar tanto os valores compartilhados pela comunidade epistêmica em sua rede de pesquisa e articulações políticas de base, com governos e com as causas que motivam sua ação política. Como elementos a influência da ação política em sua projeção no espaço e no tempo.

4.7 DISCUSSÕES DO CAPÍTULO 4

A presente pesquisa apresentou um estudo sobre o Índice de Bem Estar Urbano (IBEU) analisando a linguagem espacial gerada no espaço social, as representações sociais do espaço, os espaços de representação e a psicoesfera construída a partir de sua produção, usos e apropriações. A partir dos dados analisados e do referencial teórico adotado, buscamos colocar a discussão questões pertinentes a apropriações e uso, permitindo demonstrar os mecanismos técnicos, ideológicos e políticos do discurso que envolve o processo de produção de indicadores sociais. Tivemos como dados complementares a estas análises apresentadas, a interlocução via questionário com pesquisador do Observatório das Metrôpoles que participou na produção do IBEU.

Quando perguntamos sobre a participação e a prática do envolvimento do trabalho de pesquisa que resultou no IBEU, tivemos como resposta:

Um exemplo de construção de agenda política se deu pela construção de um indicador que procurou mensurar o nível de bem-estar urbano das metrôpoles brasileiras, tendo em vista que isso possibilitou além do debate público sobre as desigualdades urbanas, discussões em vários municípios sobre políticas para solução dessas desigualdades (Dados primários de questionário aplicado junto a pesquisador do Observatório das Metrôpoles)

Ao questionarmos nosso interlocutor sobre como vem sendo percebido a relação entre indicadores sociais e a construção das agendas políticas nacionais e multilaterais como a Agenda Urbana no Brasil, a Agenda Habitat e a Agenda 2030. E, quais são as contribuições e as controvérsias ou contradições que poderíamos . Revela-se uma consciência política, social e estratégica para a promoção de políticas e de transformações sociais. Nota-se em resposta:

A utilização de indicadores sociais é fundamental para construção de agendas políticas na perspectiva de poder fundamentar o debate sobre os fenômenos sociais que são tratados. Porém, o seu uso deve ser feito de modo a compreender que o indicador, como o próprio nome sugere, apenas indica a situação de determinado fenômeno, a realidade pode ser mais complexa do que o indicador informa. Neste sentido, o indicador social não deve ser usado como algo que substitui a realidade concreta, mas que dá elementos objetivos para a compreensão dessa realidade. Por isso, é muito importante a compreensão da metodologia de construção do indicador, porque a depender do modo como o indicador é construído pode oferecer informações diferentes sobre o mesmo fenômeno analisado. Ao considerar essas questões, o uso de indicadores será muito importante para construção de agendas políticas. Por isso, o debate sobre a construção do indicador é sempre muito importante (Dado primário de questionário aplicado junto a pesquisador do Observatório das Metrôpoles).

Questionamos também junto ao pesquisador do Observatório das Metrôpoles se em sua interpretação os indicadores sociais possibilitam um conhecimento geográfico do mundo e quais seriam suas limitações e potencialidades. De modo, que foi respondido:

Há indicadores sociais que são construídos referidos à uma realidade espacial e, nestes casos, o conhecimento geográfico do mundo já está presente pela própria análise do indicador. Mas há também indicadores sociais construídos sem essa preocupação, mesmo assim é possível em muitas situações utilizá-los referindo ao espaço. Uma limitação tem a ver com o fato de que o mundo geográfico é construído socialmente, assim construir indicadores objetivos que representem as variadas representações do mundo é algo difícil de ser realizado, por isso se trata muito mais de uma aproximação do que propriamente de uma expressão concreta do fenômeno analisado (Dado primário de questionário aplicado junto a pesquisador do Observatório das Metrôpoles).

Como intuito de confirmar a lógica política e a ética que envolveu a produção do IBEU e seus vínculos com o conhecimento geográfico perguntamos também ao

pesquisador como poderíamos entender a relação entre indicadores econômicos, indicadores sociais, os mapas e os conhecimentos geográficos possíveis a partir deles. De maneira que nos respondeu:

Representações que permitem conhecer os diferentes aspectos sociais, sobretudo no caso brasileiro, são extremamente **importantes para a possibilidade de pensar e promover políticas públicas a partir do conhecimento geográfico** (Dado primário de questionário aplicado junto a pesquisador do Observatório das Metrôpoles) – Grifo do autor..

O presente estudo trouxe a interlocução com pesquisadores que atuam na produção de indicadores sociais, trazendo a discussão a importância da dimensão da ética política no processo de produção dos indicadores sociais. Esta constatação, é de grande relevância, pois permite distinguir entre ética e ideologia, nos ajudando a entender melhor e (re)pensar estratégias de promoção de discussões públicas sobre temas da questão urbana e a importância e papel contemporâneo das comunidades epistêmicas como atores emergentes que ganham força e influência na produção de políticas e da construção das instituições sociais em regimes de poder democrático e com Estado de direitos.

Também, nos permite trazer a reflexão que a força de influência política de um indicador está mais relacionado a força de sua comunidade epistêmica em influenciar políticas pelas ações articuladas dos atores e agentes que a compõe, do que pelo grau de expertise e legitimidade junto a população ou ao Estado. Uma vez, que os processos de divulgação científica são sujeitos as forças da hegemonia cultural e podem servir a éticas e ideologias contrarias aos dos produtores e dos lugares de produção de indicadores sociais.

Nota-se também que é emergente uma discussão sobre a relação entre a produção de indicadores sociais e seus usos para a distribuição de recursos públicos. Questão que necessita de uma maior discussão. Na presente pesquisa, levantamos alguns elementos que permeiam um debate nacional. Por exemplo, no entendimento de nosso interlocutor do Observatório das Metrôpoles, é importante consideramos a adoção de indicadores sociais como instrumentos para distribuição e redistribuição de recursos e promoção de políticas públicas.

Quando da elaboração e da execução da política pública tem como referência a utilização de indicadores sociais, a possibilidade de obtenção de sua efetividade é muito grande. Por isso, entendo que seja importante a alocação de recursos serem baseados naquilo que os indicadores sugerem.

Portanto, além da importância do papel dos indicadores na distribuição dos recursos públicos que vão de acordo com as dimensões territoriais como a ausência de infraestrutura e dimensões sociais como a persistente presença da ausência de banheiros em residências urbanas e rurais como apontam dados dos Censos 2000 e 2010. Como a questões de como focar recursos em programas e projetos sociais.

Constatamos no caso do IBEU, uma relevante importância do indicador como um artefato técnico de mediação para a construção de representações do espaço geográfico metropolitano no Brasil. Contribuindo para gerar mediações e contribuir para com o conhecimento geográfico das desigualdades sociais urbanas no país, gerando novos campos discursivos e discussões públicas, antes ausentes.

Para nosso interlocutor do Observatório das Metrópoles podemos tomar como uma grande contribuição do IBEU as lições que nos ensina sobre como diversos atores e agentes sociais se apropriam do indicador para usá-lo para qualificação do debate público. Contudo, diante de um cenário no qual os indicadores produzidos em escala sub nacional vem sendo abandonados pelo desmonte das instituições de pesquisas que os produzem ficamos diante de uma problemática entre a relevância da abrangência territorial dos indicadores sociais. Nesta dimensão a escala se evidencia como categoria de reflexão. Sobre esta questão nosso interlocutor coloca:

A produção de indicadores no Brasil, em especial nos níveis de governo subnacionais, tem ido na contramão do movimento internacional, porque cada vez mais tem se reconhecido a necessidade de melhor conhecimento da realidade, principalmente quando esse conhecimento possibilita tanto a análise evolutiva no tempo, para ter parâmetros de se saber se houve melhora, piora ou estagnação do fenômeno analisado, quanto análise comparativa, para verificar se as condições que estão sendo analisadas são particulares de determinado lugar ou são condições mais universais. Esse comportamento de desestruturação das instituições produtoras de indicadores nos governos subnacionais brasileiros ocorrem sob a lógica e influência de um pensamento orientado pelo ajuste fiscal, como se essas estruturas institucionais representassem apenas gastos, desconsiderando sua importância econômica e social. A médio e longo prazo o desconhecimento dos fenômenos sociais e

econômicos que os indicadores possibilitam se aproximar levará inclusive a processos de reversão econômica e social, com consequências políticas significativas. É um resultado onde todos perdem: os órgãos produtores de indicadores, os órgãos de planejamento, o Estado, o mercado e toda a sociedade.

Como caso, as aprendizagens possíveis pelo indicador são de extrema relevância para o entendimento da construção do conhecimento geográfico e promoção dos debates sobre o urbano e sobre as cidades no Brasil. De semelhante forma, que se evidenciou a importância e a potência dos indicadores urbanos para fomentar processos de produção de políticas e avanços no conhecimento sobre a urbanização.

Quando utilizamos a categoria comunidade epistêmica para interpretar a atuação do Observatório das Metrópoles e a produção do IBEU enquanto um lugar de enunciação e de produção. Podemos discutir sobre a construção de estratégias que fortaleçam os processos de produção de políticas urbanas e metropolitanas no país considerando estrategicamente, a força da cultura hegemônica e de sua matriz de significação quando trabalhamos com fluxos de discursos na imprensa e junto as instâncias legislativas e do ordenamento jurídico para a construção de *psicoesferas* e de representações sociais do espaço que tendem a direcionar a ação política.

Cabe portanto, buscamos esclarecer no processo de comunicação que a primazia das controvérsias e conflitos que observamos materializados como distintas lógicas ideológicas na construção simbólica do espaço metropolitano no Brasil a partir da produção, uso e apropriação do IBEU. Que o indicador em sua gênese tem distinções éticas e simbólicas dos usos feitos no campo da popularização e divulgação social.

5. ORDENAMENTO TERRITORIAL E INDICADORES SOCIAIS: O CASO DO IDH

A menor descrição que eu faço de uma parte da terra, também é uma descrição política. Não dá para falar em nada sem falar de política, sobretudo hoje quando os instrumentos de poder se aperfeiçoaram.

Milton Santos

Este capítulo apresenta uma análise do ordenamento territorial no Brasil promovido a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A presente pesquisa estudou a lógica técnica e política da construção simbólica do espaço geográfico e as configurações dos circuitos de mediação da ação política territorializada pela produção, uso e apropriação do indicador no território brasileiro. Como dados foram utilizados textos de publicações científicas, relatórios técnicos, leis, projetos de leis, fontes secundárias e notícias da imprensa, analisados via metodologias de análise de conteúdos e de discurso direto. Constatamos que a produção no Brasil do IDH gerou um sistema de práticas de produção, de usos e de apropriações do indicador social que constrói narrativas as quais materializam um sistema de mediação no espaço geográfico pela construção de uma psicosfera do espaço, configurada por espaços de representação. Também, foi possível compreender que ocorre uma actância espacial e territorial a partir do indicador para a transformação simbólica da realidade pela significação do social e do espaço mediando a articulação entre a norma estatística, ordem jurídica e a ordem técnica para produzir um meio técnico-científico informacional para a ação política no território.

Neste capítulo apresentamos uma análise da produção, usos e apropriações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o contextualizando diante do fenômeno técnico das estatísticas e indicadores sociais. A intenção aqui é demonstrar os mecanismos pelos quais os indicadores sociais passaram a ser instrumentos da transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional apontando os mecanismos simbólicos envolvidos. Problematizando as lógicas e as escalas da ação política mobilizada e promovida.

Neste artigo analisamos a **1)** a inscrição e institucionalização do IDH no Brasil; **2)** apropriação do IDH como uma tecnologia de política para ação territorial no meio técnico-científico informacional; **3)** as comunidades epistêmicas e a construção de agendas políticas; **4)** o IDHM no discurso científico brasileiro; **5)** o IDHM no discurso da imprensa.

5.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH NO BRASIL

A partir da Lei 9.995 de 26 de julho de 2000 pelo Art. 2º o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou a ser um elemento das diretrizes orçamentária dos programas sociais do Brasil. Pela mesma lei no Art. 8º o IDH foi institucionalizado e inscrito na ordem orçamentária e no direcionamento dos programas sociais brasileiros, ficando sua produção sob a responsabilidade do Instituto de Pesquisas Social Aplicada (IPEA). Tal fato, foi uma decorrência da territorialização da agenda econômica e social da ONU no Brasil e com especial destaque para a agenda política agenciada pelo PNUD.

O impacto da inscrição do IDH no marco legal brasileiro revela além da influência do indicador, a força da comunidade epistêmica a qual se articula junto a agenda do PNUD e evidência poder inscrito no conceito de desenvolvimento trabalhado pela Teoria da Escolha Social (TES). O estudo de Bomfim (2012) permite-nos que às bases teóricas do IDH trabalhadas por Amartya Sen, problematizam o utilitarismo da Economia Clássica se voltando às Teorias do bem-estar, para criar uma teoria de desenvolvimento humano com base em uma reflexão e argumentação que tem como foco a ética. A autora revisa às críticas e às modificações técnicas e teóricas ocorridas ao longo dos anos,

apontando que o IDH é um produto do trabalho teórico defendido por A. Sen (2018) e com bpassa na sua atuação junto a ONU e a presidência do Banco Mundial. O IDH segundo a literatura especializada mesmo com modificações tem muitas limitações diante do que busca-se representar para as análises econômicas pois não traria de fato nem a mensuração objetiva do conceito de desenvolvimento ou de liberdades de A. Sen nem territorializaria os valores sociais por ele simbolizado.

Na esfera internacional o IDH foi apropriado pelas agendas e agências multilaterais de diferentes formas. Nas agendas econômicas e territoriais locais-regionais, e nas agendas mundiais, é articulado com pautas para combate às desigualdades sociais como a Agenda 21, os Objetivos do Milênio e a Agenda 2030. Podemos observar a força da TES e sua relação com programas e projetos das Nações Unidas (ONU), bem como agências de regulação econômica como ainda sendo atuais, operado como um dispositivo chave para operacionalizar a projeção de metas políticas diante das desigualdades sociais, promovendo então, uma performatividade social e territorial via o uso de um conceito de desenvolvimento humano e social que fundamenta esta teoria econômica. Considerar a importância da teoria econômica e do embate pela adoção de diferentes perspectivas teóricas para o uso e apropriação do IDH nos evidenciam as lógicas políticas e as ideologias que são aparentemente ausentes atuando como forças presentes.

Quando observamos o uso e a apropriação do IDH pelo Banco Mundial e pela Organização Cooperação Desenvolvimento Econômico (OCDE), o indicador é operado nas esferas financeiras e da regulação política econômica mundial via uma recontextualização e inscrição na Teoria do Capital Humano (TCH). Tal fato, muda os significados e o sistema de valores inscritos no conceito central de desenvolvimento humano e social da TES. De modo, que o sistema de valores e princípios que fundamentam a TCH decorrem de heranças do utilitarismo econômico, heranças que a TES buscou superar e problematizar.

De modo que, quando o IDH é apropriado e ressignificado pela Teoria do Capital Humano (TCH) sob outra lógica política e econômica, distingue-se seu uso na Teoria da Escolha Social (TES). A estratégia simbólica de Mahbub e Sen, foi de promover as

discussões apresentadas no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do PNUD. Contudo, no momento em que o IDH é inscrito na TCH como um indicador de contabilidade social, este ganha uma racionalidade instrumental utilitarista se tornando medida de desenvolvimento. A relação do IDH com a TCH acrescenta ao indicador uma função de dispositivo de regulação econômica, política, social e territorial para a produção de políticas de ordenamento territorial.

A racionalidade, o sistema de valores e a artificialidade técnica mudam da TSE para a TCH e muda a função e usos do IDH. O indicador não mais serve somente para a função de apoio ao reconhecimento das desigualdades e a comparação em escala temporal e geográfica para discussão do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Mas, se torna um objeto técnico central de um modo de normalização geográfica de uma racionalidade econômica e territorial que é promovida por uma ideologia política e econômica hegemônica. Configurada como uma tecnologia política performativa do paradigma hegemônico do desenvolvimento econômico para os territórios sob sua hegemonia.

“A teoria do capital humano é resultado, na perspectiva de Mark Blaug (1985, cap.13), de um programa de pesquisa, uma vez que não é possível associá-la a uma única teoria. O núcleo desse programa “consiste na idéia de que o indivíduo gasta de formas diversas, não apenas buscando desfrutar o presente, mas procurando rendimentos futuros, pecuniários ou não”. De acordo com Blaug, a teoria foi anunciada por Theodore Schultz, em 1960, e seu “nascimento efetivo” teria ocorrido em 1962 em suplemento da revista científica americana *Journal of Political Economy*, dedicado ao tema do investimento em seres humanos. Em outro texto (1986, p. 691-2), Blaug localiza as fontes primárias da teoria em Adam Smith, em Alfred Marshall e nos estudos de Irving Fisher, economista neoclássico americano, que a teria exposto em 1906, no livro *The Nature of Capital and Income*. Reprints of Economic Classics. Fisher teria adotado a teoria do capital de Walras, entendendo por capital todo o conjunto de riquezas existentes em um determinado tempo e que possibilitam o fluxo de serviços nesse tempo, trata-se da terra, das máquinas, das matérias primas, de recursos naturais e das qualidades humanas (SAUL, 2004 p. 230)

Nesta contextualidade produção, o uso, às apropriações dos indicadores sociais e em especial do caso do IDH, envolve uma complexidade de relações, de diferentes projetos de conhecimento e de ação política mobilizando diferentes comunidades epistêmicas (multi)localizadas, envolvendo atores como universidades, fundações, governos e atores como políticos, gestores públicos, conselheiros corporativos e pesquisadores. O que inclui diferentes forças políticas também (multi)localizadas, que atuam na produção das sociedades operando as “performatividades das teorias” econômicas, sociais, geográficas e territoriais (FUCIDJI Et al, 2016). Tais performatividades criam espaços simbólicos performativos compostos de narrativas alicerçadas em espaços de representações as quais podem ser observadas como tendo distintas lógicas políticas e ideológicas presentes nas escalas de territorialização e nos mecanismos de sua hegemonização.

“O IDH apresentado pela ONU, é um instrumento que veio para superar as análises economicistas baseadas somente no desempenho econômico; ele dá uma visão abrangente do avanço social da comunidade das nações. Só que devemos tomar alguns cuidados ao analisá-lo de forma separada das condições reais por que passa a maioria da população e das posições dos diversos atores e países na conjuntura internacional e o debate subjacente em sua concepção. Além do mais, uma simples mudança de metodologia, fato normal no Relatório do IDH, faz os países perderem posições no ranking geral do IDH, e um país com médio IDH, pode estar escondendo uma forte concentração de renda e riqueza, como é o caso do Brasil. É necessário avaliar o estado social da nação nos diferentes países como um todo, que no contexto dos ajustes econômicos com base no receituário neoliberal, vem sofrendo os percalços da inserção subalterna na globalização...” (SANTAGADA, 2007 p.125)

No Brasil a relevância das discussões em torno do IDH são crescentes. Em 2003 matéria da Agência O Globo que circulou nos principais jornais do país trazia algumas questões que foram colocadas a reflexão pelas pesquisas orientadas por Márcio Pochmann. A partir de Campos, Pochmann e Amorim (2004) foram levantadas questões cruciais sobre o desenvolvimento do território nacional, como às desigualdades sociais persistentes no país, às transformações do mundo do trabalho, a financeirização da sociedade e a complexidade de suas dimensões e manifestações no território.

“Os critérios utilizados para a aferição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cujos resultados relativos a 2003 foram divulgados pelas Nações Unidas (ONU), tornaram-se alvo de críticas de economistas de diferentes correntes. Para o economista Márcio Pochmann, da Universidade de Campinas (Unicamp), o IDH se mostra, cada vez mais, insuficiente e inadequado para medir o desenvolvimento humano de um país. Segundo ele, o fato de o índice do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) levar em conta apenas a renda per capita da população, escolaridade e a expectativa de vida das pessoas abre espaço a distorções. – Esses indicadores praticamente crescem por inércia, sem grandes esforços. Qualquer governo acaba sempre construindo uma ou outra escola, um ou outro hospital e, de alguma forma, faz o PIB crescer. Daí que o IDH é um indicador pró-governo, que mostra aspectos positivos quando o ambiente, na verdade, é negativo – diz o economista. Pochmann lembra que 2003 foi um ano “terrível” do ponto de vista econômico e social para o Brasil, razão pela qual o IDH do país não poderia ter melhorado. Ele lembra ainda que o IDH de 2002 divulgado na época tinha como base alguns dados de 2000, colocando o Brasil na 72ª posição. – O IDH de 2003 não poderia mostrar avanços porque, na verdade, o país regrediu. A renda per capita, por exemplo, caiu 0,8% em relação a 2002 e os juros naquele ano subiram, o que significa ganhos maiores para quem tinha capital e menores para quem não possuía – argumenta o economista. O índice da ONU, mostra ligeira alta do IDH brasileiro que passou de 0,790 em 2002 para 0,792 em 2003, mas insuficiente para tirar o país da 63ª posição no ranking e alterar sua classificação de país de médio desenvolvimento humano para de alto desenvolvimento, o que só ocorrerá quando o IDH atingir um mínimo de 0,80. Pochmann observa ainda que o PNUD não observa a violência e o desemprego para calcular o IDH...” (O GLOBO, 2003 disponível em <http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/qualidade-de-vida-sc/19,0,947761,acesso>)

Os debates e discussões públicas sobre o tema tem aumentado e atualmente tende a se centrar em torno do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM produzido pelo IPEA, discutindo-se sobre as desigualdades regionais. Esta discussão, trouxe para a escala local, a agenda do desenvolvimento humano. Influenciando ações políticas do Estado, o qual promoveu um ordenamento territorial via o desenho de políticas e a capilarização de programas e projetos públicos de ação social e de desenvolvimento regional que foram vinculados ao indicador. Um exemplo desta lógica foi o ciclo de produção de editais públicos para acesso a recursos de programas os quais colocou como na composição dos critérios para a seleção de projetos as desigualdades regional e o IDHM.

Evidencia-se portanto, a influência e a importância do IDH no Brasil e as práticas espaciais as quais ele permite operacionalizar. Como ponto de controvérsia sobre o uso do IDH e da Teoria da Escolha Social, o conceito de desenvolvimento humano, na discussão pública tem duas linhas de posições bem definidas. Uma se referêcia ao liberalismo utilitarista e outra que se referencia na Economia Política marxiana. A crítica da Economia Política ao IDH é apresentada sistematizada por Mosaner (2016) que aponta algumas problematizações importantes, com destaque para a ausência das relações de poder e de suas assimetrias.

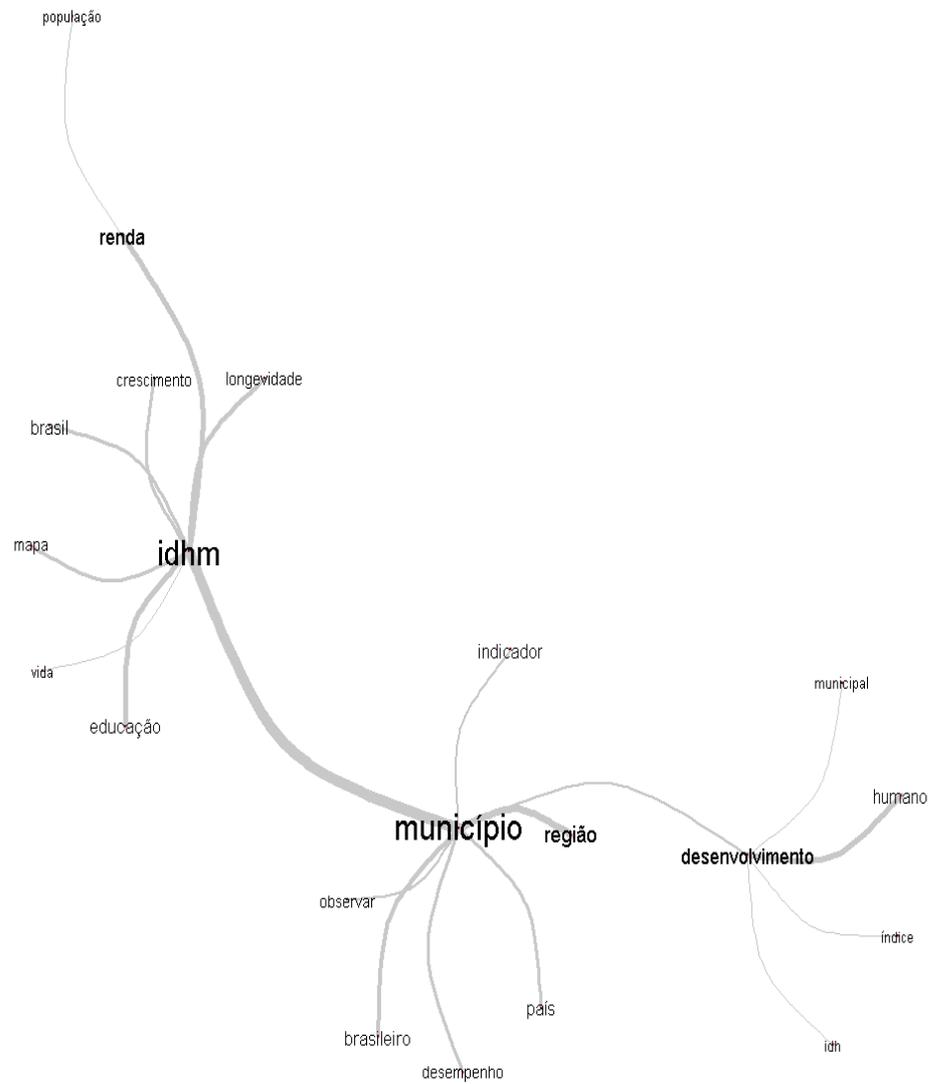
“A despeito do impacto crescente desta abordagem em aplicações empíricas, a TES tem sido alvo de críticas conceituais de autores como Ben Fine (2001), Malcolm Bull (2007), Hartley Dean (2009) e Denis O’Hearn (2009) que apontam para seu “excesso de liberalismo”, ausência da problematização acerca das contradições inerentes ao sistema capitalista de produção e de seus possíveis entraves para a operacionalização do conceito de desenvolvimento como liberdade de Sen. Segundo tais autores, o excesso de liberalismo e individualismo presentes nesta abordagem obscureceriam aspectos importantes da realidade social, como as relações assimétricas de poder presentes no sistema capitalista”[...]“A crítica destes autores converge para a ideia de que o individualismo metodológico advogado por Sen mascararia contradições inerentes ao modo capitalista de produção, como a geração de desigualdades de renda e riqueza e a subjugação do Estado à lógica autônoma do capital, evidenciada por políticas de favorecimento à grandes corporações, que podem minar a proposição de conceituar o desenvolvimento humano por meio da expansão de liberdades individuais.” (MOSANER, 2016 p.2-3)

Os estudos de Mosaner (2014; 2016) nos mostram como estão presentes distintas lógicas políticas e ideológicas no processo de indicadores sociais e em especial no IDH. Estas lógicas políticas por sua vez, geram um “espaço de representação” (LEFEBVRE, 2013) no qual o indicador é um objeto técnico de mediação e projeção da ação política no território. Estas distintas lógicas, permitem reconhecer que para além de representações do espaço e de representações sociais do espaço, o IDH gera “espaços de representações” (LEFEBVRE, 2013) construídos pela articulação entre o número, seu ideário de origem, mapas e a normalização espacial gerada. Esta relação revela a importância simbólica do IDH para a construção da materialidade do espaço geográfico, sendo importante tomarmos, a relação entre os sistemas de práticas espaciais mediados e inscritos no ordenamento territorial como por exemplo, as demandas por estudos sobre os problemas sociais e sobre a eficiência do Estado, usando o IDH como dispositivo de avaliação e monitoramento de desempenho, como para fins de conhecimentos geográficos do social, formulação de políticas e distribuição de recursos aos municípios, como a programas e projetos financiados com recursos públicos

5.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO, COMUNIDADES EPISTÊMICAS E AGENDAS POLÍTICAS

Nesta seção serão analisadas publicações do IPEA sobre o IDHM e o Relatório para o Desenvolvimento Humano (2015). Buscamos reconhecer o lugar político e cultural dos emissores, enquanto lugares de enunciação, as representações do espaço, os espaços de representação e o espaço simbólico. Identificamos a lógica das ações de “comunidades epistêmicas” (MACHOÑ et al, 2018) e do Estado envolvido na territorialização da produção, uso e apropriação do indicador. Buscando reconhecer e analisar fatores de mudanças nas estratégias de territorialização da agenda política do desenvolvimento humano.

Figura 15 - Grafos de similitude da publicação O Índice de Desenvolvimento Humano Brasileiro – Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013



Fonte: Gerando com Iramuteq. Org.: do Autor, 2019.

Ao observarmos o lugar de enunciação no qual está inscrito as publicações do IPEA sobre o IDH e IDHM podemos considerar que ocupam juntamente, com as publicações estatísticas do IBGE um espaço caracterizado por posições mais altas no “campo simbólico” (BOUDIEU, 1974) e no “prestígio” (WEBER, 1994) técnico científico-informacional com relação à produção de conhecimento e informação no Brasil. Importante destacar que se trata de uma instituição pública composta por uma grande quantidade de pesquisadores e redes de colaborações com Universidades, gozando de reconhecida notoriedade e expertise.

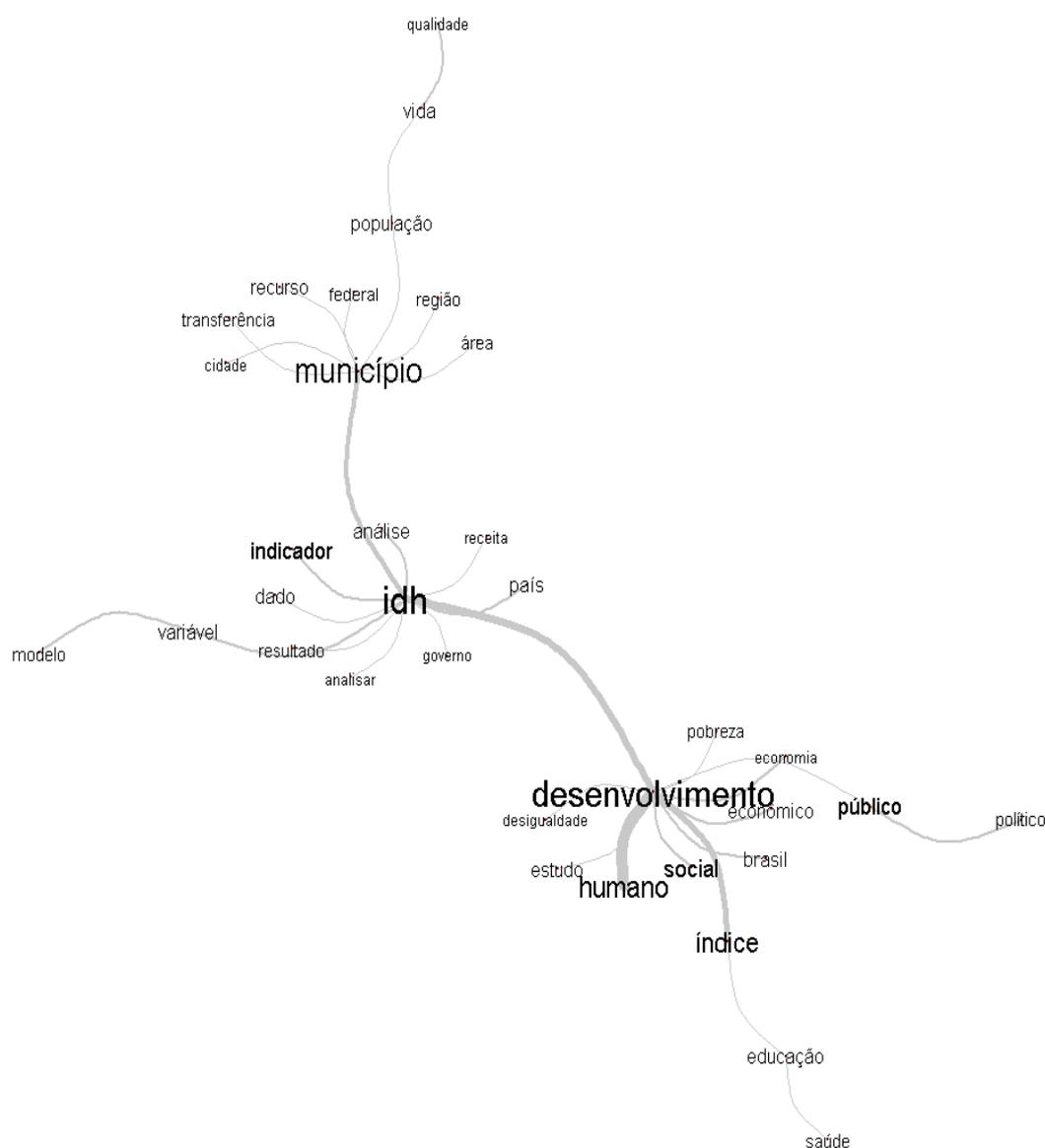
Com a publicação do IDHM no Brasil as discussões voltam-se para a escala municipal. No grafo da Figura 15, podemos observar que o signo central trabalhado foi município inscrito em uma articulação de significado com a região, através de observações do desempenho do IDHM. Nos grafos podemos observar que as relações mais fortes de proximidade entre as palavras, é entre IDH, município, região e desenvolvimento. Este novo debate, possibilitou o fluxo e a gestão dos processos de produção de políticas, orientando e influenciando a discussão pública sobre a distribuição territorial de recursos federais e sobre a transferência de recursos e rendas no território nacional para os municípios e para grupos sociais mais pobres e com maiores dificuldades de exercer suas liberdades econômicas e políticas. Como também permitiu a territorialização das discussões da agenda política proposta pelo RDH por Jahan et al (2015) no país, a partir da publicação “Desenvolvimento Humano para além das medidas” que no Brasil, motiva a publicação PNUD; IPEA; FJP (2017), onde questões como trabalho, gênero, raça e condições de vida são colocadas em destaque.

5.3 O IDH NO DISCURSO CIENTÍFICO BRASILEIRO

Selecionamos uma amostra de quinze artigos científicos de diversas áreas do conhecimento cujos estudos tiveram por objeto investigações e análises com o IDH. O critério da seleção foi pelo reconhecimento de diferentes abordagens. No discurso científico encontramos dois grandes campos de discursos bem definidos. Um trata de estudar, analisar e verificar resultados e impactos do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado. O outro campo se orienta a estudos com relação a eficácia das

políticas públicas e da transferência de renda no território, o que envolve a questão da institucionalização do IDH como dispositivo de transferência de renda e como dispositivo de gestão da distribuição de recursos por critérios de maior equidade, voltados a uma maior eficiência pública.

Figura 16 - Grafo de similitude de textos de publicações científicas sobre o IDH no Brasil



Fonte: Gerando com Iramuteq. Org.: do Autor, 2019. .

O grafo de similitude da Figura 16 se referem a seleção das variáveis mais presentes na distribuição de frequência de palavras, eles nos permitem reconhecer os significantes chaves dos lugares de enunciação no discurso científico analisado. A articulação destes significantes no que lhe concerne, materializam no conjunto de textos, um circuito comum de construção de sentido, cujo o significado se centra nas representações do desenvolvimento. Podemos evidenciar nos gráficos que o IDH é apresentado como um significante central de um campo de significação relacionado ao estudo e a análise do desenvolvimento, o qual está diretamente relacionado com a escala geográfica e territorial dos municípios.

Nos textos analisados, as representações do espaço constituem narrativas sobre as desigualdades entre os municípios, fazendo uso de tabelas para lidar com escores a fins de avaliação de transformações temporais dos resultados do IDH. A espacialização do indicador no que lhe concerne, é mais utilizada para discutir o desenvolvimento regional, os processos de regionalização no país e processos territoriais. A escala de trabalho das análises verificadas nas publicações é os municípios, promovendo uma discussão sobre a importância da qualidade de vida e a questão dos recursos necessários à implementação de infraestruturas básicas nos municípios, as quais ainda são muito ausentes, mesmo diante de valores no escore do IDH e IDHM os quais podem ser considerados médios ou altos. A discussão pública suscitada evidência no debate a necessidade de um maior debate e reflexão sobre as eficiências e a validade do uso do IDH enquanto dispositivo de transferência de renda, devido às limitações técnicas e representacionais do indicador.

As evidências das representações do espaço junto as publicações sobre o IDH, no que lhe concerne, permite-nos reconhecer a “tecnoesfera” do espaço geográfico produzida (SANTOS, 2002). A qual atua na construção da psicoesfera das desigualdades sociais no espaço geográfico pela construção de um imaginário geográfico técnico, científico e informacional. Logo, podemos reconhecer evidências de que os espaços de representação é uma construção de circuitos de mediações, formadas por um conjunto de documentos, estudos, relatórios técnicos, publicações científicas, etc., que se relacionam diretamente com a territorialização e o status de legitimidade do modelo de

desenvolvimento adotado pelo país. Pois, o modelo de desenvolvimento diante de seus próprios instrumentos de avaliação e monitoramento é colocado em verificação de sua eficácia, limites e contradições evidenciadas no território. Deste modo, se retroalimentando pela produção de políticas e conhecimento.

Ao verificarmos esta lógica técnica e científica de produção de espaços de representação do desenvolvimento também, podemos como que o “paradigma histórico” e o “paradigma comparativo” dos indicadores sociais (ABREU, 1988) se imbricam nos interesses e objetivos das duas principais linhas de pesquisas observadas. Como se evidencia a presença das categorias território e região como elementos de conexão de sentido para a construção do significado político e geográfico do IDH enquanto um ícone simbólico que influencia as características deste dois distintos paradigmas.

Quando observamos os lugares de enunciação na tecnoesfera sobre o IDH é possível também, reconhecer algumas comunidades epistêmicas atuando com destaque. Uma é a comunidade que se articula em torno das linhas de pesquisas do PNUD e a outra é a que se articula via estudos técnicos junto ao poder judiciário e ao legislativo, trabalhando com análises que buscam validar o IDH como um dispositivo mais equitativo e de maior eficácia para os processos de transferências de recursos públicos aos entes federados e em especial aos municípios. Nestas linhas de pesquisas, emergem estudos que correlacionam o IDH, o PIB e os processos de regionalização decorrentes de novos arranjos produtivos no território nacional e a atuação da federação de municípios brasileiros.

5.4 O IDHM NO DISCURSO DAS NOTÍCIAS

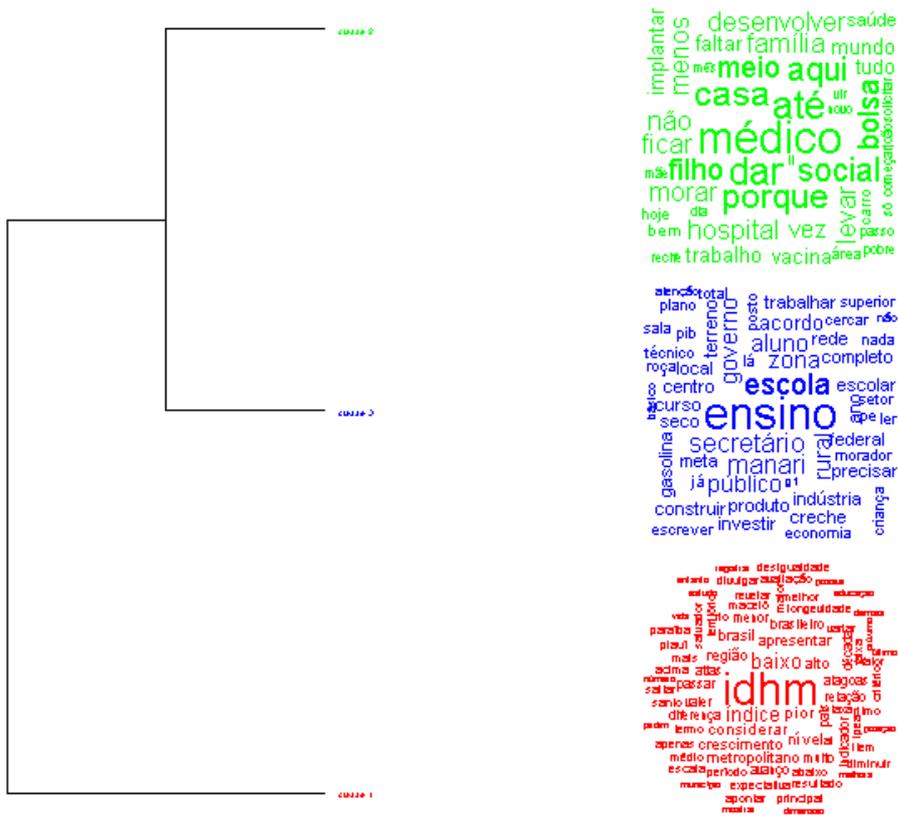
Para análise da apropriação do IDHM no discurso da imprensa foram estudados dezenove textos de notícias. Todas as notícias têm em comum terem manchetes com a presença do IDHM no título. A maioria das notícias encontradas se referem a região nordeste e publicadas entre 2013 e 2017. O grafo da Figura 17 mostra as forças das palavras significantes em relação a apropriação do IDHM nos discursos da imprensa. Podemos evidenciar que temos o IDHM como núcleo central das representações e da significação, como podemos considerar a força e a proximidade do signo município e

região ao símbolo IDHM. No caso dos discursos das notícias aparece com força de significação muito forte, a educação. De modo, que aparece como a dimensão mais destacada em impactos nos resultados do IDHM apontados pelas notícias. É pela categoria educação que os discursos da imprensa abordam e enfatiza as relações entre a importância de escolas, hospitais, serviços públicos e o desenvolvimento econômico.

É de se notar também, a ausência da força do signo desenvolvimento humano. Nos discursos das notícias sobre o IDHM observamos que ocorre uma objetivação em que o enfoque dado é uma ideia de desenvolvimento econômico e o conceito não é abordado, como observamos na análise do discurso científico em relação ao IDHM. A ancoragem nas representações sociais do espaço ocorre quando se fala sobre como o índice é calculado, explica-se a transformação do índice em escala linear de intervalo entre 0 e 1 como se fosse a metodologia do indicador. Outro fato importante de apontar é que as análises feitas utilizando o IDHM no discurso da imprensa tende a não fazer contextualizações históricas, geográficas ou territoriais, que possam explicar os resultados apontados. Limitando-se a fazer comparações temporais de aumento ou redução nos valores do índice e a ranqueamentos, a identificar os fatores factuais que impactaram os resultados como podemos observar na Figura 18 a seguir.

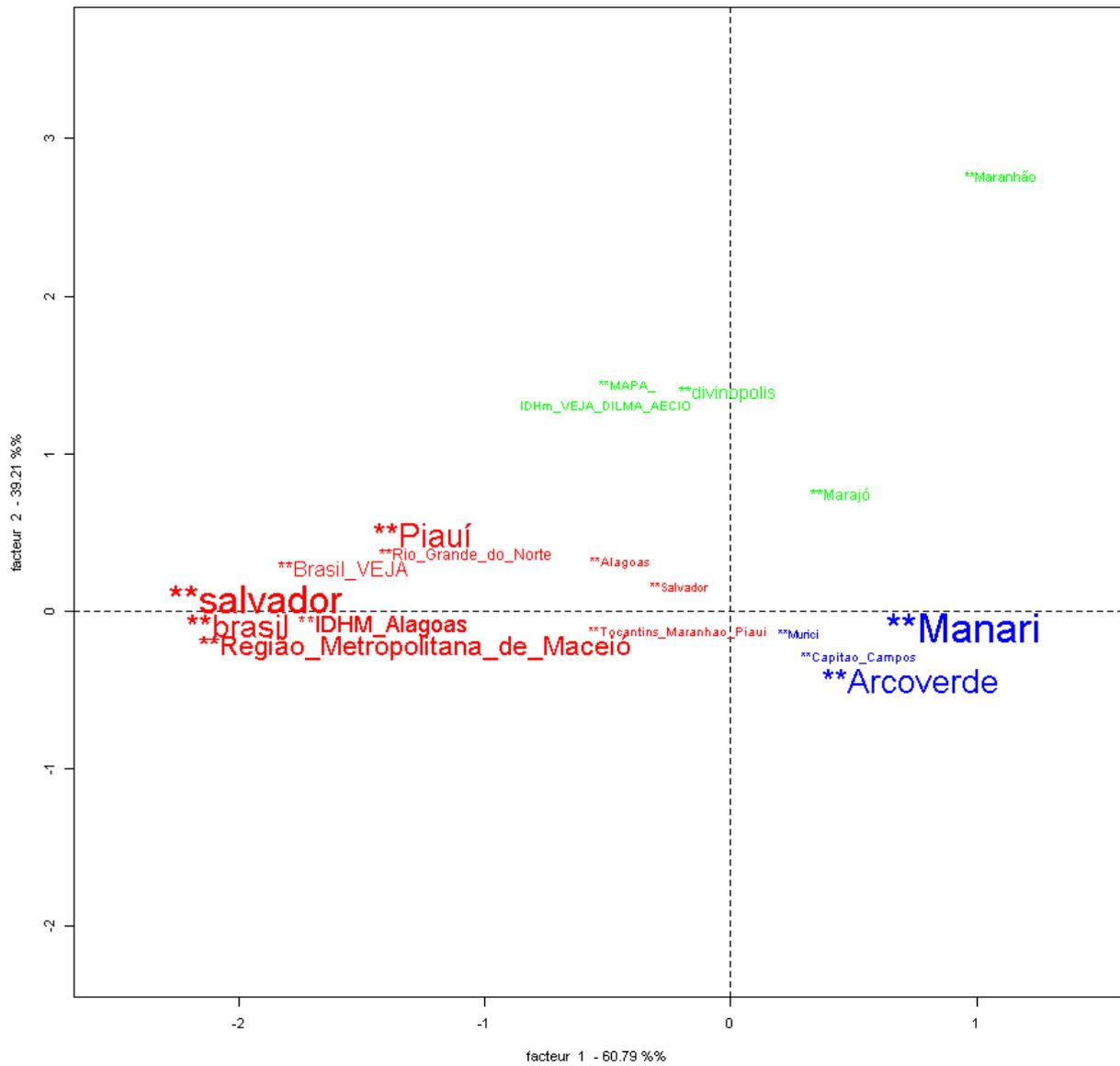
Na Figura 17 nas nuvens de palavras geradas pela classificação automática pelo Método Reinert. Nos chamou a atenção, observar a ausência da força do signo desenvolvimento humano. Nos discursos das notícias sobre o IDHM observamos que ocorre uma objetivação em que o enfoque dado é uma ideia de desenvolvimento econômico e o conceito não é abordado, como observamos na análise do discurso científico em relação ao IDHM.

Figura 17 - Grafo com Nuvem de Palavras para a Classificação Automática



Fonte: Gerando com Iramuteq. Org.: do Autor, 2019.

Figura 18 - Gráfico de distribuição por quadrante das notícias analisadas



Fonte: Gerando com Iramuteq. Org.: do Autor, 2019.

A ancoragem nas representações sociais do espaço ocorre quando se fala sobre como o índice é calculado, explica-se a transformação do índice em escala linear de intervalo entre 0 e 1 como se fosse a metodologia do indicador. Outro fato importante de apontar é que as análises feitas utilizando o IDHM no discurso da imprensa tende a não fazer contextualizações históricas, geográficas ou territoriais, que possam explicar os resultados apontados. Limitando-se a fazer comparações temporais de aumento ou redução nos valores do índice via ranqueamentos, focando em identificar os fatores factuais que impactaram os resultados como podemos observar na Figura 18.

A seguir apresentamos na Figura 18 um gráfico de dispersão estatística do léxico dos textos de notícias sobre o IDHM analisados por quadrantes. Nele podemos observar que os textos das notícias analisadas foram classificados em três classes, os que enfocam o IDHM abordam o sobre o desempenho dos lugares no índice, e abordando sobre as dimensões avaliadas. No gráfico da Figura 18 podemos observar também um grupo de textos que enfocam mais a questão do ensino e da educação, bem como ocorre um outro grupo que enfoca a importância de infraestrutura de saúde como hospitais e a presença de médicos.

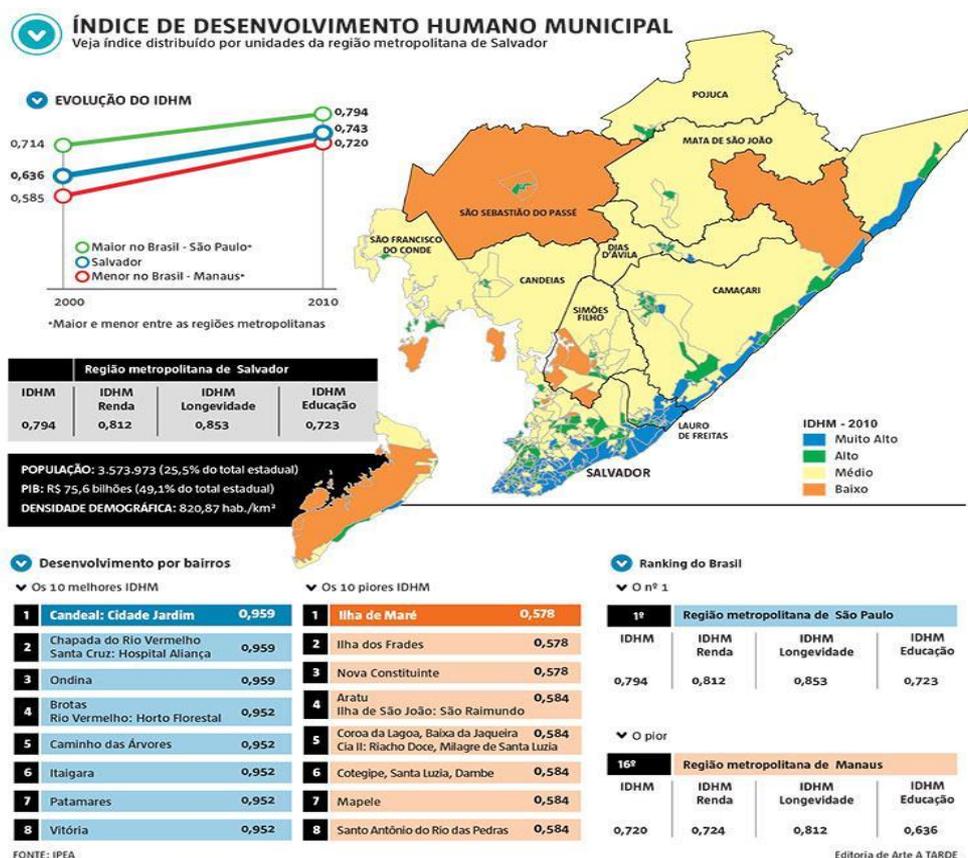
Apresentamos na Figura 18 um gráfico de dispersão estatística por quadrantes nele podemos observar que os textos das notícias analisadas foram classificados em três classes, os que enfocam o IDHM falando sobre o desempenho dos lugares no índice, e falando sobre as dimensões avaliadas. No gráfico da Figura 19 podemos observar também um grupo de textos que enfocam mais a questão do ensino e da educação, bem como ocorre um outro grupo que enfoca a importância de infraestrutura de saúde como hospitais e a presença de médicos.

A partir da análise dos textos de notícias sobre o IDHM compreendemos que ocorre mesmo que com muitas semelhanças, distintas formas de apropriação e que elas se diferenciam por lugar de enunciação, de tal forma que podemos identificar uma diferenciação regional entre nordeste, norte e sudeste, Notamos que apesar de termos a mesma lógica de representações do espaço, pois se utiliza o mesmo indicador como símbolo sócio territorial, ocorrem uma construção simbólica distinta de espaços de representação. Para as notícias da região nordeste o IDHM marca uma mudança entre 2000 e 2010 nos indicadores sociais, confirmando uma tendência de crescimento econômico e de desenvolvimento social. Para a região norte, o IDHM é apropriado pelas notícias para criar um espaço de representação que se destaca a necessidade de melhorias nas condições de saúde e para a região sudeste é afirmada a força da educação no alcance de altos valores no índice e a relação entre a escolarização e o desenvolvimento econômico da região.

Na Figura 19 podemos observar a ênfase da representação gráfica nos melhores e nos piores resultados do IDHM. É feito um uso retórico do signo ranking. Podemos observar que no gráfico de comparação entre os valores auferidos para Salvador é comparado com o valor mais alto de São Paulo e o de valor mais baixo de Manaus. E, notamos também, que as diferenças são muito pequenas, fato que demonstra que as capitais encontram-se em condições bem próximas de acordo com as variáveis utilizadas no índice. Mas, o enfoque da retórica da notícia cria um espaço de representação sob a égide de uma matriz de significação da “cultura do desempenho” (LYOTARD, 2003) gerando um discurso performativo para a representação espacial por ela agenciado marcando a competição entre cidades e uma política do signo sobre a imagem da cidade.

Quando consideramos a representação social do espaço produzida, podemos considerar que há diferentes ancoragens e objetivações operadas na “psicosfera” (SANTOS, 2002). As ancoragens podem ser percebidas pelas imagens criadas, nesse sentido confirma-se a presença de uma ancoragem hegemônica atrelada a matriz de significação de uma cultura do desempenho e uma objetivação que retira da significação o conceito de desenvolvimento humano para inscrever significados de desenvolvimento e crescimento econômico.

Figura 19 - Infográfico para o IDHM de Salvador



Fonte: Jornal A Tarde disponível em

<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1641934-rms-eleva-idh-mas-desigualdade-permanece>

No que lhe concerne as representações do espaço criam um imaginário geográfico que traz a percepção para a escala municipal e para a questão regional a semelhante modo faz os usos e apropriações do IDH no discurso científico. Notamos que as representações do espaço se mantém todavia, muda-se os espaços de representação territorializando novas representações sociais do espaço. Reconhecemos nesta lógica portanto, mecanismos de transformação simbólica do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional, através de uma lógica política de reprodução ideológica e simbólica que atua na “psicosfera” do espaço geográfico (SANTOS, 2002). Este mecanismo opera especialmente na matriz de significação e da função ao indicador de actante espacial. Todavia é na esfera da produção das representações sociais do espaço

que a imaginação geográfica se consolida como informação, legitimidade e ideologia em sua materialidade.

Neste sentido é importante refletir sobre como que a partir da produção de uma “psicoesfera” (SANTOS, 2002) estamos construindo simbolicamente o espaço geográfico e seu ordenamento territorial. Entendemos que há uma importância crescente para a relação entre o trabalho técnico-científico referente a produção de objetos técnicos de conhecimento, ao trabalho de informação referente a produção de objetos técnicos de informação e comunicação social e o trabalho informacional referente a produção de dados. Pois estamos produzindo novos imaginários geográficos com grande potência de promoção da ação política nos territórios mas também com grande potência para a ação das hegemonias e da legitimação de um modelo de desenvolvimento social, econômico e cultural polarizado por uma matriz de significação da cultura do desempenho. Fato qual impede a apropriação epistemológica e do sistema de valores que são parte da potência simbólica dos indicadores sociais pelo público da informação e da comunicação dos indicadores.

5.5 DISCUSSÕES DO CAPÍTULO 5

Ao estudarmos a territorialização do IDH no Brasil, constatamos que a produção deste indicador social gera um sistema de práticas de produção, de uso e de apropriação do indicador que constroem discursos e narrativas as quais materializam um sistema de mediação no espaço geográfico pela configuração de circuitos técnicos compostos por um sistema de “objetos técnicos” (SANTOS, 2002) que articulam textos, relatórios, sites, vídeos, eventos. Configuram sistemas de representações do espaço e de espaços de representação (LEFEVBRE, 2013) compondo uma “psicoesfera” do espaço geográfico (SANTOS, 2002) . Utilizados por agentes reconhecidos como comunidades epistêmicas, para influenciar discussões públicas, a construção de representações sociais e a produção de políticas, projetando ação no território a longo prazo.

No Brasil em relação aos indicadores sociais, observamos a experiência do IDH e do IDHM serem inscritos por lei como diretriz do Orçamento da União se tornando tema de debate sobre distribuição de recursos federais e parâmetro para regionalização do país. Quando perguntamos a nosso interlocutor junto ao IPEA sobre sua visão sobre o vínculo entre IDHM, o desenho de políticas sociais, territoriais e a alocação de recursos no Brasil este nos colocou que diante desta questão, é importante entendermos os instrumentos técnicos utilizados.

O IDHM serve como ferramenta de avaliação de políticas públicas para diversos setores administrativos da sociedade brasileira. É importante entender que são instrumentos como o IDHM que monitoram a situação social e econômica do país, ainda que na minha visão ainda seja incipiente esse vínculo (*Dado primário de resposta de interlocutor a questionário*).

Quando perguntamos a nosso interlocutor no IPEA sobre como entende hoje a apropriação dos indicadores sociais pelas pessoas em seus cotidianos, pelos professores em salas de aulas e os movimentos sociais na construção de pautas e agendas. Tivemos como resposta:

Considero que a contribuição para o conhecimento da realidade social nas diferentes escalas territoriais do país deve se ancorar no auxílio de ferramentas como os índices e indicadores sociais. E que a avaliação quantitativa, por meio da avaliação de indicadores, contribui muito para a promoção de pautas e agendas que visam a melhoria das diferentes esferas da sociedade (*Dado primário de resposta de interlocutor a questionário*).

Notemos que esta lógica de relação entre a representação quantitativa por meio de números públicos permite a indicadores sociais como o IDH, ser territorializado no espaço social e receber a propriedade de actância espacial e territorial ganhando função híbrida e artificial de agentes de significação espacial e de agenciamento territorial, porque possibilita os nexos entre representações do espaço, espaços de representações e práticas espaciais necessárias ao avanço das agendas sociais e suas implementações nos territórios.

Nosso interlocutor no IPEA também nos ajuda a compreender que ocorreu no país uma forte incorporação dos indicadores sociais a construção da agenda urbana brasileira e no ciclo de produção de políticas. Ao nos revelar a partir de sua vivência que o Conselho das Cidades atuou de 2004 a 2016 na promoção de políticas públicas tendo por base informações e o uso de indicadores.

O caso do Conselho das Cidades, antes de 2016, vinha desde sua criação em 2004, promovendo políticas de habitação preocupadas com a realidade expressa em pesquisas empíricas. Cenário que mudou nos últimos dois anos (*Dado primário de resposta de interlocutor a questionário*)

Logo, podemos compreender que a actância espacial e territorial dos indicadores sociais transforma simbolicamente a realidade construída pelo fluxo do poder de significação do social e do espaço, articulando a norma, ordem jurídica, a ordem técnica e representações sociais do espaço a uma matriz de significação via uma política do signo. Para produzir um meio técnico-científico informacional para a ação sobre o objeto de representação e projeção do ordenamento territorial. Dai a importância da relação entre a produção de indicadores, seu uso e apropriação junto as agendas políticas e a promoção de políticas públicas. Pois indicadores como o IDH não só acabam direcionando forças de produção da realidade como agenciam imaginários e sistemas de práticas que estão a produzir o futuro.

É pertinente também colocar a discussão portanto, a questão da importância da produção de indicadores sociais para todas as escalas da organização política e territorial. Pois, verificamos que o trabalho de produção de indicadores sociais é um vetor de força de promoção de políticas sociais transformadoras que se consolidaram

historicamente como dispositivos fundamentais para a promoção de qualquer que seja o modelo de desenvolvimento social e econômico. Corroborando a esta discussão nosso interlocutor nos coloca em relação a extinção de centros de produção de indicadores sociais no país que:

É extremamente grave o que ocorre com, sobretudo, os institutos estaduais de pesquisas no Brasil. Não há um corte de orçamento por falta de dinheiro, há um corte de orçamento porque não há interesse em manter ou incentivar a produção de pesquisas no país. Isso é contraditório, pois o Brasil recentemente assinou acordos e agendas de desenvolvimento (ODS e Nova Agenda Urbana) que precisam de avaliações e monitoramentos que seriam feitos por estes institutos. Lamentável observar esses eventos de desmantelamento e descaso com as pesquisas brasileiras. *(Dado primário de resposta de interlocutor a questionário).*

Buscamos apresentar neste capítulo, alguns dos achados e análises sobre a importância dos indicadores sociais e as possíveis contribuições a um melhor entendimento sobre suas produções, usos e apropriações. Nosso intuito neste capítulo foi apresentar uma análise a partir da Geografia observando as implicações do IDH para o ordenamento territorial no Brasil e levantar discussões pertinentes ao tema.

6. O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) EM AULAS DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DE VÍDEOS EDUCATIVOS NA INTERNET

A educação não tem como objeto real armar o cidadão para uma guerra, a da competição com os demais. Sua finalidade, cada vez menos buscada e menos atingida, é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo. A educação feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida

Mílton Santos

Este capítulo traz uma análise do uso e da apropriação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em aulas de Geografia por meio da observação da linguagem espacial utilizada pelos professores em vídeo aulas publicadas na internet. A metodologia utilizada se fundamenta no estudo das representações por análise de conteúdo e análise direta do discurso. Às aulas analisadas foram registros publicados na internet para uso como apoio a estudantes de ensino médio, para pessoas que estão se preparando para concursos públicos e para aqueles que estudam para prestar o ENEM.

Os resultados encontrados demonstram uma importante dimensão a ser melhor compreendida em relação a Geografia e os indicadores sociais que se remete a dimensão da apropriação social, da ideologia e da construção de imaginários geográficos. Observamos processos de ancoragem e objetivação do IDH que se remete a mecanismos de construção simbólica do espaço, relacionados a produção de uma

“psicoesfera” (SANTOS, 2002), a “representações sociais do espaço” (BONFIN, 2012) e a “espaços de representações” (LEFEBVRE, 2013) relevantes de serem considerados nos processos de construção do conhecimento geográfico e das práticas pedagógicas em Geografia.

Neste estudo trazemos uma análise da apropriação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) analisando aulas de Geografia publicadas no Youtube. De modo, a trabalhar conteúdos públicos passíveis de outras interpretações e análises. A abordagem focou em análises por meio da observação da “linguagem espacial” (SCHMID, 2012) utilizada pelos professores, considerando dimensões como espaço social, construção de sentido, de significado e o cotidiano em relação a processos de construção de imaginários geográficos. Observamos as narrativas e o léxico das aulas analisadas, para compreender o processo de apropriação social do IDH pelos professores de Geografia.

Adotamos como fundamentos teóricos as contribuições de Henri Lefebvre (2006; 2013) e da Teoria das Representações Sociais aplicadas ao estudo do ensino de Geografia (BONFIM, 2012). As categorias analíticas utilizadas foram portanto: **a)** “espaço social” (FERNANDES, 1992; BOURDIEU, 1996; SIMMEL, 2013; LEFEBVRE, 2013); **b)** representações sociais do espaço, ancoragem e objetivação (MOSCOVICI, 2003; PELUZZO, 2003; GILL FILHO, 2005; BOMFIM, 2012); **c)** espaço de representação e as representações do espaço (SHIMID, 2012; LEFEBVRE, 2013). Foi estudado o uso do IDH, enquanto função social e a apropriação, enquanto significação e territorialização do indicador social no espaço social cotidiano.

O recorte amostral deste estudo foi pela seleção de quatorze vídeos de aulas de Geografia publicados no Youtube. A análise de conteúdo foi realizada com apoio da plataforma Iramuteq Alpha que auxiliou na exploração dos dados para uma interpretação feita a partir de relações entre palavras e a formação do significado produzido. Os vídeos foram assistidos e suas legendas capturadas e formatadas em um *corpus* textual para uso como dados para análises com o programa Iramuteq (VIZEU, 2013).

Enquadramos teoricamente o IDH como um “objeto técnico” a partir das contribuições de Milléo (2005; 2007) com base na teoria geográfica de Milton Santos

(1985; 1996). Este enquadramento permite analisar o processo de uso e apropriações dos indicadores sociais, a partir de uma interpretação que o considera como produto de uma “tecnoesfera” cuja função técnica é a construção de uma “psicoesfera” do espaço geográfico (SANTOS, 2002), configurada de “espaço de representação” (LEFEBVRE, 2013). Este processo revela os mecanismos do que David Havey (1980) chamou de imaginação geográfica, ao mesmo tempo que revela os mecanismos dos processos ideológicos operantes nas aulas de Geografia quando estas fazem usos do IDH.

O IDH neste caso de estudo, se relaciona com o ensino de Geografia nos vídeos analisados, principalmente por uma demanda das avaliações do tipo concurso público e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sendo, relacionado às exigências dos Parâmetros Curriculares Nacional (PCN) para o Ensino Médio. A inscrição do IDH no currículo do Ensino Médio no Brasil, ocorre através do PCN da temática Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias diretamente relacionado às desigualdades sociais mas, com enfoque nas desigualdades de saúde no território e no tema qualidade de vida. Interessante, notar que os indicadores sociais, não tem presença nos parâmetros e diretriz da temática Ciências Humanas e suas Tecnologias. Como inexistem nestes PCNs articulação dos conceitos geográficos com as desigualdades sociais e os indicadores. Mesmo, sendo as desigualdades tema presente nos PCNs para as ciências humanas e sociais aplicadas para a área de Sociologia e História, os indicadores sociais são mencionados somente nos PCNs para Ciências da Natureza e suas tecnologias.

Nota-se neste fato uma controvérsia e um ponto de atenção. Porque se evidencia a diante da ausência, uma necessidade de uma articulação entre os parâmetros curriculares do ensino médio que deem conta da natureza social, política, histórica, geográfica, cidadã e tecnológica dos indicadores sociais. De modo, a promover uma educação para a cidadania. Nas diretrizes para as Ciências Humanas, é colocado a cargo do ensino de História como sugestão de eixo temático o trabalho com mapas, índices e taxas como elementos para abordar questões econômicas e os problemas geopolíticos. Contudo, nas diretrizes curriculares para a Sociologia, a Geografia e a História não há menção ao tema dos indicadores sociais e sua importância para o melhor entendimento da sociedade e de suas transformações.

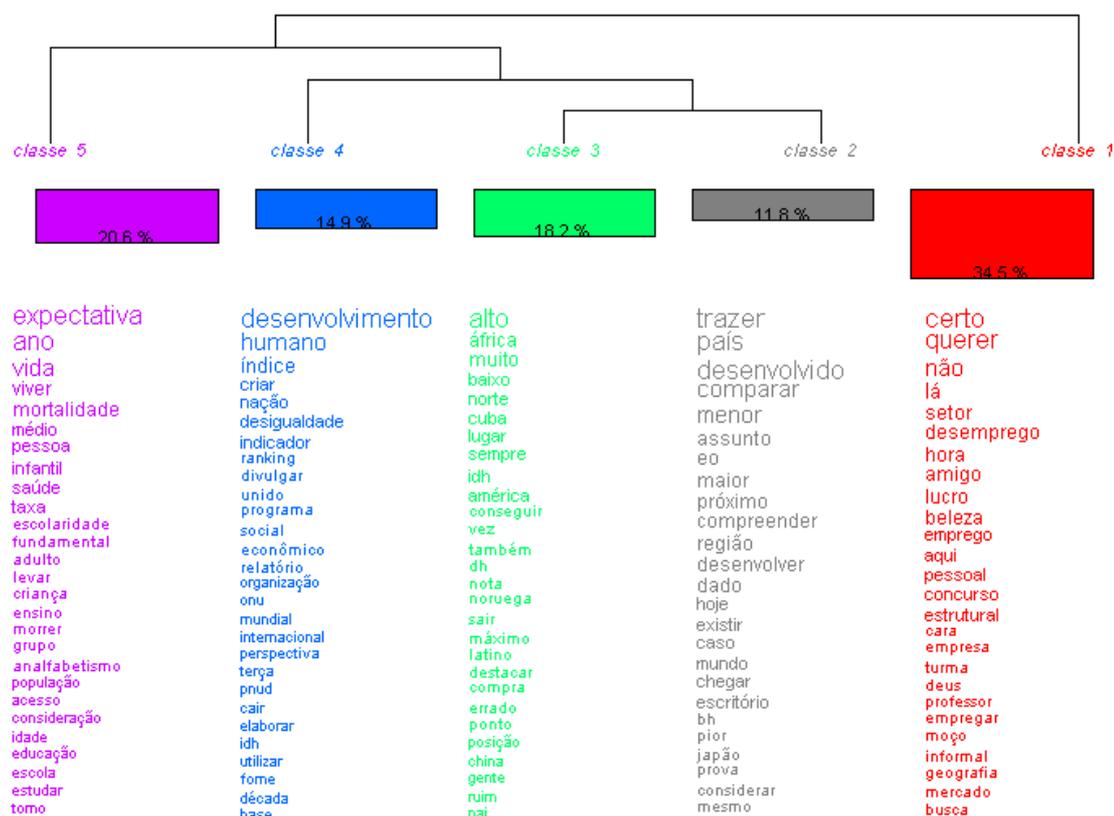
A análise dos conteúdos observados nas aulas analisadas, demonstram a influência direta do objeto técnico nas representações do espaço. Através das representações sociais do espaço se reconhece os nexos entre IDH e conhecimento geográfico cotidiano, permitindo-nos como este está sendo territorializado simbolicamente para as práticas cotidianas. A partir do reconhecimento das representações sociais do espaço geográfico do país e do mundo, foi observado a dimensão simbólica da produção do espaço, reconhecendo o “espaço de representação” e as representações do espaço nas falas dos professores.

6.1 SOBRE O QUE SE FALA NAS VIDEOAULAS SOBRE O IDH

Nesta primeira seção apresentaremos uma análise de conteúdo e análise direta do discurso. Os procedimentos consistiram em captura das legendas dos vídeos, a verificação da integridade das palavras e frases, a formatação de um *corpus* de análise e uso da plataforma Iramuteq. A análise de classificação pelo Método Reinert nos permitiu visualizar relações entre os vídeos. A seguir na Figura 20 podemos observar o léxico encontrado, as tendências e as forças dos enfoques.

O gráfico da Figura 20 a seguir, apresenta a distribuição das palavras faladas por uma classificação de 5 classes de enunciados sendo: **1)** falas sobre expectativa de vida; **2)** falas sobre o desenvolvimento humano; **3)** falas de exemplos geográficos; **4)** falas sobre comparações geográficas; **5)** falas com figuras de estilos e de linguagem usadas pelos professores. No gráfico da Figura podemos ver como essas classes se relacionam e suas forças no contexto. Evidenciando que ideias como desenvolvimento e expectativa de vida tem mais presença e força nos enunciados.

Figura 21. Dendrograma de classificação do *corpus* textual pelo Método Renert



Fonte: Elaboração própria a partir de Iramuteq Alpha, 2019

No dendrograma da Figura 21 podemos observar a distribuição de palavras pela classificação. Notemos que a classe referente a figuras de linguagens utilizadas pelos professores foi classificada como a parte e quatro classes principais subdivididas. Este procedimento nos auxilia na análise e na exploração dos dados referentes as falas dos professores nos revelando conjuntos de subcategorias auxiliares.

A partir do reconhecimento das classes de enunciados apresentados na Figura 21 e na Figura 23 podem que as classes 1 e 2 se relacionam com as explicações sobre o desenvolvimento humano e sobre o aumento da expectativa de vida e seu impacto no IDH e seus léxicos podem ser observados como misturados no centro do gráfico da Figura 20. Esta etapa de análise do discurso direto nos permitiu reconhecer os campos discursivos presentes e os enfoques no universo de quatorze videoaulas com duração entre 7 a 15 minutos e num volume de texto de 40.000 palavras capturadas. Nos auxiliando no estudo e na interpretação dos conteúdos com base no referencial teórico e categorias analíticas adotadas. Nas seções a seguir, apresentamos as discussões e desdobramentos do estudo.

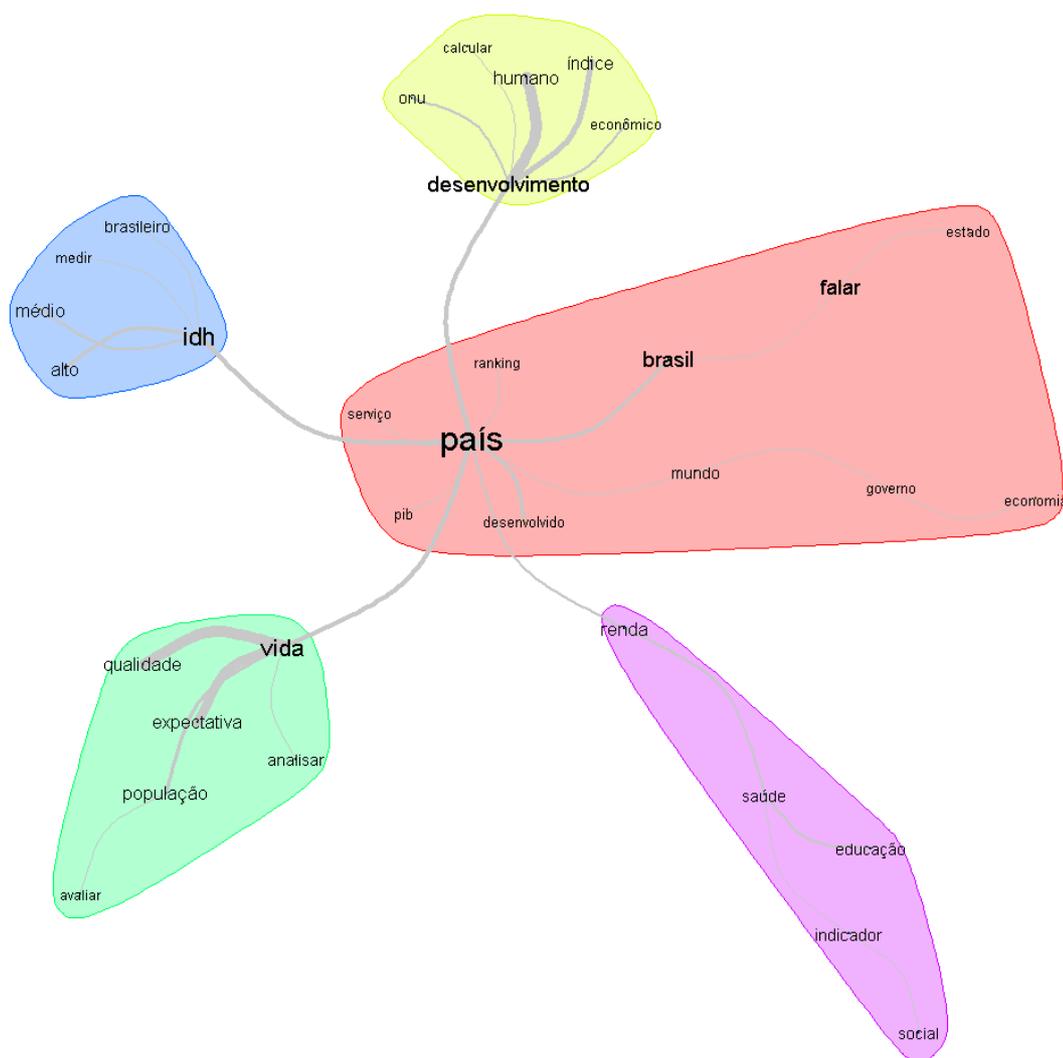
6.2 AUSÊNCIAS, PRESENCAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ESPAÇO

Quando analisamos as falas dos professores, evidenciamos que os sujeitos da representação (professores, estudantes e sociedade) não são postos em condições de se apropriar do IDH para fins de ação e transformação da realidade. O IDH é apresentado como uma representação e produto de pesquisas e do trabalho da ONU. Esta lógica está imbuída de uma dimensão política, a qual define simbolicamente responsabilidades de transformação sobre os resultados dos desempenhos econômicos, sociais e das condições de qualidade de vida aos governos. Retirando das pessoas e da sociedade a potência de ação. Contingenciando historicamente a construção de transformações. Fato, que expressa a força de uma ideologia a qual buscamos compreender melhor os seus mecanismos através da análise da política do signo do IDH enquanto um objeto técnico operado no espaço social de aulas de Geografia.

Os enunciados se focam nas explicações pragmáticas e causais dos resultados dos indicadores sociais e das posições dos países no ranking do IDH. Tal fato, demonstra efeitos da ideologia distorcendo representações e (re)significando conteúdos, ao se deixar em ausência processos históricos e as complexidades como a importância do

IDH para o desenho de políticas sociais no Brasil e para a distribuição de recursos no território. O processo de agenciamento simbólico do espaço social observado no caso das aulas sobre o IDH, nos ajuda também, a compreender as lógicas da produção simbólica do espaço a partir dos indicadores sociais. Revelando mecanismos aparentemente ausentes nas falas dos professores mas, que são presenças caracterizadas como linhas de força de um dispositivo que em sua apropriação modifica significados da realidade e da imaginação geográfica.

Figura 22. Grafo de Similitude das Aulas de Geografia sobre o IDH



Fonte: elaboração própria utilizando Iramuteq Alpha 2

Podemos identificar no grafo da Figura 22 a seguir, o país como objeto e núcleo central das representações trabalhadas nas aulas. Este grafo nos ajuda a identificar a estrutura do léxico e das representações ao nos mostrar graficamente uma matriz de relação entre signos. Por exemplo, podemos observar a relação de proximidades entre as palavras, evidenciando subcategorias que nos permitem buscar nas falas os campos de significação dos conteúdos e os significados.

Evidenciamos que junto ao núcleo central das representações, aparecem as palavras serviço e mundo, e o signo governo está próximo a economia. Estas relações de proximidade entre signos nos permitem reconhecer nos *corpus* textual analisado dois campos discursivos periféricos ao núcleo central, um que se refere desenvolvimento humano e o outro a qualidade de vida. Como também, se faz presença uma relação de proximidade entre os verbos calcular e entender com governo, economia e posição do país no ranking. Expressando sentidos da ação.

Nas aulas sobre o IDH analisadas a dimensão renda, educação e saúde ganham presença nas falas dos professores de Geografia como constatações de uma realidade geográfica. Contudo, o debate histórico sobre qualidade de vida fica em ausência. Este mecanismo discursivo vincula a ancoragem de significados ao IDH a uma lógica de comparabilidade por marcação de posições em uma escala linear de 0 a 1.

O IDH é operado como um “espaço de representação” (LEFEBVRE, 2013), no qual a inscrição do significado de qualidade de vida é ancorada, como expressão de uma equação expressa pela relação entre renda, educação e saúde. Desta forma, anula-se o conceito de desenvolvimento humano e os valores por ele invocado.

É possível reconhecer nas falas, a força de sentido do IDH como um indicador da ONU pela frequência da citação dessa relação e sua função como instrumento de pesquisa e diagnóstico das diferenças sociais e geográficas presentes nos discursos. Foi possível reconhecer o uso e a apropriação do IDH como um marcador geográfico de um espaço de representações apropriado para classificações e regionalizações do imaginário geográfico do país em relação ao mundo, contextualizado por questões geopolíticas do desenvolvimento, pela divisão internacional do trabalho e por diferenças

entre os lugares e culturas. Como também, podemos evidenciar nas falas, a histórica contraposição entre PIB e IDH, onde o IDH é utilizado para deslegitimar a representabilidade de desigualdades representadas pelo PIB.

No núcleo das representações sociais sobre o espaço geográfico observamos que se destaca às relações entre ranking com o signo IDH e o país como elementos centrais (Figura 22). Ou seja, podemos observar no núcleo da representação social do espaço, uma matriz de significação que se configura como um circuito para ação que constitui um espaço de representação. Neste sentido, na linguagem espacial observada o IDH é operado como um actante espacial, agenciando sentidos e significados a partir de sua relação de sentido com a ONU. Sendo que, é a partir dessa relação com a ONU que o IDH é enunciado como um diagnóstico e medida da desigualdade social do país.

Na análise de similitude das falas dos professores, podemos observar relações fortes de proximidades entre qualidade de vida, conhecimento, os verbos dizer, avaliar, analisar relacionados a uma ideia de condição. Podemos compreender portanto, que a apropriação do IDH pelos professores enquanto um objeto técnico utilizado para tornar dizível características e condições do social, acabam por construir uma imaginação geográfica em relação ao país e o mundo que é distinta do significado conceitual e científico do indicador.

A posição de um IDH médio também é fortemente marcada, localizando o país com uma posição intermediária do ranking do desenvolvimento. Notamos que há uma associação de sentido entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano em que o significado de desenvolvimento é subordinado ao econômico e a uma métrica geopolítica do desenvolvimento. Esta relação é expressa no uso do exemplo da divisão geopolítica do mundo entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos com a posição no ranking do IDH feito pelos professores.

Na Figura 22 buscamos apresentar às relações que permite-nos identificar a produção de espaços de representação e representações sociais do desenvolvimento humano no espaço geográfico dos países a partir da apropriação do IDH no cotidiano. Observamos que nas aulas de Geografia estudadas o IDH é representado como um

indicador de qualidade de vida e como um dispositivo de conhecimento das desigualdades sociais.

Notamos que o IDH é apropriado como um actante espacial em uma linguagem que agência um imaginário geográfico e representações sociais do espaço geográfico por uma lógica que transforma sentidos e significados originais da Teoria da Escolha Social (TES). Inscrevendo sentidos e significados para as relações entre países e lugares no mundo como um processo competitivo entre territórios em um jogo de posições que variam ao longo do tempo a cada nova avaliação. O significado construído em torno da representação de desenvolvimento humano observado pela ancoragem e objetivação do IDH nas aulas estudadas, se remete a uma medida de qualidade de vida. Nas aulas não são feitas referências ao conceito de desenvolvimento humano como vem sendo discutido junto a ONU ou as Ciências Humanas, o conceito não se faz presente. Mas, se significa o desenvolvimento humano como sinônimo qualidade de vida. Interessante notar é que via essa relação com a qualidade de vida que o IDH é presente nas diretrizes curriculares para o Ensino Médio no Brasil.

Nas aulas estudadas o IDH é representado como um indicador social, uma medida e um dado referente a realidade social e a uma metáfora de geografia do mundo. Conhecimento, mapas, governo, cidadania e a política aparece como dimensões mais periféricas. O uso do IDH como um instrumento para pressão social por melhor qualidade de vida não são questões ou elementos presentes. A realidade é apresentada no que lhe concerne como produto da ação de governos na economia.

Compreendemos que estamos diante de um processo de construção de conhecimento e do imaginário geográfico onde ocorre uma naturalização e reificação do indicador por um processo de ancoragem o qual deixa de inscrever um significado político para a ação das pessoas numa construção social do espaço, da democracia e das condições de reconhecimento da potência política de cada pessoa e grupo. Logo, é ausente a consideração da possibilidade do protagonismo social nas transformações da realidade e da construção dos indicadores sociais. O ritmo observado nas projeções espaciais é o do movimento de posições no ranking, o tempo e variabilidade da ação

acabam por se centrar na escala de posições. O que esvazia a potencia política do indicados no cotidiano.

Na linguagem espacial observada os nexos entre o conceito de desenvolvimento humano, os valores e projetos envolvidos, os mapas gerados, às tabelas e o número do indicador, permitem identificar a presença de campos de significação, que se conectam pelo objeto da representação, neste caso, o país. Os mapas territoriais e às tabelas no que lhe concerne, fazem os nexos entre o número e a posição em um ranking para a marcação do desempenho do país em relação aos outros países. De maneira, que as representações sociais do espaço ficam com um núcleo em torno de signos como país, a qualidade de vida, o desenvolvimento e o IDH ganha força icônica do imaginário geográfico construído.

A partir de relações entre ideias de qualidade de vida, medida, classificação, índice, número, posição e ranking também, podemos , uma desconexão da produção de sentido entre as relações causais com o desenvolvimento humano que poderiam remeter a uma reflexão política a partir do cotidiano e da democratização, aos direitos e a cidadania. O que denota um “espaço de representações” (LEFEBVRE, 1986) sendo construído por ancoragens relacionadas ao sistema de valores da “cultura do desempenho” (LYOTARD, 2003) objetivando distorções. Nesse sentido, essas distorções são ideologias nas representações sociais do espaço. Este mecanismo vai criando sentido na objetivação das representações do espaço para o país e para o mundo, significando o espaço a partir de um imaginário geográfico agenciado pelo indicador social.

Este processo, nos parece se tratar de um processo de construção social da realidade no qual fabricamos o que compreendemos nesta pesquisa como “psicoesfera” do espaço geográfico (SANTOS, 1996). Na horizontalidade de ações que territorializam o IDH no cotidiano, observamos a construção de um conhecimento geográfico a partir de relações entre estatística, espaço e território.

No movimento de recontextualização, na horizontalidade da ação via os diferentes usos e apropriações do IDH, observamos a relevância das representações sociais do espaço para entendermos os mecanismos de produção dos espaços de representação relacionados a territorialização dos indicadores sociais.

Tais representações sociais do espaço com suas ancoragens e objetivações enquanto formas de conhecimento geográfico e naturalização de ideologias, estão diretamente relacionadas às práticas cotidianas que permitem compreender a lógica geográfica do uso e apropriação social do IDH” e sua influência nas práticas espaciais e nas performances políticas da cidadania. Esta influência demonstra-se estar vinculada a uma dimensão cultural e relacionada a construção de uma “imaginação geográfica (HARVEY, 1986), cujo os mecanismos podem ser compreendidos pela observação da linguagem espacial e da construção das representações sociais do espaço feitos pelo uso e apropriação do indicador social estudado.

Podemos também, observar como efeitos da “performatividade” (BALL, 2005), da “cultura do desempenho” (LYOTARD, 2003) e do neoliberalismo enquanto um regime de poder. Observamos uma frequente comparabilidade feita por polarização entre desempenhos e medidas, ou seja, se faz comparações entre os territórios das melhores posições e os de piores posições no ranking gerando um imaginário geográfico normalizado por marcas de desempenho. Marcando os melhores e os piores desempenhos dos territórios sem fazer explicações ou críticas dos processos históricos e geográficos produtores das desigualdades. Se deixa de questionar o como e nem o porquê do *status quo*. Há a ausência da busca de pensar e de se discutir o que está sendo feito para mudar ou para preservar tal estado das coisas.

Evidenciamos uma lógica de construção simbólica do espaço, onde a norma estatística gera uma norma espacial inscrevendo uma racionalidade que captura a diferença e padroniza a totalidade a partir dos desempenhos mais alto e mais baixo. Observamos via esta lógica e razão, a construção de um espaço de representações no qual se diferencia do espaço de representação original, pela construção do significado geográfico distinto do conceito de representação do indicador social. O IDH quando utilizado para representar a qualidade de vida nas aulas de Geografia analisadas, passa a representar o espaço por marcações das posições dos territórios no ranking estatístico para uma imaginação de onde seria melhor ou pior viver. Essa razão de comparabilidade acaba por territorializar um *ethos* performativo típico da cultura da performatividade na ancoragem de significados espaciais, inscrevendo uma distorção, uma ideologia no espaço de representação via as representações sociais do espaço.

6.3 REFLEXÕES SOBRE OS USOS E APROPRIAÇÕES DO IDH NAS AULAS DE GEOGRAFIA

As videoaulas analisadas também, podem ser consideradas como objetos técnicos a semelhança do próprio IDH, sendo elementos que configuram a psicosfera do espaço geográfico produzida pela tecnoesfera sobre o desenvolvimento humano. Ambos, indicador e aula, ao serem articulados enquanto objetos técnicos de ensino acabam por configurarem um circuito técnico da territorialização do indicador social no cotidiano. Às inter-relações observadas no espaço social gerado pelas videoaulas, permitem reconhecer relações de ausências e presenças de forças sociais que atuam simbolicamente na construção dos sentidos e significados do imaginário geográfico, direcionando ancoragens e objetivações nas representações sociais do espaço.

Observamos que ocorrem processos de produção simbólica do espaço de extrema relevância para entendermos a produção do espaço e da cidadania na contemporaneidade. Ao considerarmos a “semântica da informação” e a “legitimação” das informações estatísticas (RODRIGUES, 2010), tomamos o âmbito da importância do papel da “psicosfera” do espaço geográfico (SANTOS, 2002) para entendimento dos conhecimentos geográficos, das práticas de representação e das práticas espaciais relacionados ao IDH enquanto “objeto técnico” (SANTOS, 1996; MILLÈO, 2005). Reconhecemos nas aulas de Geografia um exemplo cotidiano do fato, no qual o IDH é ancorado em representações que o tem como núcleo central de significação, um sistema de mediações as quais possibilitam sua territorialização e a da ação política que o produz, todavia territorialização é vinculada à ideologia hegemônica da “cultura do desempenho” (LYOTARD, 2003).

Esta lógica tem por efeito dar a função ao indicador social de “actante espacial” (DI MEO; BULEON, 2005), ao agenciar as aulas de Geografia e os imaginários geográficos. Tal lógica política do fluxo da ação, atua em múltiplas escalas e adentra no cotidiano via uma relação entre verticalidade e horizontalidade da ação no território, encontrando na configuração de actantes o meio técnico para sua territorialização. Gerando uma imaginação geográfica, técnica e informacional.

As considerações de Lindón (2008) revisa as recentes transformações epistemológicas e as tradições de pesquisa em Geografia. Em sua discussão, cita Di Meo e Buleon (2005) que trabalham em suas pesquisas a ideia de ator como não sendo uma pessoa, em geral, mas uma pessoa que age, considerando que os significados são sempre significativos para a ação. O estudo dos significados, consideram a relação com os lugares e às práticas que as pessoas implantam em cada espaço social. Essa perspectiva nos aponta que o significado é uma construção que une o espaço social com as práticas realizadas nele, fazendo nexos com o ator e agente que produzem o significado da ação. Para Di Meo e Buleon (2005) é relevante a ação em movimento e os significados pois, a isso acrescenta-se, as formas espaciais geradas por essas ações para compreendermos o espaço geográfico. Nessa linha de abordagem é adotado também, o conceito de actante para enfatizar o agir e a ambivalência, o hibridismo e a imanência da ação de entes como instituições e objetos técnicos.

De modo, a influenciar não somente a produção de políticas via a produção de representações sociais do espaço e de cartografias do desenvolvimento humano inscritas por meio de marcos legais nas políticas sociais do país. Mas também, influência às práticas cotidianas, as ideologias e as práticas pedagógicas de professores, por gerar representações sociais do espaço, da cidade, do país e do mundo em relação às desigualdades entre as nações e lugares. Influenciando o conhecimento geográfico cotidiano e as percepções de espaço mundo. Uma vez que se vincula a produção simbólica do espaço e da realidade ao inscrever a performatividade política e econômica nas representações sociais do espaço geográfico. De modo, a direcionar às práticas espaciais da *práxis* através da produção e territorialização de um espaço de representações junto as representações sociais do espaço, configurando então uma psicoesfera do espaço geográfico via circuitos de mediação formados por sistemas de objetos técnicos articulados.

Ao observar o uso e a apropriação do IDH em vídeo aulas de Geografia, podemos que neste tipo de espaço social composto pela relação professor e estudantes, o uso e a apropriação social dos indicadores sociais, ocorre por relações de construção de conhecimentos, de ideologias e da “imaginação geográfica” (HARVEY, 1980). O

indicador atua como um actante espacial agenciando o espaço social ao territorializar um fluxo de mediações e representações para inscrever valores para o espaço e sentidos e significados geográficos.

A imaginação geográfica não é fruto apenas das aulas de Geografia. Escrevendo em 1947, o renomado geógrafo John K. Wright já constata que, para além de um “núcleo” acadêmico produtor e difusor de informações sobre o espaço, a Geografia teria uma “uma zona periférica muito mais vasta”, em “livros de viagens, em revistas e jornais, em muitas páginas de ficção e poesia e em muitas telas” (WRIGHT apud NOVAES, 2010).(GRIMBERG; DORFMAN, 2016 p. 271)

Ao observar o espaço social das videoaulas de Geografia buscamos as inter-relações entre os diferentes lugares de enunciação que se atravessam na territorialização do IDH no espaço banal da vida cotidiana. Este processo e fato social, nos ajuda a buscar compreender melhor como grupos sociais se relacionam com os indicadores sociais e como usam e se apropriam destes objetos técnicos. Pois, eles são utilizados não somente para gerar representações do espaço, mas para recriar o próprio conceito representado pelo indicador em seus números e mapas através de representações sociais do espaço em suas ancoragens e objetivações.

6.4 PSICOESFERA, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ESPAÇO E O COTIDIANO EM VÍDEO AULAS DE GEOGRAFIA SOBRE O IDH

A psicoesfera é apresentada na teoria geográfica de Santos (2002) como um sistema de mediação produzida pela “tecnoesfera” para a construção e configuração dos sistemas de mediações no território que possibilita o fluxo de ações, objetos e construção de fixos no espaço geográfico. De tal modo, que essa relação é fundamental para compreendermos os mecanismos de transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional na dimensão do cotidiano. Por isto utilizamos como teoria de apoio a Teoria das Representações Sociais. No caso, das videoaulas de Geografia sobre o IDH, podemos observar a presença de um sistema de mediações que tem como objeto técnico central o indicador, o qual assume função de actante espacial⁸

⁸Carvalho e Costa (2013; 2014; 2016) analisam o indicador educacional do Programme for International Student Assessment - PISA da OCDE apontando a actância do indicador junto a narrativas e imaginários sobre a qualidade da Educação e seu vínculo a valores de mercado sobre o social. Às pesquisas revelam que o uso político do “actante transnacional dá-lhes a possibilidade de legitimar

ao agenciar nexos de sentido e significado para a construção de uma “imaginação geográfica” (HARVEY, 1980). Tal imaginação geográfica é tomada para fins de análise das aulas como “representações sociais do espaço” (BONFIM, 2012)

Os mecanismos destes processos de construção de imaginários podem ser observados pela presença da marcação espacial, da classificação e da regionalização simbólica do espaço geográfico por posições relativas ao escore no indicador. O que indica a função do indicador de operador espacial de imaginários de avaliação territorial e das desigualdades e diferença entre lugares a partir de medidas construídas para comparação territorial.

O uso e a apropriação do IDH nas aulas de Geografia quando estudadas pela dimensão da produção de um “espaço de representação” (LEFEBVRE, 2013), revelou um sistema de mediação que tem no IDH um actante espacial central que agênciia os significados e sentidos geográficos, e também, atuando no âmbito da construção da cidadania, inscrevendo nos processos de produção de representações sociais do espaço as ancoragens e objetivações que caracterizam uma ideologia hegemônica que posiciona simbolicamente as pessoas, no caso o estudante e o professor, por táticas de contingenciamento de suas potências políticas.

Este processo ideológico promovido na objetivação e na ancoragem coloca em ausência o conceito de desenvolvimento humano e de liberdade nas falas dos professores. De maneira, que a Teoria da Escolha Social (TES), seus valores, argumentos e fins, a qual o indicador representa fica em ausência. E, uma noção de qualidade de vida substitui o conceito de desenvolvimento humano. Este jogo de linguagem típico da construção das representações sociais, presente nas falas dos professores e nos seus recursos didáticos como mapas e gráficos utilizados, demonstra uma ancoragem que leva para ausência o conceito de desenvolvimento humano e faz presença uma noção de qualidade de vida atrelada a dimensão renda e a capacidade financeira para acessar serviços de uma esfera de mercado retirando a responsabilidade do Estado sobre as condições de vida e a colando unidimensionalmente sobre governo da economia.

problemas e soluções políticas com a benção de um conhecimento especializado, agido e percebido como “independente”. Os autores desenvolvem suas análises explicando como o PISA é utilizado como agente e ator de uma sofisticada forma de governança transnacional da educação.

No que lhe concerne, a objetivação se refere a um processo pelo qual são “materializadas” as ideias e os conceitos (XAVIER, 2002 p. 25). Para entender essas relações nas falas dos professores, tomamos as distintas lógicas políticas que mudam o processo de significação do IDH nas aulas de Geografia. Nos interessou esmiuçar os vínculos da ideologia com a “imaginação geográfica” e com a cidadania na dimensão do cotidiano (HARVEY, 1980). A ancoragem observada pode ser descrita como uma ancoragem per formativa que apresenta o indicador de forma reificada e cuja objetivação se orienta a uma geografia da qualidade de vida e a uma imagem espacial simbólica do desempenho e da competição entre territórios, classificada e marcada por posições em um ranking.

Neste processo o ranking ganha a primazia de dispositivo de representação na psicoesfera, pois ele permite os nexos entre a validação da realidade observada, as narrativas que naturalizam as desigualdades e as descontextualizam de processos históricos complexos, dos sistemas de valores contra-hegemônicos aos atores da globalização. Ao mesmo tempo, que nas aulas, o IDH pode ser observado como um actante espacial de mediação, que atua como um dispositivo de representação e objeto técnico de agenciamento de subjetividades. O ranking captura os imaginários, objetivando e ancorando significados espaciais e um sistema de valor de uma hegemonia cultural. Que demarca posições simbólicas entre lugares e a ordem política e econômica do mundo, típicos da ideologia da globalização.

Identificamos que os processos de uso e apropriação do IDH ocorrem na dimensão da produção do espaço geográfico que Milton Santos (2002) chamou em sua teoria geográfica de “psicoesfera” (SANTOS, 1996). E, que a psicoesfera pode ser compreendida é um campo simbólico dinâmico que além de representar o espírito do tempo atual, é um sistema de mediação configurado para a ação pela seleção de informações pelos atores sociais quando precisam agir a partir dela, seja para lecionar uma aula, avaliar uma política pública, analisar desigualdades territoriais ou considerar uma representação de totalidade geográfica. No nosso caso de análise, essa necessidade se dá pela demanda pedagógica dos professores.

Para Santos (1996) a psicoesfera se referia aos sistemas de mediações necessários para o fluxo da ação no território via os sistemas de fluxos e sistemas de fixos. A psicoesfera é diretamente relacionada a tecnoesfera dos territórios, aos modos de normatização, normalização, ao governo e a cultura. Compreendemos que também se trata de uma das principais componentes dos processos de construção da realidade social. Logo, se refere também, aos nexos com as dimensões da tecno burocracia e da planificação do espaço para fins de ordenamento territorial. Todavia, é no espaço banal que vai ganhando sua legitimidade e são constituídos os sentidos de realidade.

Nas aulas de Geografia analisadas observamos um sistema de mediação que permite processos de ancoragem e objetivação nas representações sociais do espaço. Envolvendo mecanismos de produção de significado e de conhecimento tem como núcleo o IDH enquanto número e medida de comparação, o utilizando como um espaço de representação dotado de significado e valores.

Além do número, da medida, o IDH tem seu significado construído por relatórios técnicos, por mapas gerados, por rankings, por discursos e pelas próprias aulas. Toda essa gama de mediações articuladas, configuram um circuito para a ação ou e para seu contingenciamento. Logo, se configuram como um sistema de mediação e agenciamento do espaço social. Por exemplo, a partir das referências simbólicas utilizadas pelos professores para explicar o que é o IDH, a relação de sentido com a ONU, é o que estabelece os espaços de representações para configurar a ordem da imagem geográfica que representa os países em suas posições no mundo demarcando também, a nossa posição nesta ordem do mundo.

6.5 LINGUAGEM ESPACIAL E TECNOLOGIAS DE POLÍTICAS

Na análises feitas nestas secções buscamos trazer a discussão como o IDH enquanto objeto técnico está relacionado a uma racionalidade que inscreve no indicador uma função de tecnologia de políticas. Na linguagem espacial observada o espaço de representações vai sendo construído pela construção do significado que é dada pela comparabilidade espacial. Esta lógica de representação do espaço é associada às marcações das performances dos territórios, sendo presente um *ethos* performativo que

atua na ancoragem, inscrevendo uma ideologia típica da cultura do desempenho nas representações sociais do espaço via mecanismos caracterizados por objetivações de qualidade de vida e valores de mercado.

Estes mecanismos são análogos aos estudados e descritos por Ball (2004; 2010) para o contexto produção de políticas de avaliação educacional em larga escala promovidas pela atual onda de reformas educacionais. O que nos permite colocar para problematização, a relevância dos processos de fabricação de uma sociedade performativa, sob a égide do culto ao alto desempenho e do rendimento máximo. De modo, que apontamos considerar as representações sociais do espaço, os espaços de representações e a psicoesfera como elementos para compreensão das relações entre indicadores sociais e a Geografia e os movimentos de transformação da *praxis*. Com especial atenção a questão da desigualdades sociais e da polarização social entre classes.

Este estudo coloca a ancoragem e a objetivação nas representações sociais do espaço no uso e da apropriação do IDH como um exemplo de lógicas políticas e culturais de um fenômeno que engendra mecanismos da construção da realidade social e do conhecimento geográfico. Envolve além da reificação das desigualdades sociais e do conceito de desenvolvimento humano pela medida, reconhecer a existência de uma alquimia de significados que vão construindo o imaginário geográfico com diferentes regionalizações, classificações e comparações espaciais inscritas em sistema de valores. Fato que territorializa no cotidiano distintas éticas sociais.

Logo, não são fenômenos meramente simbólicos, mas envolve a produção de representações geográficas, éticas e políticas do mundo, que configuram os circuitos da ação no espaço geográfico. Observando a “linguagem espacial” (SCHMID, 2012) podemos identificar o espaço de representações construído, para a força e a direção ideológica da “cultura da performatividade” na territorialização do IDH junto a professores de Geografia e compreender que o espaço de representação produzido vai sendo engendrado aos sistemas de mediação que compõe a “psicoesfera” (SANTOS, 1996), pela qual opera o programa político que produz o IDH e que territorializa no espaço geográfico sua ação. A psicoesfera é o *locus* das mediações dos sistemas de ações e sistemas de objetos que estruturam o espaço geográfico.

Como ausências na construção de um conhecimento geográfico nas aulas de Geografia analisadas, está a dimensão do protagonismo da escala local. O espaço de representação gerado se remete a uma ordem espacial e política distante e não traz para a escala local e para os lugares do vivido os desdobramentos das práticas e das ações políticas que existem atualmente no Brasil em torno de discussões sobre o desenvolvimento humano, a exemplo do IDHM produzido pelo IPEA e sua apropriação no ciclo de produção de políticas públicas no país.

Um dos pontos de fechamento da linguagem espacial analisada, parece-nos ser o fato dela se objetivar num significado de qualidade de vida esvaziado de seu significado histórico e tal não é articulado nas ideias de construção social das condições de vida em cada lugar, mas a graus de desenvolvimento e força econômica dos territórios. Sujeitando o espaço de representação a uma ordem e *status quo* estrutural, fora do alcance da ação política dos sujeitos e atores desse imaginário geográfico. O uso e a apropriação do IDH observada, faz uma reificação performativa do desenvolvimento humano o ancorando e objetivando como qualidade de vida submetida a uma dimensão econômica de uma sociedade de serviços e medida pela renda, riqueza e poder econômico dos governos.

6.6 DISCUSSÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo apresentou uma análise da apropriação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em aulas de Geografia por meio da observação da linguagem espacial utilizada pelos professores em vídeo aulas publicadas na internet. As discussões apresentadas apontam uma importante dimensão política e ideológica a ser melhor compreendida em relação à Geografia e os indicadores sociais que se remete a dimensão do uso, da apropriação social e da construção de imaginários geográficos. Nossas observações iniciais apontaram que o IDH e os indicadores sociais estão inscritos no currículo escolar através dos PCN e sendo presença das diretrizes para matemática e ciências da natureza relacionado as desigualdades em saúde e a qualidade de vida. E, ausentes nas diretrizes das ciências humanas e sociais aplicadas.

Observamos processos de ancoragem e objetivação do IDH que se remete a mecanismos de construção simbólica do espaço, relacionados a produção de uma

“psicoesfera” (SANTOS, 2002), a “representações sociais do espaço” (BONFIN, 2012) e a “espaços de representações” (LEFEBVRE, 2013) relevantes de serem considerados nos processos de construção do conhecimento geográfico e das práticas pedagógicas em Geografia. A discussão levantada neste capítulo é que além de melhor problematizar a questão da alquimia do significado no movimento de recontextualização de conceitos e na apropriação de indicadores sociais. Está a dimensão ideológica e a ética política, pois ambas dimensões se mostram ser elementos os quais nos permitem melhor avaliar e compreender os processos de apropriação cotidiana dos indicadores sociais.

Portanto, neste capítulo buscamos trazer uma contribuição metodológica e técnica em relação a abordagem, por adotarmos vídeo aulas como dados, capturando suas legendas e realizando uma leitura e análise direta do discurso para então realizar uma análise dos processos de produção de representações sociais do espaço. Quando analisamos as representações podemos compreender melhor a importância de estudarmos diferentes atores, espaços sociais e processos de agenciamento; No caso estudado, as aulas de Geografia revelaram mecanismos presentes nos processos de apropriação social cotidiana dos indicadores sociais os quais são de grande relevância para pensarmos a dimensão da apropriação tecnológica quando se trata de dispositivos que territorializam imaginações geográficas. ideologias e também éticas políticas no dia a dia.

7. DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo é formado não apenas pelo que já existe,
mas pelo que pode efetivamente existir.

Milton Santos

7.1 TECNOLOGIAS DE POLÍTICAS E TECNOLOGIAS POLÍTICAS

O estudo sobre o processo histórico de relações entre a Geografia e indicadores sociais, permite identificarmos a coexistência de três paradigmas distintos, um histórico, relacionado a influência na produção de políticas sociais, um comparativo que se refere as linhas de programas e ações voltadas a regulação e ordenamento territorial e um emergente que se vincula e interage com movimentos de problematização das relações de poder e da representação. Nesta pesquisa compreendemos que a produção de estatísticas e indicadores sociais geram um domínio de técnicas específicas que tem impactos no social os quais não se limitam a força dos números junto a tomada de decisões de gestores públicos. Evidenciamos casos nos quais os indicadores sociais são objetos técnicos centrais de dois tipos de tecnologias distintas e coexistentes em ambivalência.

Observamos usos e apropriações de indicadores em tecnologias de políticas quando utilizados por exemplo para a gestão de um programa de política pública ou para incentivar a produção de políticas. Observamos também, usos e apropriações como tecnologias políticas como a exemplo de quando um indicador é operado pela como dispositivo de “performatividade” e agenciamento cultural (BALL, 2005; 2006)

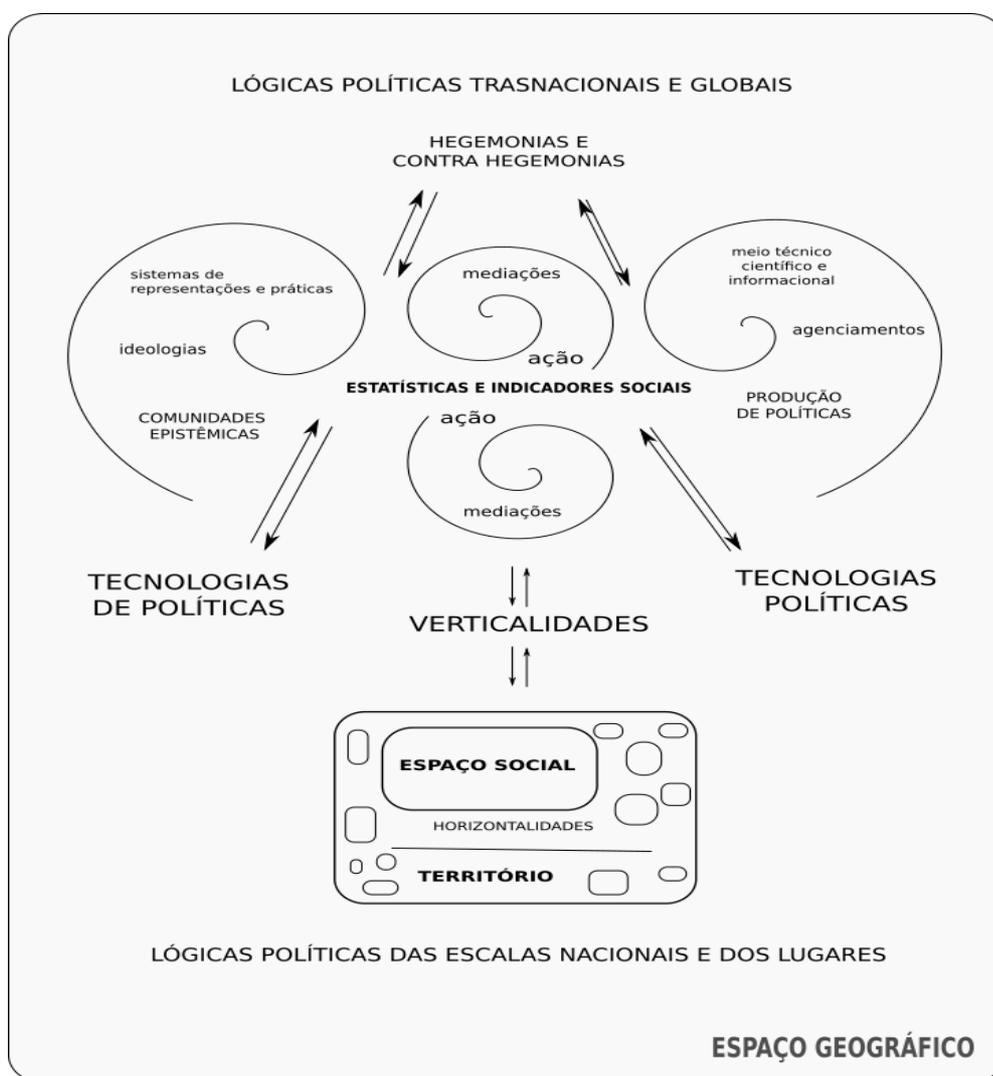
ou como um dispositivo de ordenamento territorial de desempenhos individuais e coletivos.

Com o estudo do tema das estatísticas e indicadores sociais com os casos de análises escolhidos para pesquisa (IBEU, IDEB, IDH/IDHM), compreendemos que os objetos técnicos investigados estão sendo produzidos, utilizados e apropriados como actantes espaciais, com o objetivo de orientar a construção e o desenho de políticas públicas voltadas a atender as demandas sociais. E, como tecnologias políticas estes objetos são produzidos, utilizados e apropriados como actantes territoriais que geram agenciamentos no território via a projeção da ação política por verticalidade na horizontalidade dos espaços sociais. Este movimento foi observado como uma expressão do processo de construção social de uma psicosfera do espaço geográfico. Neste processo, revela-se uma complexa lógica cultural e política do espaço que têm matrizes de significação e políticas do signo diretamente relacionadas aos mecanismos da (re)produção da hegemonia cultural em sua complexidade de lógicas contra-hegemônicas e hegemônicas da produção social do espaço.

Portanto, a relação entre as estatísticas e indicadores sociais manifesta-se como fenômeno de universalização do governo das necessidades e das demandas pelo Estado-nação. Neste movimento, compreendemos que se configuram diferentes modelos de práticas de governos das necessidades e das demandas. Pois, quando analisamos a produção, os usos e as apropriações dos indicadores sociais, observamos que ocorrem diferentes usos e apropriações, distintos de projeção da ação política no território, manifestando-se diferentes *ethos*, ideologias e éticas. Nesses processos a razão instrumental da política do espaço analisada, produz o *humano estatístico*, pelo dispositivo e categoria população. Esta racionalidade instrumental que utiliza a relação entre estoque de recurso e necessidade de consumo apresenta-se como diferentes racionalidades de uso da força e de mobilização do poder no espaço, para combinar teoria social e teorias da gestão pública para ordenamento territorial na contemporaneidade. Sendo que diferenças entre racionalidades foram observadas em cada um dos casos estudados.

O esquema conceitual na Figura 23 a seguir apresenta uma perspectiva geográfica do fenômeno técnico da produção de estatísticas e indicadores sociais que buscamos conceber como expressão de síntese. Na nossa interpretação é importante considerarmos a universalização técnica do governo das necessidades e das demandas, para podermos avaliar criticamente cada projeto de produção de informações e indicadores sociais.

Figura 23. Universalização Técnica do Governo das Necessidades e Demandas Sociais



Fonte: adaptações e elaboração própria

Nossos estudos apontam no sentido de confirmar a hipótese de que a atual produção de indicadores sociais está diretamente relacionada à transformação do espaço social e do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional. Corroborando com a tese central da teoria geográfica de Milton Santos (1985; 1996).

Compreendemos nesta pesquisa que a atual racionalidade e artificialidade da produção dos indicadores sociais os transformam em objetos centrais e dispositivos de tecnologias políticas e em tecnologias de políticas de governo das demandas usadas para fins de ordenamento territorial, gerando nexos entre realidade e projeção da ação no espaço e no tempo. Por isto, é relevante compreender a quais paradigmas cada indicador é atrelado e a quais ideologias e éticas políticas ele tende a territorializar no espaço social e geográfico. Pois os indicadores sociais são geradores de futuro e dispositivos de modelagem dos espaços sociais e dos territórios ao territorializarem também sistemas de valores, espaços de representações ancorados e objetivados em representações sociais do espaço. Está lógica observada no processo de construção da psicosfera do espaço geográfico observado, nos permitiu analisar e melhor compreender a relação entre ideologias, enquanto distorções da realidade e as representações sociais enquanto potências de práticas espaciais no *devir* da *práxis*.

O estudo dos casos do IDEB, IBEU, do IDH e do IDHM nos permitem reconhecer os jogos entre forças sociais e influências, evidenciando o papel de comunidades epistêmicas como agentes protagonistas, a presença de uma lógica de escala nacional a dos lugares atuando na reconfiguração de metodologias, técnicas e projetos de territorialização, evidenciando a relevância das controvérsias e projetos voltados a estabelecer hegemonias. Também, reconhecemos a importância e a influência das ideologias e éticas políticas que atuam diretamente nos sistemas de representação e nas matrizes de significação via uma política do signo.

Ao estudarmos os circuitos da ação projetada como ação política para o território a partir da produção de indicadores sociais compreendemos a relevância e a força da verticalidade da ação política ao se territorializar por horizontalidade via a regulação de espaços sociais e de agenciamentos de significados. A história e a geografia da produção dos números públicos é indissociável à evolução do Estado territorial

desde a Antiguidade e as formas pelas quais a humanidade usa o conhecimento que produz sobre si mesma.

Logo, observar essa lógica técnica nos possibilita observar um poder sobre si e sobre nós, é observar um processo de totalização em transformação no tempo e espaço em meio para a ação e manutenção dos territórios. A produção de indicadores sociais tornam as invisibilidades do humano vivo em visibilidades representáveis para a ação política. Por isso, cremos que não pode deixar de ser continuamente repensada.

Na produção histórica e geográfica de números públicos, a categoria população surge na modernidade como um indicador social original. É a categoria que permite a ação política de abstração do humano vivo para humano estatístico. O uso desta categoria vai balizar a construção de regimes de governamentalidades das atuais lógicas contemporâneas de existência, os regimes de poder e de reprodução dos Estados em seus modos de produção social e reprodução territorial.

7. 2 UM RECONHECIMENTO DAS ETAPAS TÉCNICAS E HISTÓRICAS DOS INDICADORES SOCIAIS E UM CONVITE PARA PENSARMOS SUBVERSÕES

A produção de objetos técnicos informacionais tem gerado formas de mediação entre controvérsias e tensão social decorrente das desigualdades de força entre capital, trabalho e governos. Se tornando uma área de criação da ação política e de sua potência espacial e temporal e de manifestação das lógicas políticas do conflito de classe no qual as classes trabalhadoras e grupos sociais minoritários pouco ainda participam na construção dos conceitos e dos sistemas de valores inscritos nas teorias que permitem a produção de indicadores sociais ou impactarem as políticas sociais e econômicas.

Os temas mais recorrentes no debate sobre os indicadores sociais ainda são os mesmos da fase de sua universalização técnica na década de 1970. Contudo, a discussão vem sendo renovada ao se problematizar as forças e as legitimidades da relação entre indicadores sociais e as agendas de desenvolvimento econômico e o modelo de economia o qual vindo sendo colocado aos Estados-nação como prerrogativa de um modelo de ordenamento territorial global para o espaço.

Diversas contribuições à literatura adotam uma abordagem geral dos problemas de indicadores sociais, tratando o assunto de um ponto de vista global, inclusivo (em contraste ao estudo de uma só área como saúde, ambiente, etc.). Esta abordagem se caracteriza por tratar do seguinte: **a)** utilidade de indicadores sociais; **b)** preocupação com objetivos sociais; **c)** identificação da área de preocupação social, para as quais indicadores sociais são necessários; **d)** problemas de conceituação e medida; **e)** usos de indicadores sociais e seus envoltivos normativos. Nota-se sempre a preocupação de desenvolver um modelo conceitual da sociedade e de sugerir os indicadores que possam descrever-lhe/ou medir-lhe o estado e condições. (HAMBURGER, 1976, p. 17).

Os marcos de uma abordagem geral ao tema dos indicadores sociais nas décadas de 1960 e 1970, permitem-nos compreender que o Movimento dos Indicadores Sociais e a universalização técnica dos indicadores sociais se caracterizam fundamentalmente pelo uso articulado de métodos estatísticos como estratégias simbólicas com a produção de indicadores de síntese ou índices junto as agendas sociais e ambientais. Fato que promoveu articulações com abordagens teóricas sobre as mudanças sociais inscrevendo determinados valores e técnicas nas práticas políticas dos Estados-nação que foram apropriadas como tecnologias políticas e como tecnologias de políticas de ordenamento territorial. Contudo, cabe ainda construirmos uma discussão sobre como é possível promover uma maior democratização e uma cidadania derradeira via a apropriação social destas tecnologias.

Mesmo observando atualmente como centrais questões elencadas na década de 1970 (HAMBURGER, 1976), é importante considerar a interpretação de Schrader (2002) sobre o Movimento dos Indicadores Sociais, que evidencia os indicadores sociais como estando ainda em contínua transformação. Por sua vez, a abordagem histórica de Santagada (2007) reconhece quatro fases distintas de atuação e transformação do MIS:

- 1) Década 1960 com a origem do conceito de indicadores sociais e do MIS;
- 2) Década de 1970 com a adesão acadêmica e institucional em múltiplas escalas;
- 3) Década de 1980 apropriação dos indicadores sociais pela OCDE, Banco Mundial e vínculos com a adoção de políticas conservadoras e contraditoriamente os indicadores são utilizados para embasar e fomentar ondas de reformas para políticas de bem estar nos EUA e Europa;

4) Década de 1990 ocorre um maior fortalecimento do MIS, apropriação dos indicadores sociais pela cultura de auditoria e de contabilidade social, se vinculando ao controle social e contraditoriamente a regulação territorial por atores hegemônicos da ordem internacional.

A partir desta abordagem, reconhecemos uma quinta fase, referente a tendência atual de implantação e promoção de observatórios sociais que passam a se constituir como elementos de configuração e articulação de comunidades epistêmicas, as potencializando em força e influência. Por adotarem linhas gerais de trabalho da agenda do Movimento dos Indicadores Sociais, memórias, técnicas, *ethos* e estratégias como a articulação para construção de agendas de pesquisas vinculadas a agenda de produção de políticas em articulação estratégica com agendas globais.

Os indicadores sociais analisados não se alinham a um paradigma emergente por suas características técnicas e de representação. Acreditamos que a partir da construção de indicadores sociais pelo viés do paradigma emergente, as experiências colaborativas de indicadores de desenvolvimento territorial por exemplo, tem potência para materializar novas formas de reconhecer e avaliar as necessidades para a criação de demandas. A participação popular e comunitária na produção de informações e conhecimento oficial e legítimo sobre o espaço e território vivido é um desafio crescente. Indo bem para além das *big* datas e dos limites dos Censos por mais que estes instrumentos sejam basilares e fundamentais. Porque trata de questionarmos o que Zizek (2015; 2018⁹) aborda como uma questão de construção social da realidade, questionando o mal estar e a crise do mito da democracia e as suas virtualidades.

O que os indicadores nos permitem inferir são dimensões da realidade de fato, quais são seus limites, riscos e distorções? Ou se trataria de um *virtual-real*? A partir destes questionamentos acreditamos ser relevante, tomar a dimensão *real-real*, enquanto esfera do vivido, do cotidiano, dos desejos e das necessidades como um ponto de partida para buscarmos contribuir com a produção, uso e apropriação dos indicadores sociais na atualidade.

9 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tTAZGQW1sNs>

7.3 A TESE, AS HIPÓTESES E A GUIZA DE ENTENDIMENTO

A presente pesquisa foi um trabalho cujo escopo buscou compreender os indicadores sociais a partir de uma epistemologia referenciada na teoria geográfica de Milton Santos (2006) em diálogo e aberta a outras formas de conhecimentos recontextualizados na Geografia. Analisamos a produção, os usos e as apropriações dos indicadores sociais, observando-os enquanto objetos técnicos e dispositivos de poder. Compreendemos que a partir do trabalho de produção de indicadores sociais que estamos produzindo psicoesfera do espaço geográfico as quais mediam transformações no ordenamento territorial influenciando os desenhos e a produção de políticas públicas. Por isto sua importância não se limita a orientação a tomadas de decisão de gestores públicos e a produção de um novo conhecimento por pesquisadores. Indo ao encontro da construção de meios de transformação social e atendimento das necessidades humanas.

Os estudos realizados evidenciaram que podemos considerar as estatísticas e os indicadores sociais atualmente como elementos centrais de *tecnologias políticas* de governo das necessidades e das demandas do social. Por mobilizar articuladamente o uso de teorias, informações, modelos de gestão pública, modelos de controle social, *ethos* e metodologias de ordenamento territorial voltadas a modificar sistemas de práticas, territorializando valores, práticas e condutas no espaço geográfico. Como também os evidenciamos como objetos técnicos e como *tecnologias de políticas* de ordenamento dos territórios ao serem utilizados como dispositivos balizadores da avaliação de programas e projetos. De maneira, que no nosso entendimento há uma grande necessidade de compreendermos melhor os indicadores sociais como tecnologias políticas e tecnologias de políticas as quais podem ser apropriadas pela Sociedade. Isto, nos parece abrir uma nova perspectiva de pesquisa, reflexão e ação política projetada para o (re)pensar o ordenamento territorial por outras epistemologias e paralaxes possíveis.

A interpretação que fazemos do fenômeno técnico da produção de indicadores sociais, compreende que os indicadores se tornaram elementos chaves da

transformação dos espaços sociais e do espaço geográfico, em meio técnico-científico informacional para a territorialização da ação política projetada no tempo. Estas lógicas políticas e geográficas no que lhe concernem, também exigem maiores pesquisas para aprofundamento de seus mecanismos estruturantes e principalmente sobre a dimensão da apropriação técnica e o uso político.

Portanto, cabe aqui reconhecer que os limites da pesquisa são muitos. O desenho metodológico buscou trazer uma abordagem híbrida que apresentasse os mecanismos da construção simbólica dos espaços envolvidos na produção, os usos e apropriação dos indicadores em diferentes dimensões. As observações e análises feitas confirmam as hipóteses de investigação construídas ao longo da pesquisa mostrando um pouco mais da importância dos indicadores sociais para a Geografia, os relacionando ao ordenamento territorial e a transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional.

O estudo da lógica técnica e política da construção simbólica do espaço geográfico e a análise das configurações dos circuitos da ação territorializada pela produção, uso e apropriação dos indicadores sociais permitiu validar as hipóteses de trabalho e trazer à discussão a questão da importância da apropriação tecnológica na escala local, na dimensão dos lugares e das práticas sociais. Foi possível verificar a produção, os usos e as apropriações dos indicadores sociais enquanto objetos técnicos produzidos e territorializados como tecnologias políticas e tecnologias de políticas que promovem transformação do espaço social e geográfico em meio técnico-científico informacional para fins de territorialização de agendas políticas e por consequência de regimes de poder. Possibilitando, assim, a projeção da ação no espaço-tempo.

Nos casos do IDEB, IBEU, IDH/IDHM podemos observar a operacionalidade espacial, agenciamento e actância territorial dos indicadores ocorrendo por sua mediação na construção simbólica do espaço geográfico que é materializada em uma psicosfera composta por sistemas de representações e espaços de representações. Compreendemos que a produção, uso e apropriação dos indicadores sociais geram, portanto, uma psicosfera configurada de espaços de representação que inscrevem

sentidos e significados nos objetos de representação para a ação política no território. Mediando inferência da ação política no espaço geográfico e na *praxe*.

Foi possível também compreender que os indicadores sociais são usados e apropriados por distintas hegemonias, ideologias e lógicas políticas que influenciam a transformação dos espaços sociais e geográficos por suas projeções espaciais e de desempenhos no território. Compreendemos que os sistemas de práticas de produção, de usos e de apropriações dos indicadores sociais geram discursos que materializam distintas narrativas e ações as quais fluem no espaço geográfico pela mediação de artefatos culturais, que configuram circuitos técnicos compostos por um sistema de objetos técnicos que articulam significados através de textos, relatórios, sites, vídeos, eventos, etc. Construindo uma psicoesfera do espaço geográfico por meio da atuação de comunidades epistêmicas com poder e força para influenciar a produção de políticas e projetar ação política no território. Notamos que o poder e a força destas comunidades epistêmicas também está diretamente relacionado à legitimidade do conhecimento geográfico que proferem em seus discursos materializados na psicoesfera do espaço geográfico.

Destacamos que os circuitos técnicos da ação mediada pelos indicadores sociais no espaço social inscrevem nos indicadores a propriedade técnica de actância espacial e territorial, dando a estes uma função híbrida e artificial de agentes de significação do espaço e de agenciamento. Constatamos que a actância espacial e territorial dos indicadores sociais transforma simbolicamente a realidade por ancoragens e objetivações em um imaginário geográfico, construído pelo fluxo do poder de significação do social e do espaço. Articulado a norma, ordem jurídica e a ordem técnica para produzir um meio técnico-científico informacional racionalizado para a ação política sobre o objeto de representação.

Portanto, defendemos nesta tese que a partir do conhecimento construído na Geografia e no âmbito da teoria geográfica de Milton Santos (1985; 1996) que podemos compreender os indicadores sociais como objetos técnicos como demonstrou Milléo (2005). E, por ter sua natureza técnica atrelada à racionalidade e artificialidade de um sistema de práticas de produção e construção simbólica do espaço e do tempo.

Enquanto tecnologias podemos compreendê-los por seus efeitos, suas funções no desenho dos circuitos da ação a ser territorializada e pela ação de programar comportamentos, eventos, atores e agentes para devidos fins e produtividades do poder. Logo, podemos reconhecer as localizações, a potência, a simbolização, os atores, os agentes e a matriz de significação configurada pelas relações de sentido e significado em uma política do signo como sendo o fundamento técnico e das medições do poder e da força geográfica contida simbolicamente nos indicadores sociais.

Quando compreendemos as estatísticas e indicadores sociais como objetos técnicos e como tecnologias políticas é possível avaliar os efeitos políticos, técnicos e culturais dos indicadores para além dos efeitos de impactos nos resultados de políticas, de expressões de fenômenos ou de medidas sociais. Podendo, também se discutir sobre questões como a produção, os usos e as apropriações destas tecnologias políticas, sobre os efeitos das verticalidades e das horizontalidades das ações mediadas para com o espaço social e o espaço geográfico.

Ao questionarmos os nossos *ethos*, o *logos* do conhecimento, o *phatos* das narrativas e os sistemas de valores territorializados, avaliamos diferentes formas de apropriação tecnológica e política dos números públicos que são possíveis e seus efeitos no social. Portanto, defendemos que ao compreendermos os indicadores sociais como tecnologias políticas e tecnologias de políticas, podemos discutir questões que envolvem as relações éticas, políticas e ideológicas em relação a esses objetos técnicos indo além dos limites da discussão se tais números são medidas que de fato representam a realidade ou a distorcem diante das técnicas e metodologias adotadas para sua construção.

Por consequência, compreender melhor as estatísticas e indicadores sociais levamos a compreender a configuração do meio técnico-científico-informacional. A partir da construção histórica do conhecimento sobre as tecnologias, acreditamos que seja pertinente entrar em discussão sobre a construção de conhecimento social para a avaliação de políticas e os meios pelos quais o Estado atende e atenta sobre as necessidades sociais, sendo fundamental a importância do tema da técnica e da “tecnologia social” e da “técnica apropriada” (RODRIGUES; BARBIERI, 2015).

Evidencia-se nas reflexões suscitadas pro esta pesquisa, a importância de uma premissa ética que impulse o pensar as relações de produção dos indicadores sociais a partir de uma perspectiva das tecnologias sociais e a da crítica política, exige de nos que repensemos a categoria população para pensarmos outras possibilidades de transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional para além da subordinação às lógicas da hegemonia técnica e política do “império” do mercado capitalista e financeirizado pelo do regime de poder neoliberal. Buscando pensar possibilidades da apropriação técnica pela “multidão” e pelas forças da “multitude” (HARDT, NEGRI, 2001).

Os estudos realizados permitiram reconhecer a importância histórica e geográfica das comunidades epistêmicas enquanto atores de promoção e produção de políticas para a transformação social. Permite-nos também, reconhecer a importância destas comunidades e de suas composições sociais, ideologias, estratégias, táticas, *ethos* e *logos* para fins e ação política sobre a *práxis*. Fato, que também consideramos de grande importância para a Geografia diante da necessidade de avançarmos em pesquisas sobre estes conjuntos de agentes que colaboram para promover de transformações do espaço e do futuro.

No que se refere aos esforços da primeira parte da pesquisa, nossos estudos revelaram que há uma falsa impressão sobre clivagens e afastamentos da Geografia em relação ao Movimento dos Indicadores Sociais (MIS). Já nas décadas de 1970 e 1980 falava-se em uma Geografia dos Indicadores Sociais na literatura internacional. Como evidenciamos, há uma recente retomada da sua importância pelo uso recebido nas agendas sociais e com destaque para a Agenda 2030. De modo, que reconhecemos na história da Geografia Quantitativa no Brasil e nas formas pelas quais se deu as aproximações e a territorialização do trabalho de produção de estatísticas e indicadores sociais junto à comunidade geográfica do IBGE uma relação histórica cheia de controvérsias científicas, políticas e éticas. Estas relações permeiam a territorialização do MIS no Brasil, nos solucionando o paradoxo dos afastamentos da Geografia do Movimento dos Indicadores Sociais apontado na literatura geográfica sobre o tema.

Nesta dimensão, vale considerarmos as complexidades dos processos históricos e as contradições internas e controvérsias entre diferentes campos, linhas de pesquisas e ideologias na ciência geográfica. Embora convergentes em uma ação política projetada no tempo para influenciar a produção de políticas sociais que vão ao encontro das necessidades apontadas nas agendas sociais do país. As ideologias e as estratégias de influência na política do espaço no país foram distintas.

Por conseqüente, compreendermos que devemos valorizar o trabalho histórico da Geografia Quantitativa que tem significados altamente importantes para a agenda social e para o enfrentamento da reprodução estrutural das desigualdades sociais no Brasil tanto quanto tem a Geografia Crítica as outras tantas Geografias históricas. Isto, não significa deixar também de reconhecer o papel reacionário de uma Geografia Quantitativa que se alinhou a uma agenda desenvolvimentista de mercado em detrimento das análises conjunturais. A questão colocada, é que se torna pertinente atender ao *ethos* e o *logos* do conhecimento produzidos ao longo do tempo. Vale avaliar, no nosso entendimento, quais Geografias incorporaram tendências reacionárias ou revolucionárias diante do *status quo* de seu tempo. Avaliando também quais geografias se tornam mediadoras para a apropriação social de novas técnicas e formas de conhecimento. Observando as diferentes tradições de conhecimento e de epistemologias em seus contextos históricos, institucionais e políticos.

Diante do entendimento construído no trabalho de investigação do tema e também diante das limitações desta pesquisa, apontamos aqui que há uma urgente necessidade de se construir junto a Comunidade Geográfica, atividades de ensino e aprendizagem sobre passado, presente, futuro e devires em relação aos indicadores sociais e a Geografia para serem ministradas como componentes curriculares junto a cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. Ou seja, nos parecer ser de necessidade e interesse social que o estudo e a reflexão das relações entre Geografia e indicadores sociais seja inscrito no currículo do ensino superior. A suscitar discussões e a construção de uma psicosfera que possa vir a contribuir com estratégias renovadas de ampliação de debates e de compreensão sobre a complexidade das tecnologias políticas e de tecnologias de ordenamento territorial, considerando as controvérsias, as distintas éticas e as múltiplas ideologias.

Nas considerações de nossos interlocutores de pesquisa junto ao Observatório das Metrôpoles e ao IPEA encontramos o reconhecimento da vitalidade que o Movimento dos Indicadores Sociais (MIS) pela importância dada as estatísticas como formas de orientar políticas públicas. Uma evidência do avanço considerável deste movimento nas últimas décadas. Principalmente no que se refere à adoção de indicadores para a construção de políticas públicas em escala nacional e global com articulação entre a promoção das agendas sociais e o uso estratégico dos indicadores sociais tanto para promover discussões públicas como para orientar empiricamente desenhos de políticas. Contudo, salientam que ainda há uma grande jornada a ser percorrida, tanto na dimensão da apropriação técnica como na dimensão dos usos e da produção destes dispositivos.

Compreendemos que as determinações do futuro das sociedades e dos indicadores sociais estão sendo construídas no presente. Bem como as influências sobre as forças de produção já projetadas, podem ser modificadas ao longo da história. Tanto quanto outras narrativas são possíveis para além dos determinismos históricos, políticos, sociais ou geográficos.

Necessário se faz, então, construirmos as narrativas de transformação de mudanças das determinações as quais avaliamos injustas socialmente e contraditórias a ética do bem comum e da justiça social. Para construirmos narrativas renovadas para os números públicos, para os processos de sua produção e para os compromissos sociais com a avaliação da realidade. Por isto, apontamos que a apropriação técnica e a promoção da produção de indicadores sociais a partir de outras epistemologias seja de fundamental importância para a promoção da potência transformadora dos indicadores sociais. Promovendo novas tecnologias políticas e a apropriação popular de dispositivos via a apropriação tecnológica e da construção de tecnologias sociais a partir das horizontalidades do espaço social. À guisa de conclusão, deixamos um excerto de nosso interlocutor do Observatório das Metrôpoles.

A mensuração das desigualdades sociais pode ser feita por meio de indicadores diferentes, como o PIB per capita e IDH, por exemplo. O modo como cada indicador é construído pode informar representações distintas da realidade. Por isso, há conflito entre os indicadores no sentido de que eles são construídos de modo diferente e com pressupostos teóricos também diferentes. Porém, o domínio dessas diferenças torna possível a sua utilização e o bom uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. de P. Políticas e Indicadores Sociais no Brasil: A relevancia dos paradigmas históricos e comparativos'. Documento para Discusión, n. 127, 1985. In JAGUARIBE, H. et al. **Brasil 2000: para um novo pacto social**, Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1986.
- ALEIKSEIVZ, R. A. **Espaço e poder na reflexão de Foucault: dos dispositivos à governamentalidade**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2016.
- ALMEIDA, L. C. et al. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação & Sociedade**, 2013.
- ALVES, Ana RODRIGUES CAVALCANTI . O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua nova**, n. 80, 2010.
- ALVES, Ed. F.; DE ASSIS, L. M.. n. 7-A qualidade educacional em tempos de ideb nos planos de educação e na opinião dos professores. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 12, 2018.
- ALVES, M. da C. P.; DE BARROS, R. C. B.; CARROZZA, Guilherme. O Ideb e seus efeitos de sentido na Educação Básica do Brasil. **Revista Interfaces**, v. 9, n. 2, p. 29-40, 2018.
- ANTICO, C.; JANNUZZI, P. de M. **Indicadores e a gestão de políticas públicas**. São Paulo: Fundap, 2006.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Editora Perspectiva SA, 2016.
- ARENDT, H. **Filosofía y política**. Besatari, 1997.
- ARREGUI, C. C. O debate sobre a produção de indicadores sociais alternativos. Demandas por novas formas de quantificação. **Serviço Social & Sociedade**,(111), p. 529-554, 2012.
- BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, 2004.
- BALL, S. J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, v. 35, n. 2, 2010.
- BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo. rev. e atual**. Lisboa: Edições, v. 70, p. 3, 2009.
- BARRETO, J.. O programa da OCDE para a elaboração de indicadores sociais. **Análise Social**, p. 629-643, 1978.
- BARROSO, J.; DE CARVALHO, .L. M. PISA: un instrument de régulation pour relier des mondes. **Revue française de pédagogie. Recherches en éducation**, n. 164, p. 77-80, 2008.
- BAUER, R. **Social indicators**. Oxford, England: Massachusetts Inst. of Technology, 1966.
- BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. (Ed.). **Policy dynamics**. University of Chicago Press, 2002.
- BERTO, É. **O financiamento da educação básica nos municípios do Alto Uruguai e a relação com o IDEB**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Especialização Lato Sensu em Gestão Escolar da Universidade Federal da Fronteira Sul. 2018.
- BESSON, J. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: UNESP, 1995.
- BICHIR, R. Novas agendas, novos desafios: reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 35, n. 01, p. 104-137, 2016.

- BOMFIM, M. P. M. et al. **A Capability Approach de Amartya Sen e o Indicador de Desenvolvimento Humano-IDH**. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002. .
- BONFIM, N. R. Representações sociais do espaço e ensino de geografia. IN: BONFIM, NR; ROCHA. LB (Orgs.) **As Representações na Geografia**. Santa Cruz/BA: Editus/UESC, 2012.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, p. 116, 1996.
- BOURDIEU, P. et al. **O poder simbólico**. 1989.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Papyrus Editora, 1996.
- BOURDIEU, P.; **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974
- BRASIL, **Estatuto da Cidade**. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- BRASIL, MEC; **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, ea participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União, 2007.
- BULEON, P.; DI MÉO, G.. **L'espace social: une lecture géographique des sociétés**. Armand Colin, 2005.
- CÂMARA, G. Geometrias não são geografias: o legado de Milton Santos. **InfoGeo**, Curitiba, ano 3, n. 20, 2001.
- CARVALHO, L. M. Governando a educação pelo espelho do perito: uma análise do PISA como instrumento de regulação. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 109, 2009.
- CARVALHO, L. M. Intensificação e sofisticação dos processos da regulação transnacional em educação: o caso do programa internacional de avaliação de estudantes. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 136, 2016.
- CARVALHO, L. M. Multirregulação, comparações internacionais e conhecimento pericial: interpelando o PISA como provedor de conhecimentos e políticas. **Políticas públicas e educação: Regulação e conhecimento**, p. 183-206, 2011.
- CARVALHO, L. M.; COSTA, E. Os políticos e o PISA: entre a adesão segura e a recepção activa. **Propuesta educativa**, n. 41, p. 46-54, 2014.
- CARVALHO, L. M.; COSTA, E. Seeing education with one's own eyes and through PISA lenses: Considerations of the reception of PISA in **European countries. Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, v. 36, n. 5, p. 638-646, 2015.
- CARVALHO, L. M.; VISEU, S.; GONÇALVES, C. Novos atores intermediários na regulação da educação em Portugal. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 27, n. 53, p. 30-42, 2018.
- CHAMON, E. M. Q. Representação social da pesquisa pelos doutorandos em ciências exatas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 21-33, 2006.
- CHAMON, E. M. Q.; LACERDA, P. G.; MARCONDES, N. A. V. Um breve revisar de literatura sobre a teoria das representações sociais. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 18, n. 4, p. 451-457, 2018.
- CHAMON, E. Q. Representação social da pesquisa e da atividade científica: um estudo com doutorandos. **Estudos de Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 37Y46, 2007.
- CHIGNOLA, S. Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze. **Cadernos IHU Ideias. Ano, v. 12.**, 2014
- CHIMINI, R. dos S. **Investimento em educação e a sua relação com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEb: um estudo de São Leopoldo-RS**. Investimento em educação e a sua relação com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEb: um estudo de São Leopoldo-RS 2018.
- CHIRINÉA, A. M.; BRANDÃO, C. da F. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, p. 461-484, 2015.

COSTA, L. C. A. da et al. Weaving relations between motivation for Physical Education classes and IDEB. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, n. 4, p. 370-373, 2018.

CROZATTI, J. et al. O GASTO ORÇAMENTÁRIO DOS MUNICÍPIOS PAULISTA NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL: AVALIAÇÃO DO ELEMENTO DE DESPESA E O IDEB DE 2008 A 2017. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2018.

DA COSTA, E.. Gestão escolar e IDEB: propostas e suas relações para o crescimento do índice de desenvolvimento da Educação Básica dos Anos Finais do Ensino Fundamental nas Escolas Municipais de Paragominas/PA-Brasil. **Revista Internacional de apoio a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad**, v. 4, n. 2, 2018.

DA COSTA, L. C. A. et al. Tecendo relações entre a motivação para as aulas de educação física e o Ideb. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 2018.

DA SILVA, L. C. B. et al. INFLUÊNCIAS DO IDEB SOBRE A SATISFAÇÃO DOS PROFESSORES DOMUNICÍPIO DE CUIABÁ. **Seminário de Iniciação Científica do Univag**, n. 6, 2018.

DE AVELINO, D. P; GOULIN, L.. **Base de dados sobre conferências nacionais e um ensaio de análise lexical por contexto**. Texto para Discussão, IPEIA, Brasília, 2018.

DE CARVALHO, R. A. Figueiredo et al. CONGABA Proposta de indicadores de desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente/ecologicamente sustentável–o IDHA E O IDHE. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 9, n. 6, 2018.

DE OLIVEIRA, L. S. D. et al. Análise do desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de acordo com o custo das atividades relevantes. **ABCustos**, v. 13, n. 1, 2018.

DE PAIVA RIO CAMARGO, A. Sociologia das estatísticas: possibilidades de um novo campo de investigação. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 16, n. 4, 2009.

DE SOUSA, U. D. et al. Gastos públicos com educação e meta do IDEB no ensino fundamental: uma análise dos municípios do sertão de Pernambuco/Public expenditures with education and IDEB's goal in elementary school: an analysis of the municipalities of the hinterland of Pernambuco. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 5, p. 2578-2599, 2018.

DELCOL, R. F. R. "Campinas, a cidade mais surpreendente do Brasil": entre os índices metropolitanos e as leis municipais. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 1, p. 191-211, 2016.

DELCOL, R. F. R. **A discrepância entre os índices sobre a Região Metropolitana de Campinas e a realidade habitacional de Campinas**. recurso online (233 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/321443>>, 2016

DELCOL, R. F. R. Regiões metropolitanas via elaboração de índices: O IBEU, ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO. **Geografia em Questão**, v. 11, n. 01. 2018

DOS SANTOS GARCIA, Luciane Terra; PEREIRA, Maria Simone Ferraz; DA SILVA RIBEIRO, M. E. PAR e IDEB: planejamento e avaliação para que qualidade?(PAR and IDEB: planning and assessment for what quality?). **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 3, p. 684-701, 2018.

DOS SANTOS SILVA, C. F.; MOQUETE GUZMÁN, S. J. O uso de indicadores na gestão pública: o comportamento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Itabuna-Bahia no período entre 2007 e 2017. **Atlante Cuadernos de Educación y Desarrollo**, n. noviembre, 2018.

EITE, B.; DULCICLEIDE, Maria. The Results of Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB 2009/2015 through the implementation of the "Projeto Escola Eficiente: Ler e Escrever para Protagonizar" in Mauriti-Ceara, Brazil. **Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales**, v. 14, n. 1, p. 31-46, 2018.

EPSTEIN, I. Comunicação da ciência: rumo a uma teoria da divulgação científica. **Organicom**, v. 9, n. 16-17, p. 18-38, 2012.

EPSTEIN, I.. Comunicação da ciência. **São Paulo em perspectiva**, v. 12, n. 4, p. 68, 1998.

FAISSOL, S. A geografia quantitativa no Brasil: como foi e o que foi. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 21-52, 1989.

FAISSOL, S. As grandes cidades brasileiras. Dimensões básicas de diferenciação e relações com o desenvolvimento econômico. Um estudo de análise fatorial. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 32, n. 4, p. 87-130, 1979.

FEDOZZI, L.; CASTELLO, IR IBEU. **Região Metropolitana de Porto Alegre, expressão de dois polos com efeitos distintos em bem-estar urbano**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, [2013]. Disponível em: < http://web.observatoriodasmetrolopes.net/new/images/abook_file/ibe_u_portoalegre.pdf >. Acesso em, v. 12, 2015.

FERNANDES, A. T. Espaço social e suas representações. **Revista da Faculdade de Letras: Sociologia**, 02, 1992, p. 61, 1992.

FERNANDES, B.. **Manual Iramuteq**. Acesso em, v. 28, 2016.

FERNANDES, R. A universalização da avaliação e a criação do Ideb: pressupostos e perspectivas. **Em Aberto**, v. 29, n. 96, 2016.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas**. INEP/MEC, 2007.

FERNANDES, R.. A universalização da avaliação e a criação do Ideb: pressupostos e perspectivas. **Em Aberto**, v. 29, p. 99-112, 2016.

FERNANDES, R.. Um modelo Keynesiano de determinação do nível de desemprego e salários. **Revista de Economia Política**, São Paulo SP, v. 11, 1991.

FERREIRA, S. B. J. et al. Avaliação educacional em larga escala: uma análise sobre os resultados do IDEB e a visão dos gestores das escolas públicas do município de SALGUEIRO/PE. **Revista Opara**, v. 8, n. 2, p. 26-41, 2018.

FERREIRA, U. Movimento Pendular, principais destinos e tempo de deslocamento para o trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *in XVII ENAPUR*, São Paulo, 2017.

FOUCAULT, M. **Ordem do discurso**. Edições Loyola, 1996.

FUCIDJI, J. R. et al. Performatividade da ciência econômica: esclarecendo os termos e estabelecendo pontes. In: **Anais do XLIV Encontro Nacional de Economia** [Proceedings of the 44th Brazilian Economics Meeting]. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2018.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S. A revolução quantitativa na geografia e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 5-22, 1970.

GEORGE, P. **A técnica: construções ou destruições**. Paris: Editora PUF, 1974.

GIL FILHO, S. F. Espaço de representação: uma categoria chave para a análise cultural em geografia. **I- Encontro Sul-Brasileiro de Geografia**, 2003.

GIL FILHO, S. F. Geografia Cultural: estrutura e primado das representações. **Espaço e Cultura**, n. 19-20, p. 51-59, 2005.

GODOY, D. **Gestão da educação e controle das performatividades no Brasil: um estudo do caso do Índice de Desenvolvimento da Educação IDEB**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, UFPEL, 2012.

GOMES RIBEIRO, M. Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras. **Sociologias**, v. 18, n. 42, 2016.

GRAMSCI, A.. Quaderni del carcere. **Trans/Form/Ação**, v. 2, p. 198-202, 1975.

GRIMBERG, D. S.; DORFMAN, A. Imaginação geográfica e análise de notícias como fonte em pesquisas em Geografia. In: HEIDRICH, A. L. & PIRES, C. L. Z. (orgs.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 271-286.

GUIMARÃES, J. R. S.; DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 73, 2005.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. **Anais**, p. 1-18, 2016.

HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International organization**, v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.

HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. MEC--Ministério da Educação, INEP--Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

HAMBURGER, P. L. **Indicadores sociais na estratégia de produtos: um estudo exploratório**. Tese de Doutorado. Michigan State University Department of Marketing and Transportation. 1976.

HAMBURGER, P. L. Indicadores sociais no sistema de informação mercadológica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 16, n. 4, p. 16-28, 1976.

HAMBURGER, Pólia L. Considerações sobre "qualidade de vida" no processo decisório: impacto sobre as entidades públicas e privadas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 15, n. 2, p. 35-38, 1975.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Editora Record, 2004.

HARDT, M.I; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Loyola, 2008.

HARVEY, D. **Producao Capitalista Do Espaco**. Annablume, 2005.

HARVEY, David; **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HEIDRICH, Á. L.; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z. **Maneiras de ler: geografia e cultura**. Porto Alegre : Imprensa Livre : Compasso Lugar Cultura, 2013.

HEITOR, R. M. **As comunidades epistêmicas e a sua influência nos processos de decisão política-a Estratégia Global da União Europeia**. Dissertação de Mestrado. FCSH, Universidade Nova Lisboa, 2018.

HERIN, R. "Herencias y perspectivas en la geografía social francesa." **Geo Crítica: cuadernos críticos de geografía humana**, 1982.

IANNI, O. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em perspectiva**, v. 12, n. 2, p. 27-44, 1998.

IANNI, O. "Globalização: novo paradigma das ciências sociais." **Estudos avançados** 8.21 (1994): 147-163.

IANNI, O. Metáforas da globalização. _____. **Teorias da globalização**, v. 10, p. 11-25, 2000.

IBGE, Diretoria. Departamento de População e Indicadores Sociais. Divisão de Estudos e **Análises da Dinâmica Demográfica**. Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período, 1980.

IBGE, FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais: relatório 1979**. 1979.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores Sociais: passado, presente e futuro [2017] <https://www.youtube.com/watch?v=xBakGBWCH9g>

IVO, A. A.; HYPOLITO, Á. M. Gestão educacional e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da rede municipal de ensino de Santa Maria-Rio Grande do Sul. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 163-192, 2015.

IVO, A. A.; HYPOLITO, Á. M. Políticas Gerenciais em Educação: efeitos sobre o trabalho docente. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 365-379, 2015.

JAHAN, S. Et al. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2015**. PNUD, 2015.

JANNUZZI, P. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

JANNUZZI, Paulo. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2014.

JANNUZZI, P. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos**. Alínea Editora, 2001.

JENKINS-SMITH, Hank C.; SABATIER, Paul A. Evaluating the advocacy coalition framework. **Journal of public policy**, v. 14, n. 2, p. 175-203, 1994.

JENKINS-SMITH, Hank C.; SABATIER, Paul A. The dynamics of policy-oriented learning. **Policy change and learning: An advocacy coalition approach**, p. 41-56, 1993.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

JODELET, D. Ponto de vista: sobre o movimento das representações sociais na comunidade científica. **Temas em psicologia**, v. 19, n. 1, p. 19-26, 2011.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. As representações sociais, p. 17-44, 2001.

JUNIOR, C. P. N. et al. A Tese De Performatividade EO Ambiente Das Ideias: O Papel Dos Modelos Formais Em Economia. In: Anais do **XLII Encontro Nacional de Economia** ANPEC-Associação Nacional dos Centros de PÃ³s-GraduaÃ§Ã£o em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2016.

KAHIL, S. P. Psicoesfera: uso corporativo da esfera tÃ©cnica do territÃ³rio e o novo espÃ­rito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, p. 475-485, 2010.

KAHIL, S. Psicoesfera: a modernidade perversa. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 11, p. 217-220, 1997.

KLEIN, D. H.; TRAVERSINI, C. S. Las matemáticas, las valoraciones exteriores y la construcción del índice de desarrollo de la educación básica (IDEB) brasileña/Mathematics, external evaluations and the construction of the Basic Education Development Index (IDEB) Brazilian. **Revista Internacional de Educación y Aprendizaje**, v. 6, n. 1, p. 10-18, 2018.

LACLAU, E. Poder e representação. *Estudos sociedade e agricultura*, v. 7, p. 7-28, 1996.

LAMEGO, M. O IBGE e a geografia quantitativa brasileira: Construindo um objeto imaginário. *Terra Brasilis (Nova Série)*. *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n. 3, 2014.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Unesp, 2000.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Edusc, 2004.

LATOUR, B. **Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas**, Porto Alegre: Sulina, p. 39-63, 2004.

LEFEBVRE, H. **La Presencia y La Ausência: contribucion a la teoria de las representaciones**. México. Fondo de Cultura Económica, 2006.

LEFEBVRE, H.; **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEITE, C. K. Da Silva; PERES, Ú. D. **Paradigmas de desenvolvimento e disseminação de políticas: raízes locais da criação do Programa Bolsa Família**. 2015.

LIMA JÚNIOR, O. B. de. Participação, cidadania eleitoral e instituições políticas In: **FIBGE. Indicadores sociais**, p. 329-342, 1980.

LINDÓN, A. De las geografías constructivistas a las narrativas de vida espaciales como metodologías geográficas cualitativas. **Revista da ANPEGE**, v. 4, n. 04, p. 7-26, 2008.

LOPES DOS SANTOS, M. O.; BRANCO, I. I. C.; BRITO, M. Elementos para a formação de um subsistema nacional de informação para a política social. *Revista Española de Documentación Científica*, v. 3, n. 3, p. 253, 1980.

LOUBÈRE, L.; RATINAUD, P. **Documentation IRaMuTeQ 0.6 alpha 3 version 0.1**. Toulouse, França, 2014. Pierre. *Documentation IRaMuTeQ 0.6 alpha 3 version 0.1*. Toulouse, França, 2014.

- LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Lisboa: Gradiva, 2003.
- MACHOÑ, M. et al. O conceito de comunidades epistêmicas. **RECENSÃO CRÍTICA**, v. 9, n. 2, p. 2, 2018.
- MASSEY, D. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. **Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis-SC**, v. 3, n. 5, p. 142-155, 2007. Sen A. L'indice de développement humain. Revue du MAUSS. 2003(1):259-60.
- MATOS, D. I. A. S.; DE OLIVEIRA, B. R. TRIPODI, Z. F. IDEB, avaliações externas e gestão educacional: percepções de gestores escolares sobre usos e implicações. **Devir Educação**, v. 2, n. 2, p. 56-77, 2018.
- MELO, V. P. da S. et al. **Avaliação em larga escala: repercussões do IDEB na visão dos diretores de escolas da rede estadual de Goiás**. 2018.
- MENDES, D. A. **A gestão educacional na interface do IDEB e das avaliações externas: uma análise a partir das percepções de egressos do Programa Nacional Escola de Gestores**. 2018.
- MENEZES, D. B.; POSSAMAI, A. J. Desenvolvimento humano e bem-estar urbano nas Regiões Metropolitanas brasileiras. **Prêmio Atlas Do Desenvolvimento Humano No Brasil**, p. 137, 2015.
- MENEZES, D. B.; POSSAMAI, A. J. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Urbano (IDHM-U): proposta de um novo índice sintético para as Regiões Metropolitanas. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 43, n. 3, p. 73-84, 2015.
- MENEZES, D. B.; POSSAMAI, A. J. Desenvolvimento humano e bem-estar urbano nas Regiões Metropolitanas brasileiras. **Prêmio Atlas Do Desenvolvimento Humano No Brasil**, p. 137, 2015.
- MERRIAM, I. C. **Welfare and its measurement. Indicators of Social Change: Concepts and Measurements**, Russell Sage Foundation, New York, p. 721-804, 1968.
- MESQUITA, Silvana. Os resultados do Ideb no cotidiano escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 20, n. 76, 2012.
- MILLÉO, J. C. **A utilização dos indicadores sociais pela geografia: uma análise crítica**. Universidade Federal Fluminense. Tese. Dout. Niterói/RJ, 2005.
- MILLÉO, J. C.. Geografia e indicadores sociais: buscando o estabelecimento de bases para uma aproximação mais fecunda. **GEOgraphia**, v. 9, n. 18, 2007.
- MONTEIRO, R. F. **Análise da influência da etapa de qualificação dos docentes, do tempo de serviço, do número de professores e da localização das escolas públicas do Distrito Federal no IDEB**. 2018.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. Annablume, 2003.
- MOREIRA, . **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. Editora Contexto, 2009
- MOSANER, M. A. S. A capability approach de Amartya Sen como paradigma do desenvolvimento humano: diálogos com a crítica marxista. **Leituras de Economia Política**, n. 24, 2016.
- MOSANER, M. A. S.; DOWBOR, L.. A dimensão política de índices sintéticos de desenvolvimento e a posição relativa dos Estados Unidos. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**. v. 25, n. 2 (46), 2014
- MOSCOVICI, S. **Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 45-66, 2001.
- MOSCOVICI, S. O fenômeno das representações sociais. **Representações sociais: investigações em psicologia social**, v. 2, p. 29-109, 2003.
- NAHAS, M. I. P. et al. Sistemas de Indicadores Municipais no Brasil: experiências e metodologias. **Anais**, p. 1-17, 2016.
- NASCIMENTO, A. ; MENANDRO, P. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 6, n. 2, p. 72-88, 2006.

- NASCIMENTO, F. G.; NETTO, L. P.; DOS SANTOS, K. M.. IDEB-O Grande Desafio e a Grande Meta. O Adjunto: **Revista Pedagógica da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas**, v. 2, n. 1, p. 143-146, 2018.
- NERIS JR, C.; FUCIDJI, J. R. A tese de performatividade e o ambiente das ideias: o papel dos modelos formais em economia. **Nova Economia**, v. 26, n. 1, 2016.
- ODDÜNE I. La communauté scientifique l'Étargie. In: **ReVI/C Société Française**, n.10, 1984
- OLIVEIRA, Jane S. A construção de indicadores sociais: algumas notas. IBGE, Relatório de Indicadores Sociais, 1979.
- OLIVEIRA, M. C. Comunidades epistêmicas e transferências condicionadas de renda. **Seminário Discente do Departamento de Ciência Política/FFLCH**. Universidade de São Paulo, 2012.
- OLIVEIRA, Q. C. S. A política do IDEB e a qualidade da educação: impactos nas escolas da rede municipal de FRANCISCO BELTRÃO-PR. **Revista Praxis Pedagógica**, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2018.
- OLIVERA, Ana. Indicadores en geografía social. **Estudios geográficos**, v. 58, n. 229, p. 689-710, 2018.
- ORTEGA, F. Hannah Arendt, Foucault and the reinvention of the public space. **Trans/Form/Ação**, v. 24, n. 1, p. 225-236, 2001.
- PELUSO, Marília L. O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade: Geografia e Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 321-327, 2003.
- PINHEIRO, D. R. et al. O desenvolvimento das metrópoles brasileiras segundo o IDH-M e o IBEU. **Revista ESPACIOS| Vol. 37** (Nº 32) Año 2016, 2016.
- POCHMANN, M. et al. Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil. In: **Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil**. 2004.
- PRATES, A. M. M. et al. Entrevista com o professor Roberto Lobato Corrêa. **Geosul**, v. 6, n. 12, p. 23-42, 1991.
- QUEIROZ RIBEIRO, L. C. de; ALVES DOS SANTOS JUNIOR, O. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. **EURE (Santiago)**, v. 29, n. 88, p. 79-95, 2003.
- RAMOS, C. B. **A avaliação no processo de ensino e aprendizagem e a articulação com os resultados do IDEB: um estudo com professores dos anos iniciais da rede municipal de ensino de SANTA MARIA/RS**. 2018.
- RAMOS, M. G.; LIMA, V. M. R.; ROSA, M. P. A. Contribuições do software IRAMUTEQ para a Análise Textual Discursiva. **CIAIQ2018**, v. 1, 2018.
- RATTNER, H. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, v. 17, n. 1, p. 21-27, 1977.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. **IBEU municipal Índice de bem-estar urbano dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2016.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. **IBEU: índice de bem-estar urbano**. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 262, 2013.
- RIBEIRO, RJC. **Análise do IBEU para a RIDE-DF e a AMB**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, [2014]. Disponível em: < http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/ibeu_ride_brasilia.pdf>. Acesso em, v. 12, 2015.
- RISCAL, S. A.; RISCAL, J. R. A contribuição do IDEB para o estudo do papel da democratização da escola pública na melhoria da qualidade do ensino. **Revista@ mbienteeducação**, v. 7, n. 3, p. 525-536, 2018.
- ROCHA. LB (Orgs.) **As Representações na Geografia**. Santa Cruz/BA: Editus/UESC, 2012.
- RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. 2008. **Gestão & Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 32-54, 2015.

- RODRIGUES, Z. M. R. **Sistema de Indicadores e desigualdade socioambiental intraurbana de São Luis-MA**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- ROUQUETTE, M. Sur la connaissance des masses [About knowing the crowds]. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1994.
- SACHS, Jeffrey D.; SCHMIDT-TRAUB, G.; DURAND-DELACRE, D.. Índice e Painel Preliminar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Unsdsn, 2016 disponível em <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2016/02/160308-%C3%8Dndice-e-Painel-Preliminar-dos-ODS-pt.pdf>
- SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica. **Pensamento Plural**, n. 1, p. 113-142, 2007.
- SANTOS, H. D. dos. **Estatísticas públicas: tempos e significados (o espaço da sociologia das estatísticas)**. 2006. 129 f. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro.
- SANTOS, H. Da objetividade a objetivação: conceitos, categorias e significados (uma análise da produção estatística no Brasil). **Estatística e Sociedade**, n. 2 (2012), 2012.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Hucitec, 1985
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço** (The Nature of Space).São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, v. 4, p. 136, 1988.
- SAUL, R. P. **A raiz renegada do capital humano**. 2004 disponível em https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/taller/saul_060404.pdf
- SCHMID, C.. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 32, p. 89-109, 2012.
- SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L.. O IDEB e as prioridades no planejamento educacional: ações para qual qualidade?/IDEB and the priorities in educational planning: Actions for which quality?. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 23, n. 1, p. 54-64, 2018.
- SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L.. O IDEB e a construção de um modelo de accountability na educação básica brasileira. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 27, n. 1, p. 7-28, 2014.
- SCHWARTZ, Y. **A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes**. Submissões apenas no endereço abaixo| Submissions only at the address below| Soumissions à l'adresse ci-dessous, v. 7, p. 38-46, 2000.
- SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**, v. 7, p. 38-46, 2000.
- SCHWARTZMAN, S. Desenvolvimento social e qualidade de vida: algumas perspectivas de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais, Fortaleza**, v. 5, n. 2, p. 101-111, 1974.
- SCHWARTZMAN, S. Legitimidade, controvérsias e traduções em estatísticas públicas. **Teoria & Sociedade**, v. 2, p. 9-38, 1997.
- SEERS, D.; DA GAMA SANTOS, Margarida. Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir?. **Análise Social**, p. 949-968, 1979.
- SEN, A. L'indice de développement humain. **Revue du MAUSS N°21**. 2003 p. 259-60.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2018.
- SENRA, N. de C.. Um sistema estatístico para e pela federação: uma incursão na sociologia das estatísticas. Bahia Análise & Dados, Salvador: **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**, v. 15, n. 1, p. 121-131, 2005.

- SENRA, N. et al. **História das estatísticas brasileiras**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística--IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2008.
- SENRA, N. et al. **Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2009.
- SENRA, N. Informação estatística como objeto de estudo (Uma primeira tentativa de formalização). *Data Grama Zero: Revista de Ciência da Informação*, v. 6, n. 4, 2005.
- SENRA, N. Pesquisa histórica das estatísticas: temas e fontes. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, n. 2, 2008.
- SHELDON, E. B.; MOORE, W. **Indicators of social change: Concepts and measurements**. Russell Sage Foundation, 1968.
- SICHE, R. et al. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & Sociedade**, 2007.
- SIMMEL, G.. Sociology of space. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 75-112, 2013.
- SIMÕES, A. ; ALCKMIN, A. C. **Indicadores sociais : passado, presente e futuro** / IBGE, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais, 2017
- SMITH, D. M. Geography and social indicators. **South African Geographical Journal**, v. 54, n. 1, p. 43-57, 1972.
- SMITH, D. M.. The geography of social well-being in the United States: An introduction to territorial social indicators. McGraw-Hill, 1973.
- SOARES, J. F.; XAVIER, F. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, 2013.
- SOUZA, C.. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias, Porto Alegre, ano 8**, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45
- SOUZA, D. F. O **Homo economicus no século XXI: a emergência de um novo conceito de indivíduo?**. Monografia de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG, 2014
- SPOSATI, A. Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo. In: **Mapa da exclusão/inclusão social da Cidade de São Paulo**. 1996.
- SPOSATI, A. Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo/2000. **Dinâmica social dos anos**, v. 90, 2001.
- SULTANA, F. An (Other) geographical critique of development and SDGs. **Dialogues in Human Geography**, v. 8, n. 2, p. 186-190, 2018.
- TABAK, F. Estudos de política local-a experiência do Brasil. *Revista de Ciência Política*, v. 5, n. 2, p. 61-90, 1971. , Pierre J. Estudos do futuro: introdução à antecipação tecnológica e social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 19, n. 2, p. 131-132, 1979.
- TAVARES, F. M.; BENEDITO, S. M. Pós-democracia no Sul Global: Uma Leitura Sócio-fiscal dos Confrontos Políticos e da Ruptura Institucional no Crepúsculo da Nova República Brasileira (2003-2017). **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 179-196.
- TYLER, W. Desenvolvimento de indicadores de eficiência do complexo governamental. **Revista de Administração Pública**, v. 4, n. 2, p. 115-131, 1970.
- VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. FGV Editora, 2005.
- VEIGA, J. E. da. **Indicadores de sustentabilidade**. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 39-52, 2010.
- VEIGA, J. E. da. Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 29, n. 4, p. 421-435, 2009.
- VILA, G.. Construcciones sobre la Gestión Integrada de los Recursos Hídricos en el Perú: una aproximación desde el estudio de comunidades epistémicas. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, 5(1), 32-54. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/127530>
- VILLANI, M.; OLIVEIRA, D. A. National and International Assessment in Brazil: the link between PISA and IDEB. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 4, p. 1343-1362, 2018.

VIZEU CAMARGO, B.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, 2013.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Ed. UnB, 1994.

WILHEIM, J. Mobilidade urbana: um desafio paulistano. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 7-26, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. Boitempo editorial, 2015.

ZIZEK, SLAVOJ. A Realidade Do Virtual. 2018, Disponível em <HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=TTAZGQW1sNs>

APÊNDICE

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO / QUESTIONÁRIO PARA PESQUISADORES

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa científica na área da Geografia. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pelo geógrafo Daniel Godoy, nº de matrícula 00259238, o qual se encontra regularmente matriculado no curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O doutorando possui como proposta de tese o tema "Geografia e Indicadores Sociais" estudando o uso e a apropriação dos indicadores sociais, sob a orientação do professor Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares. A pesquisa tem como enfoque principal as relações e implicações dos indicadores sociais com a produção social do espaço. Para que o alcance dos objetivos de investigação, serão adotados os seguintes procedimentos metodológicos: 1) Envio de questionário com questões em abertas e possibilidade de contribuição livre a pesquisadores que utilizam e produzem indicadores sociais em seus cotidianos de trabalho¹⁰; 2) Atividades de conversas sobre indicador social com um grupo de jovens¹¹; 3) Estudos de textos, fontes secundárias e análise de conteúdo.

Para o preenchimento do questionário o pesquisador pode se sentir a vontade de responder ou não qualquer questão, como pode deixar ou não suas considerações sobre o tema de pesquisa. Com a finalidade possibilitar discussões mais amplas, à pesquisa desenvolvida, propõe-se que os questionários possam ser anexados ao corpo de trabalho de tese, permitindo outras possibilidades de análise e reflexões possíveis além das alcançadas. Os resultados das atividades de pesquisa serão apresentados na tese de doutorado, assim como, também, serão utilizados para publicações de caráter científicos decorrentes como artigos, revistas, livros, entre outros.

10 Os colaboradores nesta etapa da pesquisa foram pesquisadores do Observatório das Metrópoles e do IPEA.

11 Os colaboradores desta etapa da investigação foram jovens estudantes em atividade junto ao Centro de Convivência Meninos do MAR (FURG)

Salienta-se que será guardado o anonimato dos participantes, utilizando-se apenas de sua atividade de pesquisa e instituição como informação de identificação nas análises.

ORIENTAÇÃO PARA AS RESPOSTAS

Você pode ficar a vontade para responder as questões que quiser

De forma alguma é necessário responder a todas.

Se achar mais fácil e prático responder ou discutir o que é tratado com uma única resposta.

Você pode utilizar a caixa de texto da última questão

Suas opiniões, experiências, ideias e pensamento serão de grande contribuição

Agradecemos desde já.

Atenciosamente

Daniel Godoy , estudante de doutorado sob orientação do prof. Dr. Paulo Rodrigues Soares

Pesquisador: Daniel Godoy

Contato: cidadesurreal@gmail.com, (053) 99923090

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares

Contato: geoprrs@gmail.com

Endereço de e-mail

Este formulário coleta endereços de e-mail. Alterar configurações

QUESTIONÁRIO

Você tem ciência do que trata esta pesquisa e do Termo de Livre Consentimento e Esclarecido exposto?

Sim

Não

Você atua junto a instituições de pesquisa e produção de indicadores econômicos ou indicadores sociais?

Não

Sim

A qual instituição e ou programa você tem vínculo?

Em seu trabalho com pesquisa você produz ou lida cotidianamente com indicadores sociais?

Sim

Não

Você participa da construção de Agendas Políticas?

Sim

Não

Caso participe da construção de agendas poderias nos citar quais?

Você se identifica com o Movimento dos Indicadores Sociais?

Sim

Não

Talvez

Após a seção 1

Seção 2 de 2

Seção 2

O que é um indicador social para você?

Como você percebe a relação entre indicadores sociais e a construção das agendas políticas nacionais e multilaterais como a Agenda Urbana no Brasil, a Agenda Habitat e a Agenda 2030 por exemplo? Quais são as contribuições e as controvérsias ou contradições que poderíamos ?

Na sua interpretação os indicadores sociais possibilitam um conhecimento geográfico do mundo? Quais seriam suas limitações e potencialidades?

Como poderíamos entender a relação entre indicadores econômicos, indicadores sociais, os mapas e os conhecimentos geográficos possíveis a partir deles?

No Brasil em relação aos indicadores sociais, estamos observando a experiência do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (IPEA) que está relacionado ao conceito de Desenvolvimento Humano inscrito por lei como diretriz do Orçamento da União e tema de debate sobre distribuição de recursos federais e parâmetro para regionalização do país. Qual sua visão sobre o vínculo entre IDHM, o desenho de políticas sociais, territoriais e a alocação de recursos no Brasil?

Mais recentemente tivemos a experiência do Índice de Bem Estar Urbano - IBEU criado pelo Observatório das Metrôpoles (OM) com referência na teoria urbana crítica, na tradição de indicadores urbanos sintéticos e com influências da Agenda Habitat. O IBEU teve ampla divulgação na imprensa e buscou trazer ao discurso público a questão da mobilidade e o bem estar nas grandes cidades e regiões metropolitanas no Brasil. Na sua percepção e entendimento, quais foram as principais contribuições deste tipo de indicador e como ele foi articulado a construção da agenda urbana e de investigações sobre a metropolização e a urbanização no Brasil?

O que você acha sobre a questão da apropriação dos indicadores sociais pelas pessoas em seus cotidianos, pelos professores em salas de aulas e os movimentos sociais na construção de pautas e agendas?

Como você compreende a relação de controvérsia historicamente construída entre indicadores econômicos e indicadores sociais hoje?

A partir de suas vivências e trabalho com indicadores sociais, como você percebe as relações entre indicadores sociais e a construção das agendas de trabalho nas ciências humanas, a formação de redes de cooperação técnica e a construção de diferentes agendas políticas no Brasil?

Como você avalia a relação entre indicadores sociais, as pesquisas empíricas e o desenho de políticas pública? Há bons diálogos entre as áreas da pesquisa, da formulação de política, da gestão e o público das políticas?

Observamos hoje uma orientação crescente na ordem internacional do trabalho de produção de indicadores sociais e econômicos por uma produção de dados e estatísticas padronizadas para a comparabilidade global. Podemos também, observar nas discussões sobre indicadores e a Agenda 2030 por exemplo, emergir a questão de que não há dados e nem recursos nos

Estados-nação para avaliar a territorialização da Agenda e de suas metas. Diante da emergência de políticas de ajuste fiscal e cortes de recursos, observamos no Brasil o caso da extinção de espaços de produção de indicadores sociais regionais com alta expertise como ocorrido no Rio Grande do Sul em relação a Fundação de Economia e Estatística - FEE e da METROPLAN. Diante deste contexto, na sua avaliação: Como podemos interpretar essa contradição? Quais os seus efeitos na esfera da dimensão política e do conhecimento geográfico? Quais seus impactos na esfera do planejamento territorial?

Temos atualmente um ou mais pontos de controvérsia em relações aos indicadores sociais na sua área de atuação?

A partir da sua prática de trabalho e pesquisas, você identifica atualmente paradigmas na produção e uso de indicadores sociais?

Em relação a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Como você analisa o paradoxo entre o que apontam o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e o índice da Pegada Ecológica? Uma vez que quanto mais alto o IDH maior é também o impacto da Pegada Ecológica.

Como fica a questão de trabalhar com indicadores sociais, com a pesquisa empírica e a do aprender a trabalhar com indicadores hoje? Quais seriam os valores, as éticas e os objetivos comuns deste tipo de trabalho de conhecimento que poderíamos destacar neste nosso período histórico do país?

Agradecemos muito a sua colaboração. Neste espaço você pode colocar considerações sobre o questionário e sugestões para a pesquisa

Tipo de pergunta

APÊNDICE B – NOTAS SOBRE CONVERSA COM GRUPO DE ESTUDANTES

Como parte das atividades de pesquisa e coleta de dados para as análises qualitativas, foi realizada uma conversa com estudantes de idade entre 14 e 17 anos realizada em outubro de 2018, que realizavam atividades no Centro de Convivência Meninos do Mar (CCMAR). A atividade teve por objetivo verificar processos observados nos vídeos aulas sobre o IDH tomados como dados de análise do discurso.

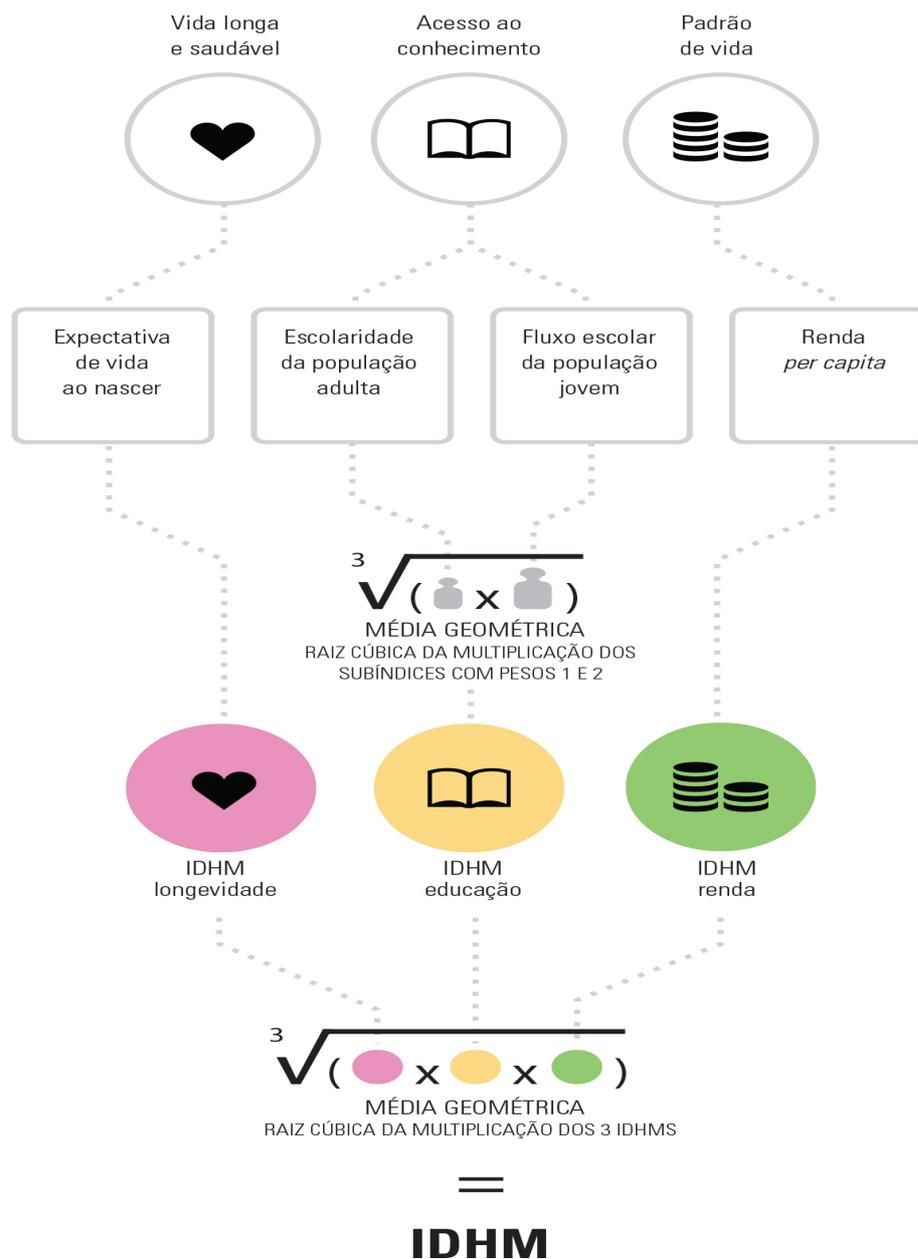
Como nota desta conversa podemos relatar que houve a afirmação por parte dos jovens, de que os indicadores sociais fazem parte do dia a dia tanto em atividades e momentos na escola como no cotidiano em geral. Contudo, ao longo da conversa foi possível que esses números públicos não fazem muito sentido e que se remetem mais as relações com imaginários sociais e geográficos que evidenciam a força das ideologias neoliberais no processo de aprendizagem sobre os indicadores sociais.

Nas conversas sobre desenvolvimento humano e qualidade de vida com os jovens estudantes, a questão central que foi problematizada por eles, não foram as variáveis presentes no IDH. Mas, a dimensão trabalho. Utilizamos como instrumento de mediação para coleta de dados a reflexão, um exercício de construção de um argumento a partir da pergunta. O que é qualidade de vida para você? As repostas foram feitas de forma anômica, recolhidas e num segundo momento se realizou uma discussão sobre a questão. Todos colocaram como central e basilar a relação entre trabalho, condições de vida, perspectiva de futuro e qualidade de vida. Relacionando qualidade de vida, trabalho e as condições de construção de uma família.

Relatamos também que há um interesse por parte dos jovens por entender melhor o que são os indicadores sociais como o IDH e como estes números são produzidos e quais são de fato seus usos e funções. O conversar com jovens estudantes foi fundamental para compreender melhor os mecanismos da produção do significado em relação aos indicadores sociais e a construção simbólica do espaço, quando observamos as coisas a partir da escala do lugar e do cotidiano das pessoas.

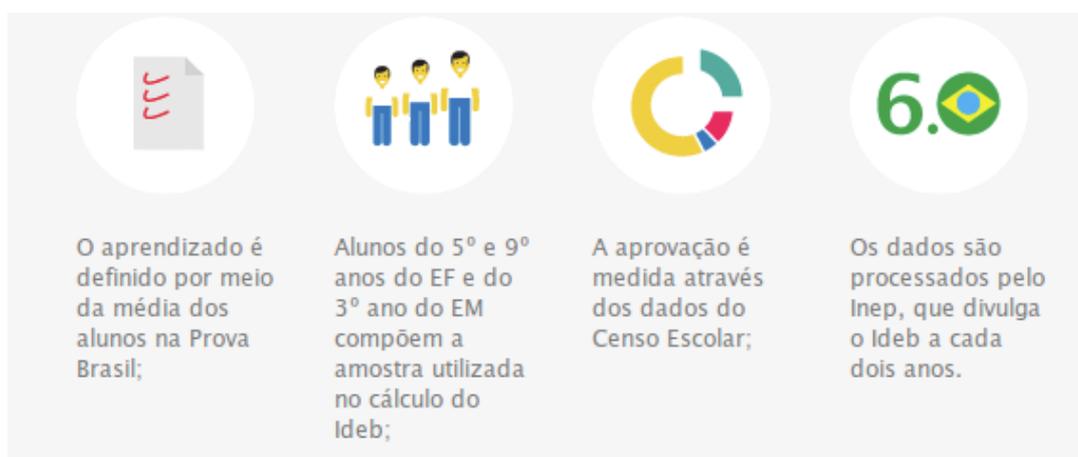
APÊNDICE C – NOTAS TÉCNICAS SOBRE A COMPOSIÇÃO DO IDH, IDEB E IBEU

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)



Fonte: www.atlasbrasil.org.br

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)



Fonte: www.academia.qedu.org.br

O modelo matemático do Ideb é dado por:

$$IDEB_{ji} = N_{ji} P_{ji};$$

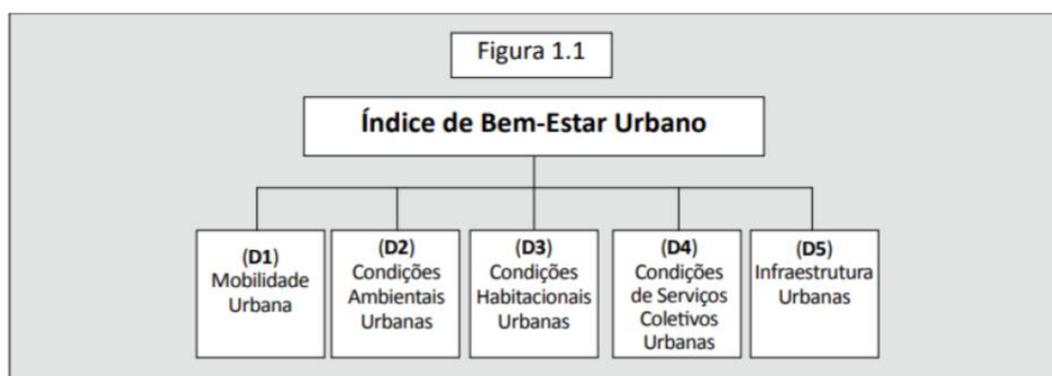
em que,

i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j ;

ÍNDICE DE BEM ESTAR URBANO (IBEU)



$$\text{IBEU} = \text{D1} + \text{D2} + \text{D3} + \text{D4} + \text{D5} / 5$$

Onde:

IBEU: Índice de Bem-Estar Urbano;

D1: Mobilidade Urbana;

D2: Condições Ambientais Urbanas;

D3: Condições Habitacionais Urbanas;

D4: Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos;

D5: Infraestrutura Urbana.

Os valores de cada um dos indicadores foram padronizados e definidos no intervalo entre zero e redução linear dada por:

$$\text{Ind} = (\text{valor observado}) - (\text{pior valor})$$

$$(\text{melhor valor}) - (\text{pior valor})$$

Fonte: <https://ibeu.observatoriodasmetroles.net.br/procedimentos-metodologicos-ibeu/>